FOLHA DE S.PAULO

DESDE 1921 ★★★ UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

ANO 103 ★ Nº 34.348 TERÇA-FEIRA, 18 DE ABRIL DE 2023 R$ 6,00

ilustrada C1

Versos leves e brutais

O escritor americano Jericho Brown, vencedor do Pulitzer de poesia, virá ao Brasil em junho para a Feira do Livro, em São Paulo, lançar "A Tradição", que chega às livrarias em maio.

comida C8

'Arroz e feijão' do Oriente Médio, homus vira prato principal em SP

O escritor Jericho Brown vem ao Brasil em junho Divulgação

Brasil e Rússia têm visão similar, diz chanceler de Putin

Lula recebe Lavrov; EUA consideram 'problemáticas' declarações do brasileiro

O coordenador de comunicação do Conselho de Segurança Nacional dos EUA classificou como "profundamente problemática" e um eco da "propaganda russa" a posição do Brasil sobre a Guerra da Ucrânia após o presidente Lula (PT) dizer que a busca da paz cabe também a Kiev.

Ontem, o chanceler russo, Serguei Lavrov, foi recebido no Itamaraty e afirmou que Brasília e Moscou têm abordagens similares de questões atuais, sem citar a guerra. A seu lado, o ministro Mauro Vieira (Relações Exteriores) criticou as sanções ao país de Vladimir Putin.

"Os dois países estão unidos pelo desejo de contribuir para uma ordem mundial mais democrática e mais policêntrica", declarou Lavrov, que depois se reuniu com Lula. O petista defende que um "clube da paz" com países não alinhados às duas partes medeie o conflito.

Nos últimos dias, o brasileiro atraiu críticas na Europa e nos EUA por afirmar que a guerra só interessava a Putin e ao ucraniano Volodimir Zelenski e que Kiev não poderia ter tudo, insinuando que o país invadido deveria ceder território para encerrar a crise. Mundo A12 e A13

O chanceler da Rússia, Serguei Lavrov, deixa o Palácio do Itamaraty após se reunir com o ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira Ueslei Marcelino/Reuters

Hélio Schwartsman

Lula fala demais

Não vou dizer que não aprecie as falas de improviso de Lula. Acredito, porém, que, nas viagens internacionais, dado o potencial de dano para nossa relação com outras nações, ele deveria ater-se a discursos escritos. Opinião A2

Kremlin condena ativista opositor a 25 anos de prisão

Mundo A12

MÔNICA BERGAMO

PGR denuncia Moro por ilação sobre Gilmar

Procuradoria ofereceu denúncia ao Supremo após vídeo em que o senador Sergio Moro fala em "comprar um habeas corpus de Gilmar Mendes". Moro diz que a frase foi tirada de contexto e não contém acusação. Ilustrada C2

Creche atacada em SC reabre com muro maior

Cantinho Bom Pastor, em Blumenau, aumentou muro e retomou as aulas, 12 dias após um homem matar 4 crianças. Alunos foram recebidos com balões. B2

Zema faz mistério sobre destino de seu salário ante reajuste de 258% A8

Regra fiscal deve chegar hoje ao Congresso com alterações

O governo Lula (PT) deve entregar hoje ao Congresso a proposta do novo arcabouço fiscal. A equipe envolvida na elaboração do projeto decidiu colocar na versão final tanto os conceitos do marco quanto os valores a serem utilizados para os próximos quatro anos.

O texto permite mudança dos parâmetros por lei ordinária —cuja aprovação demanda maioria simples dos parlamentares— a partir da próxima gestão. O líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE), estima que a Casa vote o projeto em até 20 dias. Mercado A15

Justiça francesa absolve Airbus e Air France por queda em 2009

A Justiça francesa absolveu de homicídio culposo a fabricante de aviões Airbus e a empresa aérea Air France pela queda do voo 447, ocorrida em 2009, que matou os 216 passageiros e os 12 tripulantes quase quatro horas após decolar do Rio de Janeiro com destino a Paris.

O caso havia sido arquivado em 2019, mas recurso de familiares das vítimas e sindicatos de pilotos resultou, em 2021, na abertura do julgamento atual. Segundo a sentença, "não há nexo seguro de causalidade entre as imprudências/negligências e o acidente". Cotidiano B1

MST invade terras, sedes do Incra e área da Embrapa

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra inicia jornada de protestos pela reforma agrária e contra a violência no campo com invasão de ao menos 9 fazendas e sedes do Incra em 7 estados. Área da Embrapa em Petrolina (PE) também foi ocupada. Política A6

Condomínio no sul da BA vira batalha judicial

Projeto com 56 lotes à beira-mar na vila de Santo André, em Santa Cruz Cabrália, motivou ação de associação de moradores, que teme dano ambiental. B4

Alves atribui acusação de estupro a falta de afeto

Jogador Daniel Alves diz à Justiça que a mulher que o acusa de estupro pode ter ficado ofendida por ele não ter expressado afeto após penetração. B5

Oito em dez cidades não batem metas contra hipertensão

Saúde B3

EDITORIAIS A2

Diplomacia de risco

Sobre as declarações de Lula relativas à guerra.

Entre o átomo e o carvão

A respeito do fim da era nuclear na Alemanha.

ATMOSFERA

São Paulo hoje

27° 20°

0h 6h 12h 18h 24h

ISSN 1414-5723

opinião

FOLHA DE S.PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DA DEMOCRACIA

Publicado desde 1921 – Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

PUBLISHER Luiz Frias
DIRETOR DE REDAÇÃO Sérgio Dávila
SUPERINTENDENTES Carlos Ponce de Leon e Judith Brito
CONSELHO EDITORIAL Fernanda Diamant, Hélio Schwartsman, Joel Pinheiro da Fonseca, José Vicente, Luiza Helena Trajano, Patricia Blanco, Patrícia Campos Mello, Persio Arida, Ronaldo Lemos, Thiago Amparo, Luiz Frias e Sérgio Dávila *(secretário)*
DIRETOR DE OPINIÃO Gustavo Patu
DIRETORIA-EXECUTIVA Alexandre Bonacio *(financeiro, planejamento e novos negócios)*, Anderson Demian *(mercado leitor e estratégias digitais)*, Everton Fonseca *(tecnologia)* e Marcelo Benez *(comercial)*

Banca do Antfer

Claudio Mor

EDITORIAIS

editoriais@grupofolha.com.br

Diplomacia de risco

Lula assume custo político desnecessário ao se alinhar a Pequim e a Moscou de forma ostensiva

Um dos fundamentos de qualquer política externa é a proporcionalidade entre pretensão e condições objetivas de sustentar uma posição, seja por peso relativo econômico, influência em campos específicos ou mera força militar.

Em seus dois primeiros mandatos, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), aproveitando a onda gerada pelo apetite chinês por commodities, lançou o Brasil naquilo que chamava de diplomacia ativa e altiva.

Os resultados foram mistos. O Brasil teve de fato mais destaque, mas também passou vergonhas, como no fracassado acordo nuclear que tentou mediar no Irã.

Sobrevieram anos de recuo devido à crise econômica e à desconstrução externa sob Jair Bolsonaro (PL). O solo calcinado era propício a Lula, de volta ao poder. O petista, apesar da paixão por ditaduras esquerdistas, começou bem o jogo.

Reuniu-se com vizinhos e com o congênere americano Joe Biden, cujo governo empenhou-se de forma notável na defesa da transição democrática ameaçada por Bolsonaro. Fez uma proposta genérica para negociar a paz na Ucrânia, improvável mas de baixo custo.

Lula, contudo, começou a perder a mão na dosimetria. Altivez é louvável, claro, e assenta-se na tradição de não alinhamento do Itamaraty. Mas o mundo de 2023 é complexo, com um conflito brutal em curso na Europa, inserido na disputa geopolítica que opõe China e Rússia aos EUA e seus aliados.

Países como Brasil, Índia e Turquia tentam equilibrar-se entre polos, porém isso requer estofo. Os indianos, por exemplo, têm uma economia com 1,4 bilhão de habitantes e armas nucleares.

Assim, a retórica antiamericana assumida por Lula em Pequim, viagem de resto natural dada a condição chinesa de maior parceiro comercial do Brasil, embute riscos. O presidente falou em independência ante o dólar e criticou o belicismo dos EUA na Guerra da Ucrânia.

Sobre o conflito, o petista já havia negado munição a Kiev —e candidamente sugeriu perdas territoriais em troca da paz. Mais grave, declarou que os agredidos são tão culpados quanto os agressores.

Além disso, enviou o assessor Celso Amorim a Moscou e recebeu o chanceler Serguei Lavrov, que iniciou pelo Brasil um giro que incluirá as ditaduras esquerdistas da Venezuela, Nicarágua e Cuba.

Ainda que o Brasil tenha condenado a guerra na ONU, o ministro Mauro Vieira (Relações Exteriores) preferiu criticar as sanções contra Moscou ao lado do russo.

Se é certo que a multipolaridade veio para ficar, sem apostar nos temas em que tem autoridade, como mudança climática ou segurança alimentar, Lula sinaliza ter escolhido um lado e corre o risco de virar apenas coadjuvante da briga alheia.

Entre o átomo e o carvão

Alemanha fecha usinas nucleares e cria desafio de gerar energia sem aumentar emissão de carbono

O fechamento de três derradeiras centrais nucleares põe termo a 62 anos de energia atômica na Alemanha. Essa fonte chegou a representar um terço da matriz elétrica germânica, depois reduzida a cerca de 6%. Contudo a renúncia a ela contrasta com a política energética de países europeus e asiáticos.

A decisão de descomissionar as centrais de Emsland, Isar 2 e Neckarwestheim veio após o desastre de 2011 em Fukushima, no Japão. Fixou-se o prazo de 2022, mas o temor de insegurança energética e preços em disparada —com a guerra na Ucrânia e os cortes no gás natural russo— forçaram o adiamento por três meses e meio.

A França, campeã em geração nuclear da Europa, vai manter 57 reatores em atividade. A Bélgica postergou fechamentos. O Reino Unido reativou planos para novas usinas. Quase metade da União Europeia, 13 de 27 países, seguirá utilizando energia nuclear.

No mundo há 422 reatores que geraram 10% da eletricidade consumida em 2021. Em 1996, eram 17,5%. A fatia pode voltar a crescer, puxada pela Ásia e pela necessidade de reduzir emissões de carbono para conter o aquecimento global.

O próprio governo japonês desistiu de abandonar centrais atômicas. A China, que já produz mais eletricidade nuclear que a França, planeja 47 novas usinas. Rússia e Índia seguem na mesma trilha.

A derrocada atômica na Alemanha representa vitória do Partido Verde. Ironicamente, ela vem acompanhada de aumento na queima de carvão mineral, combustível fóssil que mais afeta o clima.

Críticos, dentro e fora do país, duvidam da capacidade alemã de suprir a demanda com fontes eólica e fotovoltaica e de manter os compromissos de descontinuar o carvão mineral em 2038 e obter descarbonização completa em 2045. Para eles, a energia nuclear seria imprescindível na transição.

Falaram mais alto no governo de Olaf Scholz o risco de acidentes e o desafio da disposição final de centenas de contêineres com resíduos radioativos, que precisam de estocagem por milhares de anos. Nem o governador da Baviera, Markus Soeder, contrário ao fechamento, aceita depósitos no estado.

A aposta alemã é alta, talvez arriscada demais, mesmo para uma economia com alta capacidade de inovação e investimento. Na eventualidade de alcançar sucesso, entretanto, terminaria por invalidar a principal justificativa para um pretendido renascimento nuclear.

Lula fala demais

Hélio Schwartsman

Lula fala demais e abusa do improviso. Ninguém sabe ao certo o que vai acontecer com a economia mundial nos próximos meses e anos, mas, no que diz respeito à geopolítica, o cenário é um pouco menos incerto. Pelos próximos tempos e até onde a vista alcança, EUA e China disputarão influência e mercados. É um terreno bem favorável a países como o Brasil, que não se alinham automaticamente a nenhuma das duas potências e têm forte relacionamento econômico com ambas.

Pelo menos em teoria, Washington e Pequim têm interesse em buscar a cooperação de Brasília, o que nos deixa numa posição vantajosa para negociar acordos comerciais e firmar pactos políticos. Para extrair o máximo dessa situação, precisamos sinalizar ao mesmo tempo independência e confiabilidade, isto é, que podemos pender tanto para um lado como para o outro, dependendo da questão, e que seremos sempre um parceiro leal, mesmo nas situações em que haja discordâncias. Na prática, isso significa que não podemos fazer juras de amor eterno nem atacar impiedosamente nenhuma das partes.

É aí que Lula tem metido os pés pelas mãos. Ele até que cumpriu honrosamente o protocolo em seu tour pelos EUA, no início do ano, mas agora, em sua viagem à China, desferiu uma série de caneladas desnecessárias contra Washington, o dólar e até a pobre da Ucrânia, que sofreu uma invasão legal e moralmente injustificável. Esse tipo de arroubo retórico não nos traz muitos ganhos diante dos chineses, mas pode nos fazer perder bastante diante dos americanos.

Não vou dizer que não aprecie as falas de improviso de Lula. Como o superego não é o forte do presidente, são essas intervenções que nos permitem vislumbrar o que ele realmente pensa. Acredito, porém, que, nas viagens internacionais, dado o potencial de dano para o relacionamento com outras nações de frases e ideias mal colocadas, Lula deveria ater-se a discursos escritos.

helio@uol.com.br

Infiéis escudeiros

Dora Kramer

O centrão se organiza em grandes blocos, informa que a base governista é frágil e deixa o PT isolado na condição de quarta bancada, cujos deputados tampouco têm posição uniforme na defesa dos interesses do Palácio do Planalto. Diante disso, as raposas dizem que está tudo bem, pois a ideia é dar conforto a Luiz Inácio da Silva. Longe da turma intentos belicosos.

Dá para acreditar? Os atuais operadores palacianos, de expertise tida como bem inferior aos do primeiro governo Lula, podem até cair nessa conversa.

Mas, se o presidente estiver na posse do olho vivo e faro fino que lhe atribuem no trato da política, certamente já percebeu que seu alicerce no Congresso está fincado em solo pantanoso.

De um lado, MDB, PSD, Republicanos e anexos formam um grupo de 142 parlamentares. De outro, o PP de Arthur Lira e vasta companhia juntam 173 almas, dentre as quais algumas pertencentes ao PDT e PSB —dois partidos do campo da centro-esquerda governista. A salada junta legendas com assentos na Esplanada, não evita ida de ministros ao circo de "esclarecimentos" e perde o comando em comissões.

Na oposição oficial, o PL de Jair Bolsonaro e, no outro extremo, o PT com uma bancada que, segundo o deputado Rui Falcão, está ali para manter acesa a disputa interna no governo. Em outras palavras, para tensionar, fazer ruído.

A versão dos arquitetos desse rearranjo "governista" é a de que a direita foi atraída para a base de Lula. De acordo com eles, é uma soma, jamais uma divisão. Sério? Seria mais eficaz, então, não se dividirem em blocos, ficando todos alinhados no campo da situação e ponto final.

Quando precisam se explicar dizendo que não pretendem confrontar e ao mesmo tempo constroem campos diversos é porque querem demonstrar força. Sinal inequívoco de disposição para o embate. Se o governo acha que está bom assim, é de se lhe desejar boa sorte.

Centro zumbi

Alvaro Costa e Silva

Os apresentadores dos programas policialescos estão em êxtase, esgoelando-se de indignação enquanto comemoram a alta audiência. Todos os dias eles mostram imagens do horror no centro de São Paulo. Enxames de usuários e traficantes de drogas que vão de um ponto a outro, no chamado "fluxo"; flagrantes de roubos e furtos, mais de mil registros nos primeiros meses do ano, em que bandos levam celulares e até a roupa das pessoas; invasão e saques de lojas, muitas sob risco de fechar, como as do shopping das motos, cujas vendas caíram 70%.

Há quase 50 mil moradores de rua e milhares de imóveis vazios e abandonados na cidade, a maioria na região central. A gestão Tarcísio de Freitas —aprovada por 44% da população— planeja uma limpeza geral, com desapropriações e demolições no atual cenário do caos, para erguer o novo centro administrativo, uma esplanada nos moldes de Brasília.

Com a situação fora de controle, surgem ideias milagrosas. O governo do estado pretende lançar um programa para que pessoas em situação de rua sejam contratadas por produtores rurais. Fez uma plataforma digital, espécie de monitor da cracolândia, para mapear os crimes e o número de dependentes de drogas (uma delas, a K9, uma maconha sintética, tem até apelido nas chamadas da TV: "droga zumbi"). A prefeitura trabalha à moda antiga: cercou a praça da Sé com grades móveis.

Nas redes sociais —esse nicho de ternura e delicadeza— alguns cariocas aproveitam para gozar os paulistanos, dizendo que o Rio perdeu o primeiro lugar entre as cidades mais violentas do país.

Cenas iguais não acontecem no Rio porque estamos atrasados. A população de rua, no total, não chega a 8.000 pessoas. Nosso centro histórico abriga só 2.000 mendigos. Não há mais assaltos nem furtos de celulares pelo simples motivo de que, desde a pandemia, a vida fugiu da região e se recusa a voltar.

Pressão desumana

Juliano Spyer

Antropólogo, pesquisador do Cecons/UFRJ, autor de "Povo de Deus" e criador do Observatório Evangélico

O apóstolo Rina, fundador da Bola de Neve Church, anunciou que tomará um ano sabático para se dedicar ao casamento.

No início do mês, o enteado e a sogra de Rina declararam pelas redes sociais que ele abusa da esposa, a pastora Denise.

Por causa disso e das colunas que escrevi sobre abusos que mulheres sofrem em algumas igrejas evangélicas, um interlocutor me escreveu: "Tenho um tema pra você, mas é bem complicado, vespeiro mesmo".

Ele pediu para não ser identificado, inclusive para relatar as dificuldades que viveu, entre quatro paredes, como filho e neto de pastores e alguém que seguiu a mesma carreira. A experiência dele pode ser comum, mas não deve ser generalizada para qualquer igreja ou pastor.

"Nós vivemos de aparências. Até o dinheiro para meu sustento depende da imagem que as pessoas têm de mim como um homem de deus, ilibado do ponto de vista moral e do comportamento. Isso não precisa ser verdade, contanto que me vejam assim", disse.

Duas cartas no Novo Testamento indicam as qualificações que legitimam quem atua como pastor. Em Tito 1:6, por exemplo, está escrito que ele deve ser "irrepreensível, marido de (apenas) uma mulher, que tenha filhos fiéis, que não possam ser acusados de dissolução nem de desobedientes".

Aquele que transgride algum desses pontos se desqualifica para a função pastoral. "A gente morre de medo de isso acontecer", conta meu interlocutor, "o que coloca um peso desumano sobre as nossas famílias, que devem estar sempre felizes".

Quem acaba sofrendo mais com essa situação é a mulher. "Pastores muitas vezes se revelam pessoas vaidosas por causa da exposição que recebem", explica ele. "Somos assediados por mulheres. Alguns vivem vidas duplas ou não têm amantes, mas flertam. E, para atender tantas pessoas nas atividades da igreja, o pastor frequentemente negligencia a própria família".

Se a companheira reclama —como aconteceu no caso envolvendo o fundador da Bola de Neve Church—, o pastor a acusa de estar comprometendo seu trabalho de evangelização e de prejudicar a família.

"Por causa disso, vejo tantas mulheres de pastores adoecidas psicológica e emocionalmente, por viverem relacionamentos abusivos", conclui o interlocutor.

A grande imprensa trata esse tema como anedota e como se fossem casos isolados —relevantes apenas para sites de fofocas como Observatório dos Famosos ou Fuxico Gospel. Mas uma busca nesses serviços pela palavra "esposa" traz muitos resultados.

Indício de que essa prática de assédio moral e emocional que vítima mulheres seja recorrente e perpetuada em algumas igrejas por seus líderes.

TENDÊNCIAS / DEBATES

folha.com/tendencias debates@grupofolha.com.br
Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo

Ensino deficiente leva a mais erros médicos

Proliferação de faculdades de baixa qualidade tende a agravar problema

Raul Cutait
Professor do Departamento de Cirurgia da Faculdade de Medicina da USP e membro da Academia Nacional de Medicina

Com a leitura de que faltam médicos no Brasil e com o louvável objetivo de se levar profissionais a todos os rincões, nas últimas duas décadas dobrou-se o número de faculdades de medicina país afora.

Assim, em números redondos, passamos de 200 para 400 escolas em funcionamento ou autorizadas, que formarão quase 50 mil novos médicos/ano —aos quais, com as 225 que aguardam sua liberação pelo MEC após recentemente ter cessado a moratória de cinco anos para abertura de novos cursos, poderão se somar mais 22 mil médicos/ano.

Ora, mesmo havendo no momento a discussão sobre a presente falta de médicos no país, em menos de uma década haverá uma saturação do mercado, frustrando os jovens que colocaram seus sonhos numa carreira que talvez não consigam exercer em sua plenitude, além dos custos para chegar lá (o curso médio de uma faculdade particular é de pouco mais de R$ 8.700 por mês).

Essa enxurrada de novas faculdades se depara com dois obstáculos essenciais para a formação de um bom médico: 1 - disponibilidade de corpo docente, uma vez que no Brasil não existem profissionais qualificados ou titulados em número suficiente para tantas faculdades, em especial nas áreas clínicas; e 2 - faltam centros de treinamento apropriados para o ensino à beira dos leitos, uma vez que hospitais do SUS em geral não têm dinâmica, estrutura e vocação para receber estudantes, nem seus médicos têm obrigatoriamente o pendor e competência para ensinar.

Dessa forma, configura-se um cenário que só tende a agravar um eterno problema: o do erro médico. Embora este possa não ter maiores consequências, pode vir a significar a diferença entre a vida e a morte, entre a boa evolução e aquela com desnecessárias sequelas. Entendendo-se que a medicina não é uma ciência exata e que a formação do médico é altamente complexa, só se consegue minimizar o risco de erros com médicos bem preparados.

Vivemos um período crítico, onde a busca de quantidade de profissionais está inexoravelmente se superpondo à qualidade de sua formação, o que, já a médio prazo, será problemático para a população, pois médicos mal preparados seguramente errarão mais! Fica então a pergunta: o erro médico deverá ser imputado somente ao médico? Obviamente, se a causa for imperícia, imprudência ou negligência, ele terá que responder por isso. Mas se for por despreparo decorrente de ensino e treinamento insuficientes, qual a parcela de culpa da faculdade? E a do MEC, ao permitir o funcionamento de faculdades que não preparam de maneira apropriada seus alunos? Isso sem considerar as restrições do próprio sistema de saúde, quando não oferece as condições necessárias para o bom atendimento dos pacientes.

> **[...]**
> Obviamente, se a causa for imperícia, imprudência ou negligência, o médico terá que responder por isso. Mas se for por despreparo decorrente de ensino e treinamento insuficientes, qual a parcela de culpa da faculdade? E a do MEC, ao permitir o funcionamento de faculdades que não preparam de maneira apropriada seus alunos?

Definitivamente, formar médicos a granel não é a melhor solução para o país. O caminho é focar em formar melhores profissionais. A falta de médicos, mais acentuada em localidades menores, deve ser repensada com a criação de novas políticas públicas, aproveitando novas tecnologias cada vez mais acessíveis, tais como telemedicina, inteligência artificial e, muito possivelmente, um sucessor do ChatGPT.

Assim, é fundamental que sejam tomadas medidas que incluam avaliação rigorosa e continuada das faculdades, dos centros de treinamento e dos alunos, sob a égide do MEC, com apoio, incentivo e parceria já manifestados pelas principais entidades médicas do país. A definição de critérios realmente eficazes de avaliação e controle permitirão que se defina quem pode ou não ficar no mercado de ensino, seja público ou privado, de modo inclusive a suplantar interesses políticos e econômicos. Em prol da população.

A PEC das Domésticas e os direitos ainda devidos

Lei não é excesso de burocracia, mas conquista diante da herança escravocrata

Luiza Batista, Jéssica Pinheiro e Márcia Soares
Trabalhadora doméstica aposentada e coordenadora-geral da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas
Advogada, é coordenadora da Área de Trabalho Doméstico na Themis - Gênero, Justiça e Direitos Humanos
Advogada, é diretora-executiva e fundadora da Themis - Gênero, Justiça e Direitos Humanos

Editorial desta **Folha** ("Intenções e resultados", 26/3) afirmou que há uma obsessão por leis no Brasil. Tal ideia, no entanto, ignora um aspecto fundamental: a regulamentação também existe para equilibrar relações jurídicas que são desequilibradas desde sua origem. Nem sempre este é o caso, mas, ao analisar a PEC das Domésticas e a construção desta norma, o aspecto ora proposto é observado: a lei não é excesso de burocracia, é conquista de direitos, que tardou muito em nosso sistema jurídico e tarda, ainda mais, em nosso pacto civilizatório.

A Consolidação das Leis Trabalhistas brasileira data de 1942, mas a trabalhadora doméstica só teve seu direito à carteira assinada assegurado em 1972, quando foi reconhecida como categoria profissional. A legislação ainda previa o direito a férias, mas não equiparava direitos de outros trabalhadores, como o FGTS e a jornada de trabalho. Vê-se, assim, que a conquista de direitos foi progressiva e paulatina, passando pela Constituição Federal de 1988 e culminando com a PEC das Domésticas e a lei 150/2015. Não há nenhum motivo legal para que as trabalhadoras domésticas não tivessem seus direitos reconhecidos ainda em 1942, junto com os outros trabalhadores do país. O trabalho doméstico no país é exercido em sua maioria por mulheres: são 92% e, dentre elas, 67% negras. Elas estão no epicentro da discriminação racial, de gênero e de classe. Além disso, o trabalho doméstico é ainda mais subalternizado, pois ocorre de maneira isolada dentro das casas.

A resistência em firmarmos o pacto civilizatório de reconhecimento dos direitos das trabalhadoras domésticas reside na herança escravocrata que persiste no imaginário social da branquitude. Para muitos, o lugar da trabalhadora doméstica é de "quase da família", desde que seja servil e obediente e, sobretudo, sem direitos. Portanto, na maioria dos casos, não vai importar a qualificação dessa profissional, pois nem como profissional ela é reconhecida por uma parcela da população. É preciso ressaltar ainda que, diferentemente do que afirma o editorial, a formalização da categoria não caiu em razão da existência da legislação. Há uma série de fatores envolvidos na baixa formalização, além dos já citados. Existem fatores políticos e socioeconômicos a serem frisados, pois pouco tempo após a promulgação da lei complementar de 2015 o país passou por um governo antidemocrático.

> **[...]**
> Para muitos, o lugar da trabalhadora doméstica é de "quase da família", desde que seja servil e obediente e, sobretudo, sem direitos. Portanto, na maioria dos casos, não vai importar a qualificação dessa profissional. (...) É imprescindível reconhecer o trabalho doméstico como aspecto fundamental da vida, não colocá-lo em um lugar de banalidade do cotidiano

Não obstante, não há dúvidas dos avanços alcançados pela categoria ao terem os direitos conquistados, pelos quais lutam há 80 anos. Portanto, esse é um processo de reconhecimento, que visibiliza e traz a discussão do trabalho doméstico para o centro do debate público, especialmente durante a pandemia de Covid-19. Para que todos avancemos, é imprescindível reconhecer o trabalho doméstico como aspecto fundamental da vida, não colocá-lo em um lugar de banalidade do cotidiano. Sem o trabalho doméstico, seja ele remunerado ou não, não existiria o mercado de trabalho em si.

PAINEL DO LEITOR

folha.com/paineldoleitor leitor@grupofolha.com.br
Cartas para al. Barão de Limeira, 425, São Paulo, CEP 01202-900. A Folha se reserva o direito de publicar trechos das mensagens. Informe seu nome completo e endereço

Charge enviada por leitor em referência aos 80 anos do livro 'O Pequeno Príncipe', de Antoine de Saint-Exupéry
Luiz Baran

Análise

"STF começa a julgar se acusados por ataques golpistas de 8/1 se tornam réus" (Política, 16/4). Que recebam penas exemplares, mas que processem e prendam também as mentes que arregimentaram estes ignorantes para esta seita de extrema direita!
Bira Scutari (Ferraz de Vasconcelos, SP)

*

Precisamos ser seríssimos com o patrimônio público para sairmos do estigma da impunidade e do "tudo acabou por isso mesmo".
Sheila Ribeiro (Salvador, BA)

*

Aqui na província, os alegres carros embandeirados sumiram misteriosamente no dia 9 de janeiro. Ainda assim, sobrevivem aqui e acolá os mais abnegados à causa...
Elisabeth Schmidt (Cachoeira do Sul, RS)

Suspeito

"Zanin terá que enfrentar 'dilema de Moro' caso se torne ministro do STF" (Política, 16/4). Não existe dilema, existe lei. Moro cometeu milhares de irregularidades
Gilberto Rosa (Rio de Janeiro, RJ)

*

Nomear o próprio advogado! Estamos nos acostumando com o mau exemplo. Ganha o mais esperto e não o mais virtuoso. E o pior: isso não nos choca mais. Perdemos nossas referências, nossos valores. Sinto vergonha disso tudo...
João Braga (Marília, SP)

Tentativa

"Bolsonarismo tenta crescer no Nordeste em meio a brigas e dissidências" (Política, 16/4). Apesar do que disse certo político, a capacidade intelectual do nordestino em geral é muito superior à de determinados indivíduos do lado oposto do mapa do Brasil, que ainda apoiam aquela figura grotesca que fez da Presidência um motivo de chacota nacional e internacional. Pelo que eu sei, uma das leis imutáveis da natureza é a de que o tempo sempre anda para a frente, nunca para trás. Espero que continue assim pelo bem desse nosso país já tão combalido.
Jailson de Bezerra (Brasília, DF)

Apoio

"Se o Brasil fosse invadido, Lula apoiaria um plano de paz que recompensa o agressor?" (Mundo, 17/4). Muito irresponsável a posição do Brasil que não reconhece claramente o agressor russo. Milhares de ucranianos foram mortos, milhões de famílias ucranianas, destruídas, e o povo sofrendo privações terríveis pela guerra. Triste ver o governo brasileiro se aliar a ditaduras autocráticas sanguinárias.
Eduardo Demaman (Salvador, BA)

*

Podem criticar o Brasil e o Lula como quiserem, mas essa posição do governo atual, em relação à guerra, é muito razoável e mais imparcial do que qualquer outro país que, direta ou indiretamente, apoia a invadida Ucrânia ou a invasora Rússia. Os EUA estão atolados até o pescoço, desde antes da guerra, e querem falar de imparcialidade e da moral dos outros?
Rodrigo Evora (Guarulhos, SP)

'O Pequeno Príncipe'

"'O Pequeno Príncipe' faz 80 anos e dribla fama de 'piegas' com lição sobre valor da vida e das relações humanas" (Folhinha, 14/4). Não sei o que acontece comigo, mas hoje, velho e cansado, ainda tenho o desejo de ler e reler este livro continuamente!
Agostinho de Almeida Moreira (Quirinópolis, GO)

Taxação

"Energia solar por assinatura permite economizar até 20% na conta de luz; veja como" (Mercado, 16/4). Uma rara notícia boa para o consumidor/contribuinte brasileiro. O que me preocupa é o lobby contrário das distribuidoras de energia, que pode levar o Congresso a inventar uma taxação grande.
Joaquim Caminha de Sa Leitao Neto (Fortaleza, CE)

Ensino

"Alunos ficam sem aula de biologia, história e química no 3º ano do novo ensino médio em SP" (Educação, 16/4). Alguns saberes são essenciais para o indivíduo se posicionar na vida pública, mas são esses que estão sendo descartados pelo "novo" ensino médio. A educação no Brasil ainda serve como instrumento de dominação e manipulação. Uma pena!
Aída Bueno Bastos (Vila Velha, ES)

*

O novo ensino médio está cumprindo perfeitamente o papel para o qual foi concebido: precarizar ainda mais a educação pública e alijar o jovem cidadão do direito ao conhecimento. É urgente que o governo Lula enfrente os poderosos interesses que estão por trás dessa aberração e revogue completamente essa (de)forma!
Mateus Bego Bueno (Campinas, SP)

*

Total absurdo! Aumentando cada vez mais a distância entre o ensino público e o privado. Mais uma maneira de impedir o acesso a uma educação de qualidade e a universidade a todos, principalmente aos do ensino público. A quem interessa?
Leila Barbosa (São Paulo, SP)

Colunistas

"Se Lolita tivesse TikTok" (Giovana Madalosso, 16/4). Políticas públicas que reconheçam o problema fundamental do patriarcado e da violência machista e misógina que grassa historicamente contra meninas e mulheres cobrariam uma sociedade mais afetiva, cuidadosa e educada em relação às pessoas, suas necessidades e as suas realidades.
Andréa Bandeira (Recife, PE)

*

"Pessoas são agredidas, ideias não" (Lygia Maria, 16/4). É comum o ataque ao mensageiro e não à mensagem. Apesar de discordar de opiniões, cada um tem a sua e não podemos descartá-las, ou abusar do indivíduo que opina. O direito de expressão deveria existir em qualquer Constituição, mas infelizmente isso não é verdade. Nós gostamos mesmo de atacar as pessoas, porque falta cultura para cuspir na estrutura.
Flavio Ferrando (Jundiaí, SP)

*

"Onde vivem os negros" (Ana Cristina Rosa, 16/4). Excelente texto. É fácil mandar o problema para longe do nosso convívio.
Maria Luísa Beltrao Lemos (São Paulo, SP)

política

PAINEL | *Fábio Zanini*

painel@grupofolha.com.br

Encanamento

O Governo de SP assinou contrato que prevê pagamento de até R$ 45,6 milhões à consultoria International Finance Corporation (IFC) pelo estudo preparatório para a privatização da Sabesp. A gestão Tarcísio de Freitas (Republicanos), no entanto, afirma que o montante somente será desembolsado em sua totalidade se o estudo comprovar que a venda da Sabesp irá beneficiar a população, com redução da tarifa e aumento dos serviços de tratamento de água e de esgoto.

PODE CONFIAR Caso as conclusões sobre a privatização sejam negativas para a população, a consultoria americana, vinculada ao Banco Mundial, receberá um valor menor, de R$ 8,6 milhões. A assessoria do governo afirma que foram definidos "objetivos claros e métodos de mensuração de resultados, de forma a permitir a avaliação dos objetivos esperados".

GARANTIDO O governo tem outro acordo com a IFC, um estudo de R$ 71.291.893,17 milhões por uma consultoria na privatização de linhas de trens da CPTM. Neste caso, não há condicionantes para o recebimento do valor cheio. Ambos os contratos foram sem licitação.

TROPA... A coronel da PM Helena Reis, secretária estadual de Esportes de SP, nomeou 13 policiais militares da reserva para a pasta em menos de quatro meses de gestão. Desses, 12 são comissionados. Ela, que chefiou a Casa Militar do Governo e é filiada ao Republicanos, vive sua primeira experiência com política pública de esporte.

...DE ELITE Entre os indicados estão o coordenador de Esporte e Lazer, coronel Paulo Sérgio Merino, e um assessor de gabinete, o tenente-coronel Marcelo Nanya. Em nota, a Secretaria afirmou que as nomeações "cumprem critérios técnicos e rigorosos".

COMPANHEIRADA Tarcísio foi convidado pelas centrais sindicais para ato de 1º de Maio no Vale do Anhangabaú, em SP. O evento será unificado, ou seja, reunirá CUT, Força Sindical, UGT, CSB e CTB. Também foram chamados parlamentares fora da órbita da esquerda, como os presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG). O presidente Lula já confirmou presença no evento, que deverá ter apresentações de Dexter, Leci Brandão e Samanta Schmütz.

TODO OUVIDOS A Controladoria da Prefeitura de SP e a Procuradoria Geral do município enviaram ofício ao deputado Ricardo Salles (PL-SP) em que pedem que ele repasse as informações que diz ter sobre supostos esquemas de corrupção na cidade. No sábado (15), Salles disse em um evento com ativistas de direita que quer ser prefeito para tirar "os ladrões" alojados na gestão Ricardo Nunes (MDB).

DUPLA DINÂMICA Em visita à sede da Fiesp nesta segunda (17), o vice-presidente Geraldo Alckmin procurou dar diversas mostras de entrosamento com o presidente da entidade, Josué Gomes da Silva. Ambos debateram o mercado de gás natural e a renovação da frota com veículos menos poluentes.

MÉDIA O vice, conhecido pela grande quantidade de cafezinhos que toma, elogiou o que foi servido na Fiesp. Em resposta, o mineiro Josué disse ao paulista Alckmin que ambos formavam "uma dupla café com leite", em referência à união, na República Velha, entre políticos dos dois estados.

ABRAÇO Os gestos de Alckmin a Josué não são gratuitos. Filho de José Alencar, vice de Lula em seus primeiros mandatos, o presidente da Fiesp quase foi retirado do cargo por um movimento atribuído a aliados do bolsonarista Paulo Skaf.

FIREWALL 1 O grupo de trabalho criado pelo governo Lula sobre violência nas escolas vai incluir um "plano de cidadania digital" para fazer um contraponto ao discurso da extrema direita na internet e a temas como ensino domiciliar e militarização das escolas. O documento está sendo preparado pelo Ministério dos Direitos Humanos.

FIREWALL 2 A ideia, ainda em gestação, é promover sobretudo nas redes sociais uma "cultura de paz e tolerância", com envolvimento de jovens e comunidades. A violência nas escolas entrou na ordem do dia após dois ataques recentes: um em São Paulo, que deixou uma professora morta, e outro em Blumenau (SC), em que quatro crianças foram assassinadas.

ENXOVAL A Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados fará audiência pública nesta terça (18) sobre os gastos com cartão corporativo pelo governo Lula, em especial a compra de móveis para o Palácio da Alvorada.

QUESTION TIME Os ministros britânicos Lord Peter Goldsmith (Energia, Clima, e Meio Ambiente) e Nusrat Ghani (Negócios e Comércio) confirmaram presença na Lide Brazil Conference, realizada em Londres a partir de quinta (20). O evento é organizado pelo grupo criado pelo ex-governador de SP João Doria.

com Guilherme Seto e Carlos Petrocilo

Silva Neto deixa o comando de tropa para assumir chefia da assessoria parlamentar do Exército Reprodução

Exército escolhe general como seu interlocutor no Congresso após 19 anos

Silva Neto é escalado para chefiar assessoria parlamentar ante risco de aprovação de projetos contrários às cúpulas militares

Cézar Feitoza e Thaísa Oliveira

BRASÍLIA O Comando do Exército escalou um general para comandar o setor responsável pelo relacionamento com o Congresso Nacional depois de um período de 19 anos sem que oficiais da patente fossem designados para a função.

A estratégia de recolocar um general duas estrelas (primeiro dos três níveis do generalato) na chefia da assessoria parlamentar foi adotada pelo comandante da Força, Tomás Paiva, diante da possibilidade de projetos contrários ao interesse das cúpulas militares serem aprovados no Legislativo.

O general Marcus Augusto da Silva Neto foi o escolhido para a função. Ele assumiu o cargo após aval dos 16 generais do Alto Comando do Exército, em reunião em fevereiro. Silva Neto, como é conhecido, é considerado um general experiente, com boa interlocução política.

O general chegou a ser sondado por integrantes da cúpula do Exército para o cargo ainda no fim do ano passado, após a vitória de Lula. Em avaliação interna, militares acreditavam que o Congresso poderia entabular discussões sobre o papel das Forças Armadas diante do envolvimento político da caserna com o governo Bolsonaro.

Uma das funções iniciais de Silva Neto, segundo relatos, será entender se há possibilidade de aprovação de uma PEC (proposta de emenda à Constituição) do PT para alterar o artigo 142 da Constituição e retirar a citação à garantia da lei e da ordem entre as atribuições das Forças Armadas.

Ele também terá de avaliar o termômetro no Congresso para a instalação de uma CPI para investigar a invasão às sedes dos Poderes em 8 de janeiro e coordenar estratégias para conseguir emendas ao Orçamento para as despesas do Exército.

Tomás Paiva afirmou a subordinados, em janeiro, que o comando deveria preservar o Exército contra propostas de reformulação das Forças Armadas. A conversa foi gravada e vazada por militares presentes no encontro.

"Faz parte da cadeia de comando segurar para que isso não ocorra. Agora fica mais difícil, mas nós vamos segurar, porque o Brasil precisa das Forças Armadas. Da nossa postura, da nossa coesão, da nossa manutenção dos valores, da crença na hierarquia e disciplina, do nosso profissionalismo, depende a força política do comandante e dos comandantes de Força para obstar qualquer tipo de tentativa de querer nos jogar para o enquadramento", afirmou ele na ocasião.

Para o senador e general da reserva Hamilton Mourão (Republicanos-RS), a convocação de um oficial-general para a assessoria parlamentar demonstra a relevância que o Exército tem dado para as discussões no Parlamento.

"Essa é uma questão estratégica do Exército. Ele está dando mais importância à assessoria colocando um elemento de nível hierárquico mais elevado para ter um diálogo mais forte com os parlamentares", declarou ele à reportagem.

No comando da 3ª Brigada de Infantaria Motorizada nos últimos dois anos, Silva Neto foi o responsável por coordenar a segurança de eventos da Presidência da República, como o 7 de Setembro e a posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Nos dois casos, o general foi designado para o CSA (Coordenação de Segurança de Área) após o GSI (Gabinete de Segurança Institucional), então sob o comando do general Augusto Heleno, solicitar ao Exército o nome de um militar para comandar a organização da segurança dos eventos.

No Bicentenário da Independência, por exemplo, ele teve de alterar a logística das solenidades previstas para atender às ordens do então presidente Jair Bolsonaro (PL) de colocar tratores no desfile cívico-militar.

Ele ainda coordenou com lideranças de movimentos bolsonaristas a entrada na Esplanada dos Ministérios do carro de som utilizado no último 7 de Setembro, no qual Bolsonaro subiu e puxou gritos de "imbrochável".

Nos preparativos da posse, a situação do general foi mais delicada. Inicialmente, a equipe da Polícia Federal que realizava a segurança de Lula tentou escantear o GSI e o Exército da cerimônia de posse.

No fim, o general Silva Neto conseguiu destravar parte da resistência e fez reuniões com integrantes da PF, do Governo do Distrito Federal e da equipe de transição de Lula sobre a segurança do evento.

O Exército informou, por nota, que a "última vez que um general chefiou a ASPAR (Assessoria Parlamentar) do Exército foi no ano de 2004". À época, o general Rubem Peixoto Alexandre deixou o cargo prestes a receber a terceira estrela no ombro.

O principal esforço do general era buscar melhores condições ao Exército, com reforço orçamentário, após um período de dificuldades financeiras no governo Fernando Henrique Cardoso (PSDB).

O militar chegou a receber um voto de louvor da Câmara, sugerido pelo deputado federal Alexandre Cardoso (PSB-RJ). "Sua presença nesta Casa foi fator determinante para a construção do consenso em torno da importância do reaparelhamento das Forças Armadas", escreveu na ocasião.

Em 2006, Ricardo de Mattos Cunha assumiu a assessoria parlamentar como coronel e deixou o cargo justamente após ser promovido a general.

O fortalecimento da assessoria parlamentar das Forças Armadas foi uma estratégia adotada pelos militares durante o processo de redemocratização, em 1985. Na Assembleia Nacional Constituinte, assessores do Exército atuavam nas conversas com constituintes e repassavam as informações para o ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves.

Como herança dessa época, as Forças Armadas ainda investem fortemente na assessoria parlamentar. Os militares utilizam uma sala de 27 m² no 27º andar da torre do Senado.

Seis assessores sem farda costumam circular pelos gabinetes de deputados e senadores para pedir emendas aos projetos da Defesa e sentir o clima para eventuais derrotas nas Casas.

> **Faz parte da cadeia de comando segurar para que [a reestruturação das Forças Armadas] não ocorra. Agora fica mais difícil, mas nós vamos segurar, porque o Brasil precisa das Forças Armadas. Da nossa postura, da nossa coesão, da nossa manutenção dos valores, da crença na hierarquia e disciplina, do nosso profissionalismo, depende a força política do comandante e dos comandantes de Força para obstar qualquer tipo de tentativa de querer nos jogar para o enquadramento**
>
> **Tomás Paiva** general comandante do Exército, falando a subordinados em janeiro

GRUPO FOLHA
FOLHA DE S.PAULO ★★★
UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

Redação São Paulo
Al. Barão de Limeira, 425 | Campos Elíseos | 01202-900 | (11) 3224-3222
Ombudsman ombudsman@grupofolha.com.br | 0800-015-9000
Atendimento ao assinante (11) 3224-3090 | 0800-775-8080
Assine a Folha assine.folha.com.br | 0800-015-8000

EDIÇÃO DIGITAL PLANO MENSAL	Digital Ilimitado R$ 29,90	Digital Premium R$ 39,90

EDIÇÃO IMPRESSA	Venda avulsa seg. a sáb.	dom.	Assinatura semestral* Todos os dias
MG, PR, RJ, SP	R$ 6	R$ 9	R$ 942,90
DF, SC	R$ 7	R$ 10	R$ 1.189,90
ES, GO, MT, MS, RS	R$ 7,50	R$ 11	R$ 1.501,90
AL, BA, PE, SE, TO	R$ 11,50	R$ 14	R$ 1.618,90
Outros estados	R$ 12	R$ 15	R$ 2.008,90

*À vista com entrega domiciliar diária. Carga tributária 3,65%

CIRCULAÇÃO DIÁRIA (IVC)
341.327 exemplares (fevereiro de 2023)

Lula tirou 200 militares da ativa do governo após recorde sob Bolsonaro

Fardados em cargos de comissão ainda eram 1.871 em fevereiro, mais que no início da gestão passada

Ranier Bragon

BRASÍLIA O número de militares da ativa das Forças Armadas cedidos para cargos de comissão no governo, quase todos à Presidência da República e à Defesa, vem diminuindo desde a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) sobre Jair Bolsonaro (PL), mas ainda somava 1.871 pessoas em fevereiro.

O corte total desde outubro, mês das eleições, até fevereiro, data dos dados mais recentes, é de 319 vagas. Se considerado só o período em que Lula assumiu a Presidência, são 196 militares a menos.

Capitão reformado do Exército e defensor da ditadura militar (1964-1985), Bolsonaro assumiu seu governo com 1.793 militares da ativa das Forças Armadas requisitados para cargos no governo, praticamente o mesmo número que Dilma Rousseff (PT) encerrou 2015 (1.800), seu último ano fechado de governo.

Mediante um discurso de enaltecimento do militarismo que por várias vezes flertou com o golpismo, o ex-presidente, de acordo com a Fazenda, chegou a 2.206 fardados da ativa em cargos de comissão em julho de 2022, um recorde histórico (com aumento de 23%).

Ao assumir cargo de chefia na administração federal, o militar da ativa recebe um

Soldados do Batalhão da Guarda Presidencial, que fazem a proteção do Palácio da Alvorada Pedro Ladeira - 17.jan.23/Folhapress

incremento na sua remuneração, até o limite do teto salarial do Executivo.

Lula assumiu retomando a tradição quebrada por Michel Temer (MDB) e Bolsonaro e colocou novamente um civil para comandar a Defesa, o ex-deputado e ex-ministro do Tribunal de Contas da União José Múcio Monteiro.

Temer havia sido responsável por nomear o general Joaquim Silva e Luna no comando da Defesa, anulando parte do simbolismo da submissão constitucional das forças militares ao comando civil democraticamente eleito.

Bolsonaro sempre colocou militares à frente da pasta — os generais Fernando Azevedo e Silva, Walter Braga Netto (que foi o vice em sua frustrada tentativa de reeleição) e Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira, que à época era o comandante do Exército.

Lula, que durante a campanha viu a desconfiança contra ele aumentar na caserna, teve contra o início de seu governo um ataque golpista de bolsonaristas que depredaram as sedes dos três Poderes no dia 8 de janeiro.

Eles tiveram como ponto de partida a sede do Quartel-General do Exército, local de acampamento tratado com leniência pelos militares durante a gestão Bolsonaro e no início da de Lula.

Treze dias depois, Lula demitiu o comandante do Exército, general Júlio Cesar de Arruda, em meio à crise de confiança aberta com os ataques.

A decisão foi tomada porque Arruda não teria demonstrado disposição de tomar providências imediatas e contundentes para reduzir as desconfianças de Lula em relação a militares do Exército após os ataques bolsonaristas.

De acordo com relatos de aliados de Lula e generais ouvidos pela **Folha**, a gota d'água para a exoneração foi Arruda ter resistido ao pedido para que o tenente-coronel Mauro Cid, ajudante de ordens de Bolsonaro, fosse retirado do comando de um batalhão do Exército em Goiânia.

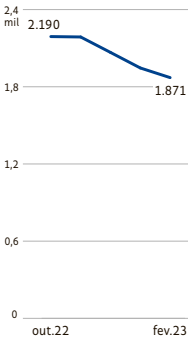
Como a **Folha** mostrou em janeiro, ao menos oito militares da ativa lotados na Presidência da República durante o governo Bolsonaro compareceram em 2022 a atos no acampamento golpista em frente ao quartel-general.

Além disso, alguns participaram de um grupo de WhatsApp em que foram trocadas e compartilhadas mensagens antidemocráticas e ameaças a Lula. Parte desses militares continuava, à época da reportagem, lotada na Presidência.

Procurada, a Defesa não se manifestou sobre os dados quantitativos de militares da ativa no governo. A Secom (Secretaria de Comunicação Social) da Presidência afirmou apenas que as substituições ocorreram dentro do processo de troca e montagem do novo governo.

Em seus primeiros meses de gestão, Lula prometeu punir militares que agiram com leniência nos atos do

Fardados na Presidência

Número de militares da ativa do Exército, Marinha e Aeronáutica

319 postos foi a redução desde outubro de 2022, mês da vitória de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) sobre Jair Bolsonaro (PL)

Fonte: Painel Estatístico de Pessoal do Ministério da Fazenda

dia 8, mas em algumas ocasiões também promoveu nomeações de outros fardados para o lugar dos que saíam.

No final de janeiro, por exemplo, o governo nomeou 121 militares para o Gabinete de Segurança Institucional, revertendo parte da série de dispensas no órgão que se seguiram aos atos golpistas.

Na prática, isso mostra que o corte de fardados da gestão Bolsonaro superou os 200 postos (ou cerca de 320, se considerado o mês da eleição) que são mostrados nos dados estatísticos, já que Lula fez nomeações de outros militares para parte desses lugares.

Os dados do Painel Estatístico de Pessoal do Ministério da Fazenda não tratam de militares da reserva, apenas os que estão na ativa no Exército, Marinha, Aeronáutica e que foram requisitados para trabalhar no governo.

Bolsonaro também distribuiu cargos para vários militares da reserva, inclusive ministérios, como foram os casos, entre outros, dos generais Augusto Heleno, Luiz Eduardo Ramos e Braga Netto

Um dos órgãos federais loteados por militares da reserva foi a Funai (Fundação Nacional dos Povos Indígenas).

O órgão informou, por meio da Lei de Acesso à Informação, que havia no final do governo passado 24 militares de Exército, Marinha ou de polícias militares, todos da reserva ou reformados, ocupando cargos de coordenação e chefia no órgão, além de um delegado aposentado da Polícia Federal. Desses, 17 foram exonerados de uma única vez, em 18 de janeiro.

Os dados do painel estatístico da Fazenda também não discriminam quais dos militares da ativa está na Defesa e quem está na Presidência da República (em especial no Gabinete de Segurança Institucional), os dois órgãos do governo que reúnem agora praticamente todos os fardados requisitados. Pelos dados anteriores, essa divisão ficava em torno de 60% na Presidência e 40% na Defesa.

Integrantes do MST, com famílias, ocupam prédio do Incra em Natal (RN) na segunda-feira (17) José Aldenir/TheNews2/Folhapress

MST invade fazendas, sedes do Incra e área da Embrapa

Órgão governamental de reforma agrária foi alvo em ao menos 6 estados e no DF

João Pedro Pitombo

SALVADOR O MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) iniciou a chamada da Jornada Nacional de Luta pela Terra e pela Reforma Agrária invadindo ao menos nove fazendas pelo país e as sedes do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) em sete unidades da federação.

As iniciativas ganharam corpo no sábado (15), quando foram invadidas oito fazendas no estado de Pernambuco, incluindo áreas na região metropolitana do Recife, na zona da mata, no agreste e no sertão.

Em nota, o MST disse que as terras são latifúndios improdutivos.

Uma das áreas invadidas por 600 famílias, na cidade de Petrolina, pertence à Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária).

O órgão federal disse em nota que as terras fazem parte da Embrapa Semiárido e são utilizadas para instalação de experimentos e multiplicação de material genético.

Segundo a Embrapa, a invasão atingiu também áreas de preservação da caatinga, comprometendo a vida de animais ameaçados de extinção e também pesquisas para conservação ambiental e de uso sustentável do bioma. O órgão afirmou que tomará as medidas cabíveis para solucionar a situação.

Ao todo, 2.280 famílias sem terra invadiram áreas em Pernambuco desde o início do mês. A primeira foi o Engenho Cumbre, em Timbaúba (102 km do Recife), há cerca de duas semanas. Segundo o MST, a área é do Governo de Pernambuco.

As outras sete invasões no estado ocorreram no fim de semana, sendo a maior delas na área que pertence à Embrapa. Também foram ocupadas outras áreas em Timbaúba, Jaboatão dos Guararapes, Tacaimbó, Caruaru, Glória do Goitá e Goiana.

Na maioria dos casos, as terras são antigos canaviais e engenhos de açúcar. O MST diz que são improdutivas, pertencem ao poder público ou são de empresas que faliram ou possuem irregularidades tributárias perante o Estado.

Na madrugada desta segunda-feira (17), cerca de 200 famílias invadiram área no município de Aracruz (ES).

O MST afirma que a fazenda faz parte do patrimônio do governo do estado, mas foi grilada pela Aracruz Celulose, empresa adquirida pela Suzano em 2018.

Procurada, a Suzano afirmou que foi surpreendida com a invasão de duas áreas produtivas da empresa e que ingressou com uma ação judicial para reintegração de sua posse das terras. Disse também que "cumpre integralmente as legislações ambientais e trabalhistas" e que tem o desenvolvimento sustentável como premissa.

+ Ações do MST no Abril Vermelho

- Invasão de **oito fazendas em Pernambuco**, sendo uma de propriedade da Embrapa
- **Invasão de fazenda em Aracruz**, no Espírito Santo
- Invasão de sedes do Incra em **sete unidades da federação**:

1. Minas Gerais
2. Santa Catarina
3. Ceará
4. Mato Grosso do Sul
5. Rio Grande do Norte
6. Alagoas
7. Distrito Federal

- Protestos em frente à **Assembleia Legislativa da Bahia**

Na manhã desta segunda, as sedes do Incra foram invadidas em nos estados de Minas Gerais, Santa Catarina, Ceará, Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Norte, além do Distrito Federal.

Na Bahia, famílias protestaram na entrada da Assembleia Legislativa da Bahia, onde participaram de uma audiência pública. Cerca de 400 pessoas participaram do ato, que tratou de reforma agrária e aumento da violência no campo.

Nas últimas semanas, deputados estaduais baianos recolheram o número mínimo de assinaturas para a criação de uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) para investigar invasões de terras no estado. A CPI do MST, contudo, ainda não foi instalada.

Na semana passada, um grupo de cerca de 1.500 trabalhadores sem-terra invadiu a sede do Incra em Maceió. Eles cobraram a exoneração do superintendente local do órgão, César Lira, que é primo do presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL).

Na avaliação de Ceres Hadich, da direção nacional do MST, as ações são um instrumento de pressão pela reforma agrária e de denúncia contra a violências no campo.

"O Brasil é o país do latifúndio, com o maior índice de concentração de terras. A reforma agrária é uma dívida histórica com os povos do campo", afirma.

O MST pressiona o governo Lula (PT) a apresentar um plano de ações de reforma agrária para os próximos quatro anos e atender a demanda das famílias acampadas e assentadas. A entidade estima que cerca de 100 mil famílias vivem em acampamentos no Brasil. Destas, 30 mil estão em áreas em processo de regularização que não foram concluídos pelo Incra.

Na semana passada, a CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil) protocolou no STF (Supremo Tribunal Federal) uma liminar para impedir invasões de propriedades rurais em todo o país.

As invasões de abril marcam os 27 anos do massacre de Eldorado dos Carajás, quando 19 trabalhadores sem-terra foram mortos por tropas da Polícia Militar do Pará em 1996.

O MST destaca a urgência de investimento para agricultura familiar e acesso a crédito para a produção de mais alimentos.

Na semana passada, o coordenador nacional do MST, João Paulo Rodrigues, havia descartado uma onda de invasões de propriedades no Abril Vermelho.

Em entrevista na terça-feira passada (11), Rodrigues disse que deveriam ocorrer ocupações pontualmente, mas não dezenas ou mesmo centenas, o que caracterizaria a jornada anual do MST.

Michelle defende CPI sobre os móveis do Alvorada

BRASÍLIA A ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro defendeu a instalação de uma CPI como resposta aos questionamentos do atual governo sobre o suposto sumiço de móveis do Palácio da Alvorada.

Em uma sequência de stories publicada no domingo (16) à noite, respondendo à pergunta de um seguidor, Michelle disse que os móveis estão no depósito da Presidência e que usou mobília própria a partir do segundo semestre de 2019.

"Fiquei seis meses dormindo na cama do Alvorada, cama que outros presidentes usaram, com certeza. No segundo semestre de 2019, a minha mudança chegou, até a pedido da minha filha Laura, que queria que nós fizéssemos uma sala com nossos móveis da nossa casa do Rio de Janeiro. Tiramos os móveis. Esses móveis foram para o depósito", disse a ex-primeira-dama.

De acordo com a Secretaria de Comunicação da Presidência (Secom) do atual governo, a curadoria das residências oficiais identificou, inicialmente, 261 móveis desaparecidos do Alvorada. Após três meses, há 83 que não foram localizados.

"Os móveis estão lá. Só que, infelizmente, os que pregam a humildade, a simplicidade, não querem viver no simples, tá. [Estão] zombando e brincando com o dinheiro do contribuinte", afirmou.

"Nós ficamos por quatro anos no Alvorada, não fizemos nenhuma licitação de enxoval. Não tinha toalha, roupas de cama decente. Usei os meus lençóis na minha cama, na cama de visitas, pra não fazer licitação, porque entendi o momento que nós estávamos vivendo. Agora eu sugiro a CPI dos móveis do Alvorada", completou.

Como a **Folha** mostrou, o governo do presidente Lula (PT) gastou R$ 196.770 em cinco móveis e um colchão para o Alvorada. Foram adquiridos —de uma loja de shopping de design e decoração em Brasília— uma cama, dois sofás e duas poltronas. Em outra loja, o governo comprou um colchão king size.

Michelle Bolsonaro ao assumir a presidência do PL Mulher, em cerimônia em Brasília Gabriela Biló - 21.mar.23/Folhapress

Os gastos mais altos foram com o sofá com mecanismo elétrico (reclinável para a cabeça e os pés), que custou R$ 65.140, e com a cama, de R$ 42.230. As peças têm revestimento de couro italiano natural com tratamento exclusivo para evitar ressecamento.

A relação das peças foi obtida pela **Folha** por meio da Lei de Acesso à Informação.

A Secom afirmou que a compra se deve ao estado em que foi encontrada a mobília do palácio e reforçou que os móveis agora fazem parte do acervo da União.

Em janeiro, Lula se queixou de não poder se mudar para o palácio e disse que nem cama tinham encontrado no quarto presidencial do Alvorada. A primeira-dama Rosângela da Silva disse ter encontrado o local malcuidado e com móveis faltando. A **Folha** também pediu acesso ao palácio, que foi negado.

Marianna Holanda

Delúbio ganha homenagem e promete trabalhar para reeleger Lula

Catia Seabra e Marcelo Rocha

BRASÍLIA Livre de ações penais desde 28 de março, o ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares recebeu uma homenagem no final daquele mês e disse que trabalhará pela reeleição de Luiz Inácio Lula da Silva.

"Quero falar com as pessoas. Vou a todos os lugares. Cidades médias, cidades pequenas. Tenho tempo agora", afirmou Delúbio na noite do dia 30, ao ser homenageado por apoiadores durante debate na sede nacional do PT, em Brasília.

Figura central em dois escândalos que abalaram o PT, o mensalão e a Lava Jato, ele chegou a ser expulso do partido em 2005, sendo reintegrado em 2011. Hoje é assessor da CUT (Central Única dos Trabalhadores).

Delúbio foi denunciado e condenado em ações penais relativas ao mensalão (o esquema da compra de apoio no Congresso durante o primeiro mandato de Lula) e à Operação Lava Jato.

No evento do dia 30, Delúbio lembrou ter insistido ao longo do tempo para voltar ao partido, o que só aconteceu em 2011. Mas alegou ser preciso distinguir a legenda hoje em dia de seus dirigentes da época da expulsão.

"Não tenho rancor, não tenho raiva. Acharam que me expulsando, dando minha carne aos leões, os leões sossegavam", afirmou.

Sobre o argumento que fundamentou sua expulsão —o de gestão temerária—, o ex-tesoureiro afirma que estruturou o partido para as eleições de 2004, obtendo empréstimo junto ao Banco do Brasil.

Ciceroneado pelo presidente do PT do Distrito Federal, Jacy Afonso, Delúbio prometeu trabalhar incansavelmente pelo projeto petista. Disse ainda que não se pode ter vergonha de defender a reeleição de Lula, segundo ele, vítima de ódio por sua origem humilde.

"Vou trabalhar daqui até o primeiro domingo de outubro de 2026 pela reeleição de Luiz Inácio Lula da Silva, para dar continuidade ao governo."

Cerca de 60 pessoas participaram do debate, entre eles os ex-governadores Agnelo Queiroz (DF) e Ricardo Coutinho (PB). À entrada do auditório do PT, estavam disponíveis exemplares do livreto "Delúbio Soares, o réu sem crime".

Além de Jacy, o advogado Pedro Paulo Guerreira Medeiros fez uma apresentação sobre os processos a que Delúbio respondeu, descrevendo as ações como uma tentativa de tirar expoentes petistas de circulação. Segundo o advogado, hoje "algo está sendo gestado em algum lugar".

Vou trabalhar daqui até o primeiro domingo de outubro de 2026 pela reeleição de Luiz Inácio Lula da Silva

Delúbio Soares
ex-tesoureiro do PT e atualmente assessor da CUT

O BRASIL NÃO PODE ERRAR NA REFORMA TRIBUTÁRIA

A Reforma Tributária é fundamental para viabilizar um crescimento econômico mais sólido, a partir de um melhor ambiente de negócios e maior segurança jurídica, capaz de gerar mais emprego e renda para os brasileiros.

Na qualidade de Confederações de setores produtivos que empregam 41,7 milhões de trabalhadores e representam quase 60% da economia nacional, compete-nos alertar que as propostas em discussão no Congresso Nacional (PEC 45/2019 e PEC 110/2019) necessitam de ajustes para evitar impactos perversos e riscos à sociedade brasileira.

Não faz sentido reduzir a carga sobre bens nacionais e importados para aumentar sobre os alimentos e serviços, que geram tanta riqueza e empregos em todo o país.

Diante disso, é preciso adotar diferentes alíquotas nos novos tributos que se aproximem das realidades atuais de carga incidentes sobre os respectivos setores, bem como considerar as particularidades dos seus diferentes sistemas de produção. Isso sim garantiria um crescimento econômico sustentável e distribuído.

Se prevalecer a ideia de alíquota única para bens e serviços, haverá um pesado aumento de impostos sobre setores estratégicos no Brasil.

A reforma acarretará elevação geral nos preços dos alimentos (mais 22% sobre a cesta básica), dos transportes, da habitação, da mensalidade escolar, da saúde (mais 38% sobre medicamentos e 22% sobre planos de saúde), do advogado, do turismo, da ginástica, do lazer, da segurança e de diversos outros serviços.

Considerando que a população nacional está concentrada nas classes C, D e E, se a carga tributária de impostos sobre o consumo subir para 25% ou mais, os brasileiros teriam menos acesso aos serviços e alimentos. Haveria um forte aumento da informalidade. A Reforma Tributária destruiria parte importante do setor produtivo existente.

O emprego sofreria fortes reflexos negativos. Setores de serviços são os mais intensivos em mão de obra e estão espalhados por cada cidade do Brasil, além de ter maior participação feminina e empregar mais a população de baixa renda.

Os setores econômicos signatários deste manifesto têm plena convicção de que o Brasil não pode errar na Reforma Tributária e, por isso, defendem que as propostas não podem onerar e prejudicar os diferentes setores econômicos e a população brasileira. É possível e necessário buscar consensos para avanços verdadeiros.

Em defesa da objetividade

Mais do que nunca, o jornalismo profissional importa

Joel Pinheiro da Fonseca
Economista, mestre m filosofia pela USP

Tantas daquelas vozes de esquerda que até o início do ano juravam defender a imprensa já começaram a destilar seu ódio.

Lula ainda está muito longe de endossar ataques e praticamente autorizar violência contra jornalistas, como fez Bolsonaro com suas atitudes e palavras, mas é inegável que a má-fé do petismo radical com a imprensa já voltou. A mesma imprensa que, pelos últimos quatro anos, quando era (vista como) oposição a Bolsonaro, era a voz dos fatos e da ciência, hoje voltou a estar a serviço da burguesia e até da CIA.

Esses ataques —que agora vêm da esquerda, antes vinham da direita— buscam minar no público a expectativa de um dos valores mais fundamentais do jornalismo: sua objetividade. Objetividade que foi arduamente defendida em artigo da Ilustríssima neste sábado, do ex-editor chefe do Washington Post, Martin Baron.

Essa defesa é necessária porque um discurso ascendente tanto no jornalismo quanto nas humanidades em geral diz que a objetividade não existe ou não é desejável, pois implicaria uma neutralidade entre democracia e ditadura, defesa dos pobres e defesa dos ricos, bem e mal.

Baron bem observa: objetividade não é ficar em cima do muro diante de afirmações antagônicas, é buscar e apresentar os fatos sem distorções oriundas da subjetividade. O juiz imparcial não é aquele que não chega a um veredito, e sim o que chega ao veredito baseado nas provas do caso, e não em sua afinidade pessoal ou preferência ideológica.

Nessa discussão, a posição mais perigosa é a que busca rechaçar a objetividade como valor. Seja porque ela é inalcançável: a perfeita objetividade não existe, então não se deve fingir que se é objetivo e portanto o caminho é tirar a máscara, reconhecer seus interesses e defendê-los; ou porque ela não é apenas impossível, mas também má em si mesma: é a criação da cultura branca e europeia para impor seus valores (e seus interesses) aos povos subalternos do mundo. Rasgar fora o véu ilusório da objetividade —seja no jornalismo ou na ciência— é o primeiro passo para se libertar.

Ambas essas posições, se levadas a sério, significam a abolição do jornalismo. É justamente porque existem, além do plano dos discursos e dos interesses, fatos cognoscíveis pela razão humana que se justifica dedicar horas de trabalho e apuração para descobri-los. Se não existe diferença entre jornalismo e os posts de um blogueiro que escreve para justificar seu patrão, então não precisamos perder tempo com jornalismo.

A objetividade é pré-requisito da democracia, que supõe a legitimidade do debate público. É também a arma de todos os que se encontram subalternizados ou oprimidos. Mostrar os furos, os erros, as omissões do discurso dominante —ou seja, tudo aquilo nele que está em desacordo com os fatos— é o exato oposto de dizer que não há fatos.

Mais do que nunca, o jornalismo profissional importa. Com a facilidade de comunicação, políticos e lideranças em geral falam diretamente com seus seguidores, assim como artífices da palavra e do vídeo que buscam defender seus interesses.

Temos acesso fácil ao discurso de qualquer um, mas esse discurso pode ser verdadeiro ou falso, pode se distanciar em maior ou menor grau dos fatos. E para sabermos isso é necessário ter profissionais cujo trabalho é descobrir e nos comunicar esses fatos.

Contra os assédios da política, a solução não é tomar um dos lados da disputa, e sim apostar naquilo que, embora nunca de forma perfeita, nos permite julgar a própria disputa.

| DOM. Elio Gaspari, Celso Rocha de Barros | SEG. Camila Rocha, Angela Alonso | TER. Joel Pinheiro da Fonseca | **QUA. Elio Gaspari** | QUI. Conrado H. Mendes | SEX. Reinaldo Azevedo | SÁB. Demétrio Magnoli

Então ministro da Justiça, Anderson Torres ao lado de Bolsonaro em evento no Planalto Pedro Ladeira - 21.fev.22/Folhapress

PGR defende a revogação da prisão de Anderson Torres

Ministério Público sugere que ex-ministro de Bolsonaro saia e use tornozeleira

Marcelo Rocha

BRASÍLIA A PGR (Procuradoria-Geral da República) defendeu nesta segunda-feira (17) a revogação da prisão preventiva do ex-secretário de Segurança Pública do Distrito Federal Anderson Torres.

Em manifestação enviada ao STF (Supremo Tribunal Federal), a PGR condicionou o relaxamento da prisão ao uso de tornozeleira eletrônica, à proibição de Torres de se ausentar do DF e de se comunicar com outros investigados, além da manutenção do afastamento do cargo de delegado de Polícia Federal.

O ex-secretário está preso há três meses por determinação do ministro Alexandre de Moraes, que relata no tribunal a apuração sobre os atos golpistas de 8 de janeiro.

Ex-ministro da Justiça no governo Jair Bolsonaro (PL), Torres é uma das autoridades investigadas por suposta omissão nos ataques às sedes dos três Poderes.

Moraes já negara um pedido do ex-secretário para deixar a cadeia. Foi no início de março, quando a Procuradoria se manifestou pela continuidade da prisão preventiva.

No atual estágio das apurações, porém, a Procuradoria entende que "existem medidas cautelares diversas da prisão que cumprem de forma mais adequada as finalidades em tela".

Para o subprocurador Carlos Frederico dos Santos, designado por Augusto Aras para coordenar o grupo da PGR encarregado de atuar nas apurações dos atos golpistas, o monitoramento eletrônico e a restrição de deslocamento constituem medidas menos gravosas do que a prisão e são providências adequadas ao caso, além de garantirem a aplicação da lei penal.

Santos, porém, ao defender a proibição do contato com outros investigados e o afastamento do cargo de delegado federal, disse que são medidas essenciais considerando "o grave contexto dos fatos investigados e a posição do requerente nos quadros da administração pública".

"A intenção é evitar que o investigado possa utilizar de sua influência política para interferir no andamento da apuração", acrescentou o representante da Procuradoria.

A PGR afirma ter reunido indícios de que Torres tinha conhecimento das convocações de teor antidemocrático e da chegada de mais de 130 ônibus a Brasília com apoiadores de Bolsonaro inconformados com a derrota do ex-mandatário nas urnas.

Além disso, destacou o Ministério Público Federal, relatórios de inteligência produzidos e compartilhados com agentes públicos designados para monitorar a situação continham informações detalhadas sobre a manifestação convocada para o dia 8 de janeiro.

Às vésperas daquela data, Torres viajou de férias para os EUA. Desembarcou na Flórida, para onde Bolsonaro havia viajado antes mesmo do término do mandato.

Em depoimento à PF, o ex-número 2 da Segurança Pública do DF Fernando de Sousa Oliveira afirmou que o então titular deixou o país sem repassar "diretriz" nem apresentá-la aos comandantes das forças policiais e ao governador Ibaneis Rocha (MDB).

Oliveira disse que não tomou conhecimento, por exemplo, do plano operacional da Polícia Militar para as manifestações que ocorreriam nos dias 6, 7 e 8 de janeiro.

Pelo teor do depoimento, o então secretário-executivo na Secretaria de Segurança do DF considerava que o órgão estava sob a responsabilidade de Torres por ocasião dos ataques às sedes dos três Poderes, já que as férias do chefe da Segurança Pública começavam oficialmente no dia 9.

A situação do ex-secretário se complicou após uma busca autorizada por Moraes. Os investigadores encontraram na casa dele uma minuta (proposta) de decreto para o então presidente instaurar estado de defesa na sede do TSE (Tribunal Superior Eleitoral).

O objetivo, segundo o texto, seria o de reverter o resultado da eleição, em que Luiz Inácio Lula da Silva (PT) saiu vencedor. Tal medida seria inconstitucional. O documento de três páginas, feito em computador, foi encontrado em um armário.

No mês passado, em depoimento ao TSE nos autos de uma investigação que pode levar Bolsonaro à inelegibilidade, Torres afirmou que desconhece a autoria da minuta golpista.

De acordo com a defesa do ex-secretário, ele repetiu o que dissera à PF em fevereiro: que a minuta golpista era descartável e "sem viabilidade jurídica". "Essa pseudo-minuta, para mim, era um lixo", disse.

Zema faz mistério sobre destino do salário antes de aumento de 258%

Leonardo Augusto

BELO HORIZONTE Às vésperas de ter seu salário reajustado em 258% de forma retroativa, o governador de Minas Gerais, Romeu Zema (Novo), faz mistério sobre se voltará ou não a receber o valor depois do aumento.

Em sua primeira eleição, em 2018, Zema prometeu a não receber salário —que foi doado para uma instituição social— enquanto não colocasse em dia os vencimentos do funcionalismo público estadual, o que já ocorreu.

A reportagem enviou questionamento sobre o destino do salário do governador no último dia 12 de abril. Não houve resposta. Novo pedido foi feito nesta segunda (17). Também não houve retorno.

O projeto de lei que aumenta o salário de governador, vice-governador e secretários de estado, foi aprovado em primeiro turno pela Assembleia em 4 de abril, por 45 votos a 21. A Casa tem 77 deputados.

O projeto eleva o salário do governador de R$ 10.500 para R$ 37.589,96, alta de 258% a partir de 1º de abril de 2023. O do vice-governador irá de R$ 10.250 a R$ 33.830,96, alta de 230%. Os dos secretários vão de R$ 10 mil a R$ 31.238,19, uma elevação de 212%.

O texto prevê outros dois aumentos a partir do ano que vem. No caso do governador, irá de R$ 37.589,96 a R$ 39.717,69 em fevereiro de 2024 e para R$ 41.845,49 em fevereiro de 2025.

A expectativa é que o projeto seja aprovado em segundo turno esta semana.

"É algo muito pessoal [a questão da doação]. Eu avalio que, se trabalhou, tem que receber. É o cargo mais importante do estado. Há muita responsabilidade", diz o deputado estadual Cássio Soares (PSD), líder do Bloco Minas em Frente, aliado de Zema.

Para a deputada estadual Beatriz Cerqueira (PT), da oposição, a doação do salário é jogada de marketing. Ela questiona os aumentos.

"Esse discurso de manter quadros só vale para o alto escalão? Temos servidores com mestrado na rede estadual com salário de R$ 3.200", diz.

Em justificativa publicada nas redes sociais em 24 de março, depois de o comando da Assembleia apresentar, a seu pedido, o projeto do reajuste, Zema disse que o aumento era para atrair e manter quadros técnicos.

"Pra Minas continuar avançando é preciso atrair e manter os mais competentes nos quadros técnicos. São mais de 15 anos de congelamento dos salários dos secretários estaduais, situação incompatível com o cargo. Agradeço à Almg que apresentou, a meu pedido PL (projeto de lei) que resolve o problema", postou.

> Esse discurso de manter quadros só vale para o alto escalão? Temos servidores com mestrado na rede estadual com salário de R$ 3.200
>
> **Beatriz Cerqueira (PT-MG)**
> deputada estadual

O governador de Minas Gerais, Romeu Zema (Novo), faz campanha em São Paulo Zanone Fraissat - 21.out.22/Folhapress

Divulgação

Carlos Henrique Santana, 44
Cientista político, com doutorado pelo Iesp (Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, sucessor do Iuperj), é professor de economia da Unila (Universidade Federal da Integração Latino-Americana).

Carlos Henrique Santana

Bolsonarismo cresceu na esteira de tríade perversa, que frustrou expectativas

Pressupostos positivos da Lava Jato, de mudança da demografia religiosa e de redes sociais falharam juntos, diz cientista político

SÉRIES FOLHA
O FUTURO DO BOLSONARISMO

ENTREVISTA

Uirá Machado

SÃO PAULO Há muitas formas de explicar a vitória de Jair Bolsonaro (PL) na eleição de 2018. A do cientista político Carlos Henrique Santana envolve o que ele chama de "tríade perversa": três grandes tendências que se alimentaram mutuamente e produziram efeitos contrários ao esperado.

A tríade é composta pela Lava Jato, pelo crescimento da população evangélica e pelas redes sociais. "Em geral, esses três elementos trariam consigo pressupostos positivos para a transformação da coisa pública", afirma Santana.

No entanto, diz ele, essas expectativas se frustraram e trouxeram resultados deletérios, como a desconfiança da população na democracia.

Em uma pesquisa acadêmica, Santana analisou 29 variáveis na eleição de 2018, observando quais favoreceram cada candidato. Segundo ele, que fez o estudo em parceria com a economista Marcela Nogueira Ferrario, os dados indicam que a classe média eleitora de Bolsonaro foi iludida. "Ela aderiu ao antipartidarismo e ao antipetismo contra os seus próprios interesses."

Ainda assim, diz, se o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) não for bem-sucedido, abre-se nova oportunidade para o grupo de Bolsonaro. "Se não houver essa resposta [aos problemas da população], no médio prazo que seja, é bem difícil que essa extrema direita, que está bem organizada, não volte. É bem difícil que ela não volte."

*

A viagem de Bolsonaro aos EUA abriu discussões sobre quem vai liderar a oposição ao governo Lula. Os votos de Bolsonaro são um legado em disputa ou capital político pessoal? A ação política do Bolsonaro tem uma característica muito particular, a adesão carismática à figura dele e dos familiares. Boa parte da força dele vem daí. E parte da força também decorre de como opera por meio das suas relações entre eleitores evangélicos e nas redes sociais. Isso dá a Bolsonaro vantagem importante sobre os demais atores.

Se for declarado inelegível pelo TSE (Tribunal Superior Eleitoral), ele consegue transferir esse capital político para alguém? Se a gente olhar os políticos beneficiados nas últimas eleições com apoio dele e da família, é nítida a capacidade que ele tem de transferir capital político.

Em artigo apresentado na Anpocs [Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais] no ano passado, vocês dizem que a rejeição ao PT foi um dos principais fatores por trás da chegada de Bolsonaro ao poder em 2018. Como o antipetismo foi tão relevante para a ascensão do bolsonarismo? No período que antecedeu a eleição de 2018, nós vivemos um acirramento político motivado principalmente pelo que eu chamei de tríade perversa: as investigações sobre corrupção; a transição demográfica religiosa, com o aumento da população evangélica; e a importância crescente das redes sociais.

São três grandes tendências que ocorreram de forma simultânea e se alimentaram mutuamente. Em geral, eles trariam consigo pressupostos positivos: consolidação do controle sobre a corrupção, maior participação política e uma ideia difusa de que o eleitor evangélico tenderia a uma visão mais responsável em relação à sua própria vida.

Essas hipóteses não apenas se frustraram, mas trouxeram efeitos opostos. A Lava Jato resultou numa enorme degradação institucional, enquanto o próprio sistema de investigação se revelou frágil.

A participação política por meio das redes sociais tem revelado uma tendência bastante controversa, difícil de se sustentar se quisermos pensar na participação construtiva em termos de democracia. E a ação das igrejas evangélicas também se revelou predatória do ponto de vista parlamentar e de sua atuação na esfera política.

A combinação desses três fatores produziu um quase colapso institucional que levou o eleitor médio a desconfiar não só dos partidos tradicionais, entre eles o PT, mas também a desconfiar da própria democracia, do Estado de Direito, das instituições, o que foi e é muito perigoso.

> A Lava Jato resultou numa enorme degradação institucional, enquanto o próprio sistema de investigação se revelou frágil

> O eleitor mais pobre, com menos escolaridade, tem comportamento mais racional [...] tem voto ideológico, no sentido de entender seus interesses estratégicos não apenas no curto, mas no longo prazo

> A classe média foi iludida [...] porque aderiu ao antipartidarismo e ao antipetismo contra seus próprios interesses

Quanto esse cenário mudou em relação a 2018? Não há mais o peso que a Lava Jato teve, e não consigo ver algo semelhante ocorrendo de novo. Aparentemente, houve uma correção de rumos dentro do Judiciário.

Em relação aos evangélicos, temos uma configuração diferente. Esses grupos mantiveram posição importante no Congresso, e há relação entre eles e as redes de extrema direita dentro e fora do Brasil. Mas a agenda mais radical, que era mobilizada contra a ideia de um Estado laico, isso tende a se enfraquecer por causa do novo governo. Agora, dependendo da fragilidade da base do Lula no Parlamento, a capacidade de barganha dessas bancadas religiosas, principalmente evangélicas, deve se manter.

Quanto às redes sociais, houve uma mudança que passa pelas empresas de mídia tradicionais, que perceberam uma ameaça. Se antes Bolsonaro ainda era, por parte dos grupos de imprensa, percebido de forma ambígua —ou seja, acreditava-se que alguma coisa pudesse se consolidar do ponto de vista de uma institucionalidade—, depois se percebeu que ele não tinha uma visão minimamente civilizada.

Então a imprensa começou a desempenhar um papel mais crítico. Isso diminuiu a capacidade das redes sociais, especialmente essas dominadas pela extrema direita, de pautar de forma exclusiva a dinâmica do comportamento eleitoral. Mas essa situação não está resolvida, porque as redes bolsonaristas ainda são capazes de se contrapor a um enquadramento da opinião pública em certos eventos.

No artigo, vocês dizem que as explicações tradicionais sobre o comportamento dos eleitores foram desafiadas pela votação de Bolsonaro em 2018. Por quê? A literatura sobre comportamento eleitoral tem uma hipótese sobre o chamado eleitor inercial. É, basicamente, o eleitor que não faz escolhas baseadas na racionalidade ideológica, programática. É um eleitor que negocia o seu apoio no curto prazo. E, em geral, a literatura que aponta essa dinâmica atribui ao eleitor pobre a tendência de ter um comportamento inercial.

Nosso trabalho, porém, traz elementos que mostram que esse eleitor mais pobre, com menos escolaridade, tem um comportamento mais racional. Ou seja, tem um voto ideológico, no sentido de entender os seus interesses estratégicos não apenas no curto prazo, mas também no longo prazo.

Mas a classe média, os estratos sociais com mais escolaridade e mais renda, esses se revelaram inerciais.

Em que sentido? À medida que as pessoas alcançam uma certa escolaridade, elas começam a desenvolver preocupações com o Estado de Direito e com a democracia. Se as pessoas querem se empregar e prosperar, a princípio é preciso ter uma ordem institucional e econômica que permita esse tipo de desenvolvimento.

E o Bolsonaro tem uma qualidade extraordinária: não é oblíquo, não finge nada. Não apenas diz o que pensa, se posicionando contra o Estado de Direito, como teve uma política econômica que contrariou as políticas públicas que beneficiaram a classe média.

O grosso dos recursos públicos em políticas de longo prazo antes de Bolsonaro entrou por sistemas de financiamento que beneficiaram principalmente a classe média. São programas de financiamento de imóveis ou de automóveis, bolsas de estudo para acessar universidade, políticas de crédito para o setor agrícola, desembolsos do BNDES etc.

Então a classe média foi iludida. Ela se comportou de maneira inercial, porque aderiu ao antipartidarismo e ao antipetismo contra os seus próprios interesses.

Como chegaram a essa conclusão? Nós usamos dados agregados por município, abrangendo a totalidade das cidades brasileiras, e analisamos a proporção de votos de acordo com 29 variáveis, distribuídas em percentis. E toda a base de microdados que usamos é acessível. Ou seja, estão disponíveis nas instituições correspondentes, que são instituições públicas, reputadas.

Com isso, conseguimos comparar cada uma dessas variáveis de maneira mais sólida. Descobrimos algumas coisas surpreendentes. Por exemplo, nos nossos testes, a violência não foi significativa para explicar o voto em Bolsonaro. Se a gente observar bem, as capitais com as maiores taxas de homicídio estão no Nordeste, região que vota maciçamente no PT.

Também pudemos perceber que, mesmo com a expansão do sistema de ensino superior, com matrículas crescendo, mesmo com a expansão da oferta de crédito, o eleitor beneficiado por essas políticas não necessariamente votou no candidato associado a elas. Então não houve uma identificação dessa classe média com políticas que atendiam aos seus interesses.

No entanto, em relação aos grupos mais fragilizados, aqueles que precisam efetivamente de políticas de proteção, aí nós encontramos uma dimensão significativa em relação à identidade do eleitor.

Ou seja, no cômputo geral, o eleitor bolsonarista respondeu a algumas características típicas da chamada indignação moral. Ele correspondeu àquela expectativa acerca de um voto moralista conservador. E o eleitor do Fernando Haddad respondeu a essa dimensão digamos assim da proteção social.

Dado que Bolsonaro conseguiu se colocar como vetor importante de antipetismo, o que uma eventual terceira via precisa fazer para se ter um nome viável na próxima disputa presidencial? Tem uma parte das respostas possíveis para essa questão que depende de um tipo de mobilização política que, em geral, as pessoas que se apresentam como terceira via não querem fazer. A terceira via sempre se apresenta com uma espécie de roupagem elegante, mas sem uma pauta específica para problemas que são urgentes dentro sociedade, que é o problema da desigualdade e os problemas sociais graves que atingem o país.

Agora, tem uma outra coisa que diz respeito não só à terceira via, mas ao próprio governo Lula. Se Lula e o PT quiserem manter sua posição de vantagem nas próximas eleições, o governo vai ter que fazer um esforço de mobilização. Tem uma palavra difícil de ser usada, é controversa, mas vai ter que fazer uma inflexão populista.

Que quer dizer isso? Vai ter que explorar afetos específicos da população brasileira e entender que, em condições dramáticas de desemprego, de crise etc., esse discurso que mobiliza tem um papel positivo.

Claro que o governo precisa encontrar um meio-termo para garantir estabilidade. Mas, se o país não voltar a crescer, se o governo não conseguir ter uma estratégia de longo prazo e ficar refém de um Congresso superconservador, o capital político pode acabar consumido todo dentro da máquina do Estado, nas relações entre os Poderes.

Enquanto a extrema direita consegue se mover no âmbito social por meio de instrumentos como as redes sociais, os demais partidos buscam retomar uma institucionalidade, mas, ao mesmo tempo, não oferecem respostas efetivas para dilemas urgentes. Se não houver essa resposta, no médio prazo que seja, é bem difícil que essa extrema direita, que está bem organizada, não volte. É bem difícil que ela não volte.

Juiz terá de explicar decisão sobre Tacla Duran

Por determinação do corregedor nacional de Justiça, Marcelo Malucelli também precisa esclarecer elo com Moro

Catarina Scortecci

CURITIBA O corregedor nacional de Justiça, Luis Felipe Salomão, determinou a instauração de um pedido de providências para apurar a conduta do juiz federal Marcelo Malucelli, do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4).

Ele quer entender se recente decisão do juiz de segunda instância envolvendo o advogado Rodrigo Tacla Duran esbarra em entendimento do STF (Supremo Tribunal Federal) que suspendeu as ações penais contra o réu da Operação Lava Jato.

Salomão questiona a relação de Malucelli com o senador Sergio Moro (União Brasil-PR) e cita eventual suspeição do juiz nos casos de Duran.

Réu acusado de crimes de lavagem de dinheiro, Duran sustenta que pessoas próximas a Moro tentaram extorqui-lo em troca de um acordo de delação mais vantajoso.

O filho do juiz federal, o advogado João Eduardo Barreto Malucelli, é sócio do senador e da deputada federal Rosangela Wolff Moro (União Brasil-SP) no escritório Wolff Moro Sociedade de Advocacia. João Eduardo também seria namorado da filha do casal Moro.

João Eduardo também tem cargo comissionado na Assembleia Legislativa do Paraná, no gabinete do deputado estadual Luiz Fernando Guerra Filho (União Brasil) —irmão do empresário Ricardo Augusto Guerra (União Brasil), segundo suplente de Moro no Senado.

Marcelo Malucelli, do TRF4 (esq.), e o ex-juiz Sergio Moro Divulgação TRE e Gabriela Biló - 22.mar.23/Folhapress

Salomão abriu o procedimento na sexta (14) e deu um prazo de cinco dias para Malucelli prestar esclarecimentos.

Decisão de Malucelli assinada na semana passada impediu que Duran voltasse ao Brasil para pessoalmente participar de audiência judicial em Curitiba, como determinara o juiz Eduardo Appio, desde fevereiro à frente dos processos remanescentes da Lava Jato na 13ª Vara Federal.

A **Folha** entrou em contato nesta segunda (17) com a assessoria do TRF4, onde Malucelli atua, mas o magistrado preferiu não se manifestar.

A assessoria de Moro encaminhou uma nota, na qual afirma que o senador e a deputada estão afastados das atividades do escritório de advocacia "desde o início do mandato parlamentar, permanecendo no quadro social somente como associados".

"Esclarecemos ainda que os parlamentares não são investigados ou processados na Justiça Federal do Paraná ou no Tribunal Federal da 4ª Região", acrescenta a nota.

O caso da suposta extorsão envolvendo Moro está nas mãos da PGR (Procuradoria-Geral da República). O ex-juiz nega e diz que não há provas.

A **Folha** não conseguiu contato com Tacla Duran, que vive na Espanha desde 2016.

Na terça (11), a pedido do MPF (Ministério Público Federal), Malucelli derrubou uma decisão do juiz Appio, de 4 de abril, que permitia que Duran voltasse ao Brasil com salvo-conduto para ter acesso presencial a provas que estão sob a guarda da 13ª Vara Federal e participar de audiência na quinta (13) para tratar de sua liberdade provisória.

O salvo-conduto, que permitiria livre trânsito de Duran em território brasileiro, seria necessário porque parte da investigação da Lava Jato contra o advogado tramita na Espanha e há medidas restritivas ao advogado aplicadas por autoridades espanholas.

Malucelli alegou que, em março, o STF suspendeu as duas ações penais nas quais Duran figura como réu na 13ª Vara Federal de Curitiba, e todos os procedimentos relacionados aos dois processos.

A suspensão se deu a pedido do réu, que argumentou que as denúncias oferecidas em 2017 pelo MPF, que geraram as duas ações penais, utilizaram provas dos acordos de leniência da Odebrecht, já consideradas inválidas pelo Supremo.

Assim, para Malucelli, desde a suspensão dos processos pelo STF, Appio não poderia ter assinado novos despachos. Agora, é o corregedor do CNJ quem questiona se Malucelli poderia ter atuado no caso.

Na quarta (12), Appio encaminhou ofício a Malucelli sugerindo que a decisão do magistrado de segunda instância significava, na prática, o restabelecimento do mandado de prisão preventiva contra o réu. Duran era considerado foragido das autoridades brasileiras até 16 de março último, quando Appio revogou a prisão preventiva. No ofício, Appio perguntou a Malucelli se o novo mandado de prisão preventiva deveria ser expedido pela 13ª Vara ou pela 8ª Turma Criminal do TRF4.

A resposta de Malucelli foi enviada à presidente do STF, Rosa Weber. O juiz de segunda instância afirmou ao STF que não decretou nenhuma nova prisão, sugerindo erro na interpretação de Appio.

A **Folha** procurou as assessorias dos magistrados na sexta (14), mas não houve retorno.

Na decisão do dia 4 de abril, Appio revogou um despacho de maio de 2022, assinado pelo então juiz da Lava Jato Luiz Antonio Bonat, no qual Tacla Duran não conseguiu obter salvo-conduto para ter acesso, pessoalmente, a provas que estão na 13ª Vara Federal.

Cronologia do caso

Revogação da prisão (16.mar.23)
O juiz Eduardo Appio revoga o mandado de prisão contra Tacla Duran, na Espanha desde 2016

Audiência por videoconferência (27.mar)
Tacla participa de audiência e volta a dizer que rejeitou tentativa de extorsão por pessoas ligadas a Moro

Acesso a provas e audiência presencial (4.abr)
Appio revoga decisão que impedia o comparecimento de Tacla à 13ª Vara Federal em Curitiba para acessar provas, e marca audiência presencial, que ocorreria entre os dias 10 e 14 de abril

Decisão do TRF4 (11.abr)
O MPF recorre, e o juiz Marcelo Malucelli anula a decisão de 4 de abril, alegando incompetência de Appio em processos suspensos pelo STF

Esclarecimentos (12.abr)
Appio pede esclarecimentos a Malucelli, sugerindo que a derrogação também restabelecia o mandado de prisão contra Tacla

Resposta ao STF (14.abr)
Malucelli nega nova prisão e diz que apenas invalidou o acesso às provas e audiência em Curitiba

mundo guerra da ucrânia

Os ministros das Relações Exteriores de Rússia, Serguei Lavrov (à esq.), e Brasil, Mauro Vieira, em declaração conjunta após reunião bilateral Pedro Ladeira/Folhapress

Lavrov diz que Brasil e Rússia têm visão similar; Vieira critica sanções

Chanceler, há 20 anos na diplomacia russa, vai a Brasília em viagem malvista por aliados ocidentais

Ricardo Della Coletta

BRASÍLIA O chanceler russo, Serguei Lavrov, afirmou durante visita ao Itamaraty, em Brasília, nesta segunda (17), que Brasil e Rússia têm "abordagens similares" em relação a questões atuais. Sem citar diretamente a Guerra da Ucrânia, o chefe da diplomacia de Vladimir Putin recebeu ainda um aceno de seu homólogo brasileiro, Mauro Vieira, que criticou a aplicação de sanções unilaterais contra Moscou.

"Falamos sobre várias questões relevantes da agenda internacional e regional, ressaltando que as abordagens de Brasil e Rússia de questões acontecendo hoje no mundo são similares", disse Lavrov. "Os dois países estão unidos pelo desejo de contribuir para uma ordem mundial mais democrática e mais policêntrica, baseada no princípio fundamental da soberania e da igualdade dos Estados."

Lavrov falou em russo, e houve tradução simultânea no Itamaraty. A tradução fornecida em português, no entanto, divergiu da feita em inglês pelo governo russo e disponibilizada posteriormente nas redes sociais.

Segundo a tradutora em português, Lavrov disse que "as visões de Brasil e Rússia são únicas em relação aos acontecimentos na Rússia". A **Folha**, ao fim, baseou-se na tradução da chancelaria russa.

Após o evento no Itamaraty e uma palestra no Instituto Rio Branco, de formação de diplomatas, o russo foi recebido no fim da tarde pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), no Palácio da Alvorada, em um encontro que durou cerca de uma hora e meia.

No pronunciamento no Itamaraty, Mauro Vieira disse que Lavrov convidou Lula para uma viagem à Rússia, para se encontrar com Vladimir Putin. O chanceler afirmou que será avaliada uma data oportuna.

Mesmo que não citada, a Guerra da Ucrânia —os russos a chamam de "operação militar especial", e Vieira falou em conflito— é o pano de fundo da visita de Lavrov ao Brasil. Há mais de um ano, forças russas invadiram o país vizinho e, desde então, travam guerra que tem, do lado de Kiev, apoio financeiro e envio de armamentos da Otan, aliança militar liderada pelos EUA.

"Estamos muito agradecidos aos nossos amigos brasileiros pela clara compreensão da gênese da situação", disse o chanceler russo, em referência velada à guerra. "Estamos agradecidos pelo seu desejo de contribuir para encontrar maneiras de solucionar essa situação", acrescentou Lavrov.

Embora sem avanços concretos até aqui, a principal proposta do governo de Lula é a criação de um "clube da paz", fórum de países que Brasília entende como não alinhados a nenhum dos lados do conflito para mediar as negociações entre Rússia e Ucrânia. Para Lavrov, uma solução de longo prazo só pode ser alcançada caso o "princípio da multipolaridade seja respeitado, e os interesses de segurança dos dois Estados, sem exceções, considerados". "Esse é o princípio da indivisibilidade da segurança, em que nenhum país fortalece sua segurança às custas de outros."

Russo compara propaganda da Europa a tática nazista

No Brasil, o ministro das Relações Exteriores da Rússia, Serguei Lavrov, criticou países da Europa ocidental por fazerem "propaganda" em relação à Guerra da Ucrânia. Em aula a diplomatas brasileiros nesta segunda (17), o russo comparou a prática a táticas empregadas pelo ministro de Propaganda do regime nazista, Joseph Goebbels. A aula para alunos do Instituto Rio Branco, a escola de formação de diplomatas, não foi aberta à imprensa, mas a **Folha** confirmou o conteúdo da fala de Lavrov.

A avaliação de parte do Ocidente é que Lula enviou sinalizações que afastam o Brasil da neutralidade que o petista diz adotar —e que o governo de Jair Bolsonaro também professava— e o colocam alinhado a Rússia e China.

Estão na lista as falas de Lula equiparando as responsabilidades dos presidentes de Ucrânia, Volodimir Zelenski, e Rússia, Vladimir Putin, pelo conflito; a declaração de que os EUA e a UE precisam parar de incentivar a guerra; a viagem do assessor Celso Amorim a Moscou; e, agora, a viagem de Lavrov a Brasília.

Lavrov desembarcou em Brasília usando roupas informais, como calça jeans e tênis. A viagem visa enviar a mensagem de que Moscou não está isolada. Ele irá também a Venezuela, Cuba e Nicarágua.

O chanceler brasileiro tratou de forma menos extensa a situação do Leste Europeu. Além de não usar a palavra "guerra", referindo-se à maior crise de segurança na Europa desde a Segunda Guerra Mundial sempre como "conflito", Vieira criticou a aplicação de sanções unilaterais, fora do sistema ONU, repetindo posições tradicionais da diplomacia brasileira. Para ele, as punições, da maneira como foram impostas à Rússia, "têm impacto negativo em todo o mundo".

"Renovei a disposição brasileira de contribuir para uma solução pacífica", disse o chefe do Itamaraty. "Reiterei a posição em favor de um cessar-fogo imediato, respeito ao direito humanitário e em favor de solução negociada tendo em vista uma paz duradoura que contemple as preocupações securitárias de ambos os lados."

Um pequeno grupo de manifestantes protestou contra a visita de Lavrov em frente ao Itamaraty. Seis pessoas seguraram faixas em frente ao prédio, com as mensagens "Rússia imperialista", "Lavrov fora do Brasil", "Rússia fora da Ucrânia" e "não aos acordos com a Rússia imperialista".

Após o evento no Itamaraty e o encontro com jovens diplomatas, Lavrov seguiu para o Palácio da Alvorada para uma reunião com Lula. O russo chegou por volta de 17h para o encontro, que não constava na agenda oficial do petista, apesar de a informação ter sido divulgada. A reunião foi fechada, sem acesso para a imprensa. Nem Lula nem Lavrov concederam entrevista.

Kremlin condena ativista opositor de Putin a 25 anos de prisão

MOSCOU | AFP E REUTERS Um tribunal russo condenou nesta segunda-feira (17) o ativista pelos direitos humanos Vladimir Kara-Murza, 41, a 25 anos de prisão. Opositor de Vladimir Putin, ele era uma das poucas vozes críticas ao Kremlin que ainda não estava detido ou exilado.

Kara-Murza nega todas as acusações contra ele, que incluem "alta traição", trabalhar para organizações estrangeiras e divulgação de informações falsas sobre o Exército russo. Sua pena é a maior dada a um dissidente do governo desde o início da Guerra da Ucrânia.

O conflito, aliás, impulsionou a aprovação de leis com fins de censura que possivelmente foram acionadas contra o ativista. Elas incluem a proibição de difamar o Exército (pena de cinco anos de prisão) e de espalhar deliberadamente informações supostamente falsas sobre a instituição (15 anos de prisão).

Muito próximo de outro opositor de Putin, Boris Nemtsov, assassinado em 2015, Kara-Murza de fato criticou o que o Kremlin ainda hoje chama de "operação militar especial". Também já afirmou que seu país bombardeou alvos civis ucranianos, denúncia que Moscou nega reiteradamente.

Já as acusações de traição não foram corroboradas por nenhuma evidência durante o julgamento, segundo o New York Times. Um dos advogados do ativista, Vadim Prokhorov, afirmou em uma publicação no Facebook de outubro que elas fazem referência a declarações contra o governo russo que o ativista fez em viagens aos Estados Unidos e a países da Europa.

Outra integrante da equipe de defesa de Kara-Murza, Maria Eismont afirmou à agência de notícias russas que ela e seus colegas apresentarão recurso contra o veredicto e alegou que o processo judicial a qual seu cliente foi submetido, realizado a portas fechadas, foi palco de "violações graves".

O ativista, que tem cidadania britânica, disse que teve seu direito de ligar para sua família negado ao ser detido antes do julgamento —ele tem três filhos. Agora, ele será enviado a uma colônia penal, onde servirá em regime fechado.

Kara-Murza foi detido em abril do ano passado, horas após entrevista à CNN em que afirmou que a Rússia estava sendo comandada por um "regime de assassinos". Na semana passada, em sua última declaração aos juízes, afirmou não lamentar seus atos. "Criminosos devem se arrepender do que fizeram. Eu, por outro lado, fui preso em razão de minhas visões políticas." "Sei que chegará o dia em que a escuridão sobre a nossa nação se dissipará", prosseguiu. "Quando o preto será chamado de preto, e o branco, de branco; quando, em nível oficial, reconhecer-se-á que duas vezes dois dá quatro; quando uma guerra será chamada de guerra, e um usurpador, de usurpador."

Vladimir Kara-Murza, opositor de Putin, ouve anúncio de sentença em cela de vidro na Corte Municipal de Moscou Assessoria da Corte Municipal de Moscou via AFP

O ativista também comparou seu processo aos julgamentos midiáticos promovidos pelo ditador Josef Stálin nos anos 1930, na antiga União Soviética. Segundo relato da Reuters, Kara-Murza aparentou calma ao ouvir sua sentença em uma cela de vidro no tribunal. Após o anúncio, ele teria esboçado um sorriso e dito "a Rússia será livre", mote tradicional da oposição. Também teria afirmado a Esmont, sua advogada, que o fato de sua sentença ser tão rigorosa era uma espécie de reconhecimento por seus esforços.

A comunidade internacional condenou a decisão. A embaixadora dos EUA no país, Lynne Tracy —presente no tribunal na leitura do veredicto—, afirmou se tratar de clara tentativa de silenciar a dissidência. "Criminalizar posições contrárias à ação do governo é sinal de fraqueza, não de força."

Já a embaixadora britânica em Moscou, Deborah Bronnert, que também presenciou o momento do anúncio da sentença, disse que Kara-Murza havia sido punido por ousar se opor à Guerra da Ucrânia. O Reino Unido ainda anunciou ter convocado o embaixador russo em Londres —um ato de reprimenda na prática diplomática— para protestar contra o que chamou de uma decisão "politicamente motivada".

Governos de França, Noruega e Alemanha ecoaram as declarações. Enquanto isso, o alto comissário para os direitos humanos da ONU, Volker Türk, e o chefe de política externa da União Europeia, Josep Borrell, exigiram a libertação de Kara-Murza. Já o porta-voz do Kremlin, Dmitri Peskov, declinou o pedido de repórteres para comentar o veredicto no encontro regular com a imprensa, nesta segunda, dizendo que o governo russo não discute decisões judiciais.

Kara-Murza passou anos defendendo a imposição de sanções internacionais à administração e a indivíduos russos por supostas violações de direitos humanos. Ele entrou em coma duas vezes, em 2015 e em 2017, segundo ele devido a envenenamentos por parte da inteligência de seu país.

Ele se recuperou em ambas as ocasiões, mas seus advogados afirmam que ele desenvolveu uma polineuropatia, doença que atinge o sistema nervoso periférico e causa insensibilidade nos membros, dores, atrofia muscular e perda de movimentos.

Lula tem ação profundamente problemática, diz Casa Branca

Declarações do brasileiro sobre a guerra foram rebatidas também pela UE

Thiago Amâncio e Renato Machado

WASHINGTON E BRASÍLIA A postura do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) sobre a Guerra da Ucrânia é uma "repetição automática da propaganda russa e chinesa" e "profundamente problemática", disse nesta segunda-feira (17) John Kirby, coordenador de comunicação estratégica do Conselho de Segurança Nacional da Casa Branca.

"É profundamente problemático como o Brasil abordou essa questão de forma substancial e retórica, sugerindo que os EUA e a Europa de alguma forma não estão interessados na paz ou que compartilhamos a responsabilidade pela guerra", afirmou ele em conversa com jornalistas. "Francamente, neste caso, o Brasil está repetindo a propaganda da Rússia sem olhar para os fatos."

No domingo (16), Lula afirmou que EUA e Europa prolongam a guerra. "O presidente [Vladimir] Putin não toma a iniciativa de parar. [Volodimir] Zelenski não toma a iniciativa de parar. A Europa e os Estados Unidos continuam contribuindo para a continuação desta guerra", disse.

Na semana anterior, o brasileiro já havia dito que a Ucrânia poderia ceder a Crimeia em nome da paz. A fala também foi condenada por Kirby. "Os comentários mais recentes do Brasil de que a Ucrânia deveria considerar ceder formalmente a Crimeia como uma concessão pela paz são equivocados, especialmente para um país como o Brasil que votou para defender os princípios de soberania e integridade territorial na Assembleia-Geral da ONU", afirmou o americano.

O ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, rebateu as críticas. Questionado, sem saber a princípio que as falas haviam partido de Kirby, o chanceler desconversou. "Não posso dizer nada, porque nem ouvi e não sei do que se trata. Eu só posso dizer que o Brasil e a Rússia completam neste ano 195 anos de relações diplomáticas com embaixadores residentes, e, enfim, são dois países que têm uma história em comum", afirmou Vieira.

O chanceler disse ainda que não concordava com o teor da crítica americana e afirmou que a Guerra da Ucrânia não foi tratada nem por ele nem por Lula no encontro com o ministro das Relações Exteriores da Rússia, Serguei Lavrov.

"O Brasil quer promover a paz, está pronto para se unir a um grupo de países que estejam dispostos a conversar sobre a paz", disse Vieira. "E essa foi a conversa que nós tivemos, foram os temas que abordamos. Ele [Lavrov] se ofereceu e eu me ofereci, em nome do Brasil, para promover essas conversas. Com o presidente também não se falou de guerra, e o presidente só reiterou o que ele tem dito, que o Brasil está disposto a cooperar com a paz."

Lavrov desembarcou no Brasil nesta segunda, no começo de um giro pela América Latina que incluirá Venezuela, Nicarágua e Cuba.

Questionado, Kirby disse que espera que, nas agendas pelo continente, "os líderes desses países [que recebem o russo] pressionem o ministro das Relações Exteriores [Lavrov] a parar de bombardear cidades, hospitais e escolas ucranianas." Ele espera que "líderes encontrem tempo em suas agendas lotadas para se encontrar com autoridades ucranianas". Para o Itamaraty, a visita de Lavrov prova a independência brasileira.

Já o porta-voz para Assuntos Externos da União Europeia, Peter Stano, também rebateu as falas do presidente brasileiro. "O fato número um é que a Rússia —e apenas a Rússia— é responsável pela agressão ilegítima e não provocada contra a Ucrânia. Então não há dúvidas sobre quem é o agressor e quem é a vítima."

Petista vai à coroação de Charles 3º, em maio

O presidente Lula (PT) vai à coroação do rei Charles 3º no Reino Unido, em Londres, marcada para 6 de maio. A informação foi confirmada pela Secretaria de Comunicação da Presidência (Secom) nesta segunda (17). O petista ainda terá reunião bilateral com o premiê britânico, Rishi Sunak. Ainda não há detalhes sobre a data da viagem de Lula, que recebeu carta do rei Charles após a posse, em janeiro, e falou com o monarca por telefone dois meses depois.

O que Lula já disse sobre a guerra

Mai.2022 Zelenski também é responsável pela guerra:
'Putin não deveria ter invadido a Ucrânia. Mas não é só o Putin que é culpado, são culpados os EUA e é culpada a União Europeia. Qual é a razão da invasão da Ucrânia? É a Otan? Os EUA e a Europa poderiam ter dito: 'A Ucrânia não vai entrar na Otan'. Estaria resolvido.'

Jan.2023 China deve colocar a mão na massa:
'Nossos amigos chineses têm um papel muito importante. Quero conversar sobre isso com o presidente Xi Jinping. Está na hora de a China colocar a mão na massa.'

Abr.2023 EUA incentivam o conflito:
'Parem de incentivar a guerra e comecem a falar em paz. Quem é que não está na guerra que pode ajudar a acabar com essa guerra? Somente quem não está defendendo a guerra é que pode criar uma comissão e discutir o fim dessa guerra.'

Abr.2023 Ucrânia e Rússia são responsáveis:
'Putin não toma a iniciativa de parar. Zelenski não toma a iniciativa de parar. A Europa e os EUA continuam contribuindo para a continuação desta guerra. Temos que sentar à mesa e dizer para eles: 'Basta'.'

Fala de petista sobre Ucrânia reforça críticas em Portugal

Giuliana Miranda

LISBOA As recentes declarações do presidente Lula reacenderam as críticas ao petista em Portugal às vésperas da visita oficial que ele fará ao país entre 22 e 25 de abril.

Nos últimos dias, o líder brasileiro voltou a afirmar que a Ucrânia também tem responsabilidade pela guerra travada contra a Rússia e acusou os EUA e a UE de incentivarem o prosseguimento do conflito.

Estado-membro do bloco europeu e da Otan, a aliança militar ocidental, Portugal tem declarado apoio ativo ao país invadido por Vladimir Putin, inclusive com o envio de tanques Leopard a Kiev.

As maiores críticas vieram dos partidos lusos mais à direita. O deputado Rui Rocha, líder da IL (Iniciativa Liberal), quarta maior bancada no Parlamento, questionou a recepção ao presidente brasileiro.

O eurodeputado Paulo Rangel, vice do PSD (Partido Social-Democrata), maior sigla de oposição, instou o governo português a "tomar posição pública e formal" sobre as declarações de Lula. Líder da legenda de ultradireita Chega, o deputado André Ventura prometeu grande protesto, com empresários e pessoas ligadas a igrejas evangélicas, contra a presença de Lula. E a Associação dos Ucranianos em Portugal avalia integrar os atos.

GUERRA FAZ SUÉCIA REALIZAR MAIOR EXERCÍCIO MILITAR EM 25 ANOS A Suécia iniciou nesta segunda (17) o exercício militar Aurora 23, o maior do gênero feito no país em 25 anos e que ocorrerá em terra, mar e ar até 11 de maio, mobilizando 26 mil soldados de 14 países, entre eles o batalhão americano (foto) que chegou a Ostersund, vindo da Noruega; na ação, a Suécia faz gesto a Rússia e à Otan. Pontus Lundahl/TT News Agency/Reuters

Se o Brasil fosse invadido, Lula apoiaria um plano pró-invasor?

OPINIÃO

George O. Liber
Professor de história da Universidade do Alabama em Birmingham e especialista em Ucrânia

Na visita à China, Lula abraçou o recente plano de paz da China para a guerra da Rússia na Ucrânia. Com a chegada do chanceler russo, Serguei Lavrov, ao Brasil, Lula e sua equipe devem discutir o plano, que a Rússia apoia. Qual é esse plano e quais são as chances de acabar com o conflito? E por que o Brasil se alinhou a ele?

Em fevereiro, Pequim sugeriu que a comunidade internacional respeitasse a soberania de todos os países da região; que EUA e aliados da Otan abandonassem a mentalidade de Guerra Fria; que as partes envolvidas, direta ou indiretamente, cessassem as hostilidades; que Rússia e Ucrânia retomassem as negociações de paz; que ONU desempenhasse papel de coordenação na canalização da assistência humanitária para as zonas em conflito; que partes beligerantes protegessem civis e prisioneiros de guerra; que beligerantes e Agência Internacional de Energia Atômica mantivessem usinas nucleares seguras.

Ainda sugeriu que as superpotências evitassem o uso de armas nucleares; que Rússia, Turquia, Ucrânia e ONU facilitassem o fluxo das exportações de cereais por meio do mar Negro; que EUA, União Europeia e G7 deixassem de impor sanções unilaterais não autorizadas pelo Conselho de Segurança da ONU; que todos mantivessem as cadeias industriais e de suprimento em funcionamento; e que a comunidade internacional apoiasse a reconstrução das zonas de conflito.

Esses louváveis (ainda que vagos) princípios não proporcionaram novas iniciativas para pôr fim à guerra. Embora a China tenha proclamado neutralidade e se abstido de fornecer armas à Rússia, não condenou a agressão de seu parceiro mais próximo nem pediu a retirada das tropas da Ucrânia.

Em contraste, Lula condenou a invasão de Putin. Reconheceu o direito da Ucrânia a se defender, mas é a favor de soluções diplomáticas em vez do fornecimento de ajuda à defesa. Recusa-se a vender armas à Ucrânia, num esforço para manter a neutralidade. "Não quero aderir à guerra, quero acabar com a guerra".

Mas ao apoiar o plano da China e aceitar a narrativa chinesa, a imparcialidade de Lula foi colocada em questão. Ele provocou indignação na Ucrânia em 6 de abril de 2023, ao sugerir que os ucranianos deveriam considerar desistir da Crimeia em troca da paz com a Rússia.

Ao dar preferência aos interesses de "segurança" da Rússia em detrimento da integridade territorial da Ucrânia, o plano chinês é falho. Pode definir cessar-fogo com linhas de delimitação e ocupação contínua do território ucraniano, gerando a paz cartaginesa, não a paz permanente.

Como afirmou Mikhailo Podoliak, um dos principais conselheiros do presidente Volodimir Zelenski: "Não se trata de paz, mas de congelar a guerra, uma derrota ucraniana."

A promessa de paz significa reconhecer a soberania da Ucrânia, o seu direito a existir independentemente da Rússia em seus territórios internacionalmente reconhecidos, estabelecidos após a independência da União Soviética, em 1991.

A proposta da China e as frases de Lula levantam questões: o que constitui a soberania territorial da Ucrânia? O território estabelecido em dezembro de 1991 e reconhecido por toda a comunidade internacional? Ou a Ucrânia depois que a Rússia anexou a Crimeia, em março de 2014? Ou a Ucrânia depois que a Rússia anexou Kherson, Zaporíjia, Donetsk e Lugansk, em setembro de 2022?

Lula questiona também até onde a Ucrânia deve ir na defesa de sua integridade territorial. Como o país poderia fazê-lo sem ajuda militar estrangeira, especialmente dos EUA?

Ao sugerir soluções sem abordar as realidades das origens dessa guerra, sem reconhecer que país a iniciou, ou sem designar esse conflito como uma guerra, os esforços da China, do Brasil e de outros países para se tornarem intermediários da paz fracassarão.

Não está claro por que o Brasil apoia o plano de paz da China, condenado ao fracasso. Se uma das potências militares do mundo lançasse invasão não provocada do Brasil e anexasse a região amazônica, será que Lula e brasileiros, partidários do petista ou de Bolsonaro, apoiariam plano de paz que recompensasse o agressor com concessões territoriais?

Tradução de Paulo Migliacci

Veículo das Forças de Apoio Rápido do Sudão estacionado em frente a uma editora, no sul de Cartum, capital do Sudão AFP

No 3º dia de conflitos, Sudão tem 185 mortos e 1.800 feridos

Chefe militar chama antiga facção aliada de rebelde e ordena sua dissolução

SÃO PAULO O conflito entre o Exército e um grupo paramilitar no Sudão já matou pelo menos 185 pessoas, e mais de 1.800 civis e soldados estão feridos, afirmou um enviado das Nações Unidas ao país africano nesta segunda-feira (17).

O confronto chega ao seu terceiro dia com a população entrincheirada em suas casas sob o risco de desabastecimento em mercados e hospitais, além de cortes constantes de água e de energia.

O enfrentamento eclodiu no último sábado (15) entre unidades do Exército leais ao general Abdel Fattah al-Burhan, que comanda o país desde o golpe de Estado em 2021, e a milícia RSF (Forças de Apoio Rápido, em português), liderada pelo também general Mohamed Hamdan Dagalo, conhecido como Hemedti.

O chefe do Exército do Sudão descreveu o grupo como rebelde e ordenou que a antiga facção aliada fosse dissolvida, enquanto ambos os lados reivindicavam avanços sobre o grupo adversário.

Segundo testemunhas ouvidas pela agência de notícias Reuters, houve nesta segunda bombardeios em Cartum, inclusive perto do quartel-general, e em Bahri, cidade vizinha do outro lado do rio Nilo. Fumaça foi vista na pista do aeroporto internacional da capital, onde explosões e incêndios eram transmitidos na TV.

Os dois generais, Burhan e Hemedti, haviam concordado com uma pausa de três horas nos confrontos no domingo (16), um cessar-fogo proposto pela ONU para retirar civis com segurança, segundo a missão da organização no país. O acordo, entretanto, foi ignorado após um breve período de relativa calma.

O comandante da missão das Nações Unidas no Sudão, Volker Perthes, afirmou estar "extremamente decepcionado" com o fato de que os dois lados "respeitaram apenas parcialmente a trégua humanitária" que haviam aceitado. Perthes disse ainda ter observado uma intensificação no combate nesta segunda.

No sábado, os paramilitares reivindicaram o controle do palácio presidencial, da TV estatal e de aeroportos em diversas cidades pelo território, incluindo a capital, Cartum.

Agora, o Exército parece ter recuperado o controle da televisão estatal, que começou a transmitir vídeos de veículos da facção opositora sendo destruídos, e diz estar no controle de seu quartel-general, apesar de "confrontos limitados" nas proximidades —o RSF, por sua vez, postou vídeos que mostram seus soldados no aeroporto de Merowe, em uma base ao sul da capital e em um quartel-general militar no centro da cidade. Com a guerra de versões, é impossível saber qual força de fato controla a cidade.

Enquanto o Exército afirma que continuará os ataques aéreos até expulsar o grupo da capital, o líder do RSF pede que a comunidade internacional tome medidas contra o que chama de crimes de Burhan, nas palavras de Hemedti "um islâmico radical que está bombardeando civis".

Atores políticos tão distintos como os Estados Unidos, a China, o Reino Unido, a Rússia, o Egito e a Arábia Saudita, além do Conselho de Segurança da ONU, da União Europeia e da União Africana, pedem um fim rápido das hostilidades que ameaçam piorar a instabilidade da região.

Os esforços dos órgãos regionais também se intensificaram no domingo. O Egito se ofereceu para mediar o conflito, e a Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento do bloco regional africano planeja enviar os presidentes do Quênia, do Sudão do Sul e de Djibuti o mais rapidamente possível para reconciliar os grupos, de acordo com o gabinete do presidente queniano, William Ruto.

Enquanto isso, os escritórios, as escolas e os postos de gasolina na capital permanecem fechados, e os serviços de saúde foram interrompidos. As pontes que ligam Cartum às vizinhas Omdurman e Bahri estão bloqueadas por veículos blindados, e algumas das estradas que saem da capital sudanesa estão intransitáveis.

Com os serviços de água e energia cortados em grande parte da capital, alguns moradores se aventuravam a sair para comprar comida, formando longas filas nos poucos mercados abertos. Os estabelecimentos advertiram que só conseguiriam continuar com suas atividades por mais alguns dias devido à falta de abastecimento. Já os hospitais que atendem os feridos estão ficando sem insumos.

Médicos também relataram cortes de energia elétrica nas salas de cirurgia e, de acordo com a Organização Mundial da Saúde, "vários dos nove hospitais de Cartum que recebem civis feridos não têm mais estoques de sangue, equipamentos para transfusão e outros materiais vitais".

O Programa Mundial de Alimentos da ONU disse no domingo ter suspendido temporariamente todas as operações em áreas atingidas pela fome após três funcionários da organização serem mortos em combates em Darfur, no oeste. O Sudão tem sido afetado por níveis crescentes de fome nos últimos anos.

Antes da explosão de violência, mais de um terço dos 45 milhões de habitantes do país, um dos mais pobres do mundo, já dependia de ajuda humanitária. "Esta é a primeira vez na história do Sudão desde sua independência [em 1956] que se observa tal nível de violência no centro de Cartum", afirmou à agência de notícias AFP Kholood Khair, fundadora do centro de pesquisas Confluence Advisory, na capital do país.

Em Darfur, moradores disseram que os combates continuam. "Está mais calmo do que ontem, mas houve artilharia pesada pela manhã", afirmou Mohamed, médico da região. Um acampamento para pessoas deslocadas por um conflito anterior foi o mais afetado, disse ele.

"Estamos com medo, não dormimos há 24 horas devido ao barulho e ao tremor nas casas. Estamos preocupados com a falta de água, comida e remédios para meu pai diabético", disse à Reuters Huda, um jovem morador de Cartum. "Há muita informação falsa, todo mundo está mentindo. Não sabemos quando isso vai acabar, como vai acabar."

Um confronto prolongado aumenta os temores de que o país mergulhe em uma guerra civil ao mesmo tempo em que luta contra o colapso econômico. O episódio se dá em um contexto de rivalidade crescente entre Hemedti e Burhan. Os dois haviam unido esforços para derrubar os civis no golpe de Estado há dois anos. Nos últimos meses, entretanto, eles discordavam sobre a participação do RSF nas Forças Armadas —embora o regime não rejeite a integração do grupo ao Exército, quer impor condições e limitar seu escopo de atuação.

As duas facções ainda disputam a formação de um eventual governo de transição no Sudão, e tensões entre as partes fizeram com que a assinatura de um pacto de passagem para a democracia com o apoio da comunidade internacional fosse adiada. As versões sobre o início dos choques são conflitantes —o regime afirma que os combates começaram quando integrantes do RSF atacaram suas bases em Cartum, e a milícia declara ter sido surpreendida com a chegada de soldados a um de seus acampamentos em Soba, ao sul da capital.

Com Reuters e AFP

Raio-X

Área: 1.861.484 km² (pouco maior que o estado do Amazonas)
População: 49.197.555 (semelhante à do estado de São Paulo)
PIB: US$ 34,3 bi (do Brasil é U$ 1,6 tri)
PIB per capita*: US$ 4.066 (do Brasil é US$ 16 mil)
IDH: 172º no ranking (Brasil é o 87º)
Expectativa de vida ao nascer: 65,3 anos (no Brasil é de 72,8)
Índice de Percepção da Corrupção: 162º no ranking (Brasil é o 94º)

* Considerando paridade do poder de compra
Fontes: Banco Mundial, CIA World Factbook, IBGE, ONG Transparência Internacional e Pnud

Macron lamenta falta de consenso em reforma da Previdência

Fernanda Mena

TOULOUSE (FRANÇA) O panelaço chegou à França. Convocado pela Associação pela Tributação das Transações Financeiras para Ajuda aos Cidadãos (Attac), o concerto de panelas deu o tom nas ruas de Paris, Marselha, Nantes, Rennes e de outras cidades do país durante o pronunciamento do presidente Emmanuel Macron nesta segunda-feira (17).

O panelaço foi programado para o momento em que o líder francês fazia gesto de aproximação, na tentativa de apaziguar os ânimos no país depois que ter promulgado sua impopular reforma da Previdência horas após o texto ter sido validado pelo Conselho Constitucional, na última sexta (14).

"Lamento não termos conseguido chegar a um consenso", declarou o chefe do Eliseu. "E vamos aprender com os nossos erros. Mas é [um projeto] necessário", reiterou ele. "Ele foi aceito pelos franceses? Evidente que não", admitiu.

O presidente disse ainda compreender a revolta da população. Para ele, trata-se de uma "raiva de ter um emprego que, para muitos, já não lhes permite viver bem, a preços crescentes de gasolina, compras e refeições na cantina", frisou, em referência à inflação que reduz, mês a mês, o poder de compra da população. "Raiva porque algumas pessoas sentem que estão fazendo a sua parte, mas sem serem recompensadas por seus esforços, seja em ajuda ou em serviços públicos eficazes."

Macron também prometeu novo "pacto pela vida e pelo trabalho", que, diz ele, será organizado e anunciado nos próximos cem dias em torno de três eixos: emprego, justiça e ordem social e democrática.

Sem apresentar medidas concretas para reverter a crise social e política do país nem tocar nos pontos cruciais da reforma e nos métodos utilizados pelo governo para sua aprovação —o artigo 49.3 da Constituição, que atropelou a votação pela Assembleia Nacional—, Macron parece ter complicado ainda mais sua situação. Após o pronunciamento, do panelaço, os manifestantes das principais cidades do país iniciaram protestos espontâneos com incêndios e conflitos com a polícia.

Para 64% dos franceses, a mobilização em torno da reforma da Previdência deve continuar, segundo pesquisa encomendada pela BFMTV divulgada nesta segunda. E quase 90% da população afirma acreditar que, a partir de agora, depredações e confrontos com a polícia se tornarão mais sistemáticos no país, de acordo com pesquisa encomendada pelo jornal Le Figaro e também divulgada nesta segunda.

"O apaziguamento teria sido feito se ele tratasse sobre o assunto que criou a conflagração social, a reforma previdenciária", disse o secretário-geral da Confederação Francesa Democrática do Trabalho, Laurent Berger. "E ele não disse uma palavra sobre isso."

"Emmanuel Macron dá a impressão de estar começando seu mandato após seis anos no cargo", disse Eric Ciotti, líder do partido Republicanos. "Recebo com ceticismo este catálogo de desejos piedosos, o que é certamente louvável, mas muito pouco concreto."

Olivier Faure, líder do Partido Socialista, afirmou que Macron é "um presidente piromaníaco" por prometer "cem dias para extinguir o fogo que ele alimenta diariamente".

> "Lamento não termos conseguido chegar a um consenso. E vamos aprender com os nossos erros. Mas é [um projeto] necessário. Ele foi aceito pelos franceses? Evidente que não
>
> **Emmanuel Macron**
> presidente da França, em pronunciamento nesta segunda (17)

"Emmanuel Macron, ainda preso em um mundo paralelo, não tinha uma palavra sobre a inflação que está sufocando os franceses e seu poder de compra em colapso", escreveu Marine Le Pen, líder do partido de ultradireita Reunião Nacional.

O Conselho Constitucional validou parcialmente o texto que mobilizou milhares de franceses desde janeiro, chancelando seu ponto mais crítico: a aposentadoria aos 64 anos.

A decisão desencadeou uma série de protestos por toda a França. Minutos depois, a primeira-ministra francesa, Élisabeth Borne, celebrou no Twitter e afirmou que o texto havia chegado "ao fim de seu processo democrático". "Nesta noite, não há vencedor nem perdedor", escreveu.

Mas não foi assim que a oposição enxergou a decisão da última sexta-feira. A deputada Clémentine Autain, do Nupes, coalizão de esquerda do Parlamento, afirmou considerar que, "em 14 de abril, a Quinta República morreu". Assim, a representante eleita aponta para "os chamados Sábios", que "não mostraram sabedoria": "Se os membros do Conselho Constitucional nos dizem que [a reforma] é legal, de acordo com a Constituição, e que é possível impor uma lei contra a opinião do povo, então existe um problema institucional".

Deputados do Partido Socialista vão propor uma nova lei para revogar a reforma da Previdência, e parlamentares da França Insubmissa, partido de ultraesquerda, articulam uma nova moção de censura contra o texto.

A junta intersindical que organiza as greves e manifestações contra o texto desde janeiro, por sua vez, está convocando os franceses a uma grande jornada de protestos no dia 1º de maio contra a reforma.

O projeto de reestruturação previdenciária do governo francês aumenta a idade mínima para a aposentadoria de 62 para 64 anos até 2030 e prolonga os anos de contribuição de 42 para 43 anos já em 2027 como condição de acesso à pensão integral. Esse texto é rejeitado por cerca de 70% dos franceses.

Nova regra fiscal deve ser entregue ao Congresso nesta terça com mudanças

Equipe econômica faz ajuste com objetivo de mostrar compromisso com parâmetros do arcabouço

Nathalia Garcia, Renato Machado e Victoria Azevedo

BRASÍLIA O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) deve entregar ao Congresso nesta terça-feira (18) a proposta de arcabouço fiscal para substituir a regra do teto dos gastos. Ministros da área política e econômica mostraram alinhamento no discurso a respeito da data.

Antes do envio, a equipe econômica avaliou uma alteração no texto final do arcabouço. Com o objetivo de mostrar desde o início maior compromisso com os parâmetros da nova regra fiscal, o time envolvido na elaboração do projeto decidiu colocar tanto os conceitos do marco quanto os valores utilizados para os próximos quatro anos na versão final da lei complementar.

O texto deixa a possibilidade de mudança dos parâmetros por meio de lei ordinária a partir do próximo governo. A princípio, a ideia era definir os conceitos do arcabouço em lei complementar, e os parâmetros, em lei ordinária.

A regra prevê que a alta real da despesa, acima da inflação, será equivalente a 70% da variação das receitas —assegurados um piso de 0,6% e um teto de 2,5% de crescimento real dos gastos ao ano.

A alteração pode, assim, facilitar mudanças nas regras fiscais após o fim do governo Lula. A tramitação de um projeto de lei complementar exige um quórum especial, com a maioria absoluta dos deputados de cada Casa legislativa. Um projeto de lei ordinária, no entanto, demanda apenas a maioria dos parlamentares presentes na sessão.

Ao sair de uma reunião com Lula, no Palácio da Alvorada, na manhã desta segunda, o ministro Alexandre Padilha (Relações Institucionais) afirmou que a proposta da equipe econômica deve ser entregue pelo mandatário diretamente nas mãos dos presidentes do Senado e da Câmara dos Deputados, respectivamente Rodrigo Pacheco (PSD-MG) e Arthur Lira (PP-AL).

Lula vai realizar uma grande reunião no Planalto com ministros, governadores e chefes dos Poderes, para tratar de medidas para combater a violência nas escolas.

O titular das Relações Institucionais afirmou esperar que a Câmara dos Deputados defina ainda nesta semana quem será o relator da proposta durante a tramitação naquela Casa legislativa. Segundo Padilha, Lira teria afirmado que o marco fiscal poderia ser votado em 15 dias, mas ressaltou que a previsão do governo é que a medida possa ser aprovada, tanto na Câmara como no Senado, até o final do semestre.

“Vai ter esse momento amanhã [nesta terça-feira], também com o presidente da Câmara e do Senado, onde ele [Lula] deve, junto com o ministro Haddad, entregar a proposta, o texto do novo marco fiscal. A expectativa é que a Câmara possa definir o nome do relator para o marco fiscal para que a gente possa votá-lo na velocidade e na urgência que o país pede”, completou.

De acordo com o ministro Fernando Haddad (Fazenda), o encaminhamento “está dependendo da Casa Civil e de uma combinação com os presidentes das Casas”.

Mais cedo, a ministra Simone Tebet (Planejamento) afirmou que assinou na manhã desta segunda o texto do projeto de lei complementar do novo marco fiscal e enviou o documento para a Casa Civil.

“Acabei de assinar [o texto] e, portanto, já encaminhamos para a Casa Civil neste momento por parte do Ministério do Planejamento e Orçamento dando o ok em relação ao arcabouço fiscal”, disse a chefe da pasta durante apresentação do PLDO (Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias).

Mais cedo, o líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE), também afirmou que o texto do arcabouço fiscal deverá ser entregue pelo Executivo ao Congresso Nacional nesta terça-feira.

Em entrevista à GloboNews, o parlamentar afirmou que o texto poderá ser entregue após reunião no Palácio do Planalto que deverá contar com a presença de Lula, ministros e os presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

“Penso que será o melhor momento para o ministro Haddad entregar formalmente o texto da nova política fiscal do país”, disse.

Guimarães afirmou ainda que há um compromisso com Lira para votar o texto na Casa “com rapidez”.

“Pela minha percepção, pelo ambiente político que está posto, nós votaremos esta matéria em 15, 20 dias para ela ir ao Senado.”

O objetivo do arcabouço é substituir o teto de gastos, regra fiscal em vigor que limita o crescimento das despesas à inflação do ano anterior.

O desenho foi pensado para que os gastos tenham um aumento real (acima da inflação), mas em ritmo mais moderado do que o avanço das receitas.

O governo conta com uma expansão da receita líquida acima da média e poucas vezes registrada na história para alcançar o cenário de déficit zero nas contas públicas no ano que vem.

Os dados considerados pelo governo apontam para um avanço real acima de 8% em 2024 (para R$ 2,1 trilhões), enquanto a série do Tesouro Nacional registra um crescimento real médio de 4,8% nos últimos 25 anos.

Os ministros Fernando Haddad (Fazenda) e Alexandre Padilha (Relações Institucionais) Pedro Ladeira - 28.fev.23/Folhapress

Mercado passa a ver Selic menor e inflação mais alta

Analistas consultados pelo Banco Central passaram a ver um afrouxamento maior da política monetária neste ano, ao mesmo tempo que elevaram a perspectiva para a inflação em 2023 acima de 6%. A pesquisa Focus divulgada pelo BC nesta segunda-feira (12) aponta que a expectativa agora é que a taxa básica de juros Selic termine este ano a 12,50%, de 12,75% antes. Para as reuniões de política monetária de maio e junho, o mercado espera que o Copom (Comitê de Política Monetária) ainda irá manter a taxa no atual nível de 13,75%. Ao mesmo tempo, o levantamento, que capta a percepção do mercado para indicadores econômicos, apontou que a expectativa para a alta do IPCA em 2023 subiu a 6,01%, de 5,98% na semana anterior.

Políticas públicas ficam comprometidas sem aprovação do arcabouço, diz Tebet

BRASÍLIA A ministra Simone Tebet (Planejamento) afirmou nesta segunda-feira (17) que, sem a aprovação do arcabouço fiscal, as despesas do governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) com políticas públicas, como os programas Bolsa Família e Minha Casa, Minha Vida, podem ficar comprometidas em 2024.

Se a nova regra fiscal não avançar, do total de R$ 196,35 bilhões de despesas discricionárias estimadas para o próximo ano, restariam apenas R$ 24,35 bilhões para os gastos livres dos ministérios —que incluem despesas administrativas como contas de luz e água.

Os números estão no PLDO (Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias) de 2024, que foi enviado ao Congresso Nacional na sexta-feira (14).

“Esses R$ 24 bilhões são apenas para o custeio da máquina, água, luz, combustível para o país todo, para que a máquina não pare, para que não haja shutdown [apagão]. Diante disso, a gente praticamente tem zero de espaço para despesas discricionárias”, afirmou Tebet.

De acordo com a ministra, o PLDO respeita a regra vigente e traz “realismo orçamentário e transparência”. Para Tebet, o teto de gastos “praticamente não existe mais” e “ de tanto que foi furado, é inexequível”.

No documento, o governo condicionou a possibilidade de expandir as despesas do próximo ano em R$ 172 bilhões acima do permitido pelo teto de gastos à aprovação do novo arcabouço fiscal.

A pasta justifica que o excesso é elevado pelo espaço de R$ 145 bilhões aberto pela emenda constitucional para este ano e pela necessidade de correção do índice utilizado no cálculo do teto de 2023, no valor de R$ 23,7 bilhões.

O documento também mostra previsão de superávit de R$ 61,6 bilhões (0,5% do Produto Interno Bruto) em 2025 e de R$ 130,8 bilhões (1% do PIB) em 2026 nos objetivos centrais —também com intervalo de tolerância. Os números são referentes ao governo central (o que inclui Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central).

O documento mostra também que o governo Lula prevê que o salário mínimo suba para R$ 1.389 em 2024, sem aumento real. Mas o valor não é definitivo.

“Não há a menor chance de o presidente no ano que vem não dar aumento real no salário mínimo”, disse Tebet, acrescentando que Lula não irá descumprir uma promessa de campanha.

“O aumento vai ser real, o quanto vai depender da aprovação do arcabouço, e de que forma nós poderemos estar falando de incremento de receitas de um lado e de corte de despesas do outro”, continuou a ministra.

O montante previsto no PLDO considera apenas a correção do valor previsto para dezembro de 2023 pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), voltado à inflação sentida pelos brasileiros de menor renda, que tem projeção estimada pelo governo em 5,16%. **Nathalia Garcia**

PAINEL S.A.

Joana Cunha
painelsa@grupofolha.com.br

Pronto-socorro

A crise enfrentada por hospitais e planos de saúde com o aumento da sinistralidade pode virar uma avalanche, segundo fornecedores de materiais para cirurgias e tratamentos. Além de um avanço da inadimplência, fornecedores relatam alta na retenção do faturamento, ou seja, após a realização de um procedimento, hospitais e planos demoram para liberar o documento para a fatura, segundo Sergio Rocha, da Abraidi (associação de distribuidores de produtos para saúde).

AMBULÂNCIA Levantamento da entidade aponta que o volume pendente de faturamento chegou a R$ 1,085 bilhão neste ano, alta de quase 50% em relação ao ano passado. Isso representa 12% das receitas das associadas à Abraidi.

PRÓTESE "Quando o documento para o fornecedor faturar não é entregue, ele corre o risco de ter problemas fiscais. Se ele não tem nota de faturamento, pode ser autuado por sonegação. E por outro lado, isso não aparece como dívida no balanço do hospital ou plano de saúde", diz Rocha.

CALCULADORA Ele faz uma analogia com o caso da Americanas. "Chega a levar 180 dias para faturar um item de uma cirurgia que aconteceu. Se não fatura, a dívida não existe no papel", afirma.

FEBRE A audiência que vai debater o piso da enfermagem na Câmara nesta terça (18) deve esquentar o impasse entre hospitais e trabalhadores. A expectativa dos hospitais privados é encontrar subsídio à medida. O piso foi suspenso pelo STF em setembro.

JALECO Marcos Ottoni, da CNSaúde (representante de hospitais privados) diz que o governo precisa levar em consideração a crise no setor. Segundo ele, nenhuma das soluções propostas pelo Congresso e pelo governo contemplam o setor privado.

SINTOMA Marco Ferreira, da Anahp (associação dos hospitais privados), afirma que temas como a desoneração da folha, a alta sinistralidade dos planos de saúde e a desigualdade dos salários deveriam pautar as discussões.

MAPA A FNP (Frente Nacional dos Prefeitos), que também vai estar na audiência, defende que a regulamentação do uso dos recursos do superávit dos fundos considere o número de profissionais de cada cidade, segundo Dário Saadi, prefeito de Campinas.

UTI Solange Caetano, da FNE (federação da enfermagem), diz que a maior expectativa dos trabalhadores é a de que o projeto de lei prometido pelo governo Lula seja votado pelo Congresso nesta semana.

DOCA A Ultracargo Logística obteve liminar, na semana passada, para suspender as cobranças do pagamento de uma parcela da outorga que deve à União pela exploração de um terminal no Porto do Itaqui (Maranhão), até que saia uma decisão administrativa sobre a possibilidade de usar seu precatório. A cobrança de cerca de R$ 10 milhões venceu em 10 de abril.

ÂNCORA A empresa afirma que apresentou um precatório federal, mas ainda aguarda o resultado. "Ultracargo se encontra em um cenário crítico, tendo em vista que está sujeita às inúmeras penalidades decorrentes da eventual mora contratual, até mesmo a proibição de contratar com a administração pública", diz o escritório Salomão Kaiuca Abrahão Raposo Cotta Advogados no processo.

A BORDO O caso da Ultracargo se soma a outros impasses na discussão sobre o uso dos precatórios em concessões. No setor de ferrovias, a Rumo também foi à Justiça depois de apresentar seus precatórios como forma de pagamento à ANTT. A espanhola Aena, vencedora do leilão do aeroporto de Congonhas, também discute com a Anac.

RÓTULO Sob efeito da inflação, 70% das consumidoras entrevistadas em um levantamento do Sincovaga (sindicato do varejo alimentício de São Paulo) dizem ter deixado de ser fiéis a marcas de alguns produtos para experimentar opções mais baratas. O percentual é maior do que o registrado entre homens (55%).

MAQUIAGEM No geral, a categoria na qual as trocas ocorrem com mais frequência é a de higiene e limpeza, com 63% das respostas, seguida por itens básicos, como arroz, feijão e farinha (61%), carnes (38%) e laticínios (33%).

BOLSO Levantamento do birô de crédito Boa Vista aponta recuo da demanda por crédito no segmento não financeiro, que abrange o varejo. Os dados, referentes a março, apontam redução de 4,8% na demanda no acumulado dos 12 meses. No 1º trimestre, o indicador recuou 0,1% em relação aos três meses anteriores.

com Paulo Ricardo Martins e Diego Felix

INDICADORES

Juros

Abr., em % ao mês

	Mínimo	Máximo
Cheque especial	7,73	8,00
Empréstimo pessoal	4,72	9,76

Fonte: Procon-SP

Contribuição à Previdência

Competência março

Autônomo e facultativo

Valor mín.	R$ 1.302,00	20%	R$ 260,40
Valor máx.	R$ 7.507,49	20%	R$ 1.501,49

O autônomo que prestar serviços só a pessoas físicas (e não a pessoas jurídicas) e o facultativo pode contribuir com 11% sobre o salário mínimo. Donas de casa de baixa renda podem recolher sobre 5% do piso nacional. O prazo para o facultativo e o autônomo que recolhe por conta própria vence em 17.abr

MEI (Microempreendedor)

Valor mín.	R$ 1.302	5%	R$ 65,10

Assalariado	Alíquota
Até R$ 1.302,00	7,5%
De R$ 1.302,01 até R$ 2.571,29	9%
De R$ 2.571,30 até R$ 3.856,94	12%
De R$ 3.856,95 até R$ 7.507,49	14%

O prazo para recolhimento das contribuições do empregado vence em 20.abr. As alíquotas progressivas são aplicadas sobre cada faixa salarial que compõe o salário de contribuição

Imposto de Renda

Em R$	Alíquota, em %	Deduzir, em R$
Até 1.903,98	Isento	
De 1.903,99 até 2.826,65	7,5	142,80
De 2.826,66 até 3.751,05	15	354,80
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	636,13
Acima de 4.664,68	27,5	869,36

Empregados domésticos

Considerando o piso na capital e Grande SP

R$ 1.433,73	Valor, em R$
Empregado	109,50
Empregador	286,71

O prazo para o empregador do trabalhador doméstico vence em 5.abr. A guia de pagamento do empregador inclui a contribuição de 8% ao INSS, 8% do FGTS, 3,2% de multa rescisória do FGTS e 0,8% de seguro contra acidente de trabalho. A contribuição ao INSS do doméstico deve ser descontada do salário. Sobre o piso da Grande SP, as alíquotas do empregado são de 7,5% e 9%. Para salário maior, de 7,5% a 14%, aplicadas sobre cada faixa do salário, até o teto do INSS

Governo e setor de cartões vão compor grupo com BC para discutir rotativo

Ministro Fernando Haddad diz que taxa elevada é preocupação de Lula; juros médios da modalidade superam 400% ao ano

Danielle Brant e Nathalia Garcia

BRASÍLIA O governo e integrantes da indústria do cartão de crédito vão constituir um grupo de trabalho com o Banco Central para aprofundar as causas do spread [diferença entre o custo de captação dos bancos e a taxa cobrada do cliente] no rotativo, afirmou nesta segunda-feira (17) o presidente da Febraban (Federação dos Bancos), Isaac Ferreira.

Ferreira e o presidente da CNF (Confederação Nacional das Instituições Financeiras), Rodrigo Maia, participaram de uma reunião com o ministro Fernando Haddad (Fazenda) no fim da tarde desta segunda-feira.

Ao final, Haddad falou que o objetivo do encontro foi estudar o modelo atual para entender as causas que levam ao elevado juro do rotativo. Segundo dados do BC, a taxa média de juros cobrada na modalidade foi de 417,4% ao ano em fevereiro.

"Eu pedi celeridade, porque é uma preocupação do presidente Lula, e eles pediram para envolver o Banco Central em virtude da regulação do produto, que passa também pelo Banco Central. E nós vamos fazer isso", disse. Ele afirmou que os bancos ficaram de elaborar um cronograma para apresentação de um estudo sobre o rotativo.

Mais cedo, Haddad lembrou que a origem de parte da inadimplência dos cadastros de maus pagadores é o cartão de crédito.

"Não só, mas é também por cartão de crédito. E as pessoas não conseguem sair do rotativo. Nós precisamos encontrar um caminho, um caminho negociado, como nós fizemos com a redução do consignado dos aposentados."

Ferreira afirmou que a ideia foi levar um diagnóstico ao ministério sobre o mercado de cartão de crédito.

"Para reduzir o custo de crédito, é importante que nós não só venhamos a atacar as causas que fazem com que o spread bancário seja elevado mas nós precisamos compreender quais são as causas do custo de crédito elevado", disse.

Ferreira disse que nenhuma proposta foi apresentada ao final do encontro.

"Nós haveremos de fazer uma construção. O Banco Central é um ator relevante e vai atuar também nesta agenda, já está atuando."

Ele afirmou que será criado o grupo de trabalho para "aprofundar tecnicamente quais são as causas do elevado spread no cartão de crédito". "Para poder, atacando as causas, encontrar as soluções corretas, soluções que possam zelar pela racionalidade econômica", disse. O grupo, que não tem prazo para ser instituído, terá participantes da indústria do cartão de crédito, do governo e do Banco Central.

O presidente da Febraban defendeu que o aprimoramento dos marcos de garantia é importante para reduzir os juros na modalidade.

"Uma das razões que fazem com que os juros bancários sejam elevados é a pouca efetividade de garantias. Tem um projeto de lei tramitando no Congresso Nacional, já aprovado na Câmara e que está no Senado. Se o país tiver o marco legal de garantias, nós damos um passo importante para começar a reduzir o custo de crédito", afirmou.

"Isso vale para qualquer linha, incluindo cheque especial e cartão de crédito."

Em entrevista à **Folha**, o diretor de Regulação do Banco Central, Otávio Damaso, afirmou que a autoridade monetária não discute atualmente a possibilidade de impor nenhum tipo de limite no rotativo ou de tabelamento de taxa de juros. Segundo ele, isso poderia trazer instabilidade para o mercado.

"Não está na pauta do Banco Central algum tipo de tabelamento de taxa de juros, o que a gente sempre busca são mecanismos de tornar todos os tipos de instrumentos financeiros mais eficientes. Tem alguma coisa prevista? Não tem, mas a gente está sempre analisando esse mercado", afirmou.

"Mas não está no pensamento do Banco Central qualquer tipo de cap [limite], porque isso poderia trazer algum tipo de instabilidade para um mercado super-relevante, importante, que alimenta a economia e todos os setores da economia, principalmente o varejo é extremamente dependente desse instrumento importante de pagamentos", disse Damaso.

Leia entrevista com o diretor do BC na pág. A17

+ FOLHA E FGV ANALISAM PAPEL DO BRASIL NA TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

A Folha e o FGV Ibre promovem nesta terça (18), às 10h, o seminário online "A transição energética e os impactos na economia". O objetivo é discutir como o Brasil se prepara para essa nova fase de busca por alternativas energéticas em substituição ao uso de combustíveis fósseis e poluentes. O evento terá a participação de Silvia Matos, coordenadora do Boletim Macro FGV Ibre, Bráulio Borges, pesquisador associado do FGV Ibre, e Fernanda Delgado, diretora-executiva corporativa do Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás. A mediação será do repórter especial Fernando Canzian.

FGV lança índice de inflação para acompanhar mudanças em hábitos de consumo das famílias

Leonardo Vieceli

RIO DE JANEIRO O FGV Ibre (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas) apresenta neste mês um novo índice de inflação. Trata-se do IPGF (Índice de Preços dos Gastos Familiares).

Com caráter experimental, o indicador foi elaborado a partir de uma cesta de bens e serviços cujos pesos são atualizados mensalmente.

A novidade é que essa atualização é feita a partir de mudanças no padrão de consumo das famílias, segundo o economista André Braz, coordenador dos índices de preços do FGV Ibre.

Um dos objetivos é mostrar o comportamento dos preços quando há substituição de bens e serviços na cesta dos consumidores.

"A principal inovação do índice é a velocidade com que ele incorpora a mudança dos hábitos de consumo das famílias", afirma Braz.

Inicialmente, o IPGF foi calculado para o período de janeiro de 2000 a dezembro de 2022. A divulgação referente a janeiro de 2023 deve ocorrer ainda em abril.

Os dados são levantados a partir dos pesos de bens e serviços no Sistema de Contas Trimestrais do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), que reúne informações sobre o consumo das famílias.

Esses números são convertidos a uma frequência mensal com base no Monitor do PIB, do FGV Ibre.

Inflação acumulada em 12 meses

Fontes: FGV Ibre e IBGE

Conforme Braz, o IPGF tenta capturar de maneira mais rápida o efeito das mudanças na cesta de consumo se comparado a outros índices de inflação, como o IPC (Índice de Preços ao Consumidor), do FGV Ibre, e o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), do IBGE.

O IPCA é o indicador oficial de inflação do Brasil. Sua cesta de bens e serviços e os respectivos pesos são determinados a partir da POF (Pesquisa de Orçamentos Familiares).

> **A principal inovação do índice é a velocidade com que ele incorpora a mudança dos hábitos de consumo**
>
> **André Braz**, coordenador do FGV Ibre

A POF, também divulgada pelo IBGE, aponta o que as famílias consomem e a participação de cada gasto no orçamento.

A pesquisa, contudo, tem sido realizada em média a cada seis anos, considerando as últimas três décadas, segundo o FGV Ibre. Os dados mais recentes da POF são de 2017 e 2018.

No acumulado de 12 meses, o IPCA fechou 2022 com alta de 5,79%. O IPGF teve alta menor, de 4,93%, no mesmo período.

No novo indicador, o peso da alimentação no domicílio chegou a alcançar mais de 18% da cesta em junho de 2020, período marcado por restrições à circulação de pessoas na pandemia. Essa fatia no IPCA era de cerca de 14% em igual mês.

O aumento do percentual no IPGF, diz Braz, é um exemplo das mudanças no padrão de consumo. "As famílias ficaram mais em casa na pandemia. Isso fez a alimentação ganhar mais peso", afirma.

Com a trégua da crise sanitária e a reabertura da atividade econômica, os dois índices passaram a registrar peso similar para a alimentação no domicílio. Em dezembro de 2022, esse segmento marcou 16,43% no IPGF e 16,03% no IPCA.

O novo índice do FGV Ibre abrange 52 bens e serviços. O IPCA, por sua vez, é mais amplo, envolvendo 377 subitens, como são chamados os bens e serviços.

Otávio Damaso

BC vai agir quando tiver conforto de que inflação caminha para meta

Diretor de Regulação fala em serenidade na condução da política monetária, elogia definição da regra fiscal e descarta risco de crise no mercado de crédito

ENTREVISTA

Nathalia Garcia

BRASÍLIA O diretor de Regulação do Banco Central, Otávio Damaso, vê como missão do Copom (Comitê de Política Monetária) a garantia de uma inflação baixa e estável e considera que o momento ainda exige serenidade na condução da política de juros.

Em meio à pressão do governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) pela redução da taxa básica (Selic) —hoje fixada em 13,75% ao ano—, o diretor afirma que o BC "vai atuar assim que tiver conforto de que a inflação está em uma trajetória compatível com o regime de metas", visto por ele como "muito bem-sucedido".

Em entrevista à **Folha**, Damaso descarta risco no mercado de crédito, apesar dos recentes episódios envolvendo o colapso de bancos nos Estados Unidos, a crise do Credit Suisse, além do caso Americanas no cenário doméstico.

Ele ainda comenta a agenda da área de Regulação para este ano, destacando três grupos: inovação, nova lei cambial e regulação prudencial —que estabelece requisitos para as instituições financeiras com foco em gerenciamento de riscos e requerimentos mínimos de capital.

*

Quais questões da agenda regulatória do BC para 2023 trazem mais impacto na vida dos brasileiros? Gostaria de destacar três grupos. Primeiro, inovação. O BC tem se destacado com essa agenda, adaptando a regulação para favorecer a inovação no mercado financeiro, mas também sendo um agente inovador com projetos como Open Finance, Pix e real digital.

No Open Finance, a gente tem 28 milhões de consentimentos para compartilhamento de dados. Ele já está trazendo competição para produtos que não tinham competição. Qual sempre foi o calcanhar de aquiles? O cheque especial. A gente vê uma transformação do sistema financeiro.

O segundo grupo é a reforma da legislação cambial. A primeira lei, em vigor até 2021, era de 1920. Sempre foi uma legislação muito travada, visando reter divisas, não é o contexto hoje. A gente fez uma revolução no arcabouço, com uma única lei com 29 artigos, muito mais principiológica. Vem o BC agora com o processo de regulamentação.

O que falta para completar a nova legislação cambial? E a discussão sobre as contas de não residentes? A burocracia na conta de não residente era alta e inibia a atração de investidores, principalmente de menor porte, dado o custo imenso. A gente equiparou as regras das contas de não residente e de residente. Isso já tem efeitos concretos. Por exemplo, um estabelecimento comercial na França aceita Pix. Traz benefício para quem viaja para o exterior e facilidades para importador e exportador.

Há outras questões que a gente vai regulamentar nos próximos dois anos, como mercado interbancário e compensação privada.

Pedro Ladeira/Folhapress

Otávio Ribeiro Damaso, 51
É diretor de Regulação do Banco Central, com mandato até 31 de dezembro de 2024. Foi coordenador-geral de Reformas Institucionais no Ministério da Fazenda de 2008 a 2009 e secretário-adjunto de Política Econômica na pasta de 2003 a 2008. Possui graduação em economia e especialização em matemática para economia e administração pela UnB (Universidade de Brasília).

E o terceiro grupo? É a regulação prudencial. A agenda fruto de Basileia 3 [resposta regulatória à crise de 2008] tem de ser implementada. A gente vem criando todas as condições de adaptação. O sistema financeiro está extremamente sólido, muito bem provisionado, tem total capacidade de absorver com folga essa regulação.

Os bancos levantaram questões com relação às novas regras sobre risco operacional, sendo uma voltada para legislação trabalhista. Do que se trata? Dentro do risco operacional, entra o risco legal. No caso brasileiro, um aspecto da legislação impacta o processo dos bancos relacionado a ações trabalhistas, principalmente quando o funcionário pede demissão. Se fosse seguir à risca o padrão, o requerimento de capital seria muito alto. Mas é um risco conhecido no caso brasileiro da Justiça, então, a gente está tentando tratar de forma que fique compatível com o risco que representa e não seja um requerimento de capital punitivo. O acordo de Basileia entendeu essa peculiaridade.

Pensando em estabilidade financeira, como analisa o comportamento do mercado de crédito? O crédito está dentro de um comportamento normal, previsível vis-à-vis a condução de política monetária e do ambiente econômico nacional e internacional. A previsão do saldo caiu de 8,3% para 7,6%, mas é de crescimento. O sistema financeiro tem um nível de provisão muito bom, os indicadores de liquidez são 100% satisfatórios, e o de capital [está] bem acima dos mínimos regulatórios.

A gente não vê nenhum tipo de problema de estabilidade financeira. O mercado de crédito está tendo um comportamento conjuntural de desaceleração, com inadimplência subindo dentro da normalidade. A inadimplência das famílias está um pouco mais elevada, mas ainda abaixo dos picos históricos.

O sr. não vê possibilidade de risco de uma crise de crédito no país? A gente não identifica nenhum tipo de risco no mercado de crédito, está tudo dentro da normalidade. Eventos específicos chamaram a atenção, e a gente monitorou. Tem algum tipo de impacto, mas ainda não é visível de forma significativa.

Há uma preocupação com a taxa de juros do crédito rotativo, que supera 400% ao ano. Por que o BC não discute a possibilidade de impor um limite? A indústria de cartão de crédito se mistura com meio de pagamento e instrumento de crédito. Movimenta em torno de R$ 1 trilhão a mais por ano. Não está na pauta do BC nehum tipo de tabelamento de juros. A gente busca mecanismos para tornar os instrumentos financeiros mais eficientes. Não está no pensamento do BC qualquer tipo de cap [limite], porque isso poderia trazer instabilidade para um mercado que alimenta todos os setores da economia, principalmente o varejo, que é extremamente dependente desse instrumento.

O ministro Fernando Haddad (Fazenda) disse que discute agendas conjuntas com o BC. Quais? Nossa interação com o Ministério da Fazenda é excelente. A gente tem diversos projetos em discussão. Um já está no Congresso, que é o PL [projeto de lei] das Garantias. A gente tem uma interação grande sobre assuntos que vão chegar ao CMN [Conselho Monetário Nacional], seja na parte de crédito, seja na de pagamento, de instrumento de política agrícola.

O BC tem sido pressionado pelo governo sobre os juros. O mais recente índice de inflação veio abaixo do esperado pelo mercado. É mesmo necessário esperar até o segundo semestre para iniciar o corte da Selic? O Copom se alimenta de um trabalho extremamente rico e intenso das áreas técnicas, com um conjunto de informações quantitativas e qualitativas de diferentes áreas. Isso tudo chega para nosso ciclo de reuniões do Copom, no qual a gente é bombardeado com esse conjunto de informações e toma as decisões.

Qual é nosso objetivo? Olhando uma perspectiva mais ampla, é garantir uma inflação estável e baixa. O regime de metas tem sido muito bem-sucedido. A gente está em um momento em que precisa ter muita perseverança, tranquilidade e serenidade para conduzir a política monetária. A gente passou por um momento que tinha um mercado de trabalho [aquecido] e uma inflação de serviços mais resiliente. A gente vai atuar assim que tiver conforto de que a inflação está em uma trajetória compatível com o regime de metas. O regime de metas mostrou seu valor em termos de previsibilidade.

A rediscussão das metas é legítima? O regime de metas tem garantido a inflação estável em um patamar baixo e compatível com o que é definido. Tem dado previsibilidade para os agentes econômicos. Ele também tem se mostrado flexível para absorver choques [inflacionários] sem penalizar a economia de forma excessiva, sempre mirando a convergência da inflação para aquela meta definida pelo CMN.

Ao falar em estabilidade, sempre se discute a questão fiscal. A apresentação do arcabouço fiscal tira incerteza do cenário? Muito importante esse movimento que o Ministério da Fazenda está conduzindo de definir o arcabouço fiscal. Você tocou em um ponto que é incerteza. A incerteza é muito cruel para as decisões dos agentes econômicos. Ter um arcabouço fiscal crível é um componente superimportante para dar previsibilidade. A gente sabe que a questão fiscal tem sua relevância sobre a política monetária. Essa comunicação se dá principalmente pelas expectativas, que vão afetar as inflações, mas não é um mecanismo automático de repasse.

O governo falou sobre a criação de uma moeda comum e defendeu o uso de moedas locais no comércio internacional. Em termos de regulação, o que seria preciso? Dentre os objetivos da lei cambial, estava eliminar entraves legais e regulatórios para internacionalização do real. Isso foi feito e abre espaços de mecanismos de pagamentos internacionais e de uso do real para outras transações. Acredito que vai acontecer em algum momento um uso mais intensivo do real, principalmente na nossa borda, com parceiros comerciais da América do Sul. Em termos de legislação, hoje não existe mais entrave.

Tarifa da usina de Itaipu para este ano tem queda de 19,5%

Valor é 32% maior que o provisório, definido no fim do governo Bolsonaro

Alexa Salomão

BRASÍLIA Negociação entre Brasil e Paraguai definiu a tarifa de energia de Itaipu para 2023 em US$ 16,71/kW (R$ 82,57 por quilowatt). O valor foi aprovado pelo conselho de administração da usina binacional nesta segunda-feira (17), conforme antecipado pela **Folha**.

A tarifa de Itaipu para a cobrança no Brasil havia sido fixada unilateralmente, no final do governo Jair Bolsonaro (PL), em US$ 12,67 (R$ 62,65). O Paraguai trabalhou para manter o valor de US$ 20,75 (R$ 102,60), que havia sido efetivado por ambos os lados em 2022. À **Folha** o novo diretor-geral de Itaipu, Enio Verri, já havia sinalizado que seria difícil manter o valor provisório.

Verri considerou temerária a decisão da gestão bolsonarista de adotar uma tarifa baixa sem consultar o Paraguai, pois o valor foi aplicado por algumas distribuidoras e gerou uma conta que terá de ser coberta por Itaipu para evitar que o consumidor arque com a diferença, com impactos sobre a inflação.

A tarifa na casa dos US$ 16 representa um aumento de quase 32% em relação ao valor provisório, que estava em vigor desde 1º de janeiro deste ano, mas significa uma queda de 19,5% em relação à definida no ano passado.

Havia décadas existia grande expectativa em relação à tarifa de Itaipu em 2023. Era sabido que neste ano a dívida para a construção da usina seria quitada, abrindo espaço para redução do preço da energia. O fim da dívida foi comemorado no fim de fevereiro em uma solenidade na sede da empresa.

Comportas abertas em Itaipu; tarifa é definida em US$ 16,71/kW Rubens Fraulini/Itaipu Binacional

Estudo da gestão anterior apontou que, com o fim da dívida, a tarifa da usina binacional poderia cair para US$ 10 (R$ 49,45). Em entrevista à **Folha**, Verri afirmou que o valor de US$ 12 acompanha a redução da dívida.

A tarifa de Itaipu hoje é mais alta do que a energia no chamado mercado à vista, que serve de parâmetro nacional para o preço desse insumo. Neste momento, em que os reservatórios das hidrelétricas estão cheios após as chuvas abundantes no verão, a energia está cotada a R$ 55 no Brasil.

O valor resultante da negociação vai gerar um extra, que pode ser partilhado pelos dois países para bancar projetos públicos.

O tratado que rege a usina estabelece que Itaipu não pode ter lucro, ou seja, ter dinheiro sobrando. A tarifa equivale às despesas para manter a usina, tecnicamente chamadas de Cuse (Custos de Serviço de Eletricidade). Eles são a soma de três grandes grupos.

O custo mais pesado sempre foi a dívida contraída para a construção da usina, que vinha representando pouco mais de 60% do total. Sem ele, permanecem o pagamento de royalties pelo uso da água e também o custo de exploração da energia.

Na prática, esse custo deveria agrupar apenas as despesas com operação e manutenção da usina, mas passou a incluir, desde 2003, desembolsos para cumprir a chamada missão socioambiental da usina. Com o passar dos anos, os projetos dessa missão foram concentrados em obras.

Segundo levantamento realizado pela consultoria PSR, uma das mais conceituadas do Brasil, os gastos com os chamados programas de responsabilidade socioambiental de Itaipu passaram de US$ 88,5 milhões (R$ 437,6 milhões) em 2013 para US$ 316,1 milhões (R$ 1,563 bilhão) neste ano.

No final de 2022, a administração da usina divulgou 26 empreendimentos financiados pela tarifa de energia na gestão bolsonarista de 2019 a 2022. Na lista estão grandes projetos, como as obras da Ponte de Integração Brasil-Paraguai e da Estrada Boiadeira, trecho da BR-487 no Paraná, que foram prestigiadas com visitas de Bolsonaro no ano passado.

A nova gestão de Verri pretende rever isso. Vai manter as obras já iniciadas, mas já foi divulgado que, dentro do escopo proposto pelo governo Lula (PT), Itaipu no lado brasileiro pretende investir em projetos voltado a educação, preservação do meio ambiente e inovação.

Pessoas próximas à empresa, que preferem não ter o nome revelado, afirmam que o argumento da missão socioambiental transformou a negociação da tarifa de Itaipu numa discussão muito mais política do que técnica, com prejuízos para consumidores que pagam pelos projetos, mas não podem usufruir de seus benefícios.

Os projetos socioambientais podem ser desenvolvidos em todo o território do Paraguai e, no Brasil, no Paraná. No entanto, obrigatoriamente, a energia de Itaipu é paga majoritariamente pelos consumidores das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste.

Isso ocorre porque, apesar de a energia produzida por Itaipu ser dividida meio a meio entre os dois países, o Paraguai não consome toda a sua parte e, ao final, o que sobra é vendido para o Brasil. Os brasileiros das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste consomem 85% da energia distribuída pela usina, com impactos na conta de luz dessas regiões.

A tarifa de US$ 16 foi recebida com preocupação por especialistas na área de energia. Esse segmento defende que o correto seria utilizar o extra da geração de caixa obtido com o fim da dívida para reduzir o valor da tarifa, contribuindo para uma queda na conta de luz das residências e no custo de operação das empresas.

Vaivém das Commodities

O colunista Mauro Zafalon está em férias

Lula insistirá em nomes considerados inelegíveis para Petrobras

RIO DE JANEIRO Repetindo Jair Bolsonaro (PL), o governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) informou à Petrobras que insistirá em candidatos ao conselho de administração considerados inelegíveis pelos órgãos internos de governança.

Até o momento, 4 dos 11 nomes indicados pelo governo já foram rejeitados pelo conselho de administração, por possível conflito de interesse ou com base em vedações estabelecidas pela Lei das Estatais e pelo estatuto da companhia.

Em ofício enviado à Petrobras no início do mês, o MME (Ministério de Minas e Energia) informou que manterá as candidaturas do secretário de Petróleo e Gás do ministério, Pietro Mendes, e do ex-ministro Sérgio Machado Rezende, considerados inelegíveis no dia 28 de março.

O primeiro foi rejeitado por possibilidade de conflito de interesses, já que atua em órgão formulador de políticas para o setor. O segundo, por fazer parte de estrutura decisória de partido político, o que é vedado pela Lei das Estatais.

Outros dois nomes foram rejeitados em reuniões posteriores: o número 2 do MME, Efrain Cruz, e o advogado Renato Campos Galuppo.

A Petrobras diz que os pareceres do comitê que analisa os currículos e do conselho de administração "têm caráter opinativo, e não decisório" e que a assembleia de acionistas é "soberana para acatar ou não as recomendações desses órgãos".

Nicola Pamplona

CATUMBI EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 02.904.978/0001-03

Relatório da Diretoria - Senhores Acionistas: Em cumprimento as disposições legais e estatutárias, submetemos a vossa apreciação nosso Balanço Patrimonial, Demonstrações de Resultados do exercício, Demonstração de Fluxo de Caixa e Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Para quaisquer esclarecimentos adicionais necessários, colocamo-nos a inteira disposição de V.Sas.

A Diretoria

Balanço patrimonial em 31 de dezembro (Expressas em reais - R$)

Ativo	Nota	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Ativo circulante					
Disponível	4	37.699	42.702	78.707.940	74.774.094
Clientes	5	11.881.238	7.054.000	85.983.522	73.497.112
Estoques	6	–	–	76.773.936	90.571.583
Créditos	7	–	–	6.811.362	5.156.029
Créditos Fiscais	8	970.924	1.438.336	1.615.105	1.653.848
Despesas Antecipadas		–	–	193.307	134.231
		12.889.861	8.535.038	250.085.172	245.786.897
Ativo não circulante					
Créditos	7	–	–	686.281	191.098
Créditos Fiscais	8	–	–	393.609	624.758
Imobilizado	9	–	–	142.672.090	136.896.322
Intangível	10	–	–	357.170	402.030
Amortização		–	–	(240.340)	(240.604)
Investimentos	11	278.113.009	272.270.556	159.259	159.259
		278.113.009	272.270.556	144.028.069	138.032.863
Total do Ativo		291.002.870	280.805.594	394.113.241	383.819.760

Passivo	Nota	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Passivo circulante					
Fornecedores e Outras Contas a Pagar	12	–	–	–	–
Empréstimo e Financiamentos	13	–	–	–	–
Diversos		1.726.528	2.382.212	17.669.344	20.704.349
Obrigações Tributárias	14	124.365	1.052.623	6.471.788	8.375.415
Obrigações Sociais e Trabalhistas	15	–	–	5.955.470	5.680.922
Credores Diversos	16	10.686.833	5.947.755	20.134.598	11.022.655
Provisões	17	–	–	12.745.457	9.507.993
		12.537.726	9.382.590	62.976.657	55.291.334
Passivo não circulante					
Empréstimo e Financiamentos	13	–	–	474.093	2.831.694
Financiamentos Diversos	18	–	–	241.691	585.485
IRPJ e CSLL Diferido	19	–	–	51.955.658	53.688.243
		–	–	52.671.442	57.105.422
Patrimônio líquido	20				
Capital Social		74.593.670	74.593.670	74.593.670	74.593.670
Reserva		6.569.585	6.308.783	6.569.585	6.308.783
Reserva Acumulados		145.236.280	143.681.166	145.236.280	143.681.166
Reserva de Capital		52.065.609	46.839.385	52.065.609	46.839.385
Total do patrimônio líquido		278.465.144	271.423.004	278.465.144	271.423.004
Total do passivo e do patrimônio líquido		291.002.870	280.805.594	394.113.241	383.819.760

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado em 31 de dezembro (Expressas em reais - R$)

	Nota	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
ReceitasOperacionais	21	5.842.453	42.312.256	451.170.320	449.647.319
(-) Devolução e Abatimentos	22	–	–	(5.519.791)	(3.755.517)
(-) Impostos sobre Vendas	23	–	–	(82.133.402)	(81.799.087)
Receitas Operacional Liquida		5.842.453	42.312.256	363.517.127	364.092.715
(-) Custos dos Produtos Vendidos	24	–	–	(231.183.887)	(232.438.397)
Lucro Bruto		5.842.453	42.312.256	132.333.240	131.654.318
Receitas (Despesas) Operacionais					
Administrativas	25	(604.313)	(491.803)	(24.199.603)	(30.091.906)
Vendas	26	–	–	(89.766.049)	(85.053.305)
Outras Despesas Operacionais	27	(5.575.386)	(4.178.262)	(20.654.176)	(21.291.855)
Depreciação		–	–	(1.526.907)	(1.650.945)
Receitas (Despesas) Não operacionais					
Receitas Não Operacionais		6.143.931	4.604.772	1.667.277	627
Despesas Não Operacionais		–	–	(83.357)	–
Lucro Antes do Res. Financeiro		5.806.685	42.246.963	(2.229.575)	(6.433.066)
Receitas Financeiras	28	–	–	27.586.293	25.780.966
Despesas Financeiras	28	(22.343)	(27.883)	(21.277.171)	(15.943.303)
Lucro Oper. Antes do IR e CSLL		5.784.342	42.219.080	4.079.547	3.404.597
Provisão para IR	29	–	–	(910.490)	(916.931)
Provisão para CSLL	29	–	–	(344.687)	(338.735)
Reversão do JCP		(568.290)	(425.883)	–	–
Lucro Líquido do Exercício		5.216.052	41.793.197	2.824.370	2.148.931

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente em 31 de dezembro (Expressas em reais - R$)

	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Lucro / (prejuízo) do Período	5.216.052	41.793.197	2.824.370	2.148.931
Outros Resultados abrangentes	–	–	–	–
Lucro líquido do Exercício	5.216.052	41.793.197	2.824.370	2.148.931

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do fluxo de caixa em 31 de dezembro (Expressas em reais - R$)

	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício				
(-) Resultado de Equivalência Patrimonial	5.216.052	41.793.197	2.824.369	2.148.931
(+) Depreciação/Amortizações	(5.842.454)	(42.312.256)	–	–
Lucro Líquido Ajustado	(626.402)	(519.059)	2.824.369	2.148.931
Aumento/Diminuição em Clientes	–	–	(8.814.183)	17.009.596
Aumento/Diminuição nos Estoques	–	–	13.797.647	(34.234.513)
Aumento/Diminuição Adiantamento. Empregados	–	–	(38.407)	(401.825)
Aumento/Diminuição em Outras Contas a Receber	400.000	500.00	(1.216.926)	(1.930.087)
Aumento/Diminuição em Impostos a Recuperar	(35)	(2.060)	(428.548)	(420.954)
Aumento/Diminuição Despesas Antecipadas	–	–	(59.073)	(10.782)
Aumento/Diminuição Depósitos Judiciais	–	–	12.414	19.675
Aumento/Diminuição Outros Créditos	–	–	6.463.967	3.268.148
Aumento/Diminuição Diferidos	–	–	(1.732.585)	(18.285.923)
Aumento/Diminuição em Fornecedores	–	–	(2.373.222)	(2.952.741)
Aumento/Diminuição em Obrigações Tributarias	(375.566)	76.644	(1.120.007)	(1.102.675)
Aumento/Diminuiçãoem Obrigações Sociais Trab.	–	–	274.548	(428.047)
Aumento/Diminuiçãoem Obr. com Quot e Admin.	597.000	–	597.000	–
Aumento/Diminuição na Provisão de Férias e 13°	–	19.059	241.553	818.483
Aumento/Diminuição em Outra Contas a Pagar	–	–	5.563.802	45.851.123
Aumento/Diminuição em Prov. para Contingencia	–	–	2.995.912	(277.148)
Caixa Líquido Proveniente das Atividade Oper.	621.399	(425.416)	16.988.261	9.071.261
Fluxo de Caixa de Atividade de Investimentos				
(Aumento) Diminuiçãode Apli. Fin de Longo Prazo	–	–	–	6.339.994
Aquisição de Imobilizado	–	–	(8.505.829)	45.718.829
Aquisição de Intangível	–	–	(13.238)	(19.956)
Caixa Líq. Proveniente das Atividades Invest.	–	–	(8.519.067)	52.038.867
Fluxo de caixa das atividades de investimento	621.399	(425.416)	8.469.194	61.110.128
Pagamento de Lucros (Dividendos)	–	966.607	(1.833.953)	(3.280.831)
Diminuição de Empréstimos e Financiamentos	–	–	(2.701.395)	(311.747)
Caixa líquido aplic. em ativ. de investimentos	–	966.607	(4.535.348)	(3.592.578)
Aumento ou Diminuição do Caixa Líquido	621.399	541.191	3.933.846	57.517.550
Aumento ou Diminuição de caixa e equiv. caixa	(5.003)	22.132	3.933.846	57.517.550
Caixa e equivalentes no início do exercício	42.703	20.571	74.774.094	17.256.544
Caixa e equivalentes no fim do exercício	37.700	42.703	78.707.940	74.774.094
Variação líq. de caixa e equivalentes de caixa	(5.003)	22.132	3.933.846	57.517.550

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração da mutação do patrimônio líquido em 31 de dezembro (Expressas em reais - R$)

Descrição	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de Capital	Reserva de Lucros Ac	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Lucros (Prejuízo)	Controladora	Controlada	Consolidado
Saldo em 31.12.2020	74.593.670	4.062.878	156.245	11.319.314	139.714.559	–	229.850.675	229.981.523	229.846.667
Resultado do Exercício	–	–	–	–	–	41.793.196	41.793.196	2.242.106	2.148.930
Reserva Legal	–	2.089.659	–	–	–	(2.089.659)			
Dividendos	–	–	–	–	–	(2.382.212)	(2.382.212)	(1.555.113)	(3.937.325)
Dividendos Pagos	–	–	–	(2.231.145)	–	–	(2.231.145)	–	(2.227.145)
Participação dos Adm.	–	–	–	–	–	–	–	(284.137)	(284.137)
J S C P	–	–	–	–	–	425.883	425.883	–	–
Ajuste de Avaliação Patr.	–	–	–	–	3.966.607	–	3.966.607	41.913.407	45.880.014
Reserva. de Lucros	–	–	–	37.747.208	–	(37.747.208)	–	–	–
Saldo em 31.12.2021	74.593.670	6.152.537	156.245	46.835.377	143.681.166	–	271.423.004	272.297.786	271.423.004
Resultado do Exercício	–	–	–	–	–	5.216.051	5.216.051	2.882.769	2.992.721
Reserva Legal	–	260.801	–	–	–	(260.801)	–	–	–
Dividendos	–	–	–	–	–	(297.315)	(297.315)	(2.071.222)	(2.368.537)
Participação dos Adm.	–	–	–	–	–	–	–	(290.820)	(290.820)
JurosS. CapitalPróprio	–	–	–	–	–	568.290	568.290	–	–
Reserva. de Lucros	–	–	–	5.226.225	–	(5.226.225)	–	–	–
Ajuste de Avaliação Patrimonial	–	–	–	–	1.555.114	–	1.555.114	5.153.662	6.708.776
Saldo em 31.12.2022	74.593.670	6.413.338	156.245	52.061.602	145.236.280	–	278.465.144	277.972.175	278.465.144

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Valores expressos em reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto Operacional: A Companhia tem por objetivo a administração de bens próprios e de terceiros, a intermediação de negócios em geral e de participação no capital de outras companhias. Foi constituída em 30 de novembro de 1998, através da integralização de capital mediante conferência das quotas sociais da FAME Aparelhos e Material Elétricos Ltda. que eram titulares os atuais sócios da Catumbi. **1.1. Efeitos Covid-19:** Em março de 2020 a Organização Mundial da Saúde declarou que o COVID 19 tratava-se de uma pandemia. Os governos Federal, Estadual e Municipal adotaram diversas medidas para restringir a movimentação de pessoas e, consequentemente, evitar aglomerações. Diante deste cenário, a Companhia adotou algumas políticas visando o bem estar de seus colaboradores - como exemplo citamos: medir a temperatura de todos os colaboradores diariamente, aumentar a distância física entre os colaboradores, disponibilizar álcool em gel em vários locais e escalonar o horário de entrada dos colaboradores. Por tratar-se de uma holding, os resultados da Companhia dependem basicamente das operações de sua controlada, a qual fornece produtos para o mercado da construção civil, que foi pouco afetado durante o exercício. No exercício de 2022 e de 2021 a controlada apresentou aumento no faturamento e no lucro apurado. Tendo em vista a incerteza e a volatilidade da pandemia no cenário mundial e local, a Companhia vem monitorando o comportamento do mercado, mas está atualmente impossibilitada de estimar os impactos do COVID-19 em suas atividades. Adicionalmente, a administração avaliou e não identificou impactos relevantes em relação aos saldos contábeis para os exercícios de 31 de dezembro de 2022 e de 2021. **2. Elaboração e preparação das demonstrações contábeis: 2.1 Base de preparação:** As demonstrações foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). **2.1.1 Critérios de consolidação: <u>Demonstrações financeiras consolidadas</u>:** A Companhia tem o poder de regular as políticas financeiras e operacionais das entidades, e geralmente acompanham uma participação de mais da metade dos direitos a voto. A existência e o efeito de potenciais direitos a voto atualmente exercíveis ou conversíveis são considerados quando se avalia se a Companhia controla outra entidade. A controladaé totalmente consolidada a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que o controle termina. Transações entre a Companhia, saldos e ganhos não realizados em transações entre as empresas e a Companhia, são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados, exceto quando a perda for um indicador de *impairment*. Foram utilizadas demonstrações financeiras da controlada encerrada na mesma data-base da controladora, sendo 31 de dezembro de 2022 e de 2021. Os principais critérios de consolidação estão descritos a seguir: **a)** Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresa consolidadas; **b)** Eliminação de participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas-controladas; **c)** Eliminação dos saldos de receitas e despesas decorrentes de negócios entre a empresas consolidadas; e **d)** Destaque aos acionistas não controladores nos balanços patrimoniais e nas demonstrações dos resultados Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, as participações da Companhia são as seguintes:

Razão social	Negócio	Participação direta em 2022	2021
FAME - Fabrica de Aparelhos e MaterialElétricos Ltda	Material Elétrico	99,99%	99,99%

<u>Demonstrações financeiras individuais</u>: Nas demonstrações financeiras individuais, a controladaé contabilizada pelo método de equivalência patrimonial. Pelo método de equivalência patrimonial, o investimento na controlada foi inicialmente reconhecido pelo custo e, posteriormente, o seu valor contábil é aumentado ou diminuído pelo reconhecimento da participação da Companhia nos lucros ou prejuízos do exercício, gerados pelas investidas. A participação da Companhia no lucro ou prejuízo do exercício das investidas é reconhecida no lucro ou prejuízo do exercício. As distribuições recebidas das investidas reduzem o valor contábil do investimento. Ajustes no valor contábil dos investimentos também são necessários pelo reconhecimento da participação proporcional do investidor nas variações de saldo dos componentes dos outros resultados abrangentes das investidas, reconhecidos diretamente em seu patrimônio líquido. **2.2. Moeda funcional e de apresentação:** A moeda funcional de uma entidade é a moeda do ambiente econômico primário em que ela opera. Essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação da Companhia. Todas as informações financeiras são apresentadas em milhares de reais, exceto quando disposto o contrário. **2.3 Instrumentos financeiros:** Conforme o IFRS 9 / CPC 48, no reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado em: a custo amortizado; valor justo por meio dos outros resultados abrangentes ("VJORA") - instrumento de dívida; VJORA - instrumento patrimonial; e valor justo por meio de resultado ("VJR"). A classificação dos ativos financeiros segundo o IFRS 9 / CPC 48 é substancialmente estabelecida conforme o modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. As novas políticas contábeis significativas estão descritas a seguir: Ativos financeiros a custo amortizado - Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e perdas são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR: • é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado a VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR: • é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros, e; • seus termos contratuais geram em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Os ativos financeiros da empresa são substancialmente representados por aplicações financeiras com remuneração atrelada à variação do Caixa e Equivalente de caixa (Nota 4),Clientes (Nota 5)e Outros Créditos(Nota 7) ambos classificados como mensurados subsequentemente ao custo amortizado. A adoção do IFRS 9 / CPC 48 não resultou em modificações nas demonstrações financeiras. Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. Os passivos financeiros da empresa estão substancialmente representados por Fornecedores(nota 12) Outras contas a pagar (nota 13), os quais estão classificados como mensurados subsequentemente ao custo amortizado. Em relação aos passivos financeiros, adoção do IFRS 9 / CPC 48 não resultou em modificações nas demonstrações financeiras. **3. Principais práticas contábeis: 3.1.Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras e são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, sendo apresentados no balanço patrimonial ao valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado. Para que uma aplicação financeira seja qualificada como equivalentes de caixa, ela precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, uma aplicação financeira normalmente se qualifica como equivalentes de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da aquisição. **3.2. Investimento:** O investimento na Companhia controlada**é** registrado e avaliado pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais (controladora). De acordo com esse método, a participação da Companhia no aumento ou na diminuição do patrimônio líquido, em decorrência da apuração de lucro líquido ou prejuízo no período ou em decorrência de ganhos ou perdas em reservas de capital, é reconhecida como receita (ou despesa) operacional. **3.3. Provisões:** Provisões são reconhecidas quando a Empresa possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado. O montante reconhecido como uma provisão é a melhor estimativa do valor requerido para liquidar a obrigação na data do balanço, levando em conta os riscos e incertezas inerentes ao processo de estimativa do valor da obrigação. **3.4 Provisão para contingência:** As provisões para as demandas judiciais (trabalhistas, cíveis e tributárias) são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. **3.5 Demais ativos circulantes e não circulantes:** As provisões para as demandas judiciais (trabalhistas, cíveis e tributárias) são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. Os demais ativos circulantes e não circulantes estão apresentados aos valores de custo, que não excedem o valor de realização. **3.6 Custo dos empréstimos:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva. **3.7 Receitas e despesas:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida de impostos, devoluções, abatimentos e descontos. Geralmente, o montante de receitas brutas é equivalente ao valor das notas fiscais emitidas. A Companhia reconhece a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Companhia e (iii) critérios específicos tenham sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia. As despesas são registradas observando-se o regime de competência. **3.8 Receitas e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. **3.9 Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar:** O Estatuto da Companhia estabelece um dividendo mínimo obrigatório do lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76. É facultado pelo inciso II, parágrafo 3º do artigo 202 da Lei 6.404/76 reter todo o lucro líquido do exercício, em Assembleia Geral, sendo aplicável para companhias fechadas. A Companhia pode distribuir juros sobre o capital próprio, os quais são dedutíveis para fins fiscais e considerados parte dos dividendos obrigatórios e estão demonstrados como destinação do resultado diretamente no patrimônio líquido. **Cálculo dos Juros sobre Capital Próprio**: O cálculo dos juros sobre capital próprio é baseado nos valores do patrimônio líquido e na taxa de juros aplicada, que não pode exceder a taxa de juros de longo prazo ("TJLP") determinada pelo Banco Central do Brasil. Além disso, tais juros não poderão exceder 50% do lucro líquido do exercício ou 50% dos lucros acumulados mais as reservas de lucros, conforme determinado pela lei societária brasileira. **Benefício para Companhia**: Em contraposição ao pagamento de dividendos, é uma redução nos encargos com o imposto de renda, pois estas despesas de juros são dedutíveis no Brasil. O imposto de renda de 15% é retido na fonte em nome dos acionistas em relação à distribuição dos juros. Conforme a legislação brasileira, os juros sobre o capital próprio são considerados como parte do dividendo mínimo anual. Esta distribuição de juros nominais é tratada para fins contábeis como dedução do patrimônio líquido de maneira similar a um dividendo e o crédito fiscal registrado no resultado. **Reconhecimento**: A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia, quando aplicável, é reconhecida como um passivo em suas demonstrações financeiras no final do exercício social, com base em seu estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório só é provisionado, caso aplicável, na data em que é aprovado pelos acionistas, em Assembleia Geral. **3.10 Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a de R$240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. O imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do período, exceto quando estão relacionados com itens registrados em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que os impostos correntes e diferidos também são reconhecidos em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente. **3.11 Novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações:** As políticas contábeis adotadas na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 são consistentes com as utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, exceto pelas mudanças exigidas pelos novos pronunciamentos, interpretações e alterações, aprovados pelo *InternationalAccounting Standards Board* (IASB), que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2022, conforme segue: **• IAS 16 - Ativo imobilizado**: A alteração proíbe as entidades de deduzirem do custo de um item imobilizado quaisquer produtos de vendas de itens produzidos ao trazer esse ativo para o local e condição necessários para que ele seja capaz de operar da maneira pretendida pela administração. Em vez disso, uma entidade reconhece os produtos para vendê-los e os custos paraproduzí-los, na demonstração do resultado; **• IFRS 3 - Combinação de Negócios** - Alterações nas referências à Estrutura Conceitual: As alterações substituem uma referência a uma versão anterior da Estrutura Conceitual do IASB por uma referência à versão atual emitida em março de 2018 sem alterar significativamente seus requisitos. As alterações adicionam uma exceção ao princípio de reconhecimento da IFRS 3/CPC 15 para evitar a emissão de potenciais ganhos ou perdas dedias posteriores decorrentes de passivos e passivos contingentes que estariam dentro do escopo da IAS 37/CPC 25 ou IFRIC 21/ICPC 19, se incorridas separadamente. A exceção exige que as entidades apliquem os critérios da IAS 37/CPC 25 ou IFRIC 21/ICPC 19, respectivamente, em vez da Estrutura Conceitual, para determinar se existe uma obrigação presente na data de aquisição. As alterações também adicionam um novo parágrafo à IFRS 3 para esclarecer que os ativos contingentes não se qualificam para reconhecimento na data de aquisição. **• IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes - Contratos onerosos**: Um contrato oneroso é um contrato sob o qual os custos inevitáveis de cumprir as obrigações decorrentes do contrato (ou seja, os custos que a entidade não pode evitar porque possui o contrato) excedem os benefícios econômicos esperados a serem recebidos. As alterações especificam que, ao avaliar se um contrato é oneroso ou gerador de perdas, a entidade precisa incluir custos que se relacionam diretamente com um contrato de fornecimento de bens ou serviços, incluindo custos incrementais (por exemplo, os custos de mão de obra direta e materiais) e uma alocação de custos diretamente relacionados às atividades do contrato (por exemplo, depreciação de equipamentos usados para cumprir o contrato e custos de gerenciamento e supervisão do contrato). Os custos gerais e administrativos não estão diretamente relacionados a um contrato e são excluídos, a menos que sejam explicitamente cobrados da contraparte nos termos do contrato. **• IFRS 9 *Financial Instruments* - Taxas no teste de '10 (dez) por cento' para baixa de passivos financeiros**: A alteração esclarece as taxas que uma entidade inclui ao avaliar se os termos de um passivo financeiro novo ou modificado são substancialmente diferentes dos termos do passivo financeiro original. Essas taxas incluem apenas aquelas pagas ou recebidas entre o mutuário e o credor, incluindo as taxas pagas ou recebidas pelo mutuário ou pelo credor em nome do outro. A adoção dessas alterações não causou nenhum impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas no período inicial de adoção (1º de janeiro de 2022). **Novos pronunciamentos do IFRS, emissões, alterações e interpretações do IASB, aplicáveis ao CPC**: As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, caso aplicável, quando entrarem em vigor. **• Alteração da norma IAS 12 - Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação**: Em maio de 2021, o IASB divulgou alterações ao IAS 12, que restringem o escopo da exceção de reconhecimento inicial sob o IAS 12, de modo que não se aplica mais a transações que dão origem a diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais. As alterações devem ser aplicadas a transações que ocorram nos períodos anuais com início em, ou após o mais antigo período comparativo apresentado. Além disso, no início do mais antigo período comparativo apresentado, um imposto diferido ativo (desde que haja um lucro tributável suficiente disponível) e um imposto diferido passivo também devem ser reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis e tributáveis associadas a arrendamentos e obrigações de desmantelamento. **<u>Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciados em/ou após 1º de janeiro de 2023</u>**. **• Alterações ao IAS 1 - Classificação de passivos como circulante ou não circulante**: Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações no IAS 1 (norma correlata ao CPC 26), de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: (i) o que significa um direito de postergar a liquidação; (ii) que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório; (iii) que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação; e (iv) que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação. **<u>As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente</u>**. **• Alterações ao IAS 8 - Definição de estimativas contábeis:** Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de 'estimativas contábeis'. As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis. **As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e serão aplicadas para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período**. **• Alterações ao IAS 1 e IFRS *PracticeStatement* 2 - Divulgação de políticas contábeis:** Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS *PracticeStatement 2 Making MaterialityJudgements*, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis. **As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida**. Já que as alterações ao *PracticeStatement 2: Making MaterialityJudgements* fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária. A Companhia estima que a adoção dessas normas e alterações não terá um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas no período inicial de adoção (**1º de janeiro de 2023**). A Companhia não adotou antecipadamente qualquer pronunciamento ou interpretação que tenha sido emitido, cuja aplicação não é obrigatória. **4. Caixa e equivalentes de caixa:**

	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Caixa	64	64	36.288	30.561
Bancos conta movimento	37.635	42.638	59.752	767.785
Aplicações Financeiras	–	–	78.611.900	73.975.748
	37.699	42.702	78.707.940	74.774.094

As aplicações financeiras são de curto prazo, remunerados basicamente pala taxa de poupança, os quais são classificados pela Administração da Companhia na rubrica "Caixa e equivalentes de caixa", por serem considerados ativos financeiros com possibilidade de resgate imediato e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. No longo prazo estão registrados os fundos de investimentos (Renda Fixa / pós-fixada), remunerados substancialmente pela taxa média a do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

5. Clientes:

	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Clientes	–	–	68.320.917	62.660.350
Dividendos a Receber	5.113	–	5.113	-
Juros s Capital Próprio Re	11.776.125	6.554.000	11.776.125	6.554.000
Empréstimo a Controlada	100.000	500.000	100.000	500.000
Notas de Débito a Receber	–	–	180.472	165.609
Clientes Exterior	–	–	5.250.671	3.572.460
Cliente em Cartório	–	–	31.940	–
Ajuste a Valor Presente Clientes	–	–	1.378.807	1.019.727
Prov. para Dev. Duvidosos	–	–	(1.060.523)	(977.340)
Outras Contas a Receber	–	–	–	2.306
	11.881.238	7.054.000	85.983.522	73.497.112

6. Estoques:

	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Matéria Prima	–	–	19.242.495	24.140.222
Matéria Prima Manufaturada	–	–	1.864.512	1.688.149
Material Secundário	–	–	67.530	59.693
Material de Embalagens	–	–	1.953.230	2.139.481
Embalagem Manufaturada	–	–	514.377	389.422
Materiais Diversos	–	–	433.102	363.395
Outros Materiais	–	–	530.515	510.349
Produtos semiacabados	–	–	13.090.289	17.941.664
Produtos Acabados	–	–	27.142.757	34.389.133
Mercadoria p/ industrial.	–	–	11.719	13.501
Mercadoria p/ Revenda	–	–	6.136.962	5.038.212
Material Gráfico	–	–	104.982	120.322
Sucata em Geral	–	–	131.227	118.221
Import. em Andamentos	–	–	5.429.323	3.615.644
Produtos em Elaboração	–	–	120.916	44.175
	–	–	76.773.936	90.571.583

7. Créditos:

	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Adian. a Fornecedor	–	–	3.975.084	2.089.522
Adian. Despesas. de Viagens	–	–	–	2.439
Devedores Diversos	–	–	301.714	301.714
Adiantamento de Exportação	–	–	49.390	289.497
Adiantamento a Empregado	–	–	7.698	6.853
Antecipação de Férias	–	–	2.318.587	2.285.656
Adian. Cartão Corporativo	–	–	153.487	179.578
Adian. Funcionários. Localiza	–	–	5.402	770
	–	–	6.811.362	5.156.029
Não Circulante				
Depósitos p/ Recursos	–	–	89.340	101.755
Consórcios	–	–	596.941	89.343
Créditos	–	–	686.281	191.098
Total	–	–	7.497.643	5.347.127

8. Créditos Fiscais:

	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Circulante				
IRPJ a Compensar	12.600	12.564	63.386	12.565
Contribuição Social a Compensar	884	884	166.388	884
PIS/COFINS/CSL a Compensar	1.480	1.480	1.480	1.480
IRF-JSCP a Receber	955.960	1.423.408	47.008	732.786
IPI a Recuperar	–	–	309.181	–
I.R.R.F	–	–	731.878	533.598
CIAP a Recuperar	–	–	259.787	165.217
Impostos a Apropriar	–	–	35.997	207.318
Impostos a Recuperar	970.924	1.438.336	1.615.105	1.653.848
Não Circulante				
ICMS s/imobilizado a recuperar	–	–	393.609	624.758
Créditos Fiscais	–	–	393.609	624.758
Total	970.924	1.438.336	2.008.714	2.278.606

9. Imobilizado:

	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Imobilizado Liquido	–	–	142.672.090	136.896.322
	–	–	142.672.090	136.896.322

• Imobilizado Controlada em 2022 e 2021:

	2022	2021
Imobilizado	188.761.030	180.372.975
Depreciação	(46.088.940)	(43.476.653)
Imob. Liquido	142.672.090	136.896.322

Descrição	Taxa de Dep.	31/12/2021	Adições	(Baixas)	Movimentação Depreciação	31/12/2022
Terrenos		59.987.315	–	–	–	59.987.315
Edifícios	25 a 40 anos	38.429.242	–	–	(13.015.054)	25.414.189
Maquinismos	02 a 26 anos	39.039.417	1.493.435	(1.391.426)	(20.896.098)	18.245.328
Veículos	02 a 10 anos	4.335.820	294.671	(312.344)	(3.552.194)	765.953
Moveis e uten.	05 a 16 anos	1.721.643	26.287	(26.154)	(1.509.032)	212.745
Comp. e perif.	01 a 10 anos	2.964.383	145.959	(59.097)	(2.574.454)	476.791
Moldes e disp.	10 anos	9.097.608	1.613.211	–	(3.192.198)	7.518.621
Outros ativos	02 a 15 anos	3.179.705	283.297	(36.682)	(1.349.911)	2.076.409
Imobil em and.		21.617.841	6.880.475	(523.576)	–	27.974.739
		180.372.975	10.737.334	(2.349.279)	(46.088.940)	142.672.090

Descrição	Taxa de Dep.	31/12/2020	Adições	(Baixas)	Movimentação Depreciação	31/12/2021
Terrenos		87.997.309	2.199.780	(30.209.773)	–	59.987.317
Edifícios	25 a 40 anos	64.153.006	1.492.980	(27.216.744)	(12.003.066)	26.426.176
Maquinismos	02 a 26 anos	35.630.211	5.105.360	(1.696.154)	(20.030.759)	19.008.657
Veículos	02 a 10 anos	3.996.757	368.510	(29.447)	(3.605.240)	730.580
Moveis e uten.	05 a 16 anos	1.697.039	25.743	(1.138)	(1.424.892)	296.752
Comp.eperif.	01 a 10 anos	2.814.631	218.204	(68.452)	(2.477.326)	487.057
Moldes e disp	10 anos	8.930.075	167.533	–	(2.548.282)	6.549.326
Outros ativos	02 a 15 anos	3.220.822	27.239	(68.355)	(1.349.911)	1.829.793
Imobil em and.		16.049.074	5.569.661	(894)	(37.177)	21.580.663
		224.488.923	15.175.010	(59.290.95)	(43.476.653)	136.896.322

Terrenos, edificações, móveis e utensílios e equipamentos, demais imobilizados e intangíveis estão demonstrados ao valor de custo de aquisição, formação ou construção deduzidos de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumuladas. Conforme determina o CPC PME, a Companhia avaliou em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, se havia algum indicativo de que seus ativos imobilizado e intangível estejam avaliados por valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda. A Companhia concluiu que não há indicativos de não realização de seus ativos e, portanto, nenhum ajuste é requerido.

10. Intangível:

	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Softwares	–	–	2.642.097	2.628.859
Amortização acumulada	–	–	(2.284.927)	(2.226.829)
	–	–	357.170	402.030

Descrição	Taxa de Amortização	31/12/2021	Adições	(Baixas)	Movimentação Amortização	31/12/2022
Softwares / Lic. de uso	5 anos	2.628.859	13.238	–	(2.284.927)	357.170

Descrição	Taxa de Amortização	31/12/2020	Adições	(Baixas)	Movimentação Amortização	31/12/2021
Softwares / Lic. de uso	5 anos	2.608.803	20.056	–	(2.226.829)	402.030

11. Investimentos:

	Patrimônio Líquido	Participação	Saldo em 31/12/2022
FAME Aparelhos e Material Elétricos Ltda	277.972.175	99,99%	277.944.377
	277.972.175		277.944.377

Movimentação em 31 de dezembro de 2022:

	Saldo em 31/12/2021	Equivalência patrimonial	Saldo em 31/12/2022
Fame	272.270.556	5.842.453	278.113.009
	272.270.556	5.842.453	278.113.009

Movimentação em 31 de dezembro de 2021:

	Saldo em 31/12/2020	Equivalência patrimonial	Saldo em 31/12/2021
Fame	229.958.300	42.312.256	272.270.556
	229.958.300	42.312.256	272.270.556

11.1 Investida: (a) FAME - Fábrica De Aparelhos E Material Elétrico Ltda.: A **FAME - Fábrica de Aparelhos e Material Elétrico Ltda**. (Companhia) é uma companhia de cotas de participação limitada, com prazo de vigência indeterminado, cujas atividades contemplam: fabricação e comercialização de aparelhos e materiais elétricos, eletrônicos, tanto de uso industrial como comum ou doméstico; fabricação de outros produtos elaborados de metal; fabricação e comercialização de ferragens e ferramentas; exportação e importação de quaisquer produtos ou matérias-primas necessários ao desenvolvimento de sua atividade; exploração de atividade agropastoril e reflorestamento em imóveis rurais próprios; locação de imóveis próprios e participação no capital de outras companhias, qualquer que seja o seu ramo de atividade.A produção da Companhia é comercializada substancialmente no mercado interno.

12. Fornecedores e outras contas a pagar:

	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Fornecedores	–	–	–	–
Outras contas a pagar	–	–	–	–
	–	–	–	–

São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal das atividades, sendo reconhecidas ao valor da fatura ou do contrato correspondente. Os referidos fornecedores são classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário são apresentados no passivo não circulante. **13. Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos da controlada em 2022 e 2021 são assim apresentados:

Instituição Financeira	Modalidade	Moeda	Data Vencimento	Custo da Dívida	2022 Circulante	2022 Não circulante	2021 Circulante	2021 Não circulante
Banco Itaú	Financiamento	R$	–	–	–	474.093	–	2.149.944
Banco do Brasil	Financiamento	R$	set/20	CDI+4% a.a.	–	–	–	681.750
					–	474.093	–	2.831.694

14. Obrigações Tributárias:

	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
ICMS - substituição trib.	–	–	2.328.845	2.596.308
IPI	–	–	–	1.313.905
ICMS	–	–	1.911.510	1.299.818
COFINS não cumulativo	41.342	349.915	1.389.538	1.249.103
IRRF - folha de pagto.	–	–	996.351	895.706
IRF juros s/ capital próprio	74.048	626.739	(523.314)	626.739
PIS não cumulativo	8.975	75.969	301.630	271.145
Cofins/CSLL/PIS na fonte	–	–	40.672	58.069
CSLL a pagar	–	–	–	28.593
IRRF sobre serviços	–	–	12.553	20.683
ICMS sobre merc.trânsito	–	–	6.429	6.429
ISS de terc. a recolher	–	–	2.408	3.556
IRRF representantes	–	–	2.507	2.273
IPI sobre merc em trânsito	–	–	2.129	2.129
IRRF autônomos	–	–	530	893
IRPJ a pagar	–	–	–	66
	124.365	1.052.623	6.471.788	8.375.415

15. Obrigações Sociais e Trabalhistas:

	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Ordenados e Sal. a Pagar	–	–	2.245.062	2.185.633
Pensão Aliment. a Pagar	–	–	19.652	23.173
INSS A Recolher	–	–	2.760.571	2.570.974
FGTS A Recolher	–	–	794.696	744.905
Mensalidade de Sindicato	–	–	5.453	4.802
Senai	–	–	25.937	37.430
Taxas Sindicais	–	–	73.545	91.005
Prov. Dem. Vend - localiza	–	–	30.554	23.000
	–	–	5.955.470	5.680.922

16. Credores Diversos:

	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Adiantamentos de clientes	–	–	589.598	429.951
Dividendos A Pagar	–	–	2.076.235	1.555.065
Participação dos admin.	–	–	290.791	284.108
Emp.Funcion.Dec. 4840/03	–	–	179.734	165.299
Juros Sobre Capital Próprio	10.686.833	5.947.755	16.998.240	8.588.232
	10.686.833	5.947.755	20.134.598	11.022.655

17. Provisões:

	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Provisões	–	–	12.745.457	9.507.993
	–	–	12.745.457	9.507.993

Provisões para contingências controladoras: A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 a Companhia não possuía nenhuma ação contra ela.

continua...

...continuação

CATUMBI EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A. - CNPJ nº 02.904.978/0001-03 - Notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício findo em 31/12/2022 e de 2021 (Valores expressos em reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

Provisões para contingências controlada: A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais em curso, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as obrigações legais e as perdas prováveis estimadas no montante de R$ 6.802.312em 31 de dezembro de 2022 (R$ 3.945.009 em 31/12/2021). Durante o andamento dos processos foram realizados diversos depósitos judiciais que em 31 de dezembro de 2022 totalizavam o montante de R$ 89.341 (R$ 101.755 em 2021).

18. Financiamentos Diversos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Títulos a Pagar	–	–	99.990	499.950
Consorcio De Veículos	–	–	141.701	85.535
	–	–	**241.691**	**585.485**

19. Diferido:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
IRPJ - Diferido	–	–	38.202.690	39.476.648
CSLL- Diferido	–	–	13.752.968	14.211.595
	–	–	**51.955.658**	**53.688.243**

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 a Companhia calculou e registrou, com base nas alíquotas vigentes, o Imposto de Renda e a Contribuição Social sobre o saldo da conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial.

Descrição	2022	2021
Ajuste de Valor Patrimonial	152.810.758	157.906.598
IR Diferido 25%	**38.202.690**	**39.476.648**
CSLL Diferido 9%	**13.752.968**	**14.211.595**

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ("impostos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações contábeis e as bases fiscais correspondentes, usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social não sujeitos à prescrição. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a base tributável futura será em montante suficiente para absorver as diferenças temporárias dedutíveis. A probabilidade de recuperação do saldo de impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar. Os impostos diferidos ativos e passivos são mutuamente compensados apenas quando há o direito legal de compensação, quando estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Companhia pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes. **20. Patrimônio Líquido:** Em 31 de dezembro de 2022e de 2021, o capital social subscrito e integralizado está representado por 74.593.670 ações ordinárias nominativas sem valor nominal. As ações farão jus a dividendos mínimos anuais não cumulativos de 06% do lucro líquido do exercício.

21. Receitas Operacionais:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Lucro e Perdas	5.842.543	42.312.256	–	–
Venda a Vista	–	–	7.475.372	8.337.768
Revenda a Vista	–	–	1.003.749	919.552
Venda a Prazo	–	–	373.551.604	373.604.435
Revenda a Prazo	–	–	41.943.015	33.748.990
Ajuste a Valor Presente	–	–	(8.249.301)	(2.960.192)
Exportação Indireta	–	–	2.866.307	1.762.419
Exportação Indireta Re	–	–	83.434	107.901
Zona Franca e ALC	–	–	10.132.480	8.706.277
Zona Franca e ALC Re	–	–	1.268.920	440.649
Produtos para o Exterior			21.094.740	24.979.520
	5.842.543	**42.312.256**	**451.170.320**	**449.647.319**

22. Devolução e Abatimentos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Devolução de Clientes	–	–	(5.519.791)	(3.755.517)
	–	–	**(5.519.791)**	**(3.755.517)**

23. Impostos sobre Vendas:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
ICMS	–	–	(48.560.177)	(48.382.945)
Pis não cumulativo	–	–	(5.988.911)	(5.960.718)
Cofins	–	–	(27.584.314)	(27.455.424)
	–	–	**(82.133.402)**	**(81.799.087)**

24. Custo dos Produtos Vendidos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Mão de Obra Direta	–	–	(72.827.123)	(93.653.657)
Gastos Gerais	–	–	(157.447.810)	(135.622.584)
Depreciações	–	–	(797.196)	(2.231.709)
Impostos e Taxas	–	–	(111.758)	(930.447)
	–	–	**(231.183.887)**	**(232.438.397)**

25. Administrativas:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Gastos Diversos	(1.445)	(700)	–	–
Serviços de Terceiros	(34.057)	(59.734)	–	–
Impostos e Taxas	(521)	(5.485)	–	–
Pis	(101.371)	(75.968)	–	–
Cofins	(466.919)	(349.916)	–	–
Mão Obra Administrativa.	–	–	(12.177.171)	(12.375.705)
Depreciação e Amortização.	–	–	(163.187)	(166.275)
Gastos Gerais	–	–	(11.189.137)	(14.299.672)
Outras Despesas Adm.	–	–	(670.108)	(3.250.254)
	(604.313)	**(491.803)**	**(24.199.603)**	**(30.091.906)**

26. Vendas:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Mão Obra Vendas	–	–	(43.591.260)	(42.596.168)
Gastos Gerais	–	–	(45.502.553)	(42.113.931)
Impostos e Taxas	–	–	(672.236)	(343.206)
	–	–	**(89.766.049)**	**(85.053.305)**

27. Outras Despesas Operacionais:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Desp. Finan. JSCP	(5.575.386)	(4.178.262)	–	–
Mão de Obra			(14.537.299)	(12.686.614)
Gastos gerais	–	–	(4.759.168)	(6.946.329)
Mão de obra	–	–	(1.145.743)	(1.319.227)
Impostos e taxas	–	–	(211.966)	(339.685)
	(5.575.386)	**(4.178.262)**	**(20.654.176)**	**(21.291.855)**

28. Receita/Despesa Financeira:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receitas financeiras				
Recuperação. Diversas	–	–	485.097	7.113.688
Variações Cambiais	–	–	1.703.841	2.329.565
Descontos Obtidos	–	–	315.340	247.852
Juros Ativos	–	–	577.605	588.325
Alugueis Ativos	–	–	39.161	32.976
Variação Monetárias Ativos	–	–	–	41.015
Rendas de Aplicações Financeiras	–	–	8.308.175	3.120.663
Ganhos de Capital	–	–	108.875	978.783
Juros de Cap. Próprio	–	–	1.184	2.964
Ajuste a Valor Presente	–	–	8.608.346	2.879.823
Rev. de Provisões	–	–	7.438.669	8.445.312
	–	–	**27.586.293**	**25.780.966**
Despesas Financeiras				
Desp. Bancárias	(1.488)	(1.138)	(810.230)	(872.229)
CPMF	–	–	(817)	–
IOF	(92)	(166)	(22.778)	(11.886)
Var. Monet. Passiva	–	–	(74.965)	(29.388)
Juros e Descontos	(20.763)	(26.579)	(14.974)	(252.092)
Var. Cambial	–	–	(1.873.861)	(1.347.868)
Perdas de Capital	–	–	(22.027)	(78.954)
Juros AVP Fornecedores	–	–	(1.923.336)	(941.324)
Juros de Cap. Próprio	–	–	(6.143.676)	(4.604.145)
Provisões	–	–	(10.390.507)	(7.805.417)
	(22.343)	**(27.882)**	**(21.277.171)**	**(15.943.303)**

29. Imposto de renda e contribuição social no resultado:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
IRPJ	–	–	(910.490)	(916.931)
CSLL	–	–	(344.687)	(338.735)
	–	–	**(1.255.177)**	**(1.255.666)**

IRPJ e CSLL	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	2.882.481	2.242.106
Custos e despesas não dedutíveis	2.189	2.005
Outras adições	1.268.590	1.870.298
Outras exclusões	(323.395)	(350.955)
Base de cálculo	**3.829.865**	**3.763.454**
IRPJ (15%)	(574.480)	(564.518)
Adicional (10%)	(358.989)	(352.414)
(-) PAT Prog.Aliment.do Trabalhador	22.979	–
Total de despesas com IRPJ	**(910.490)**	**(916.931)**
Base de cálculo	**3.829.865**	**3.763.454**
CSLL (9%)	(344.687)	(338.735)
Total de despesas com CSLL	**(344.687)**	**(338.735)**

30. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos: Os principais fatores de risco a que a Companhia está exposta refletem aspectos estratégico-operacionais e econômico-financeiros. Os riscos econômicos e financeiros refletem, principalmente, o comportamento de variáveis macroeconômicas, taxas de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros utilizadas pela Companhia. A Companhia possui como prática gerir os riscos existentes de forma conservadora, sendo que essa prática possui como principais objetivos preservar o valor e a liquidez dos ativos financeiros e garantir recursos financeiros para o bom e pleno andamento dos negócios. Compete a Administração revisar e estabelecer políticas para gestão de cada um desses riscos, os quais estão resumidos abaixo. Os principais riscos financeiros considerados pela gestão da Administração são: • Risco de mercado; • Risco de liquidez; • Risco de taxas de juros; • Risco de crédito; e • Risco operacional. Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações contábeis da Companhia, conforme tabelas abaixo:

Ativos:	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Disponível	37.699	42.702	78.707.942	74.774.094
Contas a Receber	11.881.238	7.054.000	85.983.522	73.497.111
Créditos	–	–	6.811.362	5.156.029
	11.918.937	**7.096.702**	**171.502.824**	**153.427.235**

Passivo:	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Fornecedores				
Outras contas a pagar	–	–	–	–
Diversos	1.716.915	2.382.212	17.659.730	20.704.349
Credores Diversos	10.686.833	5.947.755	20.134.598	11.022.655
	12.403.748	**8.329.967**	**37.794.328**	**31.727.004**

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022e de 2021, não houve nenhuma reclassificação entre as categorias, valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e passivos pelo custo amortizado, apresentadas nas tabelas acima. Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos, as práticas e os processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações contábeis. **Risco de mercado:** O risco de mercado decorre da possibilidade de estagnação econômica, perdas decorrentes do efeito da oscilação dos valores de mercado de instrumentos financeiros, oscilação das taxas de juros e preços dos produtos. A Companhia adota uma política conservadora baseada na administração de suas posições ativas e passivas, focando a liquidez e a mitigação de risco. **Risco de crédito:** A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais e depósitos em bancos e/ou instituições financeiras e outros instrumentos financeiros. **Risco de liquidez:** É o risco em que a Companhia possa, eventualmente, encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista. A Administração da Companhia busca uma gestão prudente do risco trabalhando para manter caixa compatível com as necessidades de desembolso, alinhando disponibilidade e geração de recursos de modo a cumprir suas obrigações nos prazos acordados, em consonância com o plano de negócios da Companhia. **Risco de taxas de juros:** Decorre de a possibilidade da Companhia incorrer em ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse risco, a Companhia buscou captar recursos em longo prazo, com taxas pré-fixadas corrigidas peloIPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplomesmo índice que são remunerados os ativos da companhia de forma que, quaisquer resultados oriundos da volatilidade desses indexadores não incorram em nenhum impacto significativo. **Sensibilidade a taxas de juros:** As operações da Companhia são indexadas a taxas pré e pós-fixadas, sendo as taxas pós-fixadas por IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, sendo assim, a Administração, de uma maneira geral, entende que qualquer oscilação nas taxas de juros não representaria nenhum impacto significativo nos resultados da Companhia. **Risco operacional:** Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. **31 Cobertura de seguros:** Os seguros são contratados por valores considerados suficientes para cobrir eventuais riscos ou perdas sobre os bens do ativo imobilizado e estoque, de acordo com a avaliação da Administração e de seus consultores externos. Não está incluído no dos trabalhos de nossos auditores emitir opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros da companhia. **32 Eventos Subsequentes:** Em conformidade com as normas brasileiras de contabilidade, a Administração fez suas avaliações e chegou à conclusão de que não ocorreram fatos relevantes a serem divulgados entre a data base do encerramento das demonstrações financeiras e a data da sua respectiva aprovação.

Diretoria

Manoel Rodrigues Rentroia - Diretor Presidente
Antonio Gildo Petrongari - Diretor Vice-Presidente
José Armando R.Coelho Silva - Diretor

Contador

Marcos Pessetto - Técnico - CRC - 1SP 224371/O-3

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações financeiras

Administradores e Acionistas da **Catumbi Empreendimentos e Participações S.A. -** São Paulo - SP. **Opinião sem ressalva:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Catumbi Empreendimentos e Participações S.A.(Companhia), identificadas como Controladora e Consolidada, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro 2022 e as respectivas demonstrações dos resultados, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Catumbi Empreendimentos e Participações S.A., em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sem ressalva:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sem ressalva. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada; • avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; • concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manter em continuidade operacional; • avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. São Paulo, 13 de abril de 2023.

LCC Auditores Independentes - CRC nº 2SP029650/O-4
Marcello Lopes dos Santos - CRC nº 1SP188429/O-2

STF julga se correção do FGTS de 3% mais TR é constitucional

Caso chegou ao Supremo em 2014, sob argumento de que há perdas para o trabalhador; passivo é estimado em R$ 700 bi

Cristiane Gercina

SÃO PAULO O STF (Supremo Tribunal Federal) colocou na pauta de julgamentos desta quinta-feira (20) a ação conhecida como revisão do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço). Esperado há cerca de nove anos, o julgamento deve definir se a correção atual do Fundo de Garantia —de 3% ao ano mais TR (Taxa Referencial)— é constitucional.

O caso chegou ao STF em 2014, após estudo encomendado pelo partido Solidariedade e pela Força Sindical apontar perdas consideráveis aos trabalhadores. Na época, o levantamento mostrou que a correção dos valores trouxe prejuízo de 88,3% ao dinheiro depositado no Fundo de Garantia de 1999 até 2013.

O ex-deputado Paulo Pereira da Silva (SDD), o Paulinho da Força, era presidente da central na época e foi um dos responsáveis por entrar com a ADI (Ação Direta de Inconstitucionalidade) 5.090.

O pedido é para que a TR seja descartada e a Justiça adote algum índice de inflação, que pode ser o IPCA-E (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - Especial) ou o INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor).

O ex-deputado diz que está prevista para esta quarta (19) uma audiência com o ministro Luís Roberto Barroso, relator do caso, em conjunto com representantes da CUT (Central Única dos Trabalhadores) e do Solidariedade.

A intenção é tentar costurar um acordo sobre a revisão.

"Eu acho que o ideal seria que o Supremo Tribunal Federal desse um prazo para o governo negociar, porque é muito dinheiro. O único jeito de receber é fazendo um acordo", diz. O passivo é calculado por especialistas em cerca de R$ 700 bilhões. A AGU (Advocacia-Geral da União), que representa a Caixa Econômica Federal na ação, estimou gastos em torno de R$ 300 bilhões em petição de 2014.

Todos os trabalhadores com conta no Fundo de Garantia a partir de 1999 podem ser beneficiados. Há 117 milhões de contas ativas ou inativas de cerca de 70 milhões de profissionais. Se a TR for considerada inconstitucional, a expectativa de advogados é que mesmo quem não entrou com ação na Justiça pode ser beneficiado caso haja a mudança de índice, mas apenas quem ingressou no Judiciário é que poderá receber os valores retroativos de correção.

O advogado Antônio Carlos do Amaral Maia, do Amaral Maia Sociedade Individual de Advocacia, orienta o trabalhador a entrar com ação o quanto antes. Ele diz que, se houver modulação, o STF pode limitar a causa e garantir pagamento apenas a quem ingressou no Judiciário até a data do julgamento.

É possível entrar com ação no Juizado Especial Federal, sem advogado, mas, caso haja recurso da Caixa, administradora do fundo, será necessário nomear um defensor em prazo curto. Também há ações coletivas. É preciso reunir documentos pessoais e extratos do fundo, que podem ser obtidos no aplicativo FGTS e em agências da Caixa.

O trabalhador que decidir entrar com a ação agora deverá ter em mente que não há garantia de vitória e também que a modulação (a definição dos parâmetros de alcance de uma decisão judicial) poderá excluir processos recentes.

+

Entenda o que deve ser definido pelo STF

O que é a revisão do FGTS?
É uma ação judicial na qual se questiona a constitucionalidade da correção do dinheiro depositado no Fundo de Garantia. Hoje, o retorno do FGTS é de 3% ao ano mais TR (Taxa Referencial), que rende próxima de zero. Com isso, a atualização do dinheiro fica abaixo da inflação, deixando de repor as perdas do trabalhador. Estudo mostra que, desde 1999, quando houve modificação no cálculo da TR, até 2013, os trabalhadores acumulam perdas que chegam a 88,3%

O que o Supremo vai decidir sobre o FGTS?
O Supremo decidirá se a correção aplicada hoje é constitucional ou não. Os defensores da tese acreditam na inconstitucionalidade porque a fórmula atual não repõe as perdas da inflação, fazendo com que os trabalhadores tenham prejuízo.
A ADI (Ação Direta de Inconstitucionalidade) 5.090 solicita que os valores do Fundo de Garantia sejam corrigidos por um índice inflacionário. Entre eles estão o INPC, usado nas negociações de reajuste salarial e no aumento anual de aposentadorias, e o IPCA-E, que foi base para o pagamento dos precatórios do governo até o final de 2021.
A ação surgiu após o Supremo decidir, em 2014, que o governo não poderia usar a TR para corrigir os precatórios. De acordo com o advogado Antônio Carlos do Amaral Maia, em ao menos três julgamentos o STF entendeu que a TR é inconstitucional.
"Está bem pacificada a jurisprudência no Supremo quanto à inconstitucionalidade da TR. Foram três grandes julgamentos: o primeiro foi dos precatórios, depois de ações das fazendas estaduais e federal, e, terceiro, das causas trabalhistas, no fim de 2020, quando a TR foi unanimemente considerada inconstitucional."

Por que se questiona a correção do dinheiro do FGTS?
O motivo é que a Taxa Referencial tem rendimento muito baixo, próximo de zero, fazendo com que os trabalhadores não consigam repor seu poder de compra. Um trabalhador com R$ 1.000 no fundo em 1999 tinha, em 2013, R$ 1.340,47. Se fosse considerado INPC, o valor deveria ser de R$ 2.586,44, diferença de R$ 1.245,97

Veja como declarar a pensão alimentícia no IR com as novas regras

IR 2023

Fernando Narazaki

SÃO PAULO A declaração do Imposto de Renda 2023 de quem recebe pensão alimentícia é um dos itens que sofreram mudança para o contribuinte que vai prestar contas ao fisco neste ano. O STF (Supremo Tribunal Federal) definiu em 2022 que os valores recebidos são rendimentos isentos por entender que pensão não é aumento de patrimônio e que o dinheiro era tributado em dobro.

A decisão não só altera a forma de declaração de quem recebe a pensão como também pode render uma quantia em dinheiro para quem declarou o recebimento nos últimos cinco anos. É possível retificar as declarações entre 2018 e 2022 e obter restituição dos valores.

Na declaração de 2023, quem recebe pensão alimentícia deixa de declará-la em Rendimentos Tributáveis Recebidos de PF/Exterior e passa a preencher os dados na ficha Rendimentos Isentos e Não Tributáveis.

Já para quem paga pensão, não há alterações.

"Para quem paga a pensão, não mudou nada. Mas é preciso ter os mesmos cuidados de sempre, principalmente na hora de declarar o alimentando. Ele não é dependente", diz Priscila Farisco, sócia da área tributária do Viseu Advogados.

O alimentando é definido como a pessoa beneficiada pela pensão alimentícia por meio de decisão judicial ou escritura pública. Ele é declarado por quem paga a pensão. Já o dependente é quem depende da renda do titular da declaração para sobreviver, sendo declarado normalmente por quem recebe a pensão alimentícia.

Marcos Hangui, especialista de Imposto de Renda da King Contabilidade, diz que cada dependente ou alimentando requer uma ficha diferente. "É preciso informar separadamente. Importante ressaltar que, para declarar a pensão alimentícia, deve ser informada se ela foi definida por decisão judicial ou extrajudicial (escritura pública)", explica.

A Receita e os consultores ouvidos pela **Folha** reforçam ao contribuinte que recebe a pensão para conferir antes se precisa fazer a declaração, pois ela não é obrigatória para quem recebe rendimentos isentos, não tributáveis ou tributados exclusivamente na fonte abaixo de R$ 40 mil no ano-calendário.

Para declarar a pensão alimentícia recebida, o contribuinte deve, primeiro, abrir uma nova ficha em Dependentes. Clique em Novo, selecione o tipo de dependente, preencha nome, CPF, data de nascimento, email e celular e se ele mora com o titular. Confira os dados informados e clique em OK.

Depois, vá até a ficha Rendimentos Isentos e Não Tributáveis e clique em novo. Selecione o código 28 (pensão alimentícia) e especifique se o beneficiário da pensão é o titular da declaração ou o dependente, e selecione-o em beneficiário. Preencha nome e CPF de quem pagou a pensão, chamado de alimentante, e o valor total pago no ano passado. Confira os dados vá em confirma.

Quem paga a pensão deve preencher a ficha de Alimentandos e Pagamentos Efetuados, para deduzir o gasto.

F SAIBA MAIS SOBRE O IR folha.com/impostoderenda

COMPANHIA PAULISTA DE PARCERIAS - CPP

CNPJ 06.995.362/0001-46

Relatório da Administração - 2022 - Companhia Paulista de Parcerias - CPP

A Companhia Paulista de Parcerias - CPP, sociedade por ações de capital fechado, controlada pelo Estado de São Paulo, atua desde 2004 como importante instrumento de suporte à viabilização de projetos de interesse do Estado de São Paulo, com ações centradas, neste exercício de 2022, em três grupos de atividade: **(i)** Apoio ao Programa de Parcerias Público-Privadas; **(ii)** participação na Comissão de Acompanhamento de Contratos de Parcerias Público-Privadas, reformulada pelo Decreto nº 62.540, de 11 de abril de 2017; e **(iii)** apoio em operações financeiras de interesse da Administração.

No âmbito do Programa de Parcerias Público-Privadas, a CPP tem como propósito viabilizar a prestação de garantias a determinadas obrigações assumidas pelo Estado, por meio do penhor de ativos financeiros de sua titularidade, bem como participa diretamente, ou como representante da Secretaria da Fazenda e do Planejamento, nos Comitês de Análise Preliminar e nos Grupos de Trabalho constituídos pela Secretaria de Projetos e Ações Estratégicas para análise das modelagens dos processos de concessão e/ou desestatização de ativos.

Na esfera da Comissão de Acompanhamento dos Contratos de Parcerias Público-Privadas (CAC-PPP), a Companhia integra órgão voltado ao acompanhamento dos contratos de Parcerias Público-Privadas celebrados pelo Estado - por meio das informações prestadas pelas entidades responsáveis pelos referidos contratos - com vistas à avaliação de eventos ordinários e extraordinários havidos no curso da execução contratual que possam gerar impactos financeiros para a Companhia.

A Companhia também está autorizada a participar em operações financeiras estruturadas de interesse da Administração. Neste contexto, importante destacar que a Lei Estadual nº 17.293 de 15/10/2020 autorizou o Poder Executivo a ceder à CPP, a título oneroso e não oneroso, direitos creditórios originários de créditos tributários e não tributários, inscritos ou não em dívida ativa.

Destaca-se ainda que, numa companhia com as características de atuação da CPP, onde seus ativos, preponderantemente, são representados por aplicações financeiras que são utilizadas para garantir determinado número de contraprestações que o Estado tem junto às Concessionárias, é de fundamental importância que a gestão desta carteira de aplicações financeiras seja realizada de forma conservadora, de modo que a rentabilidade destes ativos tenha aderência aos compromissos assumidos. Nesse sentido, tais aplicações financeiras estão alocadas, principalmente, em fundos que aplicam em títulos que buscam rentabilidades em conformidade às variações da Selic e Índices de Preços.

1. Detalhamento das atividades operacionais:
Este item atende ao inciso I, do Artigo 8º da Lei nº 13.303/2016, demonstrando que as atividades desenvolvidas pela CPP estão em conformidade com os compromissos e metas estabelecidas na lei que autorizou sua criação:

(i) Apoio ao Programa de Parcerias Público-Privadas
A atuação da CPP é pautada pelas orientações do Conselho Gestor do Programa de Parcerias Público-Privadas (CGPPP) e, durante o ano de 2022, integrou os Comitês de Análise Preliminar e os Grupos de Trabalho nas modelagens dos seguintes projetos de concessão regidos pela Lei nº 11.079/2004 (Parceria Público-Privada): **i)** PPP Usinas Solares, da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente; **ii)** PPP Educação - Novas Escolas, da Secretaria da Educação; **iii)** CITI SP - II, da Secretaria de Desenvolvimento Econômico; **iv)** Trecho Norte do Rodoanel Mário Covas, da Secretaria de Logística e Transportes; e **v)** Trem Intercidades - TIC, da Secretaria dos Transportes Metropolitanos.

A CPP também apoia a atuação do Secretário da Fazenda e Planejamento no âmbito do Conselho Diretor do Programa Estadual de Desestatização - CDPED e a participação da Secretaria da Fazenda e Planejamento nos Comitês de Análise Preliminar e nos Grupos de Trabalho constituídos no âmbito do Governo para análise e proposição das modelagens dos projetos de concessão regidos pela Lei nº 8.987/1995 (Concessão Comum) e/ou desestatização de ativos.

Em 2022, essa atuação, dentre outros, ocorreu nos seguintes projetos: i) Serviços Públicos de Loterias no Estado de São Paulo, da Secretaria de Orçamento e Gestão.

(i.1) Prestação de garantias
Na condição de garantidora de determinadas obrigações assumidas pelo Estado a Companhia acompanha o desempenho e ajusta periodicamente os ativos segregados em relação às garantias prestadas no âmbito dos seguintes contratos de PPPs:

Linha 4 - Amarela do Metrô de SP - O contrato de concessão patrocinada para a realização de investimentos em sistemas e na aquisição do material rodante e a operação da linha pelo parceiro privado, foi firmado entre o Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Transportes Metropolitanos - STM e a Concessionária Via Quatro S.A. em 29 de novembro de 2006. Conforme previsto no contrato de concessão, a CPP presta garantia a determinadas obrigações assumidas pelo Estado com penhor de quotas de fundo de investimento, entretanto, restou caracterizada a perda do objeto do Contrato de Penhor e Outras Avenças, uma vez que toda a extensão da malha ferroviária objeto desta concessão passou a entrar em pleno funcionamento desde 09/05/2022, sendo desconstituída em 30 de agosto de 2022 a totalidade da garantia no valor atualizado de R$ 72.201.994, incorporando-se tal valor ao Caixa da Companhia.

Linha 8 (Diamante) da CPTM - O contrato de concessão administrativa, com prazo de 20 anos, para a prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva, revisão geral e modernização da frota da Linha 8 - Diamante da CPTM foi firmado entre o Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Transportes Metropolitanos - STM, e a concessionária CTrens - Companhia de Manutenção em 19 de março de 2010. Conforme previsto no contrato de concessão, a CPP presta garantia complementar à garantia oferecida pela CPTM, sem segregação de ativos. Em 31 de dezembro de 2022 o saldo de fiança prestada em garantia era de aproximadamente R$ 126 milhões.

Linha 6 (Laranja) do Metrô - O contrato de concessão patrocinada firmado em 18 de dezembro de 2013 entre o Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Transportes Metropolitanos - STM, e a Concessionária Move São Paulo S.A., previa a implantação das obras civis e sistemas, fornecimento de material rodante, operação e conservação da linha que ligará Brasilândia a São Joaquim. Conforme previsto no contrato de concessão, a CPP presta garantia equivalente a 6 contraprestações mensais, com penhor de quotas de fundo de investimento e reposição ao Sistema de Arrecadação do Bilhete Único de mais duas contraprestações mensais. O Decreto nº 64.572, de 08/11/2019, prorrogou o prazo da caducidade da referida parceria público-privada com início a partir de 09/02/2020. Em 06 de julho de 2020 foi assinado aditivo contratual transferindo a concessão para a Concessionária Linha Universidade S.A. e em 05 de outubro do mesmo ano a caducidade foi revogada pelo Decreto nº 65.223/22. Em 31 de dezembro de 2022 o saldo de cotas em penhor era de R$ 417 milhões e o saldo de fiança prestada em garantia era de aproximadamente R$ 139 milhões.

FURP: Planta de Produção de Medicamentos Américo Brasiliense - O contrato de concessão administrativa para desenvolvimento e produção de medicamentos genéricos na unidade fabril de Américo Brasiliense, com fornecimento de medicamentos à Secretaria Estadual da Saúde foi firmado entre a Fundação para o Remédio Popular "Chopin Tavares de Lima" (FURP) e a empresa CPM - Concessionária Paulista de Medicamentos S/A em 22 de agosto de 2013. Conforme previsto no contrato de concessão, a CPP presta garantia de 6 contraprestações mensais, calculadas de acordo com o volume de medicamentos fornecido, com penhor de quotas de fundo de investimento e, adicionalmente, a 3 contraprestações mensais, sem segregação de ativos. Contudo, em 1º de julho de 2022, foi firmado instrumento de Termo de Rescisão Contratual celebrado entre as partes, restando caracterizada a perda do objeto do Contrato de Penhor e Outras Avenças, sendo desconstituída em 30 de agosto de 2022 a totalidade da garantia no valor atualizado de R$ 51.330.045, incorporando-se tal valor ao Caixa da Companhia.

Habitação - O contrato de concessão administrativa para implantação de Habitações de Interesse Social (HIS) e de Habitações de Mercado Popular (HMP) na região central da cidade de São Paulo - Lote 1 compreende: a construção de 3.683 unidades HIS e de 2.260 unidades de HMP, prestação dos serviços de apoio à gestão condominial, de apoio à gestão da carteira de mutuários, dos serviços de manutenção predial, dos trabalhos técnicos sociais de pré e pós-ocupação além da implantação de equipamentos comuns e melhorias urbanísticas. O contrato foi firmado pela Secretaria de Habitação com a empresa PPP Habitacional SP Lote 1 S.A. em 25 de março de 2015. Conforme previsto no contrato de concessão, a CPP presta garantia de 6 contraprestações mensais, com penhor de quotas de fundo de investimento. Em 31 de dezembro de 2022 o saldo de cotas em penhor era de R$ 50,9 milhões.

SIM da Baixada Santista - O contrato de concessão patrocinada para expansão, operação, fornecimento de sistemas, veículos e manutenção do Sistema Integrado Metropolitano (SIM) de transporte público intermunicipal por ônibus e VLT da Região Metropolitana da Baixada Santista (RMBS) foi assinado pela Secretaria dos Transportes Metropolitanos - STM em 23 de junho de 2015 com a empresa BR Mobilidade Baixada Santista S.A. Conforme previsto no contrato de concessão, a CPP presta garantia de 6 meses para alguns componentes da contraprestação, com penhor de quotas de fundo de investimento. Em 31 de dezembro de 2022 o saldo de cotas em penhor era de R$ 21,8 milhões.

Complexos Hospitalares: Contratos de concessão administrativa para a construção, operação de serviços "Bata Cinza" e manutenção dos Complexos Hospitalares - Hospital Estadual de Sorocaba (Lote 1) e Hospital de São José dos Campos e Hospital Centro de Referência da Saúde da Mulher - HCRSM, em São Paulo (Lote 2), pelo prazo de 20 anos, entre o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Estado de Saúde e a Inova Saúde São Paulo SPE S.A. Conforme previsto no contrato de concessão, para os Hospitais que já superaram a etapa preliminar e se encontram em pleno desenvolvimento (Sorocaba e São José dos Campos), a CPP presta garantia de 5 contraprestações mensais, com penhor de quotas de fundo de investimento. Em 31 de dezembro de 2021 o saldo de cotas em penhor era de R$ 136,3 milhões.

(i.2) Comissão de Acompanhamento dos Contratos de Parcerias Público-Privadas
Durante o exercício de 2022, a Companhia participou e apoiou a Comissão de Acompanhamento dos Contratos de Parcerias Público-Privadas (CAC-PPP) à qual compete o acompanhamento dos contratos de Parcerias Público-Privadas celebrados pelo Estado com vistas à identificação de eventos ordinários e extraordinários havidos no curso da execução contratual que possam gerar impactos financeiros para a Companhia.

(i.3) Projetos especiais
Dentre as operações financeiras destaca-se: **(i)** realização da operação de cessão de direitos creditórios originados de contratos de empréstimos e financiamento firmados entre Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A. e municípios do Estado, firmado pela CPP com a Desenvolve. Embora o Instrumento Particular de Contrato de Cessão de Créditos e Outras Avenças tenha sido celebrado em 25 de junho de 2021, o pagamento do saldo devedor atravessou o exercício de 2022, sem qualquer inadimplemento por parte do cedente, e teve sua quitação em 15/07/2026; **(ii)** realização da operação financeira celebrada em 28 de janeiro de 2022, tendo como objetivo liberar ativos de titularidade do Estado de São Paulo, vinculados até então aos contratos de financiamentos nº 14.2.0210.1, nº 14.2.1011.1, nº 14.2.0720.1 e nº 14.2.1008.1, celebrados entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e o Estado de São Paulo. Nesse caso, a CPP, na qualidade de interveniente-garantidora dos respectivos contratos, prestou garantias dando a totalidade das cotas do Fundo BB Renda Fixa CPP LP Fundo de Investimento em Cotas do Fundo de Investimentos, inscrito no CNPJ sob o nº 11.451.205/0001-00.

2. Atendimento aos requisitos de governança previstos no Estatuto jurídico das empresas estatais:
Conforme previsto no Artigo 9º do Decreto nº 62.349, de 26 de dezembro de 2016, que regulamenta o Artigo 8º do Estatuto jurídico das empresas estatais, as informações referentes ao cumprimento de políticas públicas, sustentabilidade financeira e governança corporativa foram incluídas neste Relatório da Administração que acompanha as Demonstrações Financeiras anuais, estando o Relatório Integrado previsto no inciso IX, do mesmo artigo, elaborado em documento autônomo e disponibilizado no portal Companhia.

i. Sustentabilidade financeira
Segue abaixo o saldo da posição de aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2022, sendo que tais aplicações se apresentam como principal lastro para os compromissos representados pelas garantias prestadas através de penhor de cotas ou fianças prestadas (em R$ 1,00):

Fundos de Investimentos e outros ativos financeiros	Ativos totais
BB RF LP FIC FI	65.901.793
CPP Projetos	952.791.421
BB REF DI TP FI LP	12.845.723
BB TESOURO SP II FI	125.504.000
FI R.F (Linha 4)	792.753.478
BB CDB DI	36.752.932
Aplicações financeiras, por tipo/fundo	**1.986.549.347**
Recebíveis - Desenvolve SP	43.728.935
Total	**2.030.278.282**

Abaixo, é apresentada a posição do comprometimento parcial dos ativos/aplicações financeiras, representado pelo penhor de cotas e fianças prestadas, na mesma data de 31 de dezembro de 2022 (em R$ 1,00):

Compromissos assumidos através de penhor de cotas e fianças prestadas (garantias corporativas)	Ativos Dados em Garantia: Segregados	Fianças (Garantia Corporativa) (*)	Total de compromissos assumidos
PPP Linha 6	417.008.147	139.000.000	556.008.147
PPP Habitação Lote 1	50.910.967	–	50.910.967
Contrato Hospital São José dos Campos	39.673.912	–	39.673.912
Contrato Hospital Sorocaba	48.487.192	–	48.487.192
Contrato Hospital Pérola Byington	21.813.269	–	21.813.269
PPP da RMBS - ônibus + VLT	48.181.518	–	48.181.518
Contrato BNDES	65.901.793	–	65.901.793
Linha 8 (Diamante) da CPTM	–	126.000.000	126.000.000
Total	**691.976.798**	**265.000.000**	**956.976.798**

(*) Valores aproximados

Com base nas duas tabelas apresentadas acima, é possível verificar que a totalidade das aplicações financeiras é suficiente para fazer frente aos compromissos assumidos nas garantias prestadas na forma de penhor de cotas de fundos e fianças prestadas, bem como para fazer frente aos custos e despesas operacionais e tributárias. Tal fato, evidencia a sustentabilidade financeira da CPP.

Resultado contábil e fiscal

O lucro líquido contábil apurado em 2022 foi de R$ 178,376 milhões, apresentando um crescimento de 132% quando comparado com o lucro líquido contábil de R$ 76,743 milhões apurado em 2021. A elevação da taxa Selic durante o exercício de 2022, quando comparado ao exercício de 2021, com a Selic acumulada média de 2022 de 12,39% (ante 4,39% em 2021), conjugado com uma política de gestão ativa das aplicações financeiras, propiciou tal crescimento de resultados.

ii. Governança Corporativa
Em matéria de Governança Corporativa, preliminarmente, devem ser consideradas todas as peculiaridades que envolvem a Companhia, notadamente: (**1**) Atividade de baixo risco operacional - centrada na gestão de aplicações financeiras que servem como lastro das garantias prestadas (artigo 8º, Lei nº 11.079/04) no âmbito do Programa de Parcerias Público-Privadas do Estado de São Paulo; (**2**) Estrutura enxuta, que atualmente conta com 9 (nove) colaboradores; e (**3**) Relação limitada com prestadores de serviços, estando restrita às funcionalidades da Companhia (ex. contabilidade, auditoria, plano de saúde). A necessidade de contemplar um sistema de controle interno adequado à estrutura enxuta da CPP é corroborada por órgãos normativos e reguladores, em especial pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, por meio do Comunicado SDG nº 035/2015, que assevera que "*O exercício do controle interno em cada caso também dependerá do porte e da complexidade inerentes à entidade*", e pelo próprio Decreto estadual nº 62.349, de 26 de dezembro de 2016, que regulamentou o Estatuto Jurídico das empresas estatais, estabelecido na Lei federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016.

A CPP tem envidado esforços para se adequar às exigências da nova legislação relativa ao Estatuto Jurídico das empresas estatais, estabelecidas na Lei federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016, tendo como meta o pleno cumprimento da regulamentação inicial, considerando determinadas ações já concluídas, quais sejam: (**1**) adequação do estatuto; (**2**) implantação de manuais de rotinas de procedimentos, regulamentos internos e código de conduta; (**3**) avaliação de administradores; entre outras. Por outro lado, as ações de regularização e atendimento à legislação de governança que ainda estão em andamento e devem ser conduzidas respeitando-se o princípio da economicidade em todas as suas soluções, não havendo superposição aos procedimentos já adotados na prestação de informações à sociedade e ao acionista controlador, veiculadas regularmente nos sítios governamentais.

(ii.1) Quadro de Pessoal
Em 31/12/2022 a remuneração do pessoal-chave da Administração correspondia aos seguintes valores (em R$ 1,00):

Descrição	Valor mensal
Conselho de Administração	6.582
Conselho Fiscal	4.388
Diretoria	21.939

(ii.2) Detalhamento da avaliação dos administradores
Em atendimento ao que dispõe o artigo 12 da Deliberação 04/2019 emitida pelo CODEC - Conselho de Defesa dos Capitais do Estado de São Paulo, segue resumo da avaliação dos administradores da CPP:

Avaliação dos conselheiros de administração:	Média (1 a 4)
Enquanto órgão colegiado	3,31
Auto-Avaliação (individual de cada conselheiro)	3,20
Avaliação individual de cada conselheiro sobre os membros da Diretoria	3,43
Nota final atingida	**3,31**
Avaliação dos diretores:	**Média (1 a 4)**
Auto-Avaliação (individual de cada diretor)	3,63
Escala - atribuição de avaliação	**Nota**
Mudanças relevantes são necessárias	1,00 a 1,75
Algumas mudanças são necessárias	1,76 a 2,50
Satisfaz as expectativas legais e estatutárias	2,56 a 3,25
Supera as expectativas legais e estatutárias	3,26 a 4,00

A metodologia utilizada para avaliação exigida dos conselheiros de administração abordou os seguintes aspectos: **(A)** Avaliação enquanto órgão colegiado: (i) Exposição dos atos de gestão praticados com relação à licitude e à eficácia da ação; (ii) Contribuição para o resultado do exercício; (iii) Consecução dos objetivos estabelecidos no plano de negócios e no atendimento à estratégia de longo prazo; (iv) Funcionamento do Conselho de Administração; (v) Conhecimento técnico e da Companhia. **(B)** Auto-avaliação: (i) Preparo e dedicação pessoal; (ii) Postura nas reuniões do colegiado; (iii) Aperfeiçoamento técnico; (iv) Identificação de situações de conflito de interesses. **(C)** Avaliação dos membros da Diretoria: (i) Exposição dos atos de gestão praticados com relação à licitude e à eficácia da ação; (ii) Contribuição para o resultado do exercício; (iii) Consecução dos objetivos estabelecidos no plano de negócios e no atendimento à estratégia de longo prazo e; (iv) Interação com o Conselho de Administração.

A metodologia utilizada para avaliação exigida dos diretores contemplou auto-avaliações abordando os seguintes aspectos: (i) Nível de conhecimento sobre a missão, visão, valores, estratégia e planos de negócios da empresa; (ii) Formulação da estratégia de longo prazo com análise de riscos e oportunidades; (iii) Contribuição para a consecução dos objetivos estabelecidos no plano de negócios e atendimento à estratégia de longo prazo da Companhia; (iv) Postura nas reuniões de diretoria; (v) Prestação de informações acerca das questões relevantes ao Conselho de Administração, assim como de documentos e pareceres; (vi) Conhecimento e cumprimento de recomendações do Conselho Fiscal e auditorias.

3. Políticas implementadas:

(i) Distribuição de Dividendos
A política de Distribuição de Dividendos da Companhia está descrita na Nota Explicativa às Demonstrações Contábeis de nº 13.d.

(ii) Partes Relacionadas
A Política de Transações com Partes Relacionadas está fundamentada no seu elemento-chave, qual seja, a Comutatividade, que visa impedir a transferência indevida de resultados entre a Companhia e suas Partes Relacionadas. As relações existentes entre as Partes Relacionadas estão amparadas por atos administrativos e outros normativos legais.

Além da prestação de garantias prestadas às Concessionárias para garantir determinado número de contraprestações do Estado de São Paulo nos contratos de parcerias público-privadas, é importante destacar que foi firmado Contrato de Cessão de Crédito, sem direito de regresso, junto à Desenvolve SP, onde foi adquirida uma carteira de créditos concedidos para determinados municípios no valor total de R$ 78,8 milhões. Destaca-se ainda, operação de garantia prestada através de penhor de cotas de fundo de investimento, para o Estado de São Paulo em determinados contratos de crédito junto ao BNDES, conforme informado na nota (1.i.3) Projetos Especiais.

(iii) Divulgação de Informações Relevantes
Respeitado o disposto no item 2.(ii) deste Relatório da Administração, a Companhia declara que procura divulgar adequadamente as informações julgadas relevantes: (**1**) sempre com base na necessidade de usuários externos e da sociedade em geral - precipuamente ao Estado de São Paulo: na relação existente entre Poder Concedente e Concessionárias, decorrente dos contratos de concessão em que a Companhia presta garantias, com a correspondente divulgação na Nota Explicativa nº 9 das Demonstrações Financeiras - para fins de decisões de natureza econômica, em aderência às exigências dos órgãos reguladores e fiscalizadores; (**2**) com confiabilidade e qualidade; (**3**) com homogeneidade e simultaneidade, na gestão dos negócios, fatos ou atos de caráter político-administrativo, técnico, negocial ou econômico, capazes de afetar valor da empresa ou influenciar a decisão dos acionistas ou a percepção da sociedade; (**4**) garantindo acesso às informações de caráter societário e de atos ou fatos relevantes a todos os agentes da sociedade, aos empregados, à imprensa e aos acionistas.

Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro de 2022 e 31 de Dezembro de 2021 (Valores expressos em unidades de reais R$)

Ativo	Notas Explicativas	31/12/2022	31/12/2021
Circulante		**1.365.732.706**	**1.198.540.602**
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	1.294.577.516	1.092.040.746
Bancos		4.967	535
Aplicações Financeiras		1.294.572.549	1.092.040.211
Direitos Realizáveis		71.155.190	106.499.856
Cessão Recebíveis - Desenvolve SP	6	22.166.094	27.717.899
Adiantamento a Funcionários		7.425	5.028
Impostos e Contribuições a Recuperar	7	42.459.259	63.950.456
Imposto de renda e Contribuição Social - Diferidos	15	6.372.380	14.676.446
Outros Créditos		32	27
Despesas Antecipadas		150.000	150.000
Não Circulante		**716.561.975**	**722.682.727**
Realizável a Longo Prazo		716.456.937	722.539.489
Cessão Recebíveis - Desenvolve SP	6	21.562.841	41.658.716
Depósitos Judiciais	8	2.917.298	2.603.259
Fundo de Investimento em Garantia	9	691.976.798	678.277.514
Investimentos	10	105.038	143.238
Total do Ativo		**2.082.294.681**	**1.921.223.329**

Passivo e Patrimônio Líquido	Notas Explicativas	31/12/2022	31/12/2021
Circulante		**127.922.819**	**90.316.903**
Contas a Pagar		189.925	180.893
Obrigações Tributárias	12	1.803.557	782.332
Obrigações Sociais e Trabalhistas		429.105	578.362
Juros sobre o Capital Próprio a Pagar	11	125.117.852	88.434.116
Provisões para Contingencias Fiscais	8	382.380	341.200
Patrimônio Líquido	13	**1.954.371.862**	**1.830.906.426**
Capital Social		1.509.619.815	1.439.412.180
Reserva Legal		99.197.021	90.278.238
Reserva de Lucros		345.555.026	301.216.008
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**2.082.294.681**	**1.921.223.329**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de Dezembro de 2022 e 31 de Dezembro de 2021 (Valores expressos em unidades de reais R$)

	Notas Explicativas	Capital Integralizado	Reservas de Lucros: Reserva Legal	Reservas de Lucros: Reserva de Lucros	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 01 de Janeiro de 2021		**1.439.412.180**	**86.441.084**	**316.744.201**	–	**1.842.597.465**
Lucro líquido do período		–	–	–	76.743.077	76.743.077
Constituição de Reserva Legal			3.837.154	–	(3.837.154)	–
Destinações (na Forma de Juros s/Capital Próprio):						
Juros Sobre o Capital Próprio	11	–	–	–	(88.434.116)	(88.434.116)
Transferência para Reserva de Lucros		–	–	(15.528.193)	15.528.193	–
Saldos em 31 de Dezembro de 2021	13	**1.439.412.180**	**90.278.238**	**301.216.008**	–	**1.830.906.426**
Saldos em 01 de Janeiro de 2022		**1.439.412.180**	**90.278.238**	**301.216.008**	–	**1.830.906.426**
Capitalização mediante aproveitamento de JCP	11	70.207.635	–	–	–	70.207.635
Lucro líquido do período		–	–	–	178.375.653	178.375.653
Constituição de Reserva Legal		–	8.918.783	–	(8.918.783)	–
Destinações(na Forma de Juros s/ Capital Próprio):						
Juros Sobre o Capital Próprio	11	–	–	–	(125.117.852)	(125.117.852)
Transferência para Reserva de Lucros		–	–	44.339.018	(44.339.018)	–
Saldos em 31 de Dezembro de 2022	13	**1.509.619.815**	**99.197.021**	**345.555.026**	–	**1.954.371.862**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração do Resultado em 31 de Dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em unidades de reais R$)

Receitas (Despesas) Operacionais	Notas Explicativas	31/12/2022	31/12/2021
Administrativas		**(15.310.843)**	**(9.310.243)**
Honorários de Administradores e Salários	16	(4.291.438)	(4.096.570)
Publicação Legal	17	(54.512)	(103.431)
Serviços de Terceiros	17	(625.881)	(594.325)
Despesas Gerais e Administrativas		(42.343)	(13.724)
Despesas Tributárias	18	(10.296.669)	(4.160.993)
Contingências Judiciais	8	–	(341.200)
Financeiras	14	**221.341.426**	**80.171.452**
Receitas Financeiras		221.381.516	89.316.522
Despesas Financeiras		(42.482)	(9.147.971)
Dividendos e ou Juros sobre Capital Próprio		2.392	2.901
Outras Receitas Operacionais		1.292	244.580
Resultado antes dos Tributos sobre o Lucro		**206.031.875**	**71.105.789**
Apuração de Tributos		(27.656.222)	5.637.288
Imposto de Renda	15	(20.329.105)	4.145.065
Contribuição Social sobre o Lucro	15	(7.327.117)	1.492.223
Lucro Líquido do Exercício		**178.375.653**	**76.743.077**
Lucro Líquido por Lote de Mil Ações		118,16	53,32

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração do Resultado Abrangente em 31 de Dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em unidades de reais R$)

	2022	2021
Lucro Líquido/(Prejuízo) do Exercício	178.375.653	76.743.077
Resultado Abrangente do Exercício	**178.375.653**	**76.743.077**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto em 31 de Dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em unidades de reais R$)

Atividades Operacionais	Notas Explicativas	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício		178.375.653	76.743.077
Ajustes por :			
(Receitas)/Perdas Financeiras de Longo Prazo (Líquidas, Investimentos em Garantia)	9.1	(84.082.024)	(27.562.317)
(Receitas) Financeiras de Longo Prazo (Recebíveis)	6	(4.077.061)	(6.996.634)
Variação Monetária Ativa de Depósitos Judiciais		(314.039)	(90.946)
Variação Monetária Passiva de Contingências Judiciais		41.180	–
Lucro (Prejuízo) Líquido Ajustado		89.943.709	42.093.180
(Aumento) Redução em Créditos a Receber		–	66.500
(Aumento) Redução em Recebíveis	6	29.724.741	(62.379.981)
(Aumento) Redução em Adiantamento a Funcionários		(2.397)	(5.028)
(Aumento) Redução em Impostos e Contribuições a Recuperar/Diferidos		29.795.263	(14.351.262)
(Aumento) Redução em Outros Créditos		(5)	(10)
(Aumento) Redução em Investimento em Garantia	9.1	70.382.740	631.917.287
(Aumento) Redução em Depósitos Judiciais	8	–	(2.512.313)
(Aumento) Redução em Investimentos		–	(698)
Aumento (Redução) em Contas a Pagar		9.032	6.529
Aumento (Redução) em Obrigações Tributárias		1.021.225	(103.941)
Aumento (Redução) em Obrigações Trabalhistas		(149.257)	73.225
Aumento (Redução) em Provisões para Contingências Fiscais	8	–	341.200
		130.781.342	553.051.508
Caixa Liquido Proveniente das Atividades Operacionais		220.725.051	595.144.688
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos			
Devolução de Capital	10	38.200	–
Pagamento dos Juros Sobre Capital Próprio	11	(18.226.481)	(90.660.275)
Caixa Líquido Usado nas Atividades de Financiamentos		(18.188.281)	(90.660.275)
Aumento (Diminuição) Líquido(a) de Caixa e Equivalentes de Caixa		202.536.770	504.484.413
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período		1.092.040.746	587.556.333
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período		1.294.577.516	1.092.040.746

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Referentes aos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2022 e 31 de Dezembro de 2021
(Valores expressos em unidades de reais, exceto quando especificado)

1. Contexto Operacional: A **Companhia Paulista de Parcerias - CPP**, constituída em 04 de agosto de 2004, é uma sociedade por ações, de capital fechado, regida pela Lei Federal nº 6.404/76 (alterada pela Lei Federal nº 11.638/2007), pela Lei Federal 13.303/16 e Lei Estadual nº 11.688/04. A CPP foi criada como importante instrumento de suporte à viabilização de projetos de interesse do Estado de São Paulo, especialmente no âmbito do Programa de Parcerias Público-Privadas. Para consecução de seus objetivos, a Lei facultou à CPP, no seu art. 15, um amplo conjunto de possibilidades operacionais, que incluem a contratação de serviços especializados de avaliação e modelagem, a participação em operações financeiras (contraindo empréstimos, emitindo títulos, eventualmente participando do capital de outras empresas), a facilitação de projetos (especialmente por meio da prestação de garantias), bem como diferentes possibilidades de disponibilização de bens à Administração. Adicionalmente, a Lei Estadual nº 17.293 de 15/10/2020 autorizou o Poder Executivo a ceder à CPP, a título oneroso e não oneroso direitos creditórios originários de créditos tributários e não tributários, inscritos ou não em dívida ativa.

2. Base para a Preparação das Demonstrações Contábeis Intermediárias: a) Declaração de conformidade: As demonstrações contábeis intermediárias foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das SAs nº 6.404/76 e as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, assim como pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). A emissão das demonstrações contábeis intermediárias foi autorizada pela Administração em 17 março de 2023, após revistas, discutidas e aprovadas pela diretoria da CPP. **b) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações contábeis intermediárias são apresentadas em unidades de Real (R$), exceto quando especificado, sendo esta a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas foram arredondadas para a unidade mais próxima. **c) Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações contábeis intermediárias exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados efetivos que podem divergir dessas estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As principais premissas utilizadas pela Administração no desenvolvimento de estimativas estão relacionadas à determinação do valor justo de determinados ativos e passivos financeiros em sua mensuração inicial pelo qual foram marcadas a valor de mercado. **d) Demonstração do Resultado Abrangente:** Outros resultados abrangentes compreendem itens de receita e despesa (incluindo ajustes de reclassificação) que não são reconhecidos na demonstração do resultado como requerido ou permitido pelos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo CPC.

3. Principais Práticas Contábeis: As principais práticas contábeis adotadas para a contabilização das operações e a elaboração das demonstrações contábeis intermediárias são: **a) Caixa e equivalentes de caixa:** Inclui caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras pós-fixadas resgatáveis a qualquer momento, com riscos insignificantes de mudança de seu valor de mercado e sem penalidades. As aplicações financeiras são registradas ao valor justo, considerando os rendimentos proporcionalmente auferidos até a data de encerramento do período. **b) Instrumentos Financeiros:** Apresentam as seguintes classificações em conformidade ao CPC 48: (**i**) ativos (ou passivos) financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado, "VJR"; (**ii**) ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, "VJORA" e; (**iii**) custo amortizado, no quadro a seguir:

Descrição	Classificação CPC 48	31/12/2022	31/12/2021
Ativos financeiros:			
Caixa e Equivalentes de Caixa	VJR	1.294.577.516	1.092.040.746
Cessão Recebíveis - Desenvolve SP	Custo Amortizado	43.728.935	69.376.615
Fundo de Investimentos em Garantia	VJR	691.976.798	678.277.514
Investimentos	Custo Amortizado, VJORA	105.038	143.238
		2.030.388.287	**1.839.838.113**
Passivos financeiros:			
Contas a Pagar	Custo Amortizado	189.925	180.893
Juros sobre Capital Próprio	Custo Amortizado	125.117.852	88.434.116
		125.307.777	**88.615.009**

A classificação dos instrumentos financeiros acima demonstrada foi feita com base (**i**) no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros e (**ii**) nas caraterísticas de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. Nesse sentido, a Companhia gerencia seus ativos financeiros de forma a preservar ou ampliar a sua capacidade de prestação de garantias e apoiar, respeitados os limites legais e normativos para sua atuação, projetos de interesse do Estado de São Paulo. Isto pode significar a opção quer pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais ou sua venda em mercado. b.1) Cessão Recebíveis - Desenvolve SP: Os direitos decorrentes da aquisição dos recebíveis estão registrados pelo valor do principal, incorporando rendimentos auferidos até a data do balanço. O nível de risco desta operação - revisado anualmente - foi determinado fundamentalmente em face das garantias prestadas, caracterizando baixíssimo risco de inadimplência.

c) Redução ao valor recuperável ("*impairment*"): Ativos financeiros: Um ativo financeiro tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que estimativamente projeta-se um evento de perda, provocando um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável, conforme preconizado nas regras estabelecidas no CPC 48. A Companhia dispõe de elementos os quais configuram não haver indício de perda para seus ativos. Porém, eventuais mudanças abruptas na política monetária, de modo que os títulos públicos ou a Selic incorra em variações muito acima das previsões realizadas, podem trazer marcação a mercado negativa para determinados períodos. Ativos não financeiros: O valor contábil dos ativos não financeiros da Companhia é revisto a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. **d) Provisões:** Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. **e) Apuração do Resultado:** As receitas e as despesas são registradas de acordo com o regime contábil de competência, que estabelece que sejam incluídas na Apuração de Resultado do período em que ocorrerem, simultaneamente, quando se correlacionarem e independentemente de recebimento ou pagamento. **f) Imposto de Renda e Contribuição Social - correntes e diferidos:** A somatória dos tributos correntes e diferidos representa a despesa (ou receita) com imposto de renda e contribuição social. Correntes: A provisão para imposto de renda e contribuição social se baseia no lucro tributável, de acordo com a legislação e alíquotas vigentes, assim o tributo corrente é aquele a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, a taxas de tributos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis intermediárias, e qualquer ajuste aos tributos a pagar com relação a períodos anteriores. Diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos são, substancialmente, reconhecidos em sua totalidade sobre as diferenças entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e correspondentes valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. A recuperação do saldo dos tributos diferidos ativos é revisada anualmente ao final de cada exercício em função da probabilidade de que lucros futuros tributáveis tenham plenas condições de permitir a referida recuperação. **g) Distribuição de dividendos mínimos e juros sobre capital próprio:** Os dividendos devidos aos acionistas são reconhecidos como uma redução no Patrimônio Líquido assim como os juros sobre capital próprio.

4. Impactos Financeiros - COVID 19: Os efeitos econômicos decorrentes da propagação do Coronavírus (COVID-19) e das medidas governamentais tomadas para evitá-la foram percebidos a partir das oscilações derivadas substancialmente da variação dos títulos públicos e da taxa SELIC.

5. Caixa e Equivalentes de Caixa:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Bancos	4.967	535
Aplicações Financeiras (*)	1.294.572.549	1.092.040.211
Total	**1.294.577.516**	**1.092.040.746**

(*) Relação das aplicações financeiras em Fundos de Investimento e Depósitos a Prazo (CDB) junto ao Banco de Brasil em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
BB RF LP FIC FI	–	56.779.418
CPP Projetos	326.716.416	254.533.151
BB REF DI TP FI LP	12.845.723	11.620.622
BB TESOURO SP II FI	125.504.000	114.285.809
FI CPP LINHA 4 RF	792.753.478	654.631.648
BB CDB/RDB (Depósitos a Prazo)	36.752.932	189.563
(*) Composição das aplicações financeiras, por tipo/fundo	**1.294.572.549**	**1.092.040.211**

As cotas dos fundos de investimento estão custodiadas no Banco do Brasil e são avaliadas com base no valor da cota informado pelo Administrador com rentabilidade média equivalente a aproximadamente 99% do CDI.

6. Cessão Recebíveis - Desenvolve SP: Em 25 de junho de 2021 foi firmado o Instrumento Particular de Contrato de Cessão de Créditos e Outras Avenças com a Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo (empresa que está sob o mesmo controle societário e, portanto, é Parte Relacionada), tendo por objeto a cessão e transferência onerosa, em caráter irrevogável e irretratável, sem qualquer espécie de coobrigação, da totalidade dos Recebíveis, oriundos de Contratos de Financiamentos firmados com determinados Municípios do Estado de São Paulo. Todos os contratos objetos da cessão apresentam como garantia a possibilidade de execução da receita de cada município devedor, correspondente à cota-parte do ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, que é transferida regularmente pelo governo do Estado de São Paulo. A liquidação financeira ocorreu em 12 de julho de 2021 pelo valor de R$ 78.824.614, apresentando a seguinte movimentação financeira entre 1° de janeiro de 2022 e 31 de dezembro de 2022:

Carteira de Recebíveis	Saldo inicial	Recebimentos	Receitas Financeiras	Transferências Curto/Longo Prazo	Saldo final
Curto Prazo	27.717.899	(30.411.500)	686.759	24.172.936	22.166.094
Longo Prazo	41.658.716	–	4.077.061	(24.172.936)	21.562.841
Total da Carteira	**69.376.615**	**(30.411.500)**	**4.763.820**	–	**43.728.935**

Neste exercício não estão descontados os encargos financeiros pró-rata incidentes sobre as parcelas vincendas no mês seguinte ao do fechamento do balanço, devido à imaterialidade destes valores.

7. Impostos e Contribuições a Recuperar:
Os créditos de impostos e contribuições a recuperar estão assim distribuídos em 31 de dezembro de 2022, comparativamente à data-base de 31 de dezembro de 2021:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
IRPJ e CSLL a Restituir	–	32.191.057
Estimativas de CSLL não compensadas de exercícios anteriores	2.025.458	1.840.230
Estimativas de IRPJ não compensadas de exercícios anteriores	22.457.621	18.930.047
Estimativas de IRPJ não compensadas do exercício corrente	17.662.443	10.701.943
Outros Valores a Recuperar	313.738	287.179
Total	**42.459.260**	**63.950.456**

Em 28 de dezembro de 2021 foram protocolados junto à Receita Federal do Brasil pedidos de restituição de tributos correspondentes à integralidade das estimativas de IRPJ e CSLL não compensadas relativas aos exercícios de 2019 e 2020; sendo integralmente restituídas pela Receita Federal do Brasil em 20 de dezembro de 2022, pelo valor total de R$ 35.633.887,74.

8. Depósitos Judiciais e Provisão para Contingências: A Companhia opôs Embargos à Execução Fiscal nº 5007551-67.2021.4.03.6182 movida pela União referente aos tributos PIS, COFINS, CSLL e IRPJ, acrescidos dos respectivos encargos, constituindo garantia mediante depósitos judiciais, realizados em 31 de maio de 2021 no valor total de R$ 2.512.313, conforme relacionado abaixo:

Descrição	Valor - R$
Conta Judicial 00031861.4 - PIS	89.475
Conta Judicial 00031860.6 - COFINS	239.805
Conta Judicial 00031863.0 - CSLL	579.191
Conta Judicial 00031859.2 - IRPJ	1.603.842
Total constituído de Depósitos judiciais	**2.512.313**
Atualização monetária	404.985
Saldo Atualizado em 31/12/2022	**2.917.298**

Os tributos exigidos pelo fisco federal têm origem em compensações não homologadas de crédito proveniente de saldo negativo de IRPJ relativo ao ano-calendário de 2009, sendo que, no enfrentamento desta questão a Companhia propôs ação judicial anulatória de créditos tributários visando comprovar que os respectivos tributos já foram quitados. Os assessores jurídicos da Companhia entendem ser possível a chance de perda da Companhia na respectiva ação judicial em relação aos tributos CSLL e IRPJ. No entanto, classificam como provável a perda quanto aos tributos PIS e COFINS, razão pela qual foi

continua →★

→ continuação

COMPANHIA PAULISTA DE PARCERIAS - CPP

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Referentes aos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2022 e 31 de Dezembro de 2021 (Valores expressos em unidades de reais, exceto quando especificado)

constituída a referida provisão à conta de Provisão para Contingências Fiscais no valor total atualizado de R$ 382.380.

9. Garantias Prestadas: Em conformidade às disposições estatutárias, as quais mencionam que a companhia poderá prestar garantias reais e fidejussórias, segue demonstração das garantias constituídas: **a. Fundos de Investimento em Garantia - Garantias já constituídas:** No período compreendido entre 1° de janeiro de 2022 e 31 de dezembro de 2022, três fundos de investimento apresentaram movimentação financeira relacionada a garantias dadas pela CPP para operações do Estado de São Paulo. A demonstração desta movimentação está apresentada no quadro abaixo:

Movimentação das garantias aos contratos de PPP firmados pelo Estado de São Paulo e outras operações (R$ Unidade):

Recursos Vinculados a Garantias de Contratos de PPP e Outras Operações	Ref.	Saldo Inicial em 01/01/2022	Novas Garantias Empenhadas/ (Liberadas)	Rendimento Líquido	IR Fonte	Saldo Final em 31/12/2022
Fundo CPP Linha 4:						
PPP Linha 4	**9.1.1**	**68.344.822**	**(72.201.994)**	**4.390.528**	**(533.356)**	**–**
Fundo CPP Projetos:						
PPP da FURP	**9.1.2**	48.030.650	(51.330.045)	3.663.927	(364.532)	–
PPP Linha 6	**9.1.3**	377.415.774	–	46.262.778	(6.670.405)	417.008.147
PPP Habitação Lote 1	**9.1.4**	43.251.892	2.845.822	5.627.618	(814.365)	50.910.967
Contrato Hospital São José dos Campos	**9.1.5**	35.049.575	897.507	4.354.940	(628.110)	39.673.912
Contrato Hospital Sorocaba	**9.1.6**	42.835.590	1.097.417	5.321.825	(767.640)	48.487.192
Contrato Hospital Pérola Byington	**9.1.7**	43.606.978	–	5.345.245	(770.705)	48.181.518
PPP da RMBS - Ônibus + VLT	**9.1.8**	19.742.233	–	2.419.958	(348.922)	21.813.269
		609.932.692	**(46.489.299)**	**72.996.291**	**(10.364.679)**	**626.075.005**
Fundo BB RF CPP LP FIC:						
Contrato BNDES	**9.1.9**	**–**	**60.307.086**	**6.695.205**	**(1.100.498)**	**65.901.793**
Total de Recursos Vinculados		**678.277.514**	**(58.384.207)**	**84.082.024**	**(11.998.533)**	**691.976.798**
			Garantias		**IR fonte**	**Soma**
Efeitos Financeiros no Circulante da Companhia			**58.384.207**		**11.998.533**	**70.382.740**

(**9.1.1**) O primeiro fundo é o Fundo de Investimentos CPP Linha 4 Renda Fixa (CNPJ 07.823.964/0001-89), cujas quotas são de titularidade única e exclusiva da CPP - e foi constituído pela CPP para atender as obrigações previstas no contrato de concessão patrocinada na Linha 4 do Metrô, assinado em 29 de novembro de 2006, e decorre da assinatura de contrato de penhor em 22 de dezembro de 2006. Trata-se de garantia solidária prestada ao Estado de São Paulo visando assegurar o cumprimento de determinadas obrigações financeiras do Poder Concedente. Todavia, considerando que toda a extensão da malha ferroviária objeto desta concessão se encontra em pleno funcionamento desde 09/05/2022, restou caracterizada a perda do objeto do Contrato de Penhor e Outras Avenças, sendo desconstituída em 30 de agosto de 2022 a totalidade da garantia no valor atualizado de R$ 72.201.994, incorporando-se tal valor ao Caixa da Companhia. O segundo fundo existente, denominado Fundo de Investimento CPP Projetos (CNPJ 17.116.243/0001-92), foi constituído em janeiro de 2013 com o objetivo de concentrar em um único fundo os recursos financeiros a serem vinculados, geralmente sob a forma de penhor de cotas, a diferentes projetos de PPP ou a outras operações do Estado de São Paulo. O valor total do fundo, já segregado e contabilizado na rubrica dos investimentos dados em garantia, corresponde a R$ 626.075.005 em 31 de dezembro de 2022 (R$ 609.932.692 na data de 31 de dezembro de 2021), tendo sido realizadas formalmente desde então as seguintes segregações: (**9.1.2**) A primeira garantia constituída ocorreu pelo valor equivalente a 6 (seis) parcelas da Contraprestação mensal, previstas no Contrato de Concessão Administrativa assinado em 22 de agosto de 2013 entre a Concessionária Paulista de Medicamentos S.A. (CPM) e a FURP, com interveniência do Estado de São Paulo e, na qualidade de Interveniente Garantidora, da CPP, por meio do qual foi formalizado o Contrato de Penhor e Outras Avenças, assinado em 03 de fevereiro de 2014, entre a **FURP**, a CPP, a CPM e com a interveniência do Banco do Brasil S.A. Todavia, considerando o cumprimento das obrigações constantes no instrumento de Termo de Rescisão Contratual celebrado entre as partes em 1° de julho de 2022, restou caracterizada a perda do objeto do Contrato de Penhor e Outras Avenças, sendo desconstituída em 30 de agosto de 2022 a totalidade da garantia no valor atualizado de R$ 51.330.045, incorporando-se tal valor ao Caixa da Companhia. (**9.1.3**) A segunda garantia constituída com base no valor de determinada quantidade de cotas do Fundo CPP Projetos - apresentadas atualizadas no item **9.1.3** do quadro acima, contendo sua movimentação até dezembro de 2022 - a fim de garantir o pagamento mensal da contraprestação básica à concessionária responsável pela prestação de serviços públicos de transportes de passageiros da **Linha 6** - Laranja do Metrô de São Paulo. Todavia, em 12 de dezembro de 2018 foi decretada a caducidade da respectiva parceria público-privada com a Concessionária Move São Paulo S.A. por meio do Decreto 63.915, cujos efeitos, após prorrogações de prazo, se iniciariam 06 de outubro de 2020. Em 06 de julho de 2020, mediante aditivo contratual, a concessão foi transferida para Concessionária Linha Universidade S.A. e em 05 de outubro do mesmo ano a caducidade foi revogada pelo Decreto n° 65.223. (**9.1.4**) A terceira garantia constituída com base no Fundo CPP Projetos foi formalizada em setembro de 2015 e refere-se à chamada PPP da **Habitação**, apresentada atualizada no item **9.1.4** do quadro acima, contendo sua movimentação no período. A formalização das garantias constituídas na forma de penhor de cotas de fundo de investimento ocorreu em função das obrigações assumidas pelo Estado de São Paulo, através da Secretaria de Habitação, estabelecidas no contrato de Concessão Administrativa para a implantação de habitações de interesse social e habitações de mercado popular na região central da cidade de São Paulo, conforme Contrato de Concessão assinado em 23 de março de 2015. (**9.1.5, 9.1.6 e 9.1.7**) A quarta garantia (**Complexos Hospitalares**) - decorrente dos Contratos de Concessão Administrativa para a construção, operação de serviços "Bata Cinza" e manutenção dos Complexos Hospitalares - Hospital Estadual de São José dos Campos e Hospital Centro de Referência da Saúde da Mulher - HCRSM (Pérola Byington), em São Paulo e Hospital Estadual de Sorocaba, pelo prazo de 20 anos, entre o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Estado de Saúde e, respectivamente, a Inova Saúde São Paulo SPE S.A. e a Inova Saúde Sorocaba SPE S.A. - foi constituída com base no Fundo CPP Projetos em janeiro de 2016 e em março de 2020, para fazer frente ao valor correspondente a 5 (cinco) parcelas mensais da Contraprestação mensal (vigorando até a liquidação da última parcela da Contraprestação devida pelo Estado) por cada contrato de concessão, identificada no quadro acima nos itens **9.1.5, 9.1.6 e 9.1.7**, julgadas suficientes para cobrir as eventuais necessidades de desembolso nas datas em que possam ser exigidas. (**9.1.8**) A quinta garantia - vinculada à PPP do Sistema Integrado Metropolitano - **SIM - da Baixada Santista**, que decorreu do contrato de concessão patrocinada assinado em 23 de junho de 2015 entre Poder Concedente e BR Mobilidade Baixada Santista S.A. - SPE - foi constituída inicialmente em junho de 2016 para fazer frente ao valor correspondente a 6 (seis) parcelas mensais da Contraprestação mensal, vigorando até a liquidação da última parcela devida pelo Estado, apresentando seus saldos e movimentações no item **9.1.8** do quadro acima. (**9.1.9**) O terceiro fundo existente, denominado BB Renda Fixa CPP LP Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento (CNPJ 11.451.205/0001-00), teve a totalidade das cotas dadas em garantia às obrigações assumidas pelo Estado de São Paulo nos contratos n° 14.2.0210.1, n° 14.2.1011.1, n° 14.2.0720.1 e n° 14.2.1008.1, celebrados entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - **BNDES** e o Estado de São Paulo. A formalização desta operação ocorreu por meio de aditivos aos respectivos contratos, assinados em 28 de janeiro de 2022, proporcionando a liberação de outros ativos de titularidade do Estado de São Paulo, vinculados até então aos respectivos contratos de financiamentos. **b. Garantias Constituídas sob Outras Modalidades: CTRENS:** Em 19 de março de 2010 a CPTM assinou o Contrato de Concessão Administrativa n° 876408301100 para prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva, revisão geral e modernização da frota da Linha 8 - Diamante da CPTM, com a CTRENS Companhia de Manutenção. A CPP assumiu a condição de fiadora da CPTM em relação à obrigação de pagamento da contraprestação pecuniária, em conformidade com o Contrato de Cessão de Direitos de Créditos sob Condição Suspensiva e Outras Avenças (anexo XXIV do Contrato de Concessão). Em decorrência do contrato, a CPP comprometeu-se a complementar a garantia oferecida pela CPTM, sem vinculação específica de seus ativos, no montante aproximado de até R$ 126 milhões. Assim, para assegurar a restituição dos valores eventualmente desembolsados pela CPP, por conta do inadimplemento da CPTM, foi assinado o Contrato de Contragarantia, entre a CPP e a CPTM, em 19 de outubro de 2010. **Demais Garantias corporativas, constituídas em caráter suplementar àquelas descritas no item 9.1 supra**: A companhia se compromete a manter ativos líquidos, exigíveis na hipótese do Poder Concedente persistir inadimplente nos contratos de PPP firmados, e não recompor as garantias reais, representadas pelos fundos de investimento constituídos para esta finalidade, descritos no item 9.1 supra. A responsabilidade da companhia, em termos quantitativos, varia conforme proporção assumida nos respectivos contratos de concessão firmados, estando assim distribuídas entre seus signatários: **Linha 6:** Até 2 (duas) contraprestações básicas mensais, totalizadas em, aproximadamente, R$ 139 milhões.

10. Investimentos - Participação Societária: Em 31 de dezembro 2022 a Companhia possuía as seguintes participações:

Descrição	Qtdd. de ações	31/12/2022
Desenvolve SP (ações ordinárias)	20.000	21.538
CPSEC (ações ordinárias)	835	83.500
Total de Investimentos		**105.038**

As participações societárias representam percentuais de participação inferiores a 2% do total do capital social das investidas. Em relação à Companhia Paulista de Securitização - CPSEC destaca-se que a participação da CPP diminuiu durante 2022, face à redução de capital ocorrida em 22 de março de 2022 conforme assembleia geral, com a devolução de R$ 38.200, equivalente a 382 ações.

11. Juros Sobre Capital Próprio: O saldo de juros sobre o capital próprio a pagar em 31 de dezembro de 2022 é de R$ 125.117.852 resultante da movimentação ocorrida, como segue:

Descrição	Valor
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**88.434.116**
Obrigações constituídas no período	125.117.852
Capitalização conforme AGOE de 27/04/2022	(70.207.635)
Pagamentos efetuados no período	(18.226.481)
Saldo em 31 de Dezembro de 2022	**125.117.852**

12. Tributos e Contribuições Sociais:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
IRRF sobre folha de pagamento	127.262	130.943
PIS a recolher	147.011	91.047
COFINS a recolher	904.685	560.264
CSLL a recolher	624.444	–
IRRF sobre PJ a recolher e outras retenções	155	78
Total	**1.803.557**	**782.332**

A contribuição ao PIS é calculada à alíquota de 0,65% e a contribuição à COFINS, à alíquota de 4%, incidentes sobre uma base de cálculo constituída sobre as receitas financeiras auferidas mensalmente, conforme estabelece o Decreto n° 8.426, de 1° de abril de 2015 (com redação repristinada pelo Decreto n° 11.374, de 1° de janeiro de 2023). Entretanto, quando incorrerem outros fatos geradores, aplicam-se sobre estes, respectivamente, alíquotas de 1,65% e 7,6%, segundo a legislação vigente.

13. Patrimônio Líquido: a) Capital Social, participação acionária e Capital Autorizado: Em 31 de dezembro de 2022 o capital social subscrito e integralizado da Companhia - após integralização mediante capitalização de saldo de Juros sobre Capital Próprio, no valor de R$ 70.207.635,58, em conformidade à deliberação da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 27 de abril de 2022 - é de R$ 1.509.619.815,19, em moeda corrente nacional, equivalente a 1.509.619.815 ações ordinárias nominativas, sendo o Estado de São Paulo detentor de cem por cento dessas ações ordinárias nominativas. O capital autorizado é de R$ 2.263.840.482,00, conforme previsão estatutária. **b) Reserva Legal:** Representada pela aplicação de 5% sobre o lucro líquido apurado no encerramento do exercício corrente, antes de qualquer outra destinação, conforme preceitua o Art. 193 da Lei 6.404/76. **c) Reserva de Lucros:** São reservas constituídas pela apropriação dos lucros da Companhia na forma prevista pelo § 4° do art. 182 da Lei 6.404/76 para atender às finalidades e deliberações da Companhia. Em reunião do Conselho de Administração realizada em 21 de março de 2018 foi objeto de apontamento pela diretoria a avaliação de alternativas de aquisição de ativos de interesse do Estado ou investimento em projetos estratégicos, sem, no entanto, prejudicar o custeio operacional da CPP e os compromissos com prestação de garantias em contratos de PPP já assinados ou em fase de licitação, sendo deliberada, em razão disso, a manutenção da reserva de lucros existente, até ulterior deliberação. Registre-se dessa forma que referida reserva de lucros está destinada para, substancialmente, atender às demandas da Companhia, em especial a prestação de garantias. **d) Dividendos e Juros sobre Capital Próprio:** A política de distribuição de dividendos da Companhia Paulista de Parcerias - CPP tem se caracterizado pela distribuição de dividendos para seus acionistas à razão de 25% do lucro societário, apurado em consonância à legislação societária regente. Nesse contexto, dada a política tributária da Companhia de aproveitamento fiscal dos Juros sobre Capital Próprio (JCP), apurado em conformidade às regras tributárias federais, historicamente a Companhia tem se utilizado da faculdade de imputar os JCPs aos dividendos mínimos obrigatórios pelo seu valor líquido do imposto de renda na fonte, em conformidade à Deliberação CVM n° 683/2012, sempre mantendo a disposição do acionista o saldo restante, como uma obrigação presente, a qual se liquida normalmente por meio de capitalização, dentro do exercício social seguinte, observando-se também, neste contexto, a parcela financeiramente realizada do lucro apurado.

14. Resultado Financeiro: O Resultado Financeiro da Companhia é composto principalmente por operações de instrumentos financeiros e receita de aplicações financeiras, compostos da seguinte forma:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Rendimentos de aplicações financeiras	209.913.255	87.191.400
Outras receitas financeiras	11.468.261	2.125.122
Total de receitas financeiras	**221.381.516**	**89.316.522**
Juros sobre capital próprio, dividendos recebidos e participações	2.392	2.901
Juros sobre capital próprio, dividendos recebidos e participações	**2.392**	**2.901**
Perdas em aplicações financeiras (marcação a mercado)	–	(9.139.657)
Outras despesas financeiras	(42.482)	(8.314)
Total de despesas financeiras	**(42.482)**	**(9.147.971)**
Resultado financeiro líquido	**221.341.426**	**80.171.452**

As perdas em aplicações financeiras contabilizadas decorrem de marcação a mercado dos títulos, no qual, compõem as carteiras dos fundos de investimentos.

15. Imposto de Renda e Contribuição Social: A seguir, demonstrativo do cálculo do IRPJ e CSLL de janeiro a 31 de dezembro de 2022:

Demonstração fatos geradores - IRPJ e CSLL e apuração	31/12/2022 Resultados	31/12/2022 IRPJ	31/12/2022 CSLL	31/12/2021 Resultados	31/12/2021 IRPJ	31/12/2021 CSLL
Resultado antes do IRPJ e CSLL	206.031.875	–	–	71.105.789	–	–
Ajustes de natureza fiscal a o resultado contábil:						
Diferenças temporárias dedutíveis	–	–	–	–	–	–
Adições definitivas indedutíveis	812.434	–	–	1.072.288	–	–
(+) Subtotal (Adições ao Lucro)	812.434	–	–	1.072.288	–	–
Exclusões não tributáveis	125.431.891	–	–	88.758.335	–	–
(–) Subtotal (Exclusões ao Lucro)	(125.431.891)	–	–	(88.758.335)	–	–
Subtotal	81.412.418	–	–	(16.580.258)	–	–
(–) Compensação de Prejuízo Fiscal	(24.423.726)	(6.105.931)	(2.198.136)	–	–	–
Base de cálculo - resultado fiscal	56.988.693	(14.223.173)	(5.128.981)	(16.580.258)	4.145.065	1.492.223
Subtotais apuração tributária	56.988.693	(14.223.173)	(5.128.981)	(16.580.258)	4.145.065	1.492.223
(–) Deduções do imposto de renda devido	–	–	–	–	–	–
Totais de apuração tributária	**–**	**(20.329.105)**	**(7.327.117)**	**–**	**4.145.065**	**1.492.223**

Em 2021 o prejuízo fiscal assim como a base de cálculo negativa de CSLL foram gerados fundamentalmente pela combinação da redução da rentabilidade das aplicações financeiras em função da queda da taxa SELIC e pela manutenção da TJLP - índice aplicado na apuração dos Juros sobre Capital Próprio - em patamar superior ao da SELIC. Em 2022 foi gerado lucro fiscal, uma vez que as receitas financeiras da CPP, movidas pela alta da Selic, foram superiores à Despesa fiscal relativa aos Juros sobre Capital Próprio, que são calculados com base na variação da TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo). Dessa forma, com o aproveitamento do Prejuízo Fiscal e da Base de cálculo negativa de CSLL existentes, foram contabilizadas despesas de IRPJ e CSLL. Em 31 de dezembro de 2021 o total do ativo diferido era de R$ 14.676.446 e, em função das compensações ocorridas no exercício, houve redução deste saldo em 31 de dezembro de 2022 para R$ 6.372.380, composto pela soma de R$ 4.685.573 - IRPJ e R$ 1.686.806 - CSLL. A Companhia espera realizá-los no próximo exercício, baseada na expectativa de recuperação do mercado financeiro, bem como em adoção de alternativas para maximizar os rendimentos financeiros, razão pela qual manteve sua classificação em curto prazo.

16. Honorários de Administradores e Salários: Pessoal-chave da administração: Do montante de R$ 4.291.438 (R$ 4.096.570 em 31 de dezembro de 2021), relativos aos totais de honorários de administradores e salários, as remunerações do pessoal-chave da administração da companhia, em 31 de dezembro de 2022, corresponderam aos seguintes valores:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Honorários de diretoria	837.365	881.229
Bônus prêmio eventual - diretoria	394.908	366.386
Honorários de conselho de administração	406.426	427.816
Encargos sociais proporcionais	426.322	434.895
Total	**2.065.021**	**2.110.326**

Os créditos e/ou pagamentos efetuados seguiram as orientações do Parecer CODEC n° 057/2003 combinado com outras legislações pertinentes, as quais foram consolidadas por meio da Deliberação CODEC n° 001/2018, de 30/03/2018; restando respeitadas disposições legais societárias, em especial a do artigo 152, § 2° da Lei n° 6.404/76. Demais despesas: Além dos gastos com salários e respectivos encargos, integram o total de R$ 4.291.438 despesas com contratações específicas, sendo que os valores das respectivas execuções contratuais são apresentados no quadro abaixo:

Execuções Contratuais	Saldo em 31/12/2021	Saldo em 30/09/2022	4° Trimestre Out-2022	4° Trimestre Nov-2022	4° Trimestre Dez-2022	Saldo em 31/12/2022
Segurança e Medicina do Trabalho	3.555	3.510	–	–	310	3.820
Assistência Médica	271.932	209.687	28.511	28.187	26.940	293.325
Vale Refeição	62.506	53.194	9.781	6.830	428	70.233
Totais	**337.993**	**266.391**	**38.292**	**35.017**	**27.678**	**367.378**

Sendo que as empresas contratadas foram, respectivamente: Alphamed Assistência Médica Ltda., Notre Dame Intermédica Saúde S.A. e Ticket Serviços S.A.

17. Serviços de Terceiros e Publicação Legal: Os demais serviços adquiridos pela Companhia apresentaram a seguinte execução financeira dentro dos seus contratos firmados:

Relacionados à Publicação Legal:

Execuções Contratuais	Saldo em 31/12/2021	Saldo em 30/09/2022	4° Trimestre Out-2022	4° Trimestre Nov-2022	4° Trimestre Dez-2022	Saldo em 31/12/2022
Publicações Legais (DOESP)	88.486	16.678	1.935	7.146	7.185	32.944
Preparação/Publicação Matérias Legais	14.945	21.568	–	–	–	21.568
Total de Publicação Legal	**103.431**	**38.246**	**1.935**	**7.146**	**7.185**	**54.512**

sendo que as empresas contratadas foram, respectivamente: Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - PRODESP e Luz Publicidade SP Sul Ltda.

Relacionados aos Serviços de Terceiros:

Execuções Contratuais	Saldo em 31/12/2021	Saldo em 30/09/2022	4° Trimestre Out-2022	4° Trimestre Nov-2022	4° Trimestre Dez-2022	Saldo em 31/12/2022
Escrituração Contábil e Fiscal	240.000	180.000	22.146	22.146	24.292	248.584
Auditoria Independente	10.260	20.520	5.130	5.130	5.130	35.910
Serviços Advocatícios	50.000	50.000	–	–	–	50.000
Cobrança da Carteira de Recebíveis	–	9.999	–	–	–	9.999
Seguro de Responsabilidade Cívil D&O	150.000	112.500	12.500	12.500	12.500	150.000
Agente de Garantias	144.065	117.848	–	13.540	–	131.388
Total de Serviços de Terceiros	**594.325**	**490.867**	**39.776**	**53.316**	**41.922**	**625.881**

As empresas contratadas prestadoras de serviços durante o período de 2022 foram respectivamente: Escrituração contábil e fiscal (RHPay Contadores Associados SS EPP); Auditoria Independente (Taticca Auditores Independentes S.S); Consultoria jurídica (Machado Meyer Sendacz e Opice Advogados); Serviços de cobrança da carteira de recebíveis (Desenvolve SP); Seguro de responsabilidade civil D&O (Berkley International do Brasil Seguros S.A.) e Agente de garantias (Banco do Brasil S.A).

18. Despesas Tributárias: As despesas tributárias referem-se principalmente a PIS e COFINS incidentes sobre a receita financeira:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
PIS sobre receita financeira e JCP	1.436.986	580.920
COFINS sobre receita financeira e JCP	8.842.933	3.574.821
IOF	14.730	2.252
Outros tributos	2.020	3.000
Total	**10.296.669**	**4.160.993**

19. Gerenciamento de Riscos: A companhia é uma entidade não financeira cuja renda se caracteriza quase na sua totalidade de rendimentos financeiros auferidos por juros e dividendos, não gerando, portanto, resultados a partir de atividades que possam ser classificadas como tipicamente operacionais. Parcela relevante dos ativos financeiros totais da companhia (47%) já está vinculada a garantias para pagamentos de obrigações assumidas pelo Estado de São Paulo (Poder Concedente), decorrentes de contratos de parcerias público-privadas firmados. O desenvolvimento de suas atividades e, principalmente, sua capacidade de honrar as garantias prestadas depende, portanto, da performance dos seus ativos financeiros. Riscos de crédito e de mercado: Os rendimentos financeiros constituídos de juros são creditados unicamente pelo Banco do Brasil S.A., instituição financeira de primeira linha. São decorrentes de ativos que possuem um perfil conservador, basicamente lastreados em títulos públicos federais no caso dos fundos de investimento financeiro. Podem, entretanto, ocorrer flutuações nas receitas em função das maturidades e rendimentos diferentes e da marcação a mercado dos ativos financeiros; mas o perfil das aplicações da CPP é conservador. Além dos rendimentos auferidos a partir de fundos de investimentos, conforme descrito na Nota Explicativa n° 6 a Companhia aufere receita financeira decorrente da aquisição junto à Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo de recebíveis oriundos de contratos de financiamentos firmados com Municípios do Estado de São Paulo, com risco de inadimplência bastante mitigado em função da existência de cláusula contratual de garantia, a qual possibilita a execução da receita de cada município devedor, correspondente à cota-parte do ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, que é transferida regularmente pelo governo do Estado de São Paulo.

20. Eventos Subsequentes

Em face de decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal (STF) sobre coisa julgada em matéria tributária, em 08 de fevereiro de 2023, na qual foi estipulada a perda de efeitos de uma sentença definitiva (transitada em julgado, sem possibilidade de recurso), a Companhia, de acordo com seus assessores, seguindo orientação contida no Ofício-Circular n° 1/2023 CVM/SNC-SEP, da Comissão de Valores Mobiliários, de 13 de fevereiro de 2023, entende ser remota a possibilidade de existirem eventos passados desta natureza que, porventura, possam vir a constituir novas obrigações de natureza tributária, ou seja, fatos geradores tributários passados que ensejem a constituição de novas provisões tributárias, observado seu respectivo período prescricional.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Arthur Luis Pinho de Lima
Guilherme Afif Domingos
Rafael Antonio Cren Benini
Samuel Yoshiaki Oliveira Kinoshita
Edgard Benozatti Neto

DIRETORIA

Edgard Benozatti Neto - Diretor Presidente
Augusto Almudin - Diretor de Assuntos Corporativos
Raquel França Carneiro - Diretora Econômico-Financeira

CONTADOR

Renato Vieira Pita
CRC 1SP215876/O-8/SP

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Companhia Paulista de Parcerias - CPP, dando cumprimento ao que dispõe o artigo 163 da Lei n° 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e as alterações subsequentes, examinou as Demonstrações Financeiras da Empresa, relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado, Mutações do Patrimônio Líquido, Fluxo de Caixa, Demonstração do Resultado Abrangente, complementados por Notas Explicativas e Proposta de Destinação do Lucro Líquido, conforme deliberado pelo Conselho de Administração, em 24 de março de 2023, bem como o Relatório da Administração sobre os negócios sociais e principais fatos administrativos daquele exercício. Com fundamento nos exames realizados, nos esclarecimentos prestados pela Diretoria, no Relatório dos Auditores Independentes TATICCA Auditores Independentes S.S., datado de 17 de março de 2023, este Colegiado é de Parecer que o mencionado Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial e as respectivas Demonstrações Financeiras estão em condições de ser submetidas à apreciação e deliberação dos Senhores Acionistas.
É o Parecer.

São Paulo, 24 de março de 2023.

Rubens Emil Cury - Conselheiro Fiscal
Gláucia Lino de Oliveira Barbosa - Conselheira Fiscal
Cleber de Oliveira Mata - Conselheiro Fiscal
Eduardo Ribeiro Adriano - Conselheiro Fiscal
Marina Fontão Zago - Conselheira Fiscal

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

À Diretoria e Acionistas da
Companhia Paulista de Parcerias - CPP
São Paulo - SP

Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia Paulista de Parcerias - CPP, ("Companhia" ou "CPP"), que compreende o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais politicas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Paulista de Parcerias - CPP em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para Opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há uma distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectarão as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, podem influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

São Paulo (SP), 17 de março de 2023
Aderbal Alfonso Hoppe
Sócio
Contador CRC-1SC020036/O-8-T-SP
TATICCA Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP-03.22.67/O-1

COMPANHIA PAULISTA DE PARCERIAS - CPP

Secretaria de
Parcerias em Investimentos

Apple lança conta-poupança que remunera dez vezes mais e impõe pressão a bancos nos EUA

NOVA YORK E SAN FRANCISCO | FINANCIAL TIMES A Apple e o Goldman Sachs estão tentando atrair depositantes americanos para uma nova conta-poupança, oferecendo-se para pagar juros que correspondem a mais de dez vezes a taxa média nacional.

O gigante da tecnologia da Califórnia e o banco de Wall Street lançaram na segunda-feira (17) uma nova conta-poupança com rendimento de 4,15% ao ano—o produto foi anunciado pela primeira vez em outubro.

O retorno está bem acima da taxa média das contas de poupança dos Estados Unidos, de 0,37%, de acordo com dados da Federal Deposit Insurance Corporation. Também supera concorrentes como a American Express, que oferece 3,75%, e a conta-poupança autônoma do Goldman, que opera sob a marca Marcus e oferece 3,9%.

O lançamento ocorre no momento em que os bancos mais estabelecidos, em particular os credores regionais e menores, estão sob pressão crescente para oferecer melhores taxas de retorno para os depositantes, para impedi-los de transferir dinheiro para produtos de maior rendimento, como fundos do mercado monetário, que ofereceram condições mais vantajosas em linha com o aumento da taxa de juros.

Os clientes retiraram cerca de US$ 800 bilhões em depósitos de bancos comerciais dos EUA desde março do ano passado, quando o Fed começou a elevar os juros, depois que os credores mantiveram as taxas de depósito relativamente baixas enquanto cobravam mais pelos empréstimos.

A nova conta-poupança é oferecida aos usuários do cartão de crédito da Apple, que também é uma parceria com o Goldman. A Apple oferece o produto sem taxas e sem requisitos mínimos de depósito. O saldo máximo de uma conta é de US$ 250 mil. Os depósitos ficarão com o Goldman, que, como banco licenciado, tem acesso ao seguro FDIC (Corporação Federal de Seguro de Depósitos, que oferece garantia de depósitos nos EUA).

"A economia ajuda nossos usuários a obter ainda mais valor (...) ao mesmo tempo que oferece a eles uma maneira fácil de economizar dinheiro todos os dias", disse Jennifer Bailey, vice-presidente do Apple Pay e Apple Wallet da Apple.

A conta-poupança amplia a oferta de produtos de serviços financeiros da Apple, que também inclui um programa compre agora, pague depois.

À medida que a Apple adiciona mais pagamentos e serviços financeiros, os comentaristas sugerem que ela está se tornando um banco. Mas a verdadeira força da Apple é que ela ganha dinheiro com vendas de hardware e serviços não bancários, disse Christian Owens, presidente-executivo da empresa de pagamentos Paddle.

"Não acho que a Apple queira ser um banco", disse ele. "Acho que a Apple pode aumentar a economia do banco sem realmente se tornar um banco. Eles podem alavancar com o Goldman para fornecer todos esses serviços financeiros e ser o canal para o consumidor para muitas dessas coisas, com a marca Apple, pegar esse corte de margem alto e transferir todo tipo de responsabilidade subjacente para o Goldman."

Tradução de Luiz Roberto M. Gonçalves

+

Sega faz acordo para comprar criadora de Angry Birds por US$ 776 mi

A Sega anunciou acordo para comprar a produtora finlandesa Rovio por € 706 milhões (US$ 776 milhões, R$ 3,8 bilhões) para reforçar seu portfólio de videogames para dispositivos móveis. "No mercado global de jogos em rápido crescimento, o mobile tem um potencial alto e tem sido o objetivo de longo prazo da Sega acelerar sua expansão neste campo", disse o presidente-executivo da Sega Sammy, Haruki Satomi. "Combinar os pontos fortes da Rovio e da Sega apresenta um futuro incrivelmente empolgante", disse o presidente-executivo da Rovio, Alexandre Pelletier-Normand.

PREFEITURA DE BOITUVA

AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2023

ÓRGÃO: Prefeitura de Boituva; OBJETO: PREGÃO PRESENCIAL 19/2023. **Registro de Preços para contratação de empresa para locação de material de decoração e serviços para eventos.** MODALIDADE: Pregão Presencial; ENCERRAMENTO: 05/05/2023 às 09h00min. O edital completo poderá ser retirado na Prefeitura de Boituva, no depto. de licitação, na Av. Presidente Tancredo de Almeida Neves, 01, Centro, Boituva/SP, no horário das 08:30 às 17:00 horas ou através do site www.boituva.sp.gov.br. Prefeitura de Boituva, em 17 de abril de 2023.**Rafael Alves Correa - Secretário de Esportes.**

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20221759

A Secretaria da Casa Civil torna público a REMARCAÇÃO do Pregão Eletrônico No 20221759, de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de Equipamento Hospitalar. MOTIVO: Alterações no Edital. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 17592022, até o dia 03/05/2023, às 9h (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 14 de Abril de 2023. AURÉLIA FIGUEIREDO GURGEL - PREGOEIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDÓPOLIS / SP

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N. º 21/2023
PROCESSO Nº 053/2023

DATA DE REALIZAÇÃO: 02 de maio de 2023. HORÁRIO: 08h30min. (oito horas e trinta minutos). LOCAL: Portal de Compras do Governo Federal -www.comprasgovernamentais.gov.br. TIPO: Menor Preço Por Item - MODO DE DISPUTA: Aberto. OBJETO: "ELABORAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE CONFECÇÃO DE MATERIAIS GRÁFICOS E CARIMBOS, COM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARCELADAMENTE NO DECORRER DE 12 (DOZE) MESES". Classificada em itens, conforme especificações e quantidades constantes do Anexo V do Edital do Pregão Eletrônico n. º 21/2023. LEGISLAÇÃO: Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e as exigências estabelecidas no Edital do Pregão em epígrafe. DO CREDENCIAMENTO: O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil. LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA DE PREGÃO: Portal de Compras do Governo Federal - www.comprasgovernamentais.gov.br. ÍNTEGRA DO EDITAL: Está à disposição de todos quantos possam interessar junto à Secretaria Municipal de Gestão, de Segunda-Feira à Sexta-Feira, no horário das 08h00 às 17h00, no endereço acima mencionado e no site: www.fernandopolis.sp.gov.br.
Fernandópolis/SP, 17 de abril de 2023.
ANDRÉ GIOVANNI PESSUTO CÂNDIDO
Prefeito Municipal

Patri Vinte e Dois Empreendimentos Imobiliários Ltda.

CNPJ/MF: 09.512.926/0001-30 - **NIRE:** 35.222.231.113
Ata de Reunião de Conselho de Administração
Realizada em 14 de Dezembro de 2022.

1. Data, hora e local: As 10:00 horas do dia 14 de Dezembro de dois mil e vinte e dois, na sede da empresa **Patri Vinte e Dois Empreendimento Imobiliário Ltda.**, localizada à Rua Maria Álvares, 90, Conjunto 03, Tatuapé – CEP: 03077-060. **2. Da Presença: Patrimônio Construções e Empreendimentos Imobiliários S.A**, CNPJ 00.522.239/0001-21 representada pelo seu Diretor o Sr. **Jorge Yamaniski Filho**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, industrial, portador da Carteira de Identidade RG nº 7.348.928-1 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 012.255.718-20, e o Sr. **Norival Thimoteo**, brasileiro, casado sob regime de comunhão universal de bens, administrador, portador da Carteira de Identidade RG nº 3.789.081-5 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob nº 223.574.328-53, ambos residente e domiciliado em São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório na mesma cidade, na Rua Ulisses Cruz, 761 – 2º andar, Tatuapé, CEP 03077-000. **3. Da Mesa:** Presidiu esta assembleia o Presidente **Jorge Yamaniski Filho** e nomeou como seu secretário o Sr. **Norival Thimoteo** ambos já qualificados. **4. Da Convocação:** Pela convocação esta reunião teve como ordem do dia realizar a apresentação dos Balanços Financeiros da Empresa, e a redução de capital, com base no Código Civil art. 1082 par.II, por excesso de capital, propor a redução de capital em R$ 3.320.000,00 (três milhões, trezentos e vinte mil reais). **5. Das Deliberações:** Iniciada a reunião o Presidente expos que com base na Lei 9.249/95 art. 22, poderá reduzir seu capital social **de** R$ 3.330.000,00 (três milhões, trezentos e trinta mil reais), **para** R$ 10.000,00 (dez mil reais), por ser excessivo em relação ao objeto da sociedade. Por unanimidade foi aprovado a restituição de R$ 3.320.000,00 (três milhões, trezentos e vinte mil reais), o qual será restituída a sócia **Patrimônio Construções e Empreendimentos Imobiliários S.A . 6. Do Encerramento:** Por fim, a palavra foi concedida aquele que desta quisesse fazer uso para discorrer sobre os assuntos gerais de interesse social. Não existindo manifestações, o Presidente encerrou a Assembleia. O Secretario lavrou a presente ata e executou a sua leitura, que em seguida foi assinada pelos sócios presentes, pelo Secretário e pelo Presidente. São Paulo, 14 de Dezembro de 2022.**Jorge Yamaniski Filho - Presidente/Sócio; Norival Thimoteo - Secretário.**

A Lisa Depilação a Laser S.A.

CNPJ nº 28.705.253/0001-80 - NIRE 35.300.520.602

Edital de Convocação Assembleia Geral Ordinária - Reunião Digital

Ficam convocados os acionistas detentores de ações ordinárias da **A Lisa DepilaÇão A Laser S.A.** ("Companhia") para se reunirem em Assembleia Geral da Companhia ("Assembleia"), a ser realizada, de forma exclusivamente *digital*, no dia 24 de abril de 2023, às 15 horas, em 1ª (primeira) convocação, **por meio de videoconferência**, nos termos da Instrução Normativa DREI Nº 81, de 10 de junho de 2020 ("IN DREI nº 81/2020") e nos termos do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), para examinar, discutir e deliberar a respeito da seguinte **Ordem do Dia: Em Assembleia Geral Ordinária: (1)** as contas dos administradores, o relatório da administração consubstanciado nas Demonstrações Financeiras da Companhia e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; **(2)** a proposta da administração para a destinação do resultado da Companhia relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Nos termos do art. 126 da Lei das S.A., para participar da Assembleia, os acionistas ou seus representantes deverão apresentar à Companhia, aos cuidados do Sr. Marcelo Teixeira (Jurídico) - mteixeira@espacolaser.com.br com no mínimo 2 (dois) dias úteis de antecedência à data de realização da Assembleia: (a) documento de identidade; (b) atos societários que comprovem a representação legal; e (c) instrumento de outorga de poderes de representação, conforme aplicável. O representante do acionista pessoa jurídica deverá apresentar cópia simples dos seguintes documentos, devidamente registrados no órgão competente: (a) contrato ou estatuto social; e (b) ato societário de eleição do administrador que (b.i) comparecer à Assembleia como representante da pessoa jurídica, ou (b.ii) assinar procuração para que terceiro represente acionista pessoa jurídica. Para participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação deverá ter sido realizada há menos de 1 (um) ano, nos termos do art. 126, § 1º da Lei das S.A. Em cumprimento ao disposto no art. 654, §§ 1º e 2º da Lei nº 10.406/2002 ("Código Civil"), a procuração deverá conter indicação do lugar onde foi passada, qualificação completa do outorgante e do outorgado, data e objetivo da outorga com a designação e extensão dos poderes conferidos, contendo o reconhecimento da firma do outorgante. As pessoas naturais e jurídicas acionistas da Companhia somente poderão ser representadas na Assembleia por procurador que seja acionista, administrador da Companhia ou advogado, consoante previsto no art. 126, § 1º da Lei das S.A. Alternativamente, os acionistas poderão participar da Assembleia por meio do envio de boletim de voto a distância ("Boletim"), o qual conterá, na forma da IN DREI nº 81/20, (i) todas as matérias constantes da ordem do dia da Assembleia, (ii) orientações sobre o seu envio à Companhia, (iii) indicação dos documentos que devem acompanhá-lo para verificação da identidade do sócio, bem como de eventual representante e (iv) orientações sobre as formalidades necessárias para que o voto seja considerado válido. O Boletim deverá ser devolvido à Companhia, devidamente preenchido e assinado pelo acionista, com no mínimo 5 dias de antecedência à data de realização da Assembleia, nos termos da IN DREI nº 81/20. A Companhia deve, em até 2 dias úteis do recebimento do Boletim, comunicar (a) o recebimento do boletim de voto à distância, bem como que o Boletim e eventuais documentos que o acompanham são suficientes para que o voto do acionista seja considerado válido e (b) a necessidade de retificação ou reenvio do Boletim ou dos documentos que o acompanham, descrevendo os procedimentos e prazos necessários à regularização. Os documentos e informações relativos às matérias a serem deliberadas na Assembleia Geral encontram-se à disposição dos acionistas na sede social da Companhia. Barretos/SP, 14 de abril de 2023. Leonardo Moreira Dias Correa - Diretoria Operacional.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACONDE

AVISO DE LICITAÇÃO Inexigibilidade de Licitação n.º 001/2023 Procedimento Licitatório n.º 0067/2023 A Prefeitura Municipal de Caconde, Estado de São Paulo, através do Prefeito Municipal, torna público para o conhecimento dos interessados que estará realizando licitação, na modalidade Inexigibilidade de licitação para Credenciamento cujo objeto é CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS ESPECIALIZADOS PARA ATENDER AOS PACIENTES DA SÁUDE, PELO PERÍODO DE 12(DOZE) MESES. Maiores informações poderão ser obtidas na sede da Prefeitura Municipal, onde poderá ser retirado o edital na íntegra, no horário de expediente (das 08h00min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min) de segunda a sexta-feira, na página eletrônica www.caconde.sp.gov.br, bem como pelo telefone (19) 3662-7199.
A sessão pública de abertura, análise e julgamento da presente licitação ocorrerá dia 22 (vinte e dois) de maio de 2023, às 09h00, onde as propostas serão recebidas, analisadas e julgadas no prazo legal.
AVISO DE LICITAÇÃO Pregão Eletrônico n.º 0019/2023 Procedimento Licitatório n.º 0079/2023 A Prefeitura Municipal de Caconde, Estado de São Paulo, através do Prefeito Municipal, torna público para o conhecimento dos interessados que estará realizando licitação, na modalidade Pregão Eletrônico para o REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE FRALDAS INFANTIS, PELO PERÍODO DE 12 MESES. Maiores informações poderão ser obtidas na sede da Prefeitura Municipal, onde poderá ser retirado o edital na íntegra, no horário de expediente (das 08h00min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min) de segunda a sexta-feira, na página eletrônica www.caconde.sp.gov.br, bem como pelo telefone (19) 3662-7199. A sessão pública de abertura, análise e julgamento da presente licitação ocorrerá dia 04 (quatro) de maio de 2023, às 09h00, onde as propostas serão recebidas, analisadas e julgadas no prazo legal.
AVISO DE LICITAÇÃO Pregão Eletrônico n.º 0024/2023 Procedimento Licitatório n.º 0081/2023 A Prefeitura Municipal de Caconde, Estado de São Paulo, através do Prefeito Municipal, torna público para o conhecimento dos interessados que estará realizando licitação, na modalidade Pregão Eletrônico para a AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E ELETRÔNICO. Maiores informações poderão ser obtidas na sede da Prefeitura Municipal, onde poderá ser retirado o edital na íntegra, no horário de expediente (das 08h00min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min) de segunda a sexta-feira, na página eletrônica www.caconde.sp.gov.br, bem como pelo telefone (19) 3662-7199. A sessão pública de abertura, análise e julgamento da presente licitação ocorrerá dia 11 (onze) de maio de 2023, às 09h00, onde as propostas serão recebidas, analisadas e julgadas no prazo legal.
AVISO DE LICITAÇÃO Pregão Eletrônico n.º 0023/2023 Procedimento Licitatório n.º 0075/2023 A Prefeitura Municipal de Caconde, Estado de São Paulo, através do Prefeito Municipal, torna público para o conhecimento dos interessados que estará realizando licitação, na modalidade Pregão Eletrônico para o REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HOSPITALARES, PELO PERÍODO DE 12 MESES. Maiores informações poderão ser obtidas na sede da Prefeitura Municipal, onde poderá ser retirado o edital na íntegra, no horário de expediente (das 08h00min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min) de segunda a sexta-feira, na página eletrônica www.caconde.sp.gov.br, bem como pelo telefone (19) 3662-7199. A sessão pública de abertura, análise e julgamento da presente licitação ocorrerá dia 16 (dezesseis) de maio de 2023, às 09h00, onde as propostas serão recebidas, analisadas e julgadas no prazo legal.
TERMO DE LICITAÇÃO DESERTA E REABERTURA DE PRAZO TOMADA DE PREÇO Nº 002/2023 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0015/2023 A Prefeitura Municipal da Estância Climática de Caconde, torna público, para conhecimento dos interessados, que o processo administrativo de licitação, na modalidade Tomada de Preço que versa sobre a contratação de empresa especializada para execução de obras de infraestrutura urbana – rede de águas pluviais e escada hidráulica com contenção, obra referente à demanda 48046/2022, cujo a abertura ocorreu no dia 21/03/2023, às 09h00, na sala de reunião da Comissão Permanente de Licitação, não houve licitantes interessados, sendo a sessão considerada DESERTA. Assim, reabre-se o prazo para realização de novo certame, ficando designada a Sessão Pública da Licitação para ocorrer no próximo dia 09 de maio de 2023, às 09h00 horas. Maiores informações poderão ser obtidas na sede da Prefeitura Municipal, no horário de expediente (das 08h00min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min) de segunda a sexta-feira, na página eletrônica www.caconde.sp.gov.br, bem como pelo telefone (19) 3662-7199.
AVISO DE REABERTURA DOS ENVELOPES DE PROPOSTA – TOMADA DE PREÇO Nº 003/2023 A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal da Estância Climática de Caconde torna público para conhecimento dos interessados, a reabertura da sessão da TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2023, PROCESSO 0014/2023, tendo por objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM INFRAESTRUTURA URBANA OBJETIVANDO EXECUTAR OBRA DE RECAPEAMENTO E PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA. Convocando a empresa HABILITADA e credenciada no certame, que após o prazo recursal da fase de habilitação, a qual não houve apresentação de recurso, para comparecer no dia 24 de abril de 2023, às 09:00 horas, para abertura do envelope nº 02 "Proposta Comercial." Maiores informações poderão ser obtidas na página eletrônica www.caconde.sp.gov.br, bem como pelo telefone (19) 3662-7199, ou pelo e-mail: licitacao@pmcaconde.sp.gov.br.Caconde, 17 de abril de 2023. JOÃO FILIPE MUNIZ BASILLI PREFEITO MUNICIPAL

S/A. FABRIL SCAVONE

CNPJ 50.115.849/0005-02

AVISO AOS ACIONISTAS - CONVOCAÇÃO - ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

São convocados os Srs. Acionistas desta sociedade para se reunirem no dia 28/04/2023, às 10h, na sede social, à Est. Brasílio Franciscon, 239, Itatiba/SP, a fim de discutirem e deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: I - Em AGO: a) Leitura, discussão e votação do relatório da diretoria, balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras correspondentes ao exercício encerrado em 31/12/2022. b) Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício de 2022; c) Fixação da remuneração da diretoria. II - Em AGE: a) Outros assuntos de interesse social. Encontram-se à disposição dos senhores acionistas, na sede social, os documentos a que se refere o artigo 133, da Lei nº 6.404, de 15/12/76. Itatiba, 13/04/2023. A DIRETORIA.

FUNDAÇÃO DE APOIO AO ENSINO, PESQUISA E ASSISTÊNCIA DO HCFMRPUSP - FAEPA

COMUNICADO Nº 49/2023

SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO:

TERAPEUTA OCUPACIONAL PARA O HOSPITAL ESTADUAL SERRANA (01 VAGA)

PERÍODO DE INSCRIÇÕES:
Data: 0h do dia 18/04/2023 às 14h do dia 20/04/2023

As inscrições serão efetuadas através da **internet** no site **www.faepa.br**

REQUISITOS PARA O EXERCÍCIO DA FUNÇÃO

a) Possuir 18 (dezoito) anos completos;
b) Possuir Diploma de Graduação de **Terapia Ocupacional**, expedido por escola oficial ou reconhecida;
c) Possuir Carteira do respectivo Conselho de Classe do Estado de São Paulo devidamente atualizada;
d) Estar quite com seu Conselho de Classe.

Taxa: R$ 65,00 (sessenta e cinco reais)
Jornada de trabalho: 30h/semanais.
Salário + adicionais: **R$ 3.862,81**
(três mil, oitocentos e sessenta e dois reais e oitenta e um centavos)
Os atos decorrentes do procedimento desta Seleção serão disponibilizados na íntegra no site da FAEPA: www.faepa.br

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DERSA DESENVOLVIMENTO RODOVIÁRIO S.A. "EM LIQUIDAÇÃO"
C.N.P.J. Nº 62.464.904/0001-25
NIRE nº 35.300.022.181
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA0 DE 29 DE MARÇO DE 2023

I - DATA, LOCAL, HORA: Assembleia realizada em 29 de março de 2023, na sede da Companhia, situada na Rua Iaiá nº 126, 9º andar, Itaim Bibi, Estado de São, às 10 horas. **II - CONVOCAÇÃO:** Dispensada a publicação em virtude da presença do acionista único, nos termos do artigo 124, § 4º da Lei Federal nº 6.404/1976. **III – QUÓRUM:** Acionista representando a integralidade do capital social, conforme assinaturas lançadas às fls 76 do livro de presença. Presente o acionista Fazenda do Estado de São Paulo, representada pela Procuradora do Estado Dras. Claudia Polto da Cunha e Bruna Tapié Gabrielli. **IV – MESA:** Presidente: Sr. Laercio Paulino Simões, liquidante da DERSA; Secretária: Dra. Fatima Luiza Alexandre, advogada. V – ORDEM DO DIA: (i) Prestação de contas dos atos praticados, nos termos do artigo 213 da Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e do Decreto Estadual nº 64.418, de 28 de agosto de 2019; (ii) Prorrogação do prazo para extinção por mais 160 (cento e sessenta) dias; (iii) Autorizar o Liquidante a prorrogar instrumentos obrigacionais necessários ao adequado prosseguimento da liquidação; e (iv) Outros assuntos de interesse da sociedade. **VI – MANIFESTAÇÕES:** O Sr. Presidente registrou o cumprimento das formalidades previstas na Lei 6.404/76. Foi consignado que a última prestação de contas dos atos praticados foi realizada na Assembleia Geral Extraordinária de 21 de julho de 2022, e que nesta oportunidade, são considerados os relatórios que demonstram a evolução mensal dos trabalhos nos meses de julho/22 a dezembro/22 e de janeiro/2023; as Demonstrações Contábeis comparativas entre setembro/22 e janeiro/23, bem como o "Novo Plano de Desmobilização" para Liquidação. Tais documentos foram apresentados ao Acionista e estão arquivados na sede. Os assuntos objeto da ordem do dia foram encaminhados ao prévio exame do Conselho de Defesa dos Capitais do Estado – CODEC, que se manifestou por meio do Parecer CODEC Nº 039/2023 (processo eletrônico SGGD-PRC-2023/00146). VII - DELIBERAÇÕES: Os votos do acionista Estado de São Paulo, corresponderam aos exatos termos do PARECER CODEC Nº 039/2023 de 28 de março de 2023 (processo eletrônico SGGD-PRC-2023/00146. Resultado das votações: ITEM (i): considerando os documentos apresentados pelo liquidante, a matéria foi aprovada nos termos do Parecer CODEC nº 039/2023. **ITEM (ii):** aprovado nos termos do Parecer CODEC nº 039/2023, com a consequente prorrogação do prazo para extinção em até 160 (cento e sessenta) dias, que se expirará em 15 de setembro de 2023, recomendando-se ao Sr. Liquidante a importância de se observar o cumprimento dos prazos para conclusão das atividades, conforme proposto em seu "Novo Plano de Desmobilização". **ITEM (iii):** aprovado, nos termos do parecer CODEC nº 039/2023 **ITEM (iv):** não houve nenhum outro item deliberado. **VIII - ENCERRAMENTO:** A presidência considerou finda a reunião e determinou que fosse lavrada a presente ata, a qual, lida e aprovada, segue assinada pelos membros da mesa e representante do acionista, dela tirando-se cópias autênticas para os fins legais. --.
O presente texto foi extraído da ata original registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP, sob o nº 137.044/23-9 em sessão de 10/04/2023
São Paulo, 29 de março de 2023.
LAÉRCIO PAULINO SIMÕES
Presidente da Mesa
FATIMA LUIZA ALEXANDRE
Secretária da Mesa
CLAUDIA POLTO DA CUNHA
Procuradora do Estado representante do acionista
Estado de São Paulo
BRUNA TAPIÉ GABRIELLI
Procuradora do Estado representante do acionista
Estado de São Paulo

Dersa

SAS RESIDENCIAL MORADA DAS ESTRELAS - CNPJ/MF: nº 60.552.270/0001-37
ASSEMBLÉIA GERAL ORDINARIA - EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam todos os senhores associados da SAS Residencial Morada das Estrelas, descritos no artigo 4º, do Estatuto Social, convocados para a Assembléia Geral Ordinária que será realizada no dia 27 de abril de 2023 às 19h em primeira chamada com maioria absoluta e às 19h30m em segunda chamada, com qualquer número de associados (artigo 10,§2º, do Estatuto Social), na Av. dos Lagos, 474 – Aldeia da Serra – Barueri/ SP. ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA Nos termos do artigo 11, b, do Estatuto Social, a AGO deliberará, exclusivamente, sobre a seguinte ordem do dia: **1.** Apresentação e votação para aprovação das Contas e Relatório de Auditoria do Exercício de 2.022. Informações Importantes: **1.** Quanto a votação para aprovação de contas do exercício de 2022 (AGO), cada associado receberá a cédula em papel com a quantidade de votos a quem tem direito, conforme os critérios estabelecidos no art.10,§ 5º, do Estatuto, contendo as opções " aprovo" e "não aprovo". Após assinalar a opção escolhida, a cédula será depositada na urna, conforme orientar o presidente da assembléia. Cédulas rasuradas terão os votos anulados. **2.** Os associados adimplentes têm direito de fazerem-se representar na assembléia por meio de representantes munidos de procuração reconhecida firma, que deve ser entregue a via original, na administração impreterivelmente até 26/04/2023 às 17 horas. Lembrando que cada procurador somente poderá representar no máximo 4 (quatro) associados, em conformidade ao artigo 10, §7º, do Estatuto Social. **3.** Em conformidade ao Estatuto Social, somente podem participar da assembléia, votar e serem votados os associados que estejam em pleno gozo de seus direitos civis e sociais e em dia com os seus deveres e obrigações estatuárias (incluindo penalidades), conforme artigo 8º do Estatuto social. **4.**Locatários poderão participar desde que munidos de procuração com a assinatura do associado outorgante devidamente reconhecida firma e entregue em conformidade ao artigo 10, §6º, do Estatuto Social. **5.** Em caso de intempéries da natureza que impossibilitem a realização ou a continuidade da assembleia na data acima descrita, a mesma será cancelada e reconvocada nos termos do Estatuto Social. **6.** Os documentos para aprovação estarão disponíveis no APP Morada das Estrelas, bem como na administração do residencial. Desse modo, para que tenhamos uma assembléia otimizada pedimos que eventuais dúvidas sejam submetidas à administração até 48h antes da assembleia pelos canais de comunicação: WhatsApp (11)9.4753-4179, e-mail financeiro@aldeiaestrelas.com.br. **7.** Por fim, considerando que o Estatuto Social não prevê assuntos gerais, solicitamos que temas não passíveis de votação sejam previamente endereçados, exclusivamente, à gerência da administração para os devidos esclarecimentos e providências, em cumprimento da ordem do dia e possibilitando a realização de uma sessão objetiva, cordial e organizada. Desejamos a todos uma ótima assembléia. Barueri, 17 de abril de 2023 José Luiz Marino Liberato Presidente Conselho Diretor.

Sindicato dos Empregados de Agentes Autônomos do Comércio e em Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas e de Empresas de Serviços Contábeis de Santo André e Região. Pelo presente edital, ficam convocados todos os trabalhadores das categorias profissionais da nossa representação sindical, associados ou não ao sindicato, abaixo relacionados juntamente com data e horário das assembleias das categorias com data-base em 1º de agosto: 1 - Categoria Cobrança e Recuperação de Crédito: realizar-se-á no dia 15 de maio de 2023, às 16:00 horas, em 1ª convocação, com 2/3 (dois terços) de trabalhadores, ou às 18:00 horas, em 2ª convocação, com qualquer número de trabalhadores da categoria presente; 2 - Categoria Contabilidade e Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas: realizar-se-á no dia 16 de maio de 2023, às 16:00 horas, em 1ª convocação, com 2/3 (dois terços) de trabalhadores, ou às 18:00 horas, em 2ª convocação, com qualquer número de trabalhadores da categoria presente; 3 - Categoria Sociedades de Advogados: realizar-se-á no dia 17 de maio de 2023, às 16:00 horas, em 1ª convocação, com 2/3 (dois terços) de trabalhadores, ou às 18:00 horas, em 2ª convocação, com qualquer número de trabalhadores da categoria presente; 4 - Categoria Administradores de Consórcios: realizar-se-á no dia 18 de maio de 2023, às 16:00 horas, em 1ª convocação, com 2/3 (dois terços) de trabalhadores, ou às 18:00 horas, em 2ª convocação, com qualquer número de trabalhadores da categoria presente; 5 - Categoria Locadoras de Máquinas e Equipamentos para Terraplenagem: realizar-se-á no dia 19 de maio de 2023, às 16:00 horas, em 1ª convocação, com 2/3 (dois terços) de trabalhadores, ou às 18:00 horas, em 2ª convocação, com qualquer número de trabalhadores da categoria presente. Todas as assembleias se realizarão na Avenida João Ramalho, 52, Vila Assunção, na cidade de Santo André/SP, a qual também se dará de forma itinerante e online através de consulta aos trabalhadores da categoria, com a seguinte ordem do dia: 1) Aprovar, ou não, as pautas de reivindicações para negociação da convenção coletiva de trabalho, cuja data-base é 1º de agosto de 2023; 2) Aprovar, ou não, a continuidade da Assembleia, que se manterá permanente até o final da solução da negociação de 2023, ficando autorizado o presidente da Entidade a convocar através de boletins, sessões de assembleia extraordinária presenciais e virtuais; 3) Deliberar quanto à aprovação, ou não, da contribuição assistencial, e/ou da taxa negocial, e/ou outras para o custeio da Entidade, a ser descontada em folha de pagamento de todos os trabalhadores, revertida em favor da entidade sindical, como forma de solidariedade e retribuição ao grupo associativo, ou não, pela representação das negociações coletivas, e abrangência do instrumento normativo que delas resultarem; 4) Concessão de poderes à diretoria da Entidade para, em conjunto com os sindicatos da categoria ou isoladamente, manter negociações coletivas, celebrar acordos, convenções coletivas de trabalho ou aditivos, para cidades e regiões onde não existam sindicatos organizados ou sob intervenção da Federação, bem como tomar as medidas que julgar necessárias na busca de solucionar as negociações coletivas. Santo André, 18 de abril de 2023. Vagney Borges de Castro - Presidente.

INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A. - IPT

C.N.P.J. 60.633.674/0001-55

ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Ficam convocados os acionistas do Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S.A. - IPT a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Assembleia Geral Extraordinária, a serem realizadas no dia 26 de abril de 2023, às 11 horas, em sua sede social, Edifício da Diretoria, situada nesta Capital, na Avenida Professor Almeida Prado, nº 532 - Cidade Universitária "Armando de Salles Oliveira", Butantã, a fim de deliberar sobre a Ordem do Dia:

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

1) Exame, discussão e aprovação das contas e documentos da Administração relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, Relatório da Administração, Demonstrações Financeiras com os Pareceres do Comitê de Auditoria Estatutário, do Conselho Fiscal e dos Auditores Independentes;
2) Eleição de Conselheiros de Administração;
3) Eleição de Conselheiros Fiscais.

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

1) Fixação da remuneração dos membros dos órgãos estatutários;
2) Alterações do Estatuto Social da Companhia: do artigo 3º, em decorrência do aumento do capital social aprovado pelo Conselho de Administração;
3) Consolidação do Estatuto Social da Companhia.

Marcos Vinicius de Souza
Presidente do Conselho de Administração

A LISA Depilação a Laser S.A.

CNPJ: 28.705.253/0001-80

Demonstrações Financeiras

Balanço patrimonial (Em reais)

Ativo	31/12/2022	31/12/2021
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	302.372	270.306
Contas a receber de clientes	1.001.765	873.000
Adiantamento a fornecedores	–	466
Outros ativos	2.609	1.341
Total do ativo circulante	**1.306.746**	**1.145.113**
Não circulante		
Contas a receber de clientes	56.183	43.124
Contas a receber - partes relacionadas	150.000	165.190
Imobilizado	339.773	388.603
Intangível	23.433	39.858
Ativos por direito de uso	2.160	27.838
Total do ativo não circulante	571.549	664.613
Total do ativo	**1.878.295**	**1.809.726**

Passivo	31/12/2022	31/12/2021
Circulante		
Passivo de arrendamento	–	28.682
Fornecedores	15.746	34.952
Receita diferida	420.714	387.106
Salários e encargos sociais	52.743	44.338
Impostos e contribuições a pagar	88.063	66.821
Outras contas a pagar	7.440	(14.783)
Total do passivo circulante	**584.706**	**547.116**
Não circulante		
Passivo de arrendamento	(53)	–
Provisões para desmantelamento de ativos	11.555	10.966
Provisões para demandas judiciais	9.620	4.784
Contas a pagar - partes relacionadas	300.000	300.000
Total do passivo não circulante	**321.122**	**315.750**
Patrimônio líquido		
Capital subscrito	800.000	800.000
Reserva legal	2.438	–
Reserva de lucros a realizar	23.169	
Lucros/(prejuízo) acumulados	146.860	146.860
Total do patrimônio líquido	972.467	946.860
Total do passivo e patrimônio líquido	**1.878.295**	**1.809.726**

Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido (Em reais)

	Nota	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucro líquido	Patrimônio líquido atribuível aos controladores
Saldos em 31 de dezembro 2021		**800.000**	**–**	**–**	**146.860**	**946.860**
Aumento de capital		–	–	–	–	–
Aquisição		–	–	–	–	–
Plano de opção de compra de ações	16	–	–	–	–	–
Custos da transação relacionada à oferta pública de ações		–	–	–	–	–
Efeito da alteração de participação em controladas	5	–	–	–	–	–
Lucro líquido do período	16	–	–	–	48.776	48.776
Dividendos		–	–	–	(23.169)	(23.169)
Constituição de reserva legal		–	2.438	–	(2.438)	–
Constituição de reserva para investimento		–	–	–	–	–
Constituição para reserva de lucros a realizar		–	–	23.169	(23.169)	–
Absorção do prejuízo do exercício		–	–	–	–	–
Saldos em 31 de dezembro 2022		**800.000**	**2.438**	**23.169**	**146.860**	**972.467**

Demonstração do Resultado (Em reais)

	31/12/2022	31/12/2021
Receita líquida de vendas	**1.143.321**	**1.517.864**
Custo dos serviços prestados	**(738.083)**	**(704.229)**
Lucro bruto	**405.238**	**813.635**
Despesas com vendas	(156.962)	(87.827)
Despesas gerais e administrativas	(95.055)	(28.649)
Resultado de equivalência patrimonial	–	–
Outras receitas (despesas) operacionais	7.483	–
Lucro (Prejuízo) antes do resultado financeiro	**160.704**	**697.159**
Receitas financeiras	33.400	3.697
Despesas financeiras	(5.718)	(38.214)
(Prejuízo) lucro antes do Imposto de renda e da contribuição social	**188.386**	**662.642**
Imposto de renda e contribuição social		
Imposto de renda e contribuição social - Corrente	(139.610)	(183.730)
Imposto de renda e contribuição social - Diferido	–	–
(Prejuízo) lucro líquido do período	**48.776**	**478.912**
(Prejuízo) lucro líquido do período atribuído a:	48.776	478.912
Acionistas controladores		
Acionistas não controladores	**–**	**–**

Demonstração do Fluxo de Caixa (Em reais)

Atividades operacionais	**2022**	**2021**
Lucro do exercício antes do Imposto de renda e contribuição social	**188.386**	**662.642**
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com o caixa das atividades operacionais	**91.773**	**32.000**
Depreciação e amortização	90.934	92.881
Provisão para perdas esperadas do contas a receber	(546)	(56.034)
Ajuste a valor presente	(4.040)	(8.322)
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	5.425	3.475
Redução (Aumento) em ativos	**(104.898)**	**(179.971)**
Contas a receber	(103.631)	(179.617)
Outros ativos	(1.267)	(354)
Aumento (Redução) em passivos	**(143.195)**	**(409.901)**
Fornecedores	(18.740)	(9.877)
Contas a pagar - Partes relacionadas	15.190	(149.395)
Salários e encargos sociais	8.405	(23.063)
Impostos e contribuições a pagar	10.663	(6.927)
Pagamento de IR e CS	(129.031)	(195.423)
Demais contas a pagar	(29.682)	(25.216)
Fluxo de caixa originado das atividades operacionais	**32.066**	**104.770**
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa	32.066	104.770
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	270.306	165.536
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	302.372	270.306

Notas Explicativas - Saldos apresentados em reais

Contexto Operacional: A Empresa MPM Corpoóreos S.A. possui participação de 24,5% na empresa A-Lisa Depilação a Laser S.A., constituída em 22 de setembro de 2017, localizada em Via Conselheiro Antônio - Barretos, tendo como objeto social, primordialmente, a atividade de prestação de serviços fisioterapêuticos. **Resumo das principais políticas contábeis: Classificação entre circulante e não circulante:** A Companhia apresenta ativos e passivos nos balanços patrimoniais individuais e consolidados com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: • Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da Companhia; • Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado; • Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data de encerramento do exercício; e • Está classificado como caixa ou equivalente de caixa, conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2)/IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data de encerramento do exercício. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando: • Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da Companhia; • Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado; • Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data de encerramento do exercício; e • A Companhia não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data de encerramento do exercício. Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante. **Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e aplicações financeiras com alta liquidez, com vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. **Imobilizado:** O imobilizado é demonstrado ao custo, líquido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se houver. Custos de reparo e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos. **Intangível:** Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Vide abaixo suas principais rubricas em nossa data-base (31/12/2022). **1. Contas a receber:** As contas a receber são reconhecidas ao valor total da transação e ajustadas pela provisão para perda de crédito esperada, se necessário. A provisão é substancialmente constituída sobre recebíveis vencidos, além de contas a receber específicas consideradas não cobráveis.

	A-Lisa 31/12/2022	A-Lisa 31/12/2021
Proveniente de vendas por meio de:		
Clientes - Administradoras de Cartão	**1.040.106**	**1.186.517**
Ajuste a Valor Presente	**(8.955)**	**(12.995)**
Provisão para perda de crédito esperada	**(115.027)**	**(115.573)**
	916.124	**1.057.949**

2. Imobilizado

O imobilizado é registrado pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear e leva em consideração a expectativa de vida útil dos bens, conforme indicada a seguir:

Saldo Imobilizado em 31/12/2021	388.603
Adições	–
Baixas	–
Depreciação do exercício	(48.830)
Saldo final	**339.773**

3. Intangível: O saldo de intangível está composto da seguinte forma:

Saldo Intangível em 31/12/2021	39.858
Adições	–
Baixas	–
Amortização do exercício	(16.426)
Saldo final	**23.433**

4. Direito de uso e arrendamentos: A seguir estão os valores contábeis dos ativos de direito de uso de imóveis reconhecidos e as movimentações durante os exercícios de 2022 e 2021:

Saldo direito de uso em 31/12/2021	27.838
Adições	–
Baixas	–
Amortização do exercício	(25.678)
Saldo final	**2.160**

5. Provisão para Contingências: Abaixo demonstramos a movimentação da provisão para contingências em 31/12/2022:

Saldo em 31/12/2021	(4.784)
Constituição	(4.836)
Baixas	–
Saldo final	(9.620)

6. Receita líquida de serviços prestados:

	31/12/2022	31/12/2021
Serviços prestados	1.400.393	1.917.456
Total receita	1.400.393	1.917.456
Impostos sobre vendas	**(97.482)**	(130.426)
Cancelamentos	**(159.590)**	(269.166)
Total da receita operacional líquida	1.143.321	1.517.863

7. Custo dos serviços prestados:	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Pessoal	**(480.864)**	(477.236)
Aluguel	**(55.647)**	(22.164)
Custos diretos	**(133.546)**	(129.802)
Depreciação e amortização	**(68.026)**	(75.027)
Total custo dos serviços prestados	**(738.083)**	(704.229)

Diretoria

Paulo Sérgio de Camargo - Diretor Presidente
Leonardo Moreira Dias Correa - Diretor Financeiro
Fernanda Salles Milred - Diretora Operacional

Contador

Antonio Carlos Marques de Oliveira - CRC SP 215445/O-0

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE URUPÊS/SP

SUSPENDE A CONCORRÊNCIA Nº 1/2023 – PROCESSO Nº 36/2023

ALCEMIR CASSIO GREGGIO, Prefeito do Município de Urupês, Estado de São Paulo, usando de suas atribuições legais, resolve suspender o processo licitatório em epígrafe, referente à contratação de empresa especializada para Construção de Prédio Escolar, na Rua Olívio Rodrigues – Bairro Residencial Manoel Carreira, na cidade de Urupês/SP, pelo prazo necessário para que seja possível realizar a retificação do Edital, aplicando-se, após, o disposto no artigo 21, § 4º, da Lei nº 8.666/1993. **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE URUPÊS, 17 de abril de 2023. ALCEMIR CASSIO GREGGIO - Prefeito -**

AVISO DE LICITAÇÃO

A **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SANTA FÉ DO SUL - SP,** avisa que se acham abertas as inscrições à licitação na modalidade **CONCORRÊNCIA**, **registrada sob nº 04/2023**, que objetiva à contratação de empresa especializada para execução de Obras visando a Construção da Avenida Caminho das Águas - **Etapa 4**, no Município, com fornecimento de materiais/ equipamentos e mão de obra, para cumprimento do objeto do **Convênio 132/2022** firmado com o **DADETUR**, por tempo determinado, conforme as especificações técnicas constantes do Projeto Básico, que integra este Edital como Anexo I, sendo o seu encerramento às 09h00 do dia 22 de maio de 2023, com a abertura dos envelopes às 09h30 do mesmo dia.As empresas interessadas em participar da referida licitação poderão obter maiores informações junto ao Seção de Licitações da Prefeitura do Município de Santa Fé do Sul - SP, sito a Avenida Conselheiro Antônio Prado, nº 1.616, Centro, nesta, por e-mail licita@santafedosul.sp.gov.br ou pelo telefone (17) 3631-9500, no horário normal do expediente. O Edital completo e demais elementos que determina as condições do certame encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima mencionado, bem como, no site www.santafedosul.sp.gov.br, podendo ser retirado gratuitamente. Prefeitura Municipal da Estância Turística de Santa Fé do Sul - SP, em 14 de abril de 2023. **EVANDRO FARIAS MURA - PREFEITO.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLÓRIDA PAULISTA

EDITAL RESUMIDO – LEILÃO N° 001/2023 – PROCESSO Nº 019/2023

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE FLÓRIDA PAULISTA/SP,** em cumprimento a Lei Federal n° 8.666/93, torna público, que realizará **LEILÃO PÚBLICO Nº 001/2023**, do tipo Maior Lance ou Oferta - Objeto: Seleção da proposta mais vantajosa à Administração Municipal para venda dos bens móveis inservíveis de propriedade do município de Flórida Paulista, que realizar-se-á no dia **16 de maio de 2023, às 09:30 horas**. O Edital completo será fornecido aos interessados dentro do horário das 8h00 às 11h00 e das 13h00 às 16h30, nos dias de expediente no endereço acima mencionado. Quaisquer esclarecimentos e informações serão prestados pela Comissão Municipal Permanente de Licitação, nos dias de expediente, no horário das 08h00 às 11h00 e das 13h00 às 16h30, na Praça Gerson Veronese Ferracini, nº 358, Flórida Paulista/ SP, pelo E-mail: licitacao@floridapaulista.sp.gov.br, ou pelo telefone: (18) 3581-9029. Prefeitura Municipal de Flórida Paulista/SP, 17 de abril de 2023. Wilson Fróio Júnior – PREFEITO

Prefeitura do Município de Caieiras

Secretaria de Administração - Diretoria de Compras

EDITAL DE ABERTURA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 039/2023

ÓRGÃO: Município de Caieiras. **EDITAL**: 039/2023. **OBJETO**: Registro de Preços para eventual aquisição de bolsas de colostomia, conforme as especificações técnicas mínimas exigidas. **MODALIDADE**: Pregão Presencial. **DATA DE ENTREGA DOS ENVELOPES**: dia 02/05/2023 às 10h30min e **ABERTURA DOS ENVELOPES**: na mesma data e horário. As empresas interessadas poderão solicitar o envio do Edital via e-mail, bem como ficará disponível no Site do Município de Caieiras www.caieiras.sp.gov.br. Os e-mails para envio do Edital são: licitacao@caieiras.sp.gov.br ou licitacao.caieiras@gmail.com. Maiores informações pelo telefone 4445-9240, no horário das 09h00min às 16h00min. Não enviamos o edital por fax e/ou correio.

Caieiras, 17 de Abril de 2.023.

SAMUEL BARBIERI PIMENTEL DA SILVA
Diretor de Compras e Licitações

Prefeitura do Município de Caieiras

Secretaria de Administração - Diretoria de Compras

EDITAL DE ABERTURA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 038/2023

ÓRGÃO: Município de Caieiras. **EDITAL:** 038/2023. **OBJETO:** Aquisição de ventiladores para a Secretaria de Desenvolvimento Social, conforme anexos. **MODALIDADE:** Pregão Presencial. **DATA DE ENTREGA DOS ENVELOPES**: dia 02/05/2023 às 08h30min e **ABERTURA DOS ENVELOPES**: na mesma data e horário. As empresas interessadas poderão solicitar o envio do Edital via e-mail, bem como ficará disponível no Site do Município de Caieiras www.caieiras.sp.gov.br (Portal de Transparência). Os e-mails para envio do Edital são: licitacao@caieiras.sp.gov.br ou licitacao.caieiras@gmail.com. Maiores informações pelo telefone 4445-9240, no horário das 09h00min às 16h00min. Não enviamos o edital por fax e/ou correio.

Caieiras, 17 de Abril de 2.023.

SAMUEL BARBIERI PIMENTEL DA SILVA
Diretor de Compras e Licitações

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ERNESTINA/SP

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2023 Torna público para o conhecimento de quem possa interessar, que será realizada Licitação aberta através do Edital nº 13/2023, Processo nº 18/2023 na modalidade Pregão Eletrônico nº 09/2023, do tipo menor preço unitário, tendo como objeto a CONTRATAÇÃO, EM CARÁTER COMPLEMENTAR, DE SERVIÇOS DE ATENDIMENTO MÉDICO PARA ESPECIALIDADES EM CONSULTAS DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA A SEREM DESENVOLVIDAS NO CENTRO DE SAUDE III – DONA MELANIA SANDO CALZA NO MUNICÍPIO DE SANTA ERNESTINA/SP, conforme especificações técnicas contidas no Termo de Referência – Anexo I do edital regulador do certame. O início da sessão pública está previsto para as 09h00min do dia 02 de Maio de 2023. Fundamento Legal: Decreto Federal 10.024/2019, Decreto Municipal 1.240/2007, 1.935/2018, 2.096/2020 e 2.103/2020, aplicando-se, subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei Federal 8.666/1993. O instrumento convocatório e seus anexos encontram-se disponíveis no site oficial do município: www.santaernestina.sp.gov.br e www.bll.org.br e poderão ser retirados ou consultados no horário normal de expediente na sede deste órgão licitante de segunda a sexta feira das 8h00min às 12h00min e das 13h00min às 17h00min. Informações podem ser obtidas através dos telefones: (16) 3256-9104 e (16) 3256-9100 e WhatsApp (16) 99609-5537 ou ainda através do e-mail: licitacao@santaernestina.sp.gov.br Santa Ernestina/SP, aos 17 de Abril de 2023. MARCELO APARECIDO VERONEZI Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDÓPOLIS / SP

TERMO DE RATIFICAÇÃO, ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
INEXIGIBILIDADE N.º 014/2023

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições legais, RATIFICA, ADJUDICA E HOMOLOGA o Termo de Inexigibilidade n.º 014/2023, acolhendo o parecer jurídico, para que surta os seus efeitos jurídicos e legais, para contratação da empresa: CONTRANSIN INDUSTRIA E COMERCIO LTDA-ME, no valor de R$ 53.600,00 (cinquenta e três mil e seiscentos reais), para "AQUISIÇÃO DE MATERIAIS QUE SERÃO UTILIZADOS PELO SETOR DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA SEMAFÓRICA", de acordo com o art. 74, I da Lei 14.133/21.

Fernandópolis/SP, 17 de abril de 2023
ANDRÉ GIOVANNI PESSUTO CÂNDIDO
Prefeito Municipal

PODER JUDICIÁRIO - JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

AVISO DE LICITAÇÃO

Objeto: Pregão Eletrônico nº 018/2023 - Contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, incluindo atendimento emergencial e ensaios de termografia, da cabine primária simplificada do Fórum Trabalhista de Mogi das Cruzes.

Abertura da Sessão de Lances: 05/05/2023 às 11:30 horas.

Edital: encontra-se disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico **https://ww2.trt2.jus.br/transparencia/licitacoes-compras-e-contratos/licitacoes** e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA HIDROMINERAL DE ÁGUAS DE SÃO PEDRO

ESTADO DE SÃO PAULO

ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO TOMADA DE PREÇOS 04/2023.

João Victor Barboza, usando das atribuições inerentes à qualidade de Prefeito do Município da Estância Hidromineral de Águas de São Pedro, Estado de São Paulo, nos moldes do que estabelece o inciso VI, do artigo 43, combinado com o inciso VII, do artigo 38, da Lei Federal Nº: 8.666/93 e posteriores alterações, adjudica e homologa a decisão da Comissão Permanente de Abertura e Julgamento de Licitações, nomeada pela Portaria 049 de 01 de fevereiro de 2023, que deliberou quanto ao julgamento da **Tomada de Preços 04/2023**, que tem por objeto a contratação de empresa para execução da 2ª etapa da pavimentação asfáltica da Rua Flor de Liz (CBUQ), além da remoção de pavimento em lajota de concreto. SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO ESTADO DE SÃO PAULO - CONVÊNIO 103308/2022. Dessa forma, fica adjudicado e homologado o objeto desta **Tomada de Preços 04/2023** à empresa **PROJECON PROJETOS E CONSTRUÇÃO CIVIL PIRACICABA LTDA CNPJ: 01.167.424/0001-45 com o valor global de R$ 247.000,00 (Duzentos e quarenta e sete mil reais)**. Águas de São Pedro/SP, 17 de abril de 2023. **João Victor Barboza Prefeito Municipal.**

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE - FUNDAÇÃO PARA A CONSERVAÇÃO E A PRODUÇÃO FLORESTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

AVISO DE LICITAÇÃO

Leilão nº 07/2023
Processo Digital FF.004756/2022-01
Pareceres AJ nº 051/2023 e 094/2023

Encontra-se aberto, na Fundação Florestal, o Leilão nº 07/2023, objetivando a **ALIENAÇÃO DE MADEIRA DO GÊNERO Eucalyptus citriodora, NA FORMA DE MATAGEM NA UNIDADE FLORESTA ESTADUAL DE PEDERNEIRAS.**

A sessão pública será realizada às **09:00 horas do dia 04 de maio de 2023, na Fundação Florestal, localizada na Avenida Professor Frederico Hermann Jr., 345, Prédio 12 - 1º Andar – Alto de Pinheiros, São Paulo/SP - CEP: 05459-010.**

https://www.imprensaoficial.com.br/ENegocios/HomeNPNaoLogado_3_0.aspx#19/10/2016; e **https://www.infraestruturameioambiente.sp.gov.br/fundacaoflorestal/**

São Paulo, 17 de abril de 2023.

SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Pregão Eletrônico nº 55/2023. Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA ESTRUTURAÇÃO DO NÚCLEO DE ATIVIDADES FÍSICAS DO CENTRO DE TREINAMENTO DA SEJUSP, sob a forma de entrega integral, conforme especificações, exigências e quantidades estabelecidas no Anexo I – Termo de Referência. Abertura dia 04/05/2023, às 10:00 horas, no sítio eletrônico www.compras.mg.gov.br. O edital poderá ser obtido no referido site. O cadastramento de propostas inicia-se no momento em que for publicado o edital no Portal de Compras do Estado de Minas Gerais e encerra-se, automaticamente, na data e hora marcadas para realização da sessão do pregão. Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública. Rodovia Papa João Paulo II, nº 4143, Edifício Minas, 5º andar, Serra Verde, Cidade Administrativa. Belo Horizonte, 13 de abril de 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARARAPES

PROCESSO Nº 81/2023 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/2023

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, ASSEIO E CONSERVAÇÃO PREDIAL, NAS DEPENDENCIAS DA CASA DE APOIO DE JALES, COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA, COM NO MÍNIMO UM COLABORADOR, CONFORME DETALHADO NO TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I DO EDITAL. ENCERRAMENTO: 03/05/2023 ÀS 09:00 HORAS. ABERTURA: 03/05/2023 ÀS 09:00 HORAS. LOCAL: Rua Prudente de Moraes, 575 - Fundos. OBS: O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no Departamento de Gestão de Material e Patrimônio, sito à Rua Mario Rolim Telles nº 674, e no site www.guararapes.sp.gov.br

Guararapes, 17 de abril de 2023
Maria Marta Justi - Diretora do Departamento de Gestão de Material e Patrimônio

Prefeitura Municipal de Boraceia

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial 10/2023.

Objeto: Registro de Preços para varrição de vias publicas. Encerramento: 02/05/2023 às 09h00. Edital/Anexos: www.boraceia.sp.gov.br.

Pregão Presencial 11/2023.

Objeto: Registro de Preços de concreto usinado e serviço de bomba. Encerramento: 02/05/2023 às 14h00. Edital/Anexos: www.boraceia.sp.gov.br.

MUNICÍPIO DE SANDOVALINA

Extrato de Aviso de Licitação

O Município de Sandovalina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que se acha aberta a presente licitação na modalidade de Pregão Presencial nº 17/2023, do tipo Menor Preço, objetivando o Registro de Preços aquisição de materiais de expediente, conforme Edital e seus Anexos, que será realizada no dia 05/05/2023 a partir das 9hs00. O Edital em seu inteiro teor poderá ser retirado pelos interessados diretamente no prédio do Paço Municipal na Av. João Borges Frias, 435 Centro de segunda a sexta-feira no horário das 8hs00 às 11hs0 e das 13hs00 às 17hs00, ou ainda site www.sandovalina.sp.gov.br e também através de solicitação enviada para o e-mail: sandovalina.licitacao@gmail.com. Sandovalina – SP, 17 de abril de 2023. Marcos Mendes da Silva - Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDIRA

AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2023 - Processo nº 44770/2023

Objeto: implantação de ata de registro de preços para futura aquisição de concreto betuminoso usinado a quente, em atendimento a Secretaria de Obras, desta Prefeitura. O Pregoeiro e Equipe de Apoio fazem saber que, acha-se SUSPENSA SINE DIE, a licitação retro citada, devido ao acolhimento do pedido de suspensão do pregão pelo Sr. Mauricio Celestino - Secretário de Obras, motivado pela necessidade de alteração do edital. A reabertura será publicada oportunamente em DOE. Informações: telefone (11) 4619-8250.

Valter Pucharelli - Pregoeiro

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
DIRETORIA EXECUTIVA DE ADMNISTRAÇÃO
DIRETORIA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO

AVISO DE ABERTURA

Encontra-se aberto na Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP o Pregão Eletrônico PE DGA 361/2023, Processo nº. 20-P-42038/2022, Oferta de Compra BEC/SP 102201100592023OC00181 do tipo menor preço TOTAL DO LOTE destinado a AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE REDE DE DADOS. O prazo de entrega das propostas eletrônicas será até o dia 03/05/2023 às 09h30min, sendo que a sessão pública será no mesmo dia e horário, pela página virtual da BEC/SP (**http://www.bec.sp.gov.br**). O Edital na íntegra encontra-se disponível na página virtual da BEC/SP e no **http://www.imprensaoficial.com.br/PortalIO/ENegocios/BuscaENegocios_14_1.aspx**.

COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO DA REGIÃO CENTRO-OESTE PAULISTA – CREDMIL

ASSEMBLEIA GERAL – EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Presidente da Diretoria Executiva da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores da Polícia Militar do Estado de São Paulo da Região Centro-Oeste Paulista – CREDMIL, inscrita no CNPJ 04.152.107/0001-06 e NIRE 35400063912, usando das atribuições conferidas pelo Estatuto Social, convoca os delegados, que nesta data são em número de 19 (dezenove), em condições de votar, para se reunirem em ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA, a ser realizada na Av. Nações Unidas, 20-50, Vila Nova Cidade Universitária, Bauru/SP, CEP 17012-202, por absoluta falta de espaço disponível na sede da cooperativa, no dia 28 de fevereiro de 2023, obedecendo aos seguintes horários e quórum para sua instalação, sempre no mesmo local, cumprindo o que determina o Estatuto social: 01 - em primeira convocação às 07h30, com 2/3 (dois terços) no número total de delegados; 02 - em segunda convocação às 08h30 com a presença de metade mais um do número total de delegados; 03 - em terceira e última convocação às 09h30, com a presença mínima de 10(dez) delegados, para deliberarem sobre os seguintes assuntos: **- ORDINÁRIA:** - Prestação de contas do exercício 2022; - Critério de distribuição de sobras ou rateio das perdas do exercício 2022; - Outros assuntos de interesse social: Critérios para devolução de Capital Social; Rateio de Despesas; Ouvidoria; Aprovação de políticas. - **EXTRAORDINÁRIA:** - Ampla Reforma do Estatuto Social.

Bauru, 17 de abril de 2023. Adauto dos Santos Guedes - Presidente da Diretoria Executiva

CAMPINA FUTEBOL CLUBE

CNPJ nº 57.047.698/0001-18

Edital de Convocação da Assembleia Geral Extraordinaria

Considerando a reativação da Associação Campina Futebol Clube, realizada em 10.02.2023. Considerando que diante do lapso temporal a associação teve seu Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica em decorrência da Inaptidão (Lei 11.941/2009 Art.54) baixado em 31.12.2008, desta forma, resolve esta Associação por seu presidente CONVOCAR, todos os associados que estiverem em dia com suas obrigações estatutárias a comparecerem à Assembleia Geral Extraordinária a realizar-se na Rua Adelino Lopes, nº 198 - Centro Campina do Monte Alegre/SP, no dia 21 de abril de 2023, às 09hs em 1ª convocação, com a presença da maioria dos sócios, e às 10hs em 2ª convocação, com qualquer número de sócios e interessados, para discutir e deliberar sobre a seguinte ordem do dia: a) Novo pedido de inscrição do CNPJ junto à Receita Federal do Brasil, em decorrência da baixa do CNPJ nº 57.047.698/0001-18; b)Transferência do registro primitivo da associação nº 88, fls. 94 do livro A, localizado no Oficial de Registro Civil de Pessoas Jurídicas de Itapetininga para o Oficial de Registro Civil de Imóveis e Anexos de Angatuba; c)Outros assuntos. Campina do Monte Alegre/SP, 17 de abril de 2023. **Carlos Vicente de Oliveira -** Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARARAPES

AVISO DE RETIFICAÇÃO DE EXTRATO DE LICITAÇÃO
PROCESSO Nº 079/2023 – CONCORRÊNCIA Nº003/2023

O **DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE MATERIAL E PATRIMÔNIO** torna público para conhecimento dos interessados **que no Extrato da Concorrência nº 003/2023** que tem por objeto a Concessão de uso a título oneroso de boxes e guichês destinados a despacho de encomendas, depósito e venda de bilhetes de passagem no Terminal Rodoviário de Guararapes **e publicado no** Diário Oficial do Estado de São Paulo , e Jornal de Grande Circulação (Folha de São Paulo) , ambos em data de 15/04/2023 e Diário Oficial do Município veiculado na data de 17/04/2023.

onde se lê: "OBJETO: CONCESSÃO DE USO A TÍTULO ONEROSO DO PRÉDIO DO BAR E LANCHONETE E BOXES E GUICHES DESTINADOS A DESPACHOS DE ENCOMENDA, DEPÓSITO E VENDAS DE BILHETES DE PASSAGEMM NO TERMINAL RODOVIÁRIO DE GUARARAPES."

leia-se: "OBJETO: CONCESSÃO DE USO A TÍTULO ONEROSO DE BOXES E GUICHES DESTINADOS A DESPACHOS DE ENCOMENDA, DEPÓSITO E VENDAS DE BILHETES DE PASSAGEMM NO TERMINAL RODOVIÁRIO DE GUARARAPES."

Guararapes, 17 de abril de 2023
Maria Marta Justi – Dirª do Deptº de Gestão de Material e Patrimônio-

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA HIDROMINERAL DE ÁGUAS DE SÃO PEDRO

ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

AVISO DE LICITAÇÃO – Recurso Administrativo -Tomada de Preços 03/2023.

A Comissão Permanente de Licitações torna público que na data de 14/04/2023 por meio eletrônico, a empresa **ESB Indústria e Comércio de Eletrônicos Ltda CNPJ: 13.348.127/0001-48,** interpôs recurso administrativo contra sua INABILITAÇÃO na Tomada de Preços 03/2023. Diante da interposição, notifica as demais licitantes para contrarrazões no prazo de 05 (cinco) dias úteis. Águas de São Pedro/SP, 17/04/2023 Marcelo Pontes Farhat – Presidente.

Prefeitura do Município de Caieiras

Secretaria de Administração - Diretoria de Compras

EDITAL DE ABERTURA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2023

ÓRGÃO: Prefeitura do Município de Caieiras. **EDITAL:** 011/2023. **OBJETO:** Aquisição de boinas, tonfas e algemas de punho, para a Secretaria Municipal de Segurança Pública e Mobilidade urbana, conforme especificações na justificativa e requisição. **MODALIDADE**: Pregão Eletrônico. O RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS será das 08h30min horas do dia 19/04/2023 até às 08:30min do dia 03/05/2023 e ABERTURA DAS PROPOSTAS COMERCIAIS no horário as 08h31min do dia 03/05/2023 (através do site www.bbmnetlicitacoes.com.br). As empresas interessadas poderão retirar o edital pelo site www.bbmnetlicitacoes.com.br. Maiores informações pelo telefone (11) 4445 - 9240 ou pelo site www.bbmnetlicitacoes.com.br, no horário das 09:00h às 16:00h. Não enviamos o edital por fax e/ou correio.

Caieiras, 17 de abril de 2023.

SAMUEL BARBIERI PIMENTEL DA SILVA
Diretor de Compras e Licitações

SINDICATO DOS EMPREGADOS RURAIS DE IGARAPAVA - ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os empregados rurais, filiados ou não, representados por este Sindicato, a reunirem-se, em Assembléia Extraordinária., na forma do artigo 612 da CLT e nas disposições atinentes, no próximo dia 28 de abril de 2023, ás 15h00 (quinze horas) em primeira convocação ou por falta de "QUORUM" ás 16:00 (dezesseis horas) em segunda convocação, em sua sede social, sito a Avenida Francisco Batista de Souza n° 695, nesta cidade, neste Estado, para deliberarem sobre a seguinte ORDEM DO DIA: 1) Leitura, discussão e deliberação da Ata da Assembléia anterior; 2) Deliberar sobre reivindicações econômicas e sociais para celebração de Acordos e/ou Convenção Coletiva de Trabalho ou eventual instauração de Dissídio Coletivo para o setor canavieiro (data-base: 01/05/2023-01/05/2024); 3) Autorizar a diretoria do Sindicato, outorgando-lhe poderes especiais, a firmar ACORDOS e/ou CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO com as seguintes empregadoras: Grupo: Raizen Energia S/A Unidade Junqueira, Usina Pedra Agroindustrial, Luis Sergio Celeste Jorge, Consórcio de Produtores Rurais Agrocana, Rodocana-Serviços e Transportes Aramina LTDA, Agrocana-Mecanização e transportes Agrícolas LTDA, José Marcos Borges e outro, Sindicato Rural de Igarapava, Sindicato Rural de Buritizal e outros ou a instaurar eventual DISSÍDIO COLETIVO DE TRABALHO para o respectivo setor para vigorar aos integrantes da base territorial desta entidade Igarapava, Aramina e Buritizal. 4) Re-ratificar o desconto na contribuição confederativa para vigorar aos Empregados rurais, associados, da base territorial desta entidade (Igarapava, Aramina e Buritizal). 5) Deliberar sobre o desconto da contribuição assistencial de todos os empregados rurais para fins assistenciais aos Integrantes da base territorial desta entidade (Igarapava, Aramina e Buritizal), conforme Estatuto Social. As deliberações serão tomadas estatutariamente. Igarapava, 19 de Abril de 2023. Lucas Pereira Silva - Presidente.

Prefeitura do Município de Caieiras

Secretaria de Administração - Diretoria de Compras

EDITAL DE ABERTURA DO PREGÃO PRESENCIAL nº 042/2023

ÓRGÃO: Município de Caieiras. **EDITAL:** 042/2023. **OBJETO:** Contratação de empresa especializada para levantamento planialtimétrico cadastral georreferenciado (LEPAC), conforme termo de referência. **MODALIDADE:** Pregão Presencial. **DATA DE ENTREGA DOS ENVELOPES:** dia 03/05/2023 as 10h30min e **ABERTURA DOS ENVELOPES**: na mesma data e horário. As empresas interessadas poderão solicitar o envio do Edital via e-mail, bem como ficará disponível no Site do Município de Caieiras www.caieiras.sp.gov.br (Portal de Transparência). Os e-mails para envio do Edital são: licitacao@caieiras.sp.gov.br ou licitacao.caieiras@gmail.com. Maiores informações pelo telefone 4445-9240, no horário das 09h00min às 16h00min. Não enviamos o edital por fax e/ou correio.

Caieiras, 17 de Abril de 2.023.

SAMUEL BARBIERI PIMENTEL DA SILVA
Diretor de Compras e Licitações

PREFEITUTA MUNICIPAL DE CAIUÁ/SP

TERMO DE ADJUDICAÇÃO – TOMADA DE PREÇO Nº 002/2023. OBJETO: CONTRAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DE EMPRESA VISANDO A EXECUÇÃO DA REFORMA DE ESF AGROVILA 4 DO MUNICÍPIO DE CAIUÁ/SP. A comissão Municipal de Licitação após análise da proposta da TOMADA DE PREÇO Nº 002/2023, resolve declarar como vencedora a EMPRESA PRUDENTE CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA-ME, CNPJ 47.136.787/0001-87, COM SEDE NA AV. MANOEL ALVES SOARES , 271 NA CIDADE DE SÃO PAULO, VALOR DE R$ R$ 94.602,71 (NOVENTA E QUATRO MIL, SEISCENTOS E DOIS REAIS, SETENTA E UM CENTAVOS), haja visto que a mesma estava de acordo com os dispositivos constantes na Lei nº 8.666/93 e suas alterações e com as exigências constantes do presente edital. A comissão por sua vez resolve ADJUDICAR em Favor da referida empresa o objeto da Tomada de Preço nº 002/2023, por ter sido a proponente habilitada e classificada, considerando como vencedora do referido certame licitatório, desde que não haja interposição de recurso, decorrido o prazo legal seja homologado pelo Senhora Prefeita Municipal. Prefeitura Municipal de Caiuá, 17 de Abril de 2023. Comissão Municipal de Licitação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONÇÕES

PREGÃO PRESENCIAL POR ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 016/2023

Encontra-se aberta na Prefeitura Municipal de Monções licitação na modalidade **Pregão Presencial Por Ata de Registro de Preço,** para **AQUISIÇÃO DE TIRAS REAGENTES DE GLICEMIA E APARELHOS COMPATÍVEIS, EM COMODATO, PARA PACIENTES DA UBS DO MUNICÍPIO DE MONÇÕES-SP**, na forma do Edital. Fica determinado até o dia **04 de maio de 2023** ás **08h45min** para recebimento dos envelopes da proposta e documentação, na forma do Edital e a abertura dos envelopes no dia 04 de maio de 2023 às 09h00min. O Edital poderá ser retirado junto ao Setor de Licitação, sito à Rua Paraná, nº 805 – Centro – Monções (SP). Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone (17) 3484 1217 e-mail licitacao@moncoes.sp.gov.br. Monções (SP), 17 de abril de 2023.

VALTOLINO VALDIR MARIA ALVES – Prefeito Municipal

IALTA PARTICIPAÇÕES S/A.

CNPJ 04.243.949/0001-73

AVISO AOS ACIONISTAS - CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

São convocados os Srs. Acionistas desta sociedade para se reunirem no dia 28/04/2023, às 14h, na sede social, à Est. Brasilio Franciscon, 239, sala A, Itatiba/SP, a fim de discutirem e deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: I - Em AGO: a) Leitura, discussão e votação do relatório da diretoria, balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras correspondentes ao exercício encerrado em 31/12/2022; b) Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício de 2022; c)Fixação de remuneração da diretoria. II - Em AGE: a) Outros assuntos de interesse social. Encontram-se à disposição dos Senhores Acionistas, na sede social, os documentos a que se refere o artigo 133, da Lei nº 6.404, de 15/12/76. Itatiba, 13/04/2023. A DIRETORIA.

AVISO DE LICITAÇÃO

O **DEPARTAMENTO DE ESGOTO E ÁGUA DE GUAÍRA (DEAGUA)** torna público que o **Pregão Presencial nº 03/2023 – Edital nº 03/2023 – Processo Licitatório nº 24/2023 – tipo menor preço por item –** Objeto: Registro de preços para, a critério da Autarquia, adquirir materiais de construção, visando auxiliar na agilidade da execução e prestação de serviços com materiais à disponibilidade imediata, conforme descrições e quantidades estabelecidas no Edital e seus anexos – será realizado na Estação de Tratamento de Água "Manoel Joaquim de Almeida", localizada na Avenida 35-A, n° 288, bairro Reynaldo Stein, no município de Guaíra/SP. **Data de Abertura e Credenciamento: 04/05/2023 às 9h**. Disponibilizamos o EDITAL, franco de pagamento, na Sede Administrativa do DEAGUA, localizada na Rua 12, nº 315, Centro, Guaíra/SP, das 9h às 16h e/ou por meio do e-mail licitacoes@deagua.com.br. Maiores informações pelo e-mail: licitacoes@deagua.com.br ou pelo Tel. (17) 3330-1500, das 9h às 16h. Guaíra/SP, 17 de abril de 2023. José Mauro Caputi Júnior – Diretor.

MUNICÍPIO DE SANDOVALINA

EXTRATO DE AVISO DE LICITAÇÃO

O Município De Sandovalina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que se acha aberta a presente licitação na modalidade de Pregão Presencial nº 16/2023, do tipo Menor Preço, objetivando o Registro de Preços aquisição de baterias novas, sem uso, não remanufaturadas para veículos, máquinas e tratores do Município de Sandovalina – SP nos próximos doze (12) meses, conforme Edital e seus Anexos, que será realizada no dia 04/05/2023 a partir das 9hs00. O Edital em seu inteiro teor poderá ser retirado pelos interessados diretamente no prédio do Paço Municipal na Av. João Borges Frias, 435 Centro de segunda a sexta-feira no horário das 8hs00 às 11hs0 e das 13hs00 às 17hs00, ou ainda site www.sandovalina.sp.gov.br e também através de solicitação enviada para o e-mail: sandovalina.licitacao@gmail.com. Sandovalina – SP, 14 de abril de 2023. Marcos Mendes da Silva Prefeito Municipal

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
DIRETORIA EXECUTIVA DE ADMNISTRAÇÃO
DIRETORIA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO - SUPRIMENTOS

AVISO DE ABERTURA

Encontra-se aberto na Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP o Pregão Eletrônico **PE DGA 357/2023**, Processo nº. **01-P-39391/2022**, Oferta de Compra BEC/SP **102201100592023OC00178** do tipo **menor preço unitário**, destinado ao **REGISTRO DE PREÇOS DE LICENÇAS DE USO EDUCACIONAL DO MICROSOFT OFFICE PROFESSIONAL PLUS 2021 - PORTUGUÊS BRASIL (LICENCIAMENTO NA MODALIDADE CSP)**. O prazo de entrega das propostas eletrônicas será até o dia **03/05/2023** às 09h30, sendo que a sessão será no mesmo dia e horário, pela página virtual da BEC/SP (**http://www.bec.sp.gov.br**).
O Edital na íntegra encontra-se disponível na página virtual da BEC/SP e no **http://www.imprensaoficial.com.br/PortalIO/ENegocios/BuscaENegocios_14_1.aspx**.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARDINHO – **COMUNICADO –** Acha-se aberta Licitação abaixo discriminada: PREGÃO ELETRÔNICO nº 012/2023 PROCESSO LICITATÓRIO nº 5487/2023 – OBJETO: **Ata de Registro de Preço para aquisição parcelada de combustível tendo como objetivo o abastecimento da frota municipal**. LOCAL DE RETIRADA DO EDITAL: Sala do Setor de Licitações no Paço Municipal, sito à Rua Sargento José Egídio do Amaral, 235 Centro, Município de Pardinho, Estado de São Paulo, no horário das 08h às 11h30m e das 13h às 17h horas ou através da Internet pelo site da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil., www.bll.org.br e site da Prefeitura Municipal de Pardinho www.pardinho.sp.gov.br ESCLARECIMENTOS: • De segunda a sexta-feira, das 08h às 11h30m e das 13h às 17h, na Rua Sargento José Egídio Do Amaral, Nº 235 – Centro • Pelo telefone (14) 3886-9200 • E-mail: marina.souza@pardinho.sp.gov.br • Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional poderá ser esclarecida pelo número (41) 3097-4600, e-mail: contato@bll.org.br, ou através de uma corretora de mercadorias associada. **RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:** Até às 12 horas do dia 08 de maio de 2023 **INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS:** 14 horas do dia 09 de maio de 2023. **LOCAL: www.bll.org.br Referência de Tempo:** Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF). Pardinho, em 17 de abril de 2.023. **JOSÉ LUIZ VIRGÍNIO DOS SANTOS - Prefeito Municipal; GISLEINE PONTES DOS SANTOS - Pregoeira**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DE POSSE

Estado de São Paulo

CONCORRÊNCIA PÚBLICA

PROCESSO Nº 1056/2023 – **CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2023**
TIPO: Menor Valor Global

OBJETO: Execução das Obras de Entrada de Energia - Complemento da Conclusão Fase 1 do Pronto Socorro Avançado "Pref. Dr. Durval Bergo". LEGISLAÇÃO: Lei Federal nº 8.666/1.993. DATA E LOCAL PARA ENTREGA DOS ENVELOPES PROPOSTA DE PREÇOS e DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO: **dia 22 de maio de 2.023 às 10:30 horas** no Paço Municipal da Prefeitura de Santo Antônio de Posse, situado na Praça Chafia Chaib Baracat, nº 351, Vila Esperança em Santo Antônio de Posse - SP, CEP 13.831-024. EDITAL na íntegra: à disposição dos interessados na sede da Prefeitura, no endereço acima especificado, ou no endereço eletrônico site www.pmsaposse.sp.gov.br onde os interessados poderão retirá-lo.

Publique-se
Santo Antônio de Posse, 18 de abril de 2023.
Edmar Oliveira de Sousa - Secretário Municipal de Saúde

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITÁPOLIS

CONTRATO Nº 42/2023 – MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 192/2022 - CONTRATADA: CONTROL SERV MULTISSETORIAL LTDA. OBJETO: AQUISIÇÃO DE AR CONDICIONADO, ELETRONICOS E EQUIPAMENTOS PARA CRECHES DONA BELLA E MONTE VERDE E PARA O CEFIM conforme solicitação da Secretaria Municipal de Educação e Secretaria Municipal de Saúde. VALOR: R$ 6.200,00. DATA: 11/04/2023. VIGÊNCIA: 31/12/2023.

CONTRATO Nº 48/2023 – MODALIDADE: CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 05/2022 - CONTRATADA: DGB Engenharia e Construções LTDA. OBJETO: Contratação de empresa especializada para execução de recapeamento asfáltico na Av. Dr. Eduardo do Amaral Lyra e Rua Antônio Mochi. VALOR: R$ 320.617,86. DATA: 12/04/2023. VIGÊNCIA: 09/10/2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUAÍ

ESTADO DE SÃO PAULO

AVISO DE PUBLICAÇÃO DE LICITAÇÃO. Processo Administrativo N°Sec Adm/lic. 051/2023 - Pregão(eletrônico) n° 012/2023. objeto: registro de preços para a aquisição de televisor, modelo smart tv de no mínimo 65" para compor as salas de aulas de todas as unidades escolares da rede municipal de ensino, pelo período de 12 meses. Recebimento das propostas a partir do dia: 19 de abril de 2023 às 08h30min. Abertura das propostas: 03 de maio de 2023, às 08h30min. Início da sessão de disputa de preços: 03 de maio de 2023, às 09h00min. Para aquisição dos editais os interessados deverão acessar o link **https://aguai.sp.gov.br/home/**. Samantha Ferreira Aguiar – Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA

EDITAIS DE LICITAÇÃO

• **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 061/2023 (republicação p/reabertura de prazo) - Objeto:** Registro de preços para futura contratação de empresa especializada em locação de uma plataforma móvel articulada a diesel, com no mínimo 16 metros de altura, que será utilizada para serviços de manutenção de iluminação em vias públicas, poda de árvores de grande porte, e demais serviços que provêm da mesma. **Sessão Pública: dia 04 de maio de 2023 às 09:15 horas**, na sede da Prefeitura Municipal, endereço abaixo.

• **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 074/2023 - Objeto:** Registro de preços para futura contratação de empresa especializada para fornecimento de abrigos para passageiros de transporte coletivo com 6 assentos; estrutura em tubos e perfil de aço; cobertura em policarbonato 10 mm, cor fumê, tubo aço retangular; bancos em chapa de aço; fechamento traseiro com 2 painéis de chapa de aço; dimensões: 2,70x 1,05 e 0,85 x 1,05, brasão da prefeitura centralizado na chapa menor, 65 cm de altura x 45 cm de largura, escrita: Prefeitura Municipal de Guariba, na cor azul e branco, bem como, para prestação de serviços de reposição/instalação de cobertura em policarbonato 10mm. **Sessão Pública: dia 04 de maio de 2023 às 14:15 horas, na sede da Prefeitura Municipal, endereço abaixo.**

• **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 075/2023 - Objeto:** Registro de preços para fornecimento parcelado de materiais, insumos e utensílios de enfermagem. **Sessão Pública: dia 04 de maio de 2023 às 09:15 horas, na sede da Prefeitura Municipal, endereço abaixo.**

• **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 076/2023 - Objeto:** Registro de preços para fornecimento parcelado de materiais diversos, sendo: materiais de construção, de pintura e ferramentas para realização de serviços diários. **Sessão Pública: dia 04 de maio de 2023 às 09:15 horas, na sede da Prefeitura Municipal, endereço abaixo.**

• **TOMADA DE PREÇOS Nº 004/2023 (republicação p/reabertura de prazo) - Objeto:** Contratação de empresa especializada, mediante empreitada por preço global, com fornecimento de material e mão de obra especializada, para construção de uma nova rede de água para abastecimento do lavador municipal, localizado no Bairro Residencial Santa Cruz no município de Guariba/SP. **Cadastramento:** até o terceiro dia anterior à data de entrega das propostas; **Sessão Pública: dia 04 de maio de 2023 às 09:15 horas**, na sede da Prefeitura de Guariba, situada na Avenida Evaristo Vaz nº 1.190 - Centro.

• **TOMADA DE PREÇOS Nº 005/2023 - Objeto:** Contratação de empresas capacitadas mediante empreitada global, por lote, para prestação dos serviços de: Lote 1 – Reconstrução de 30 metros de gabião na Rua Dr. José R. Fabrício no trecho entre Avenida Coronel Neca Junqueira e Avenida Dr. Sobral Netto, e Lote 2 – Recomposição do leito da estrada que dá acesso ao Sítio Cabeceiras, conhecido como Chácaras do Basílio, com a eliminação da erosão existente, que impede a travessia, com duas linhas de 12 metros cada de tubos de concreto com diâmetro de 1500 mm, de acordo com projetos, planilha orçamentária, cronograma de execução, e memorial descritivo. **Cadastramento:** até o terceiro dia anterior à data de entrega das propostas; **Sessão Pública: dia 05 de maio de 2023 às 09:15 horas**, na sede da Prefeitura de Guariba, situada na Avenida Evaristo Vaz nº 1.190 – Centro.

INFORMAÇÕES: Na sede da Prefeitura Municipal de Guariba, sita Avenida Evaristo Vaz nº 1.190 - Centro, ou pelo fone (0xx16) 3251-9422 - Ramais 239 / 240/ 241 / 242 ou 243. Os editais poderão ser lidos ou obtidos, através dos sites: **www.guariba.sp.gov.br / www.bll.org.br, durante os dias: 19 de abril a 03 de maio de 2023 (Pregões Eletrônicos nºs 061/2023; 074/2023; 075/2023 e 076/2023); 19 de abril a 03 de maio de 2023 (Tomada de Preços nº 004/2023); 19 de abril a 04 de maio de 2023 (Tomada de Preços nº 005/2023).**

Guariba, 17 de abril de 2023. **Celso Antônio Romano - Prefeito Municipal**

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONÇÕES

HOMOLOGAÇÃO/ADJUDICAÇÃO
PROCESSO Nº 045/2023 - TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2023

Objeto: Contratação de empresa para execução de obra de REFORMA E REVITALIZAÇÃO DA PRAÇA MATRIZ, conforme especificações constantes no memorial descritivo. **EMPRESA: RUEDA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA, CNPJ:** 44.151.908/0001-71. **VALOR: R$ 312.000,00** (Trezentos e doze mil reais). **Monções - SP, 14 de abril de 2023. VALTOLINO VALDIR MARIA ALVES - Prefeito Municipal.**

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA - EDITAL DE CONVOCAÇÃO - O Presidente do **Sindicato dos Empregados em Postos de Serviços de Combustíveis e Derivados de Petróleo de Ribeirão Preto e Região**, no uso das suas atribuições que lhe conferem o Estatuto Social da Entidade, **Convoca** os associados quites e em condições de votar, para participarem da Assembleia Geral Ordinária no dia 24 de abril de 2023, em primeira convocação às 13 horas, e em segunda convocação às 14 horas, na sede do Sindicato Rua Floriano Peixoto nº 58 centro, nesta cidade de Ribeirão Preto/SP, quando se deliberará sobre a seguinte ordem do dia: a); *Análise, discussão e aprovação da Ata da Assembleia anterior. b*); **Apreciação e votação da** Prestação de Contas **referente ao período de janeiro a dezembro de 2022**. *c*); Demonstrativo das sobras/perdas apuradas no exercício de 2022; d); Parecer do Conselho Fiscal; e); Assuntos Gerais. Ribeirão Preto, 17 de abril de 2023. **Joabe Valença de Oliveira -** Presidente

---

PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDÓPOLIS / SP

CONCORRÊNCIA Nº 005/2.023 - EDITAL Nº 006/2.023

PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDÓPOLIS/SP, FAZ SABER, a todos quantos o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem, que se acha aberta CONCORRÊNCIA PÚBLICA pelo critério de menor preço global, para a Contratação de empresa especializada para execução de reforma e ampliação para implantação de Unidade Escolar no antigo Paço Municipal, localizado na Rua Bahia, nº 1.264 – Centro – Fernandópolis/SP., com fornecimento de material e mão de obra; conforme memorial descritivo, memorial de cálculo, planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro e projetos. ABERTURA às 09:00 horas do dia 19 (dezenove) de maio de 2023. O EDITAL COMPLETO e maiores informações serão fornecidos no Departamento de Compras e Licitações, sito à Rua Porto Alegre, nº 350, Jardim Santa Rita, em horários de expediente: das 08h00 às 17h00; pelo telefone 17-3465-0150, site: www.fernandopolis.sp.gov.br. ou pelo e-mail: compras@fernandopolis.sp.gov.br.

Fernandópolis-SP., 17 de abril de 2023.
ANDRÉ GIOVANNI PESSUTO CÂNDIDO
Prefeito Municipal

Clube Atlético Ypiranga

CNPJ nº 61.902.862/0001-02
Assembleia Ordinária - Convocação

Ficam os senhores(as) Conselheiros(as) convocados para a Assembleia Ordinária do Clube Atlético Ypiranga, em sua sede social à Rua do Manifesto, 475 - Ipiranga - São Paulo, no dia **24 de abril de 2023** em 1ª Convocação às 19h30, com a maioria de seus membros. Não havendo número em 2ª Convocação às 20h30 para deliberação sobre as seguintes ordens do dia, tudo conforme dispõe seu Estatuto Social: **Pauta I:** ***a)*** *Leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior de 30/11/2022;* ***b)*** *D*eliberar sobre o relatório da Diretoria, o balanço do "CAY" com a demonstração das contas do ativo e do passivo, das receitas e despesas do exercício findo, com o parecer do Conselho Fiscal, Artigo 54, letras "a", do Estatuto Social. **Pauta II:** ***a)*** *Dar posse aos Conselheiros Eleitos nos termos do Artigo 45º, II, do Estatuto Social.* **b)** *Eleger e empossar dentre seus membros o Presidente e o Vice-Presidente da sua Mesa Diretora, o Conselho Fiscal, bem como os membros do CORI, Artigos 54, letra c, 71, III e IV do Estatuto Social.* ***c)*** *Outros assuntos de interesse do clube.* ***Silvério Antônio dos Santos Junior -*** Presidente do Conselho Deliberativo. Os Candidatos aos cargos de Presidente e Vice-Presidente do Conselho Deliberativo, ao CORI e ao Conselho Fiscal, deverão se inscrever na Secretaria do Clube com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data da Reunião (até 14 de abril de 2023 às 17h), conforme artigo 56º. **DEVIDO A UMA FALHA TÉCNICA OPERACIONAL, A PUBLICAÇÃO ESTÁ SENDO EFETUADA NA DATA DE HOJE (DEVERIA SER PUBLICADO NO DIA 13/04/2023).**

PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDÓPOLIS / SP

TERMO DE RATIFICAÇÃO, ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
DISPENSA ELETRÔNICA N.º 08/2023

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições legais, RATIFICA, ADJUDICA E HOMOLOGA a Dispensa Eletrônica nº 008/2023, realizada no Comprasnet para "AQUISIÇÃO DE FERRAMENTAS QUE SERÃO UTILIZADAS PELO ELETRICISTA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE FERNANDÓPOLIS/SP", para as empresas: IKEDA FERRAMENTAS LTDA, apresentou o menor preço para os itens: 5, 8. MANHUACU CONSTRUCAO, TERCEIRIZACAO E COMERCIALIZACAO DE MATERIAIS LTDA, apresentou o menor preço para o item: 12. KTR COMERCIO DE FERRAGENS E FERRAMENTAS LTDA, apresentou o menor preço para os itens: 6, 7. CLEITON SANTOS ROCHA 47843938893, apresentou o menor preço para o item: 1. PEDRO DIAS FERREIRA JUNIOR, apresentou o menor preço para os itens: 2, 3, 4. 49. 284.848 DANIELA DE SOUZA DE CASTRO PAIXAO, apresentou o menor preço para o item: 9. REDNOV FERRAMENTAS LTDA, apresentou o menor preço para o item: 10. VALENCY TRADE SERVICE LTDA, apresentou o menor preço para o item: 11; De acordo com o art. 75, inciso II, nos termos da Lei 14.133 de 1º de abril de 2021.

Fernandópolis-SP, 17 de abril de 2023.
ANDRÉ GIOVANNI PESSUTO CÂNDIDO
Prefeito Municipal

Prefeitura do Município de Caieiras

Secretaria de Administração - Diretoria de Compras

EDITAL DE ABERTURA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 040/2023

ÓRGÃO: Município de Caieiras. **EDITAL**: 040/2023. **OBJETO**: Registro de Preços para eventual aquisição de alvos e obreias para a Guarda Civil Municipal, conforme as especificações mínimas exigidas no Termo de Referência. **MODALIDADE**: Pregão Presencial. **DATA DE ENTREGA DOS ENVELOPES**: dia 02/05/2023 às 14h00min e **ABERTURA DOS ENVELOPES**: na mesma data e horário. As empresas interessadas poderão solicitar o envio do Edital via e-mail, bem como ficará disponível no Site do Município de Caieiras www.caieiras.sp.gov.br. Os e-mails para envio do Edital são: licitacao@caieiras.sp.gov.br ou licitacao.caieiras@gmail.com. Maiores informações pelo telefone 4445-9240, no horário das 09h00min às 16h00min. Não enviamos o edital por fax e/ou correio.

Caieiras, 17 de Abril de 2.023.
SAMUEL BARBIERI PIMENTEL DA SILVA
Diretor de Compras e Licitações

Prefeitura do Município de Caieiras

Secretaria de Administração - Diretoria de Compras

EDITAL DE ABERTURA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 041/2023

ÓRGÃO: Município de Caieiras. **EDITAL**: 041/2023. **OBJETO**: Registro de Preços para eventual aquisição de torniquete e porta torniquete para a Guarda Civil Municipal, conforme as especificações mínimas exigidas. **MODALIDADE**: Pregão Presencial. **DATA DE ENTREGA DOS ENVELOPES**: dia 02/05/2023 às 15h30min e **ABERTURA DOS ENVELOPES**: na mesma data e horário. As empresas interessadas poderão solicitar o envio do Edital via e-mail, bem como ficará disponível no Site do Município de Caieiras www.caieiras.sp.gov.br. Os e-mails para envio do Edital são: licitacao@caieiras.sp.gov.br ou licitacao.caieiras@gmail.com. Maiores informações pelo telefone 4445-9240, no horário das 09h00min às 16h00min. Não enviamos o edital por fax e/ou correio.

Caieiras, 17 de Abril de 2.023.
SAMUEL BARBIERI PIMENTEL DA SILVA
Diretor de Compras e Licitações

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA HIDROMINERAL DE ÁGUAS DE SÃO PEDRO

ESTADO DE SÃO PAULO

ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO TOMADA DE PREÇOS 01-2023.

João Victor Barboza, usando das atribuições inerentes à qualidade de Prefeito do Município da Estância Hidromineral de Águas de São Pedro, Estado de São Paulo, nos moldes do que estabelece o inciso VI, do artigo 43, combinado com o inciso VII, do artigo 38, da Lei Federal Nº: 8.666/93 e posteriores alterações, adjudica e homologa a decisão da Comissão Permanente de Abertura e Julgamento de Licitações, nomeada pela Portaria 049 de 01 de fevereiro de 2023, que deliberou quanto ao julgamento da **Tomada de Preços 01/2023**, que tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de orientação técnica à gestão administrativa nas áreas de Planejamento Orçamentário e Execução (Contabilidade), Pessoal e Recursos Humanos, Terceiro Setor, Consultoria Jurídica bem como serviços de suporte e elaboração de defesa da contratante perante o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em razão de suas inspeções ordinárias e ou extraordinárias à Prefeitura Municipal de Águas de São Pedro/SP. Dessa forma, fica adjudicado e homologado o objeto desta **Tomada de Preços 01/2023** à empresa, **CONFIATTA CONSULTORIA E GESTÃO LTDA CNPJ: 08.496.850/0001-34 com o valor global de R$ 300.000,00 (Trezentos mil reais)**. Águas de São Pedro/SP, 17 de abril de 2023. **João Victor Barboza - Prefeito Municipal.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAPIAÇU

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO O município de Guapiaçu/SP torna público aos interessados a realização do Pregão Eletrônico nº 036/2023; Processo licitatório n° 062/2023. TIPO: DE MENOR PREÇO GLOBAL. OBJETO: CONSTITUI OBJETO DO PRESENTE PREGÃO CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL MÉDICO PARA ATENÇÃO ESPECIALIZADA NA ESPECIALIDADE DE MEDICO OFTALMOLOGISTA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO I DO EDITAL. DATA E LOCAL DA SESSÃO: Dia 08/05/2023 às 09:00hrs no site: http://187.9.146.42:8079/comprasedital/ EDITAL DISPONÍVEL: no site eletrônico www.guapiacu.sp.gov.br DATA: 17/04/2023. PREGOEIRO: Leandro Mariano da Silva.

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO O município de Guapiaçu/SP torna público aos interessados a realização do Pregão Eletrônico nº 037/2023; Processo licitatório n° 063/2023. TIPO: DE MENOR PREÇO UNITÁRIO. OBJETO: Constitui objeto do presente pregão a contratação de empresa para locação de Caminhão Munck 6x2, Moto Niveladora/Patrol, Caminhão Pipa com mangueira, Escavadeira Hidráulica e Minicarregadeira, conforme especificações constantes no Anexo I do edital. DATA E LOCAL DA SESSÃO: Dia 10/05/2023 às 09:00hrs no site: http://187.9.146.42:8079/comprasedital/ EDITAL DISPONÍVEL: no site eletrônico www.guapiacu.sp.gov.br DATA: 17/04/2023. PREGOEIRO: Leandro Mariano da Silva.

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO O município de Guapiaçu/SP torna público aos interessados a realização do Pregão Eletrônico nº 038/2023; Processo licitatório n° 064/2023. TIPO: DE MENOR PREÇO UNITÁRIO. OBJETO: Constitui objeto do presente pregão a aquisição Veículo Ambulância tipo furgão ou Pick-up, de pequeno porte zero km 2022, com potência mínima 95 cv, com três portas sendo duas na cabine e uma na ambulância, cilindrada mínima 1.400 cc, pequeno porte bicombustíveis (flex.) Álcool/Gasolina, com recursos oriundos da emenda impositiva nº 2022.033.35862 e contrapartida municipal, conforme especificações constantes no Anexo I do edital. DATA E LOCAL DA SESSÃO: Dia 12/05/2023 às 09:00hrs no site: http://187.9.146.42:8079/comprasedital/ EDITAL DISPONÍVEL: no site eletrônico www.guapiacu.sp.gov.br DATA: 17/04/2023. PREGOEIRO: Leandro Mariano da Silva.

Processo Digital nº: 1013239-37.2022.8.26.0405 **Classe: Assunto:** Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários **Exequente:** BANCO BRADESCO S.A. **Executado:** Constancio Rodrigues da Silva **EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS - PROCESSO Nº 1013239-37.2022.8.26.0405** - O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 5ª Vara Cível, do Foro de Osasco, Estado de São Paulo, Dr(a). Maria Helena Steffen Toniolo Bueno, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** a(o) eventuais sucessores **de CONSTANCIO RODRIGUES DA SILVA**, CPF 67362273800, com endereço desconhecido, que lhes foi proposta uma ação de **Execução de Título Extrajudicial** por parte de **BANCO BRADESCO S.A.**, alegando em síntese: que foi realizada operação de empréstimo (mediante cédula de crédito bancário) com o réu, o qual deixou de realizar os pagamentos devidos. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, efetue o pagamento da dívida (R$ 43.173,08), que deverá ser corrigido até a data do efetivo pagamento, além de honorários advocatícios, fixados no patamar de dez por cento, no prazo de 3 (três) dias, a contar da citação. Nos termos do art. 827, §1º, do Código de Processo Civil, em caso de pagamento integral no prazo declinado, os honorários advocatícios poderão ser reduzidos pela metade, podendo oferecer embargos à execução, no prazo de 15 (quinze) dias, contados na forma do art. 231, do Código de Processo Civil ou, alternativamente, no lugar dos embargos, mediante o depósito de trinta por cento do valor total executado, poderá ser requerido o parcelamento do restante em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e de juros de um por cento ao mês. Fica(m) o(a/s) executado(a/s) advertido(a/s) de que a rejeição dos embargos, ou, ainda, o inadimplemento das parcelas, poderá acarretar na elevação dos honorários advocatícios, multa em favor da parte, além de outras penalidades previstas em lei. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS.** Dado e passado nesta cidade de Osasco, aos 05 de abril de 2023.

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20230026

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20230026 de interesse da Polícia Militar do Ceará – PMCE, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de suplementos e vitaminas de uso veterinário para a PMCE e unidades correlatas, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 5642023, até o dia 03/05/2023, às 9h (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 14 de Abril de 2023. RAIMUNDO VIEIRA COUTINHO - PREGOEIRO

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20230394

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20230394 de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de Material Médico Hospitalar com equipamento em comodato, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 3942023, até o dia 03/05/2023, às 14h30min (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 14 de Abril de 2023. ALEXANDRE FONTENELE BIZERRIL - PREGOEIRO

LACTICÍNIOS TIROL LTDA.

CNPJ nº 83.011.247/0001-30 e NIRE 42200097568
Convocação 001/2023 - Assembleia Geral Ordinária

A Administração da Lacticínios Tirol Ltda., pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o número 83.011.247/0001-30 e NIRE 42200097568, em cumprimento ao disposto nas Cláusulas 24ª e 27ª do Contrato Social, vem por meio desta, **Convocar** Vossa Senhoria a se fazer presente na **Assembleia Geral Ordinária,** conforme local, data, horário e ordem do dia a seguir descritos: Local: Sede da empresa. Auditório da Lacticínios Tirol Ltda. Localização: R. Domingos Perondi, 36, Centro, Treze Tílias - SC, 89.650-000; Data: **28 de abril de 2023;** Horário: 08h30min - Recepção e assinatura da lista de presença dos quotistas; 09h00min – Início dos trabalhos, devendo obrigatoriamente ter a presença de no mínimo dois terços das quotas do capital social, nos termos da Cláusula 28ª (vigésima oitava) do Contrato Social. **Ordem do dia:** A Assembleia Geral Ordinária será destinada a tratar da seguinte ordem do dia: **1.** Análise e aprovação das contas do Balanço Patrimonial, demonstração de resultado do exercício, e demais contas apresentadas pelo Conselho de Administração, referentes ao exercício 2022; **2.** Destinação dos lucros do exercício de 2022; **3.** Eleição dos membros do Conselho de Administração para o exercício 2023; **4.** Remuneração e bonificação dos Diretores Executivos e do Conselho de Administração para o exercício 2023; **5.** Alteração do Contrato Social com retirada e ingresso de sócios, em razão da apresentação de Cessão e Transferência Onerosa de Quotas do Sócio João Auer; **6.** Alteração do Contrato Social e ingresso de sócios, em razão da apresentação de Cessão e Transferência Onerosa de Quotas do Sócio Carlos Dresch; **7.** Alteração do Contrato Social com retirada de sócio, em razão da apresentação de Cessão e Transferência Onerosa de Quotas do Sócio Leonides Batista; **8.** Alteração de endereço da filial de Itapecerica da Serra/SP, para Pederneiras/SP; **9.** Alteração da atividade econômica da filial de Chapecó/SC; **10.** Consolidação das alterações contratuais anteriores. Treze Tílias (SC), abril de 2023. **Henrique Rumpf - Diretor de Logística e Suprimentos; Adalberto Rofner - Diretor Executivo Industrial.**

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20221855

A Secretaria da Casa Civil torna público a REMARCAÇÃO do Pregão Eletrônico No 20221855 de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de material médico hospitalar. MOTIVO: Alterações no Edital. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 18552022, até o dia 03/05/2023, às 9h (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 13 de Abril de 2023. CARLOS ALBERTO COELHO LEITÃO - PREGOEIRO

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20230445

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20230445 de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de Equipamento Hospitalar, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 4452023, até o dia 03/05/2023, às 14h30min (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 13 de Abril de 2023. AURÉLIA FIGUEIREDO GURGEL - PREGOEIRA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20220208

A Secretaria da Casa Civil torna público a REMARCAÇÃO do Pregão Eletrônico No 20220208 de interesse da Companhia de Água e Esgoto do Ceará – CAGECE, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de Conexões PVC Diversas. MOTIVO: Alterações no Edital. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 5752023, até o dia 03/05/2023, às 9h (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 13 de Abril de 2023. VALDA FARIAS MAGALHÃES - PREGOEIRA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20220217

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20220217 de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de Gêneros Alimentícios (Cestas Básicas), conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 2172022, até o dia 03/05/2023, às 9H (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 13 de Abril de 2023. RAIMUNDO LIMA DE SOUZA - PREGOEIRO

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20230282

A Secretaria da Casa Civil torna público a REMARCAÇÃO do Pregão Eletrônico No 20230282, de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de Material Médico Hospitalar. MOTIVO: Impugnação não acatada. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 2822023, até o dia 03/05/2023, às 9h (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 14 de Abril de 2023. DORISLEIDE CANDIDO DE SOUSA - PREGOEIRA

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ENSINO REGIÃO NORTE 2

Encontra-se aberto na DIRETORIA DE ENSINO – REGIÃO NORTE 2, PREGÃO ELETRÔNICO nº 03/2023, Processo SEDUC-PRC-2023/03001, destinado à CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA EM AMBIENTE ESCOLAR, VISANDO À OBTENÇÃO DE ADEQUADAS CONDIÇÕES DE SALUBRIDADE E HIGIENE, COM DISPONIBILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA, SANEANTES DOMISSANITÁRIOS, MATERIAIS E EQUIPAMENTOS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO TERMO DE REFERÊNCIA QUE INTEGRA O EDITAL, COMO ANEXO I. A realização da sessão será na data de 03/05/2023, às 10h00, no endereço eletrônico www.bec.sp.gov.br O Edital na íntegra encontra-se no site do Diário Oficial do Estado e no sítio eletrônico www.imesp.com.br opção "negócios publicos". Número da Oferta de Compra: 080270000012023OC00023. Data de início do recebimento de propostas: 18/04/2023.

MUNICÍPIO DE REGINÓPOLIS

AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL N° 018/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 1000/2022 – TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

Objeto: Aquisição e instalação de parques infantis "playgrounds" no município Reginópolis/SP, conforme Anexo I (Termo de Referência). **Data de realização:** 02 de maio de 2023 às 14h00. **Entrega dos envelopes:** até às 13h45min do dia 02 de maio de 2023. **LOCAL: DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS,** localizado na Rua Abrahão Ramos, nº 327 – Centro – Reginópolis/SP. O Departamento de Licitações e Contratos torna público que, na data, horário e local, acima assinalados fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, com critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO POR ITEM**, em conformidade com a Lei Federal nº 10.520/02, subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666/93 e respectivas alterações e atualizações vigentes. **Local e horário para retirada do Edital:** Departamento de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Reginópolis, localizada na Rua Abrahão Ramos, nº 327, Centro, no horário compreendido entre as 08h00 às 12h00 e das 13h30m às 17h00, de segunda a sexta-feira, e ainda gratuitamente pelo sítio eletrônico: http://www.reginopolis.sp.gov.br no link "Editais e Licitações – Pregão Presencial". Informações adicionais poderão ser obtidas por meio do telefone (14) 3589-9200.

Reginópolis, 11 de abril de 2023.
CASSIO MARTINS FERRO- CHEFE DE GABINETE

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ABASTECIMENTO
Saab 5 - Diretoria de Licitações e Suprimentos

AVISO DE LICITAÇÕES

PE nº 122/22 – Proc. nº 2022/019160 - OFERTA DE COMPRA (OC) Nº 030101000012023OC00006 – Objeto: Sistema de Registro de Preços para a aquisição de bando de espera na cor bege. **Abertura da Sessão Pública:** Dia 28/04/2023 às 11:00 h.

PE nº 044/23 – Proc. nº 2023/013099 - OFERTA DE COMPRA (OC) Nº 030030000012023OC00054 – Objeto: Serviços de recrutamento, seleção, contratação, administração, acompanhamento supervisionado, gerenciamento e cobertura securitária – **Estágio - 2.000 vagas para estudantes de nível médio** – Comarcas do Interior e da Capita/SP. **Abertura da Sessão Pública:** Dia 28/04/2023 às 11:00 h.

FORNECIMENTO DO EDITAL COMPLETO: Gratuitamente no **PORTAL DA TRANSPARÊNCIA** do site do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (**www.tjsp.jus.br**) e, no caso de Pregão Eletrônico, também no site da Bolsa Eletrônica de Compras do Governo do Estado de São Paulo – **Sistema BEC/SP (www.bec.sp.gov.br).**

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS EMPRESAS E CURSOS DE INFORMÁTICA DO ESTADO DE SÃO PAULO - CNPJ nº 04.912.405/0001-57.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

A Diretoria Executiva CONVOCA todos os Trabalhadores das áreas técnicas, administrativas e operacionais das empresas do segmento das seguintes categorias econômicas: provedores de acesso à internet, provedores de conteúdo e informações, provedores de serviços de aplicação, páginas e portais de busca e hospedagem de site na internet, sites de hospedagem de vídeos, fotos e músicas na internet, sites de correio eletrônico na internet, internet banda larga, internet via rádio, páginas e sites de intermediação de contratação de mão de obra, páginas e sites de vendas e intermediação de vendas na internet, lojas virtuais, provedores de voz sobre protocolo internet (VOIP), páginas e sites de entretenimento na internet, atividades de páginas e sites de jogos na internet, sites e páginas de atividades de salas de acesso a internet, páginas e sites de atividades de salas de "bate-papo" na internet, empresas de anúncios e publicidade on line, empresas de sistemas de segurança digital de internet e informática, instalação, manutenção e reparação de antenas e sistemas de internet e computadores, com direito a vos e voto, para Assembleia Geral Extraordinária designada para o dia 24/04/2023 às 18:00h, em primeira convocação e às 18:30 h. em segunda chamada com qualquer número, sito a rua Tácito de Almeida nº 87, Sumaré, CEP: 01251-010, para tratar de assuntos da seguinte ordem do dia: **1 -** Leitura, discussão e votação das propostas apresentada pelo sindicato patronal para assinatura de Convenção Coletiva de Trabalho para o exercício de 2023/24 a ser assinada com o Seinesp – Sindicato de Empresas de Internet do Estado de São Paulo; **2-** Em não havendo acordo com o sindicato patronal, autorização para ingressar com Dissídio Coletivo e, assinatura de Acordo Coletivo de Trabalho diretamente com às Empresas interessadas. **3 -** Apresentação e votação de proposta para o custeio do sistema sindical, através de Cota Negocial, em conformidade com o art. 513, "e" da CLT, consubstanciado na Nota Técnica n.º 2, da Conalis e, devida por todos os membros da categoria. **4-** Assuntos Gerais.

São Paulo, 18 de abril de 2023. **Abner Teixeira da Silva - Presidente.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ

AGÊNCIA MUNICIPAL DE REGULAÇÃO DE SERVIÇOS DELEGADOS - ARSER

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO CPL/ARSER – N.º 108/2023 UASG Nº 926703

Processo nº: 5800.0132613/2022.

Objeto: Registro de preços para aquisição de Medicamentos.

Total de Itens Licitados: 31.

Data da Disponibilidade do Edital: A partir de 18/04/2023 das 08h00 às 12h00 e das 13h às 17h30.

Endereços: Av. da Paz, n.º 900, Jaraguá, Maceió/AL – CEP 57.022-050, ou **www.comprasgovernamentais.gov.br/edital** ou **http://www.licitacao.maceio.al.gov.br/**

Entrega das Propostas: A partir de 18/04/2023 às 08h00 no site **http://www.comprasgovernamentais.gov.br/**

Abertura das Propostas: 04/05/2023 às 09h00 (horário de Brasília) no site **http://www.comprasnet.gov.br/**

Maceió/AL, 12 de abril de 2023.
Edsângela Gabriel Peixoto Bezerra
Pregoeira – CPL/ARSER

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

SECRETARIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

AVISO

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: PREGÃO ELETRÔNICO nº 23/2023 (SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS)

PROCESSO SEI Nº 20.22.0001.0054954.2022-70

DATA E HORÁRIO DA LICITAÇÃO: 04/05/2023, às 14h

OBJETO: Aquisição e instalação de condicionadores de ar do tipo *split system*.

LOCAL DA LICITAÇÃO: Exclusivamente por meio do Sistema de Compras do Governo Federal, na página **www.gov.br/compras**.

OBSERVAÇÃO: As interessadas em participar da presente licitação deverão obter o Edital e seus Anexos no período compreendido entre os dias 20/04/2023 e 03/05/2023, no endereço eletrônico www.gov.br/compras ou no Portal da Transparência do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, **http://transparencia.mprj.mp.br/licitacoes-contratos-e-convenios/licitacoes**.

EMAE - Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A.

CNPJ nº 02.302.101/0001-42
NIRE nº 35.3.001.532-43
AVISO AOS ACIONISTAS
PAGAMENTO DE DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

A EMAE - Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. ("EMAE" ou "Companhia"), informa que, nesta data, a Assembleia Geral Ordinária aprovou a distribuição de R$ 52.417.571,91 em proventos aos seus acionistas, com base na posição acionária final de hoje. Do montante total distribuído, R$ 11.248.269,66 serão destinados como dividendos complementares referentes ao exercício de 2022 e R$ 41.169.302,25 serão distribuídos como Juros sobre Capital Próprio (JCP). Sobre o valor bruto do JCP incidirá a retenção de 15% de imposto de renda na fonte, excetuados os acionistas comprovadamente imunes ou isentos. O pagamento dos proventos está previsto para ocorrer em 30 de junho de 2023.

Tipo de Ação	***Dividendos*** *Valor Líquido/ação*	***JCP*** *Valor Bruto/ação*	***JCP*** *Valor Líquido/ação*
Ações ordinárias **(ON)**	R$ 0,287156221	R$ 1,051007986	R$ 0,893356788
Ações preferenciais **(PN)**	R$ 0,315871843	R$ 1,156108785	R$ 0,982692467

São Paulo, 14 de abril de 2023
PABLO UHART
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

DAE - BAURU/SP

Informações
Serviço de Compras do **DAE**, Rua Padre João nº 11-25, Vila Santa Tereza, CEP: 17.012-020, Bauru/SP, no horário das 08:00 às 17:00 horas e fones: (14) 3235-6146, 3235-6172, 3235-6173 ou 3235-6168. Os Editais do **DAE** estão disponíveis através de **download** gratuito no site www.daebauru.sp.gov.br.

Processo Administrativo nº 571/2023 - DAE
Pregão Presencial nº 039/2023 - DAE
Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de assistência à saúde aos servidores públicos municipais, ativos, inativos, pensionistas, comissionados e agentes políticos do DAE, bem como aos seus beneficiários dependentes e agregados, conforme a Lei Municipal nº 4.706 de 31 de julho de 2001, alterada pela Lei Municipal nº 4.739 de 04 de outubro de 2001, sob a modalidade preço pré-estabelecido "per capita", plano básico na categoria de rede, com cobertura/atendimento médico-hospitalar sem triagem, por meio de Rede Credenciada/Referenciada da CONTRATADA e/ou ressarcimento das despesas, quando necessário, ocorridas em atendimento de livre escolha, de acordo com a Lei nº 9.656/98 e ulteriores alterações, conforme especificações contidas no Anexo I do Edital.
Data e Horário de Início da Sessão (Credenciamento e Entrega dos envelopes): 03/05/2023 às 09:00 horas.
Pregoeiro Titular: Daniele Pompílio Moreno Vialôgo
Pregoeiro Substituto: Renan Sampaio Oliveira
"A População de Bauru pagou por este anúncio R$ 440,00"

SINDICATO NACIONAL DOS SERVIDORES ADMINISTRATIVOS DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL - SINAPRF. EDITAL DE CONVOCAÇÃO. ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA PARA APRESENTAÇÃO E APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE PLANO DE CARREIRA DO PLANO ESPECIAL DE CARGOS DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL. A Presidente e subscritora do SINDICATO NACIONAL DOS SERVIDORES ADMINISTRATIVOS DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL SINAPRF, localizado na Rua Uruguai, Nº 91, Sala 302, Centro Histórico Porto Alegre/RS, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, CONVOCA todos os SERVIDORES ADMINISTRATIVOS DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL, filiados, em dia com suas obrigações sindicais e pertencentes à base territorial nacional, para participarem da ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA PARA APRESENTAÇÃO E APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE PLANO DE CARREIRA DO PLANO ESPECIAL DE CARGOS DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL, a realizar-se na modalidade VIRTUAL por meio de vídeo conferência no aplicativo Zoom, no dia 20 de abril de 2023, às 19h00min em Primeira Chamada e às 19h30min em Segunda Chamada, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: APRESENTAÇÃO E APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE PLANO DE CARREIRA DO PLANO ESPECIAL DE CARGOS DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL. O link de acesso e as orientações gerais para participação na Assembleia via internet, serão disponibilizados até a data da Assembleia, por meio de contato dos servidores(as) sindicalizados(as) via WhatsApp ao telefone: (51) 98017-7308 ou e-mail institucional: contatosinaprf@hotmail.com.
Porto Alegre/RS, 17 de abril de 2023
REJANE MARIA DA ROSA
Presidente/Subscritora

Prefeitura Municipal de Pirajuí
DIRETORIA DE DIVISÃO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
Praça Dr. Pedro da Rocha Braga, 116 - Centro - Tel.: (14) 3572-8229 - Ramal 8218
CEP 16.600-000 - Pirajuí/SP - CNPJ: 44.555.027/0001-16 - e-mail: compras@pirajui.sp.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2023 - PROCESSO Nº 040/2023
TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL
OBJETO: A presente licitação tem por objeto, a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, SOB O REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, PARA A REALIZAÇÃO DO 5º PIRAJUÍ RODEIO FEST, NOS DIAS 21 A 24 DE SETEMBRO 2023, NO GINÁSIO DE ESPORTES "SATILIO DE LIMA", LOCALIZADO NA AVENIDA AFONSO PENA S/Nº – BAIRRO VILA ORTIZ – PIRAJUÍ – SP**, conforme especificações constantes do Termo de Referência, que integra este Edital como Anexo I. **DATA DA REALIZAÇÃO: 03/05/2023. HORÁRIO DE INÍCIO: 08h30. LOCAL DE REALIZAÇÃO DA SESSÃO:** A sessão pública será realizada por meio eletrônico no site: http://prefeiturapirajui.ddns.net:3390/COMPRASEDITAL/. **ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES: Diretoria de Compras e Licitações**, localizada na Praça Doutor Pedro da Rocha Braga nº 116 – Bairro Centro – Pirajuí – SP – Telefone (0XX14) 3572-8222 – E-mail: licitacao@pirajui.sp.gov.br.
PIRAJUÍ, 17 DE ABRIL DE 2023.
CESAR HENRIQUE DA CUNHA FIALA - PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAJUÍ

COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS EMPREGADOS DAS EMPRESAS METALÚRGICAS DE MATÃO – METALCOOPERCRED
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA E ORDINÁRIA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Diretor Presidente da **Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados das Empresas Metalúrgicas de Matão – METALCOOPERCRED**, CNPJ nº 53.505.881/0001-06, NIRE 35.400.001-780 no uso das atribuições que lhe confere o Estatuto Social, convoca os associados, que nesta data são em número de 2.466 (Dois Mil, Quatrocentos e sessenta e Seis), em condições de votar, para se reunirem em **Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária**, a realizar-se no auditório do **Sincomércio Matão/SP**, localizado na Avenida Sete de Setembro, 1425, Centro, nesta cidade de Matão, Estado de São Paulo, CEP 15.990-160, no dia 28 de abril de 2023, obedecendo aos seguintes horários e "quórum" para sua instalação, cumprindo o que determina o Estatuto Social: 01) em primeira convocação: às 15:30 horas, com a presença de 2/3 (dois terços) dos associados, 02) em segunda convocação: às 16:30 horas, com a presença de metade mais um dos associados, 03) em terceira convocação, às 17:30 horas com a presença de no mínimo 10 (dez) associados, para deliberar sobre os seguintes assuntos:

ORDEM DO DIA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA:
01. Prestação de Contas dos 1º e 2º semestres referente ao exercício de 2022, compreendendo o Relatório da Gestão, Balanço, Demonstrativo da Conta Sobras ou Perdas e Parecer do Conselho Fiscal;
02. Destinação dos resultados apurados no exercício de 2022 e sua fórmula de cálculo;
03. Fixação do valor de Cédula de Presença para os dirigentes e conselheiros fiscais;
04. Comunicados de assuntos gerais (sem deliberação).

ORDEM DO DIA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA:
01. Reforma ampla do Estatuto Social e com a adequação das alterações trazidas pela Lei Complementar n. 196/22;
02. Comunicados de assuntos gerais (sem deliberação).

OBSERVAÇÕES:
Nota 1. A assembleia será realizada fora da sede da Cooperativa por falta de espaço físico adequado em suas dependências para comportar o número de associados.
Matão/SP, 17 de abril 2023.
João Cezar Groto
Diretor Presidente

Credifisco

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

O Presidente da Cooperativa de Crédito Mútuo de Servidores Públicos do Estado de São Paulo - Credifisco, CNPJ nº 04.546.162.0001-80 e NIRE nº 3540006789-6, no uso das atribuições Legais e Estatutárias, convoca os 831 (oitocentos e trinta e um) associados em condições de votar, para se reunirem em **Assembleia Geral Ordinária**, em sua sede social à Av. Rangel Pestana, 271, 8º Andar, Sala 81, Cep: 01017-000, Centro, São Paulo - SP e via internet por meio do sítio da Credifisco, link. http://www.credifisco.com.br/AGO_2023/ no dia **28 de abril de 2023,** obedecendo aos seguintes horários e "quórum" para sua instalação, sempre no mesmo local: 01) Em **primeira convocação: às 16:00 horas**, com a presença de 2/3 (dois terços) dos associados; 02) Em **segunda convocação: às 17:00 horas**, com a presença de metade e mais um do número total de associados; 03) Em **terceira e última convocação, às 18:00 horas**, com a presença de no mínimo 10 (dez) associados, para deliberarem sobre a seguinte: **ORDEM DO DIA:** 1. Prestação de contas do 1º e 2º semestres do exercício de 2022 do órgão de administração, acompanhada de parecer do Conselho Fiscal, compreendendo: o relatório da gestão, os balanços levantados no primeiro e segundo semestres do exercício social de 2022 e o demonstrativo das sobras apuradas ou das perdas decorrentes da insuficiência das contribuições para cobertura das despesas da sociedade (art. 28, I – Estatuto Social); 2. Destinação das Sobras ou Perdas Acumuladas (art. 28, II); 3. Uso e Aplicação do Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES; 4. Eleição de Membros do Conselho Fiscal; 5. Assuntos de interesse geral sem caráter deliberativo. **INSCRIÇÃO PARA ELEIÇÃO:** São convocados todos os associados para participarem das eleições para o Conselho Fiscal. Poderá candidatar o cooperado em dia com suas obrigações e que preenchem as condições previstas no art. 68 do Estatuto Social e na política de Sucessão. A inscrição do candidato deverá ser apresentada em formulário próprio, com envio para i) o endereço da sede; e, ii) no endereço eletrônico administrativo@credifisco.com.br. O período para inscrição será até 26/04/2023. São Paulo, 17 de abril de 2023. Felipe da Silva Munoz - Diretor Presidente

---

BIASI leilões
LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA | PRESENCIAL ON-LINE
1º Leilão: dia 24/04/2023 às 14h **2º Leilão: dia 04/05/2023 às 14h**

EDUARDO CONSENTINO, leiloeiro oficial inscrito na JUCESP nº 616 (**JOÃO VICTOR BARROCA GALEAZZI – preposto em exercício**), com escritório à Av. Fagundes Filho, 145, Conjunto 22, Vila Monte Alegre, São Paulo/SP, devidamente autorizado pelo Credor Fiduciário **ITAÚ UNIBANCO S/A**, doravante designado **VENDEDOR**, inscrito no CNPJ sob nº 60.701.190/0001-04, com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setúbal, na Cidade de São Paulo/SP, nos termos do Instrumento Particular de Venda e Compra de Bem Imóvel, Financiamento com Garantia de Alienação e Outras Avenças de nº 10158213109, firmado em 30/04/2021, no qual figura como Fiduciante **ADRIELLE LABRES DA SILVA**, brasileira, solteira, maior, não mantendo união estável, vendedora, portadora da CI nº 135959448-SSP/PR e do CPF/MF nº 103.930.469-90, residente e domiciliada na cidade de Fazenda do Rio Grande/PR, levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo **Presencial e On-line**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, no **dia 24 de abril de 2023, às 14:00 horas**, à Av. Fagundes Filho, 145, Conjunto 22, Vila Monte Alegre, São Paulo/SP, em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 226.475,79 (Duzentos e vinte e seis mil, quatrocentos e setenta e cinco reais e setenta e nove centavos)**, o imóvel a seguir descrito, com a propriedade consolidada em nome do credor Fiduciário, constituído pela **CASA 04, integrante do "CONDOMÍNIO RESIDENCIAL MORADAS DO IGUAÇU", situado nesta cidade de Fazenda do Rio Grande, da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba – Foro Regional da Fazenda Rio Grande – Paraná, tem a área construída privativa total no pavimento térreo com 46,16 m², área de implantação da construção com 46,16 m², área de terreno descoberta destinado a jardim e quintal com 43,06 m², área de uso comum (Rua interna de acesso de veículos e pedestres com 44,28 m²) perfazendo a quota de terreno com 133,50 m², correspondendo a fração ideal do solo de 0,2617. É a 4ª e última residência situada na lateral esquerda de quem da rua interna olha o condomínio, tem a numeração predial nº 321/04 da Rua Rio Jaú. Condomínio este construído sobre o Lote de terreno sob nº 25, da Quadra nº 36, da Planta Santa Fé, com área total de 510,00 m². Matrícula nº 28.688 do Registro de Imóveis de Fazenda Rio Grande/PR**. Obs: Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 da lei 9.514/97. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o **dia 04 de maio de 2023, às 14:00 horas**, no mesmo local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 169.886,23 (Cento e sessenta e nove mil, oitocentos e oitenta e seis reais e vinte e três centavos)**. Todos os horários estipulados neste edital, no site do leiloeiro (www.biasileiloes.com.br), em catálogos ou em qualquer outro veículo de comunicação consideram o horário oficial de Brasília-DF. O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) na forma do parágrafo 2º-A do art. 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários, mediante correspondência dirigida aos endereços constantes do contrato, inclusive ao endereço eletrônico ou por edital, se aplicável, podendo o(s) fiduciante(s) adquirir sem concorrência de terceiros, o imóvel outrora entregue em garantia, exercendo o seu direito de preferência em 1º ou 2º leilão, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, conforme estabelecido no parágrafo 2º-B do mesmo artigo, ainda que, outros interessados já tenham efetuado lances, para o respectivo lote do leilão. O envio de lances on-line se dará exclusivamente através do site www.biasileiloes.com.br, respeitado o lance mínimo e o incremento mínimo estabelecido, em igualdade de condições com os participantes presentes no auditório do leilão de modo presencial, na disputa pelo lote do leilão, com exceção do devedor fiduciante, que poderá adquirir o imóvel preferencialmente em 1º e 2º leilão. Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão se cadastrar no site www.biasileiloes.com.br, e se habilitar acessando a página deste leilão, clicando na opção HABILITE-SE, com antecedência de até 01 (uma) hora, antes do início do leilão presencial, não sendo aceitas habilitações após esse prazo. A venda será efetuada em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra. O proponente vencedor por meio de lance on-line ou presencial terá prazo de 24 horas depois de comunicado expressamente pelo leiloeiro acerca da efetiva arrematação do imóvel, condicionada ao não exercício do direito de preferência pelo devedor fiduciante, para efetuar o pagamento, por meio de transferência bancária, da totalidade do preço e da comissão do leiloeiro correspondente a 5% sobre o valor do arremate. **A transferência bancária deverá ser realizada por meio de conta bancária de titularidade do arrematante ou do devedor fiduciante, mantida em instituição financeira autorizada pelo BCB - Banco Central do Brasil.** As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial.

Mais informações: (11) 4083-2575/www.biasileiloes.com.br

Paulista Lajeado Energia S.A.
CNPJ nº 03.491.603/0001-21 - NIRE 35.300.174.399

Edital de Convocação para Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária

Ficam convocados os Senhores Acionistas da **Paulista Lajeado Energia S.A.** ("Companhia"), na forma prevista no Art. 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A."), para se reunirem em Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária ("AGOE") a serem realizadas no dia 25 de abril de 2023, às 15h (quinze horas) de forma exclusivamente digital por meio da plataforma eletrônica Zoom Meetings, a fim de deliberarem sobre a seguinte matéria constante da ordem do dia: **Em Assembleia Geral Ordinária: (i)** aprovação das contas dos administradores, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; **(ii)** aprovação da destinação do resultado apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; e **(iii)** eleição dos membros do Conselho de Administração. **Em Assembleia Geral Extraordinária: (i)** aprovação da fixação da remuneração dos administradores; e **(ii)** aprovação do cancelamento parcial de dividendos adicionais declarados na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 28 de abril de 2022. **Informações Gerais: 1.** Poderão participar da AGOE os Acionistas titulares das ações ordinárias de emissão da Companhia, desde que estejam registrados no Livro de Registro de Ações e realizem solicitação de cadastramento pelo endereço eletrônico (corporategovernance@cpfl.com.br) com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência acompanhada dos seguintes documentos: (i) pessoa física - documento de identificação com foto; (ii) pessoa jurídica - cópia simples do último estatuto ou contrato social consolidado e da documentação societária outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração), bem como documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is). **2.** É facultado a qualquer Acionista constituir procurador para comparecer à AGOE e votar em seu nome. Na hipótese de representação, deverão ser apresentados os seguintes documentos pelo acionista por e-mail juntamente com os documentos para cadastramento prévio: (i) instrumento de mandato (procuração), com poderes especiais para representação na AGOE; e (ii) indicação de endereço eletrônico para liberação de acesso e envio de instruções sobre utilização da plataforma. **3.** As procurações, nos termos do Parágrafo 1º, do Art. 126, da Lei das S.A., somente poderão ser outorgadas a pessoas que atendam, pelo menos, um dos seguintes requisitos: (i) ser acionista ou administrador da Companhia e (ii) ser advogado. **4.** As instruções para acesso e participação nas AGOE serão oportunamente encaminhadas aos acionistas mediante conferência e regularidade dos documentos citados nos itens anteriores. **5.** Os acionistas que solicitarem e obtiverem senha para participação nas Assembleias deverão, para ter acesso à Plataforma Digital, confirmar eletronicamente que se comprometem a: (i) utilizar os convites individuais para acesso à Plataforma Digital única e exclusivamente para participação remota nas Assembleias; (ii) não transferir ou divulgar os convites individuais a qualquer terceiro (acionista ou não), sendo o convite intransferível; e (iii) não gravar ou reproduzir a qualquer terceiro (acionista ou não) o conteúdo ou qualquer informação transmitida por meio virtual durante a realização das Assembleias, sendo as Assembleias restritas aos acionistas participantes. **6.** Mais esclarecimentos acerca das matérias da ordem do dia, a serem deliberadas nas AGOE, poderão ser solicitados diretamente à administração pelo e-mail corporategovernance@cpfl.com.br.
Campinas, 15 de abril de 2023
Tiago da Costa Parreira - Membro do Conselho de Administração

---

Sindicato da Indústria de Instalações Elétricas, Gás, Hidráulicas e Sanitárias do Estado de São Paulo
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA - EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Sindicato da Indústria de Instalações Elétricas, Gás, Hidráulicas e Sanitárias do Estado de São Paulo – Sindinstalação, CNPJ 62.655.659/0001-33, situado à Avenida Paulista, 1313 – 9º andar, sala 905, Bela Vista, São Paulo, ficam convocadas as empresas associadas ou não deste Sindicato, para a **ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**, a ser realizada virtualmente, através do aplicativo ZOOM, no dia **24 de abril de 2023, às 9h30**, em primeira convocação, e às **10h00** em segunda convocação, deliberando-se então com os associados presentes, a fim de tratar sobre: 1) Abertura dos trabalhos em caráter permanente para avaliação dos pleitos formulados pelos Sindicatos dos Trabalhadores a partir da data base de janeiro, maio e junho; 2) Outorga de poderes pelos presentes ao Sindinstalação nas referidas negociações com o objetivo de pactuar a Convenção Coletiva de Trabalho com vigência 2023/2024, suscitar dissídios coletivos, e outras medidas que se fizerem necessárias para tais objetivos, com os Sindicatos e Federações de Trabalhadores; 3) Reajuste da mensalidade associativa; 4) Reajuste da contribuição negocial das empresas ao sindicato patronal, prevista art.513 – alínea "e" da Consolidação das Leis do Trabalho. São Paulo, 18 de abril de 2023. José Silvio Valdissera – Presidente.

PREFEITURA DE SÃO JOAQUIM DA BARRA
AVISO DE LICITAÇÃO Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL N.º 048/2023 PROC. ADM. n.º 1022/2023 Tipo da Licitação: MAIOR OFERTA POR ITEM Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PERMISSÃO DE USO DE ESPAÇO PÚBLICO PARA INSTALAÇÃO DE 29 STANDS LOCALIZADO NO PAVILHÃO DO ESPAÇO MUNICIPAL DENOMINADO "PARQUE DE EXPOSIÇÕES TANCREDO NEVES", POR OCASIÃO DA 52ª FESTA DA SOJA, NO PERÍODO DE 27/05/2023 À 04/06/2023, conforme especificação técnica no edital e seus anexos. Abertura da Sessão com o Credenciamento e entrega dos envelopes PROPOSTA; HABILITAÇÃO: dia 04/MAIO/2023 – ÀS 08h00. Cópias do Edital completo poderão ser retiradas, junto ao Departamento de Licitação da Prefeitura nos dias úteis no horário das 12:00h às 16h30min ou pelo site oficial da Prefeitura – www.saojoaquimdabarra.sp.gov.br. Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone (16) 3810-9010. São Joaquim da Barra, 17 de abril de 2023. Dr. Wagner José Schmidt Prefeito

---

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINS
TOMADA DE PREÇOS Nº 005/2023 - PRORROGAÇÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE LINS, Estado de São Paulo, torna público que foi prorrogada a abertura de licitação na modalidade **TOMADA DE PREÇOS** para a **REFORMA E ADEQUAÇÃO DA QUADRA DE ESPORTES, CONSTRUÇÃO DE VESTIÁRIOS E CONSTRUÇÃO DO PÓRTICO DE ENTRADA DA EMEF "Prof.ª MARIA CRISTINA SUTTI LOPES MORENO"**, em virtude de alteração no edital – Recebimento da Proposta e Abertura da Sessão: 05 de maio de 2023, às 14h00min. Valor do Edital: R$ 120,76 (cento e vinte reais e setenta e seis centavos). Valor Máximo para contratação: R$ 562.740,04.
Os interessados poderão baixar o edital completo no site: www.lins.sp.gov.br e estarão dispensados do recolhimento da taxa de expediente mencionada acima. Maiores informações: Comissão Permanente de Licitação - Fone: (14) 3533-4280 ou e-mail: licitacao@lins.sp.gov.br.
Lins/SP, 17 de abril de 2023
Ailton Pereira Torres – Secretário Administração

CEAGESP - COMPANHIA DE ENTREPOSTOS E ARMAZÉNS GERAIS DE SÃO PAULO
CNPJ nº 62.463.005/0001-08 - NIRE nº 3530002780-9

AVISO DE RETIFICAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2023

Processo: 154/2022. OBJETO: Aquisição de Materiais – Raticida RODILON BLOCO EXTRUSADO, através do Sistema de Registro de Preços, conforme quantidades e especificações constantes do Anexo I – TERMO DE REFERÊNCIA. UASG 225001. Em virtude de retificações editalícias, ficam alteradas as datas: Edital: a partir de 18/04/2023 das 08h30 às 11h30 e 13h30 às 16h30, no site www.gov.br/compras. Entrega das propostas: a partir de 18/04/2023 às 08h30, no site www.gov.br/compras. Abertura das propostas em 03/05/2023 às 09h30, no site www.gov.br/compras.
Patricia Nihari Arantes
Pregoeira

SINDICATO DOS AUXILIARES E TÉCNICOS DE ENFERMAGEM E TRABALHADORES EM ESTABELECIMENTOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE DE SÃO PAULO
CNPJ sob nº 60.890.928/0001-10
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
Abertura Prazo para Entrega de Carta de Oposição para os Auxiliares e Técnicos de Enfermagem e Trabalhadores em Estabelecimentos de Serviços de Saúde de São Paulo que Trabalham nas Clínicas de Recuperação para Dependentes Químicos e Comunidades Terapêuticas representadas pelo SINCLINICAS

Neste ato representado por seu Presidente, Sr. Jefferson Erecy Santos Caproni, vem tornar a público através desse Edital, a quem possa interessar, a decisão tomada em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 03/02/2023, de forma virtual e presencial na sede do Sindicato, com a presença de trabalhadores(as) associados ou não das Categoria representados pelo SINSAUDESP. Foi discutida e aprovada o desconto da Contribuição Negocial, a ser descontada de todos os trabalhadores, associados ou não ao sindicato no mês de maio/2023, beneficiários desta CCT, contribuirão com a importância de 3% (três por cento) de sua remuneração base (CONTRIBUIÇÃO NEGOCIAL), **PARCELA ÚNICA**, seu recolhimento previsto para o mês de maio de 2023, sem juros ou correção monetária, em favor do Sindicato laboral, a ser descontada de todos os trabalhadores pertencentes a referida categoria acima mencionada e que trabalham nas **Clínicas de Recuperação para Dependentes Químicos e Comunidades Terapêuticas**. Diante da obrigação imposta, as empresas deverão fazer o desconto referente a Contribuição Negocial em maio de 2023, e depositar os valores em favor do sindicato profissional até o 10º (décimo) dia do mês de junho de 2023. O(a) trabalhador(a) que quiser se opor ao desconto, terá o direito de exercício de oposição garantido no prazo de 15 dias, corridos, contados da presente publicação. A manifestação de oposição deverá ser feita pessoalmente, através de carta escrita de próprio punho e entregue, em duas vias, na secretaria do Sindicato, localizada à Rua Tamandaré, nº 393, Aclimação, São Paulo/SP, CEP: 01525-001, deverá ser apresentado no ato da entrega o documento de identificação - RG e CTPS para comprovação que o interessado pertence a categoria, não serão recebidas as tentativas de entregas de cartas de oposição por terceiros. O início para entrega da carta de oposição é dia 19 (dezenove) de abril de 2023 (dois mil e vinte e três) e a **data limite para a entrega da carta de oposição é dia 03 (três) de maio de 2023** (dois mil e vinte e três) às 16 (dezessete) horas, em atendimento à cláusula 61, parágrafo segundo, dando publicidade do direito do não associado apresentar carta de oposição da Contribuição Negocial prevista na Convenção Coletiva de Trabalho, sendo dada ciência ao empregador pelo sindicato suscitante do prazo final para entrega da carta de oposição neste instrumento. horário de funcionamento de sindicato para recebimento das cartas é das 8h00 às 12h00 e 13h00 ás 16h00.
São Paulo, 17 de abril de 2023. **Jefferson Erecy Santos Caproni** - Presidente

---

LEILÃO DE 37 IMÓVEIS Online
Data do Leilão: 27/04/2023 a partir das 14h00
bradesco

ALAGOAS • BAHIA • CEARÁ • GOIÁS • MARANHÃO • MATO GROSSO DO SUL • PARÁ PARANÁ • RIO DE JANEIRO • RIO GRANDE DO SUL • SANTA CATARINA • SÃO PAULO

À VISTA 10% DE DESCONTO
ÁREA RURAL • APARTAMENTOS • CASAS • IMÓVEIS COMERCIAIS • IMÓVEL INDUSTRIAL • TERRENOS

LOTE 25 - SÃO PAULO/SP
VILA ROSARIA
Rua Pedro Soares de Andrade, nº 664. Casa. Áreas totais: ter.: 290,00m² e constr.: 345,57m². Matr. 87693 do 12º RI local.
Lance Mínimo: R$ 382.000,00
Mínimo à Vista: R$ 343.800,00

LOTE 28 - SÃO PAULO/SP
SANTO AMARO
Rua Padre José de Anchieta, nº 1250. Casa (Lote 09 Quadra G). Áreas totais: ter.: 450,00m² e constr. estimada: 240,00m². Matr. 96.813 do 11º RI local.
Lance Mínimo: R$ 1.098.000,00
Mínimo à Vista: R$ 988.200,00

LOTE 31 - IGUAPE/SP - DO ROCIO
Rua Rio Verde, nº 225. Casa 2 (Lote 12-B da Quadra 33). Áreas totais: ter.: 149,04m² e constr.: 54,90m². Matr. 165.124 do RI local.
Lance Mínimo: R$ 50.000,00
Mínimo à Vista: R$ 45.000,00

LOTE 33 - NUPORANGA/SP - CENTRO
Rua Evaristo Alves Pereira, nº 70. Casa (Lote 14). Áreas totais: ter.: 175,06m² e constr. estimada: 102,15m². Matr. 8.274 do RI local.
Lance Mínimo: R$ 73.000,00
Mínimo à Vista: R$ 65.700,00

LOTE 34 - SÃO PAULO/SP
BROOKLIN PAULISTA
Avenida das Nações Unidas, nº 11633, Conjunto nº 192 (19º andar), Edifício Brasilienterpart, com direito a 03 vagas na garagem coletiva. Áreas totais: útil: 177,95m² e total: 369,6370m². Matr. 120.644 do 15º RI Local.
Lance Mínimo: R$ 745.000,00
Mínimo à Vista: R$ 670.500,00

LOTE 35 - SÃO PAULO/SP
BROOKLIN PAULISTA
Avenida das Nações Unidas, nº 11633, Conj. nº 194 (19º andar), Edif. Brasilienterpart, 04 vagas na garagem coletiva. Áreas totais: útil: 188,32m² e total: 420,7690m². Matr. 120.646 do 15º RI Local.
Lance Mínimo: R$ 787.000,00
Mínimo à Vista: R$ 708.300,00

LOTE 36 - SÃO PAULO/SP
PARQUE RESIDENCIAL ORATORIO
Rua Alzira Fett Martins, nº 211. Casa. Áreas totais: ter.: 280,00m² e constr.: 287,23m². Matr. 203.084 do 6º RI local.
Lance Mínimo: R$ 585.000,00
Mínimo à Vista: R$ 526.500,00

Comissão do leiloeiro: o arrematante pagará ao leiloeiro 5% sobre o valor da arrematação. O edital completo (descrição dos imóveis, condições de venda e pagamento) encontra-se registrado no 7º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica da Comarca de São Paulo nº 2.076.998 em 04/04/2023 e no 1º Oficial de Registro de Títulos e Documentos de Osasco nº 228.286 em 06/04/2023. Leiloeira Oficial: Dora Plat - Jucesp 744.

MAIS INFORMAÇÕES: 3003.0677
https://VITRINEBRADESCO.com.br/ | PORTALZUK.com.br

Sul Geradora Participações S.A.
cpfl sul geradora
CNPJ nº 10.401.234/0001-02 - NIRE 35.300.177.754

Edital de Convocação para Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária

Ficam convocados os Senhores Acionistas da **Sul Geradora Participações S.A.** ("Companhia"), na forma prevista no Art. 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A."), para se reunirem em Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária ("AGOE") a serem realizadas no dia 25 de abril de 2023, às 11h00 (onze horas) de forma exclusivamente digital por meio da plataforma eletrônica Zoom Meetings, a fim de deliberarem sobre as seguintes matérias constantes da ordem do dia: **Em Assembleia Geral Ordinária: (i)** aprovação das contas dos administradores, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; **(ii)** aprovação da destinação do resultado apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; e **(iii)** eleição dos membros do Conselho de Administração. **Em Assembleia Geral Extraordinária: (i)** aprovação da fixação da remuneração dos administradores. **Informações Gerais: 1.** Poderão participar das AGOE os Acionistas titulares das ações ordinárias de emissão da Companhia, desde que estejam registrados no Livro de Registro de Ações e realizem solicitação de cadastramento pelo endereço eletrônico (corporategovernance@cpfl.com.br) com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência acompanhada dos seguintes documentos: (i) pessoa física - documento de identificação com foto; (ii) pessoa jurídica - cópia simples do último estatuto ou contrato social consolidado e da documentação societária outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração), bem como documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is). **2.** É facultado a qualquer Acionista constituir procurador para comparecer à AGOE e votar em seu nome. Na hipótese de representação, deverão ser apresentados os seguintes documentos pelo acionista por e-mail juntamente com os documentos para cadastramento prévio: (i) instrumento de mandato (procuração), com poderes especiais para representação na AGOE; e (ii) indicação de endereço eletrônico para liberação de acesso e envio de instruções sobre utilização da plataforma. **3.** As procurações, nos termos do Parágrafo 1º, do Art. 126, da Lei das S.A., somente poderão ser outorgadas a pessoas que atendam, pelo menos, um dos seguintes requisitos: (i) ser acionista ou administrador da Companhia e (ii) ser advogado. **4.** As instruções para acesso e participação na AGOE serão oportunamente encaminhadas aos acionistas mediante conferência e regularidade dos documentos citados nos itens anteriores. **5.** Os acionistas que solicitarem e obtiverem senha para participação nas Assembleias deverão, para ter acesso à Plataforma Digital, confirmar eletronicamente que se comprometem a: (i) utilizar os convites individuais para acesso à Plataforma Digital única e exclusivamente para participação remota nas Assembleias; (ii) não transferir ou divulgar os convites individuais a qualquer terceiro (acionista ou não), sendo o convite intransferível; e (iii) não gravar ou reproduzir a qualquer terceiro (acionista ou não) o conteúdo ou qualquer informação transmitida por meio virtual durante a realização das Assembleias, sendo as Assembleias restrita aos acionistas participantes. **6.** Outros esclarecimentos acerca das matérias da ordem do dia, a serem deliberadas nas AGOE, poderão ser solicitados diretamente à administração pelo e-mail corporategovernance@cpfl.com.br.
Campinas, 15 de abril de 2023
Eduardo dos Santos Soares - Membro do Conselho de Administração

---

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE ITAPECERICA DA SERRA - ITAPREV
PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2023 - EDITAL Nº 01/2023
JOSÉ ROBERTO DOS SANTOS, Superintendente do Instituto de Previdência do Município de Itapecerica da Serra - ITAPREV, torna público; Para conhecimento dos interessados que se encontra aberta nesta municipalidade, até as **10:00** horas do dia **16 (dezesseis) de maio de 2.023, o PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2023**, noticiado pelo **EDITAL Nº 01/2023**, que tem por objeto a **Aquisição de um veículo**. A Cópia completa do Edital poderá ser adquirida no Instituto de Previdência do Município de Itapecerica da Serra - ITAPREV, mediante apresentação de mídia, sito à Av. Eduardo Roberto Daher, 1.135 – Centro – Itapecerica da Serra, no horário das 08:30 às 16:30 horas, nos dias úteis, ou mediante solicitação através do endereço eletrônico rpps@itaprev.itapecerica.sp.gov.br, contendo os dados cadastrais do interessado, ou site https://itaprev.itapecerica.sp.gov.br/. Demais informações poderão ser obtidas pelo telefone 4668-9000 ramal 9128, com código de acesso (DDD) 0XX11.
Itapecerica da Serra, 17 de abril de 2.022. **JOSÉ ROBERTO DOS SANTOS - Superintendente**

MUNICÍPIO DE SANTO ANASTÁCIO
Chamamento – Súmula – Pregão Presencial nº 09/2023
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS ESTOCÁVEIS
ABERTURA/SESSÃO: 03/05/2023 – 08h30min
O Edital estará à disposição dos interessados no endereço eletrônico www.santoanastacio.sp.gov.br, no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal, sito na Rua Barão do Rio Branco, 220, centro, ou solicitar pelo e-mail: licitacaosantoanastacio@gmail.com. Informações pelo tel.(18) 3263-9425.
Download do edital em: http://186.233.125.85:8079/comprasedital/
Santo Anastácio, 17 de abril de 2023.
JOSÉ BONILHA SANCHES – Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÓLEO
HOMOLOGAÇÃO
Pelo presente, e na melhor de direito, considerando a regularidade do presente processo, Ratifico todos os atos da Pregoeiro(a) e Equipe de Apoio e **HOMOLOGO** o(a) presente PREGÃO ELETRONICO, nº9/2023, para que surta seus regulares efeitos de direito com os seguintes valores: CEREALISTA GOES ALIMENTOS EIRELI, com o valor de R$ 34.080,00 (trinta e quatro mil , oitenta reais) - Item: 1. **Valor Total da Licitação:** 34.080,00.
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÓLEO, 17 de Abril de 2023
JORDÃO ANTONIO VIDOTO
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA DE SÃO JOAQUIM DA BARRA
AVISO DE LICITAÇÃO Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL N.º 047/2023 PROC. ADM. n.º 0713/2023 Tipo da Licitação: Menor Preço Global. Objeto: CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL EM PESSOA JURÍDICA, ESPECIALIZADO PARA MINISTRAR AULAS DE VIOLA CAIPIRA, NA ESCOLA TÉCNICA DE ARTE MUNICIPAL "ETAM FABIANO LOZANO" E REGÊNCIA PARA A ORQUESTRA DE VIOLA CAIPIRA, PARA O PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, CONFORME ANEXO I DO EDITAL. Abertura da Sessão com o Credenciamento e entrega dos envelopes PROPOSTA; HABILITAÇÃO: dia 03/MAIO/2023 – ÀS 14h00. Cópias do Edital completo poderão ser retiradas, junto ao Departamento de Licitação da Prefeitura nos dias úteis no horário das 12:00h às 16h30min ou pelo site oficial da Prefeitura – www.saojoaquimdabarra.sp.gov.br. Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone (16) 3810-9010. São Joaquim da Barra, 17 de abril de 2023. Dr. Wagner José Schmidt Prefeito

---

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
HOSPITAL DA MULHER PROF. DR. JOSÉ A. PINOTTI
CENTRO DE ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE DA MULHER – CAISM
AVISO DE ABERTURA – PREGÃO ELETRÔNICO
Encontra-se aberto no Hospital da Mulher Prof. Dr. José Aristodemo Pinotti – Centro de Atenção Integral à Saúde da Mulher – CAISM – UNICAMP, o Pregão Eletrônico PE – CAISM nº **00363/2023**, Processo nº **27P-10136/2023**, Oferta de Compra BEC **102203100592023OC00181**, do tipo **menor preço**, para **Registro de Preços de Bicarbonato de Sódio Gliconato de Cálcio, Glicose e outros**. O prazo de entrega das propostas eletrônicas é **de 19/04/2023 até o dia 03/05/2023 às 09:30 horas**, sendo que a sessão será no mesmo dia e horário, pela página virtual da BEC/SP (**http://www.bec.sp.gov.br**). O edital na íntegra encontra-se disponível na página virtual da BEC/SP e no **www.imprensaoficial.com.br/ENegocios/BuscaENegocios_14_1.aspx**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JANDIRA
JULGAMENTO DA PROPOSTA COMERCIAL
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 01/23 – PROCESSO: Nº 258/23
Objeto: Prestação de serviços especializados de manejo arbóreo, em atendimento à Secretaria de Meio Ambiente. A Prefeitura do Município de Jandira, através da Comissão Permanente de Licitações torna público que após análise e parecer da área técnica, sobre a proposta comercial da licitante habilitada no certame, ficando classificada a empresa Matec Multi Serviços Eireli, com o valor de R$ 2.508.000,00 (dois milhões quinhentos e oito mil reais), fica determinado o prazo de recurso de 5 (cinco) dias úteis. O processo licitatório encontra-se disponível no setor de licitações para vistas aos interessados mediante agendamento prévio através do e-mail licitacoes@jandira.sp.gov.br.
Valter Pucharelli - Presidente da Copel

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÓLEO
EXTRATO DO CONTRATO
TERMO DE CONTRATO N. 37/2023
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ÓLEO. **CONTRATADA: VINCITA COMÉRCIO DE IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS LTDA**, inscrita no CNPJ 49.461.961/0001-92, com sede na AV PROFESSOR MANOEL JOSE PEDROSO, nº 1652 Parque Bahia na cidade de Cotia/SP, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, neste ato representada pelo sócio(a)Alexandre Assumpção Martins Carneiro. **OBJETO:** A aquisição de implementos agrícolas, para mecanização agrícola com o objetivo de empregar adequadam ente esses bens, visando sua otimização e viabilidade da obtenção de maior produtividade agropecuária. E, assim dar suporte aos agricultores com trabalho de plantio e colheita, preparo de solo, limpeza das áreas de plantio de maneira eficaz, aumento da área produtiva e, por consequência aumento da qualidade da vida dos agricultores familiares, objeto do Convênio n/913083/2021, firmado entre este Município e o Ministério da Agricultura, conforme Termo de Referência elaborado pelo departamento da Agricultura. **FUNDAMENTO LEGAL:** Pregão eletrônico nº07/2023- Proc. 26/2023. **VALOR** R$ 56.250,00 (Cinquenta e seis mil, duzentos e cinquenta reais). **DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO:** 14 de abril de 2023.
ÓLEO 17 DE ABRIL DE 2023.
JORDÃO ANTÔNIO VIDOTTO
PREFEITO MUNICIPAL

---

bradesco
LEILÃO SOMENTE ONLINE 35 IMÓVEIS
FECHAMENTO: 27/04/2023 a partir das 15h00
FREITAS LEILOEIRO OFICIAL

LOCALIDADES: BA CE GO MA MG MS RN SP

✓ À VISTA COM 10% DE DESCONTO ✓ PARCELAMENTO EM 12 MENSAIS IGUAIS OU EM ATÉ 48 PARCELAS*

LOTE 17 - VARGEM GRANDE PAULISTA/SP
TERRENO C/ 712,49m²
Rua Napole, s/nº (Lt. 18 da qd. 89)
Cond. Paysage Brise - **LOTEAM. RESID. SAN DIEGO**
LANCE MÍNIMO: R$ 75.000,00

LOTE 20 - SÃO PAULO/SP - CONJUNTO nº 193 c/ 05 VAGAS DE GARAGEM
Av. Das Nações Unidas, 11.633 - Ed. Brasilinterpart (19ºandar) - vagas de garagem indeterminadas
BAIRRO BROOKLIN PAULISTA
Área Útil: 254,27m²
LANCE MÍNIMO: R$ 1.065.000,00

LOTE 21 - SÃO PAULO/SP - APARTAMENTO nº 111 c/ 02 VAGAS DE GARAGEM
Rua Desembargador Andrade Pinto, 110
Cond. Sports Garden Leste (11º andar do Bloco 1)
vaga na garagem coletiva - **JARDIM MARIA LUIZA**
LANCE MÍNIMO: R$ 277.000,00

LOTE 23 - TIETÊ/SP - SALA COMERCIAL nº 01
Rua Lara Campos, 446 e
Rua Professor Francisco Assis Madeira
Shopping Giardino (pav. térreo) - **CENTRO**
Área Privativa: 42,2300m²
LANCE MÍNIMO: R$ 64.000,00

LOTE 24 - TIETÊ/SP - SALA COMERCIAL nº 02
Rua Lara Campos, 446 e
Rua Professor Francisco Assis Madeira
Shopping Giardino (pav. térreo) - **CENTRO**
Área Privativa: 52,5800m²
LANCE MÍNIMO: R$ 80.000,00

LOTE 25 - TIETÊ/SP - SALA COMERCIAL nº 03
Rua Lara Campos, 446 e
Rua Professor Francisco Assis Madeira
Shopping Giardino (pav. térreo) - **CENTRO**
Área Privativa: 44,0400m²
LANCE MÍNIMO: R$ 67.000,00

LOTE 26 - TIETÊ/SP - SALA COMERCIAL nº 04
Rua Lara Campos, 446 e
Rua Professor Francisco Assis Madeira
Shopping Giardino (pav. térreo) - **CENTRO**
Área Privativa: 56,6800m²
LANCE MÍNIMO: R$ 86.000,00

LOTE 27 - TIETÊ/SP - SALA COMERCIAL nº 05
Rua Lara Campos, 446 e
Rua Professor Francisco Assis Madeira
Shopping Giardino (pav. térreo) - **CENTRO**
Área Privativa: 29,4000m²
LANCE MÍNIMO: R$ 45.000,00

LOTE 28 - TIETÊ/SP - SALA COMERCIAL nº 40 e 03 DEPÓSITOS
Rua Lara Campos, 446 e
Rua Professor Francisco Assis Madeira
Shopping Giardino (subsolo) - **CENTRO**
Área Privativa: 149,0400m²
LANCE MÍNIMO: R$ 216.000,00

LOTE 29 - TIETÊ/SP - CASA
Rua Dr. Leonidas Camargo Madeira, 292
(Área A – Chácara São Benedito) - **CENTRO**
Área Terreno: 29.271,59m²
Área Construída: 140,97m²
LANCE MÍNIMO: R$ 660.000,00

LOTE 30 - TIETÊ/SP - TERRENO C/ 718,75m²
Rua do Comércio, s/nº - **CENTRO**
LANCE MÍNIMO: R$ 192.000,00

LOTE 32 - TIETÊ/SP - CASA
Rua José Oscar de Arruda Reis Filho, 125
BAIRRO DA SERRA
Área Terreno: 8.146,46m²
Área Construída ampliada: 131,06m²
(consta lançada no IPTU 644,28m²)
LANCE MÍNIMO: R$ 948.000,00

Lances "on-line", *condições de venda e pagamento de cada lote e fotos consulte site do leiloeiro. Mais informações: **https://VITRINEBRADESCO.com.br/**

(11) 3117.1001 | imoveis@freitasleiloeiro.com.br | Sergio Villa Nova de Freitas - Leiloeiro Oficial - JUCESP 316
www.freitasleiloeiro.com.br

EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA LEI 9.514/97 - C230410 GLOBO LEILÕES

CASSIA NEGRETE NUNES BALBINO, Leiloeira Pública Oficial, JUCESP Nº 1.151, com endereço na Avenida Paulista, nº 1079 - 7º e 8º Andar - Bela Vista, São Paulo - SP, CEP: 01311-200, faz saber, pelo presente Edital, que, devidamente autorizada pelo Credor Fiduciário: **TRAVESSIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS VIII S.A.** pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob nº 36.699.663/0001-83, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Rua Conselheiro Crispiniano, nº 105, conjunto 43, sala 15, CEP: 01037-001, nos termos da Escritura Pública lavrada em 03 de junho de 2022, no Cartório do 4º Ofício de Notas, do Distrito Federal (Livro 578, fls. 192/285); no qual figuram como fiduciantes: **PERCI HAROLDO FARINELLI**, brasileiro, administrador rural, casado, inscrito no CPF nº 217.629.668-08, e seu cônjuge, **VIVIANE RODRIGUES FARINELLI**, brasileira, do lar, casada, inscrito no CPF nº 271.964.008-52; ambos residentes em Jaboticabal/SP; levarão à **PÚBLICO LEILÃO**, de modo eletrônico (On-line) por meio do site: www.globoleiloes.com.br/, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigos 26 e 27, o bem imóvel, ora objeto da **Matrícula nº 14.164, perante o Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Jaboticabal/SP. O PRIMEIRO PÚBLICO LEILÃO terá início imediato, e se encerrará no dia 27 de abril de 2023, às 09 horas e 50 minutos**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 631.094,90** (seiscentos e trinta e um mil, noventa e quatro reais e noventa centavos) não haja licitante, fica desde já designado o **dia 28 de abril de 2023, às 09 horas e 50 minutos**, a realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 266.638,40** (duzentos e sessenta e seis mil e seiscentos e trinta e oito reais e quarenta centavos). Deverá ser considerado o horário oficial de Brasília - DF. **1. Descrição do imóvel:** Um terreno indicado como lote "T", da quadra 5, situado à Projetada Dois, hoje Rua Alcides Laffranchi, no Bairro e loteamento denominado Jardim Santa Mônica, nesta cidade, distrito, município e comarca de Jaboticabal, medindo 11,00 metros de frente, por 25,00 metros da frente aos fundos, encerrando a área de 275,00 metros quadrados, e se confrontando pela frente com a referida Rua Projetada, e por ambos os lados e fundos com terrenos de propriedade dos vendedores. **Observação 01:** Conforme averbação 03 da certidão de matrícula do imóvel, fora construído um prédio residencial, com 160,07 metros quadrados, o qual recebeu o número 175, da Rua Alcides Laffranchi, no bairro e loteamento Jardim Santa Mônica, desta cidade, conforme certidão da Prefeitura Municipal local nº 295792. **Observação 02:** O terreno é foreiro, uma vez que pertence ao domínio direto do Patrimônio de Nossa Senhora do Carmo de Jaboticabal (informação extraída da averbação 04 da certidão de matrícula do imóvel). **Observação 03:** Ocupado. A desocupação será por conta do adquirente, nos termos do art. 30 da lei 9.514/97. **Localização:** Rua Alcides Laffranchi, nº 175, Jardim Santa Mônica, Jaboticabal, São Paulo, CEP: 14871-525. O envio de lances deverá respeitar o lance mínimo, e o incremento mínimo estabelecido, em igualdade de condições entre os licitantes, na disputa pelo lote do leilão. O arrematante pagará no ato, à vista, o valor total da arrematação. Será devida a comissão da leiloeira correspondente a 5% sobre o valor de arremate, que deverá ser pago à vista (até 24 horas após o leilão). As demais condições obedecerão ao texto vigente do Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1.932, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial. O(s) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) na forma do parágrafo 2º-A do artigo 27 da lei 9.514/97, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários, para no caso de interesse, exercer o direito de preferência na aquisição, na forma estabelecida no parágrafo 2º-B do mesmo artigo, devendo apresentar manifestação formal do interesse. Se exercido o direito de preferência pelo devedor fiduciante, este deverá efetuar o pagamento da arrematação até a data da realização do segundo leilão, no valor equivalente ao da sua dívida, somados aos encargos, despesas e demais valores previstos em lei, incluindo também a responsabilidade de pagamento da comissão do leiloeiro, que será no montante de 5% (cinco por cento) sobre a totalidade do valor a ser pago pelo devedor fiduciante. Se o devedor fiduciante, não efetuar o pagamento da dívida e demais encargos, nas condições e prazos previstos no presente Edital, considerar-se-á automaticamente a sua desistência do exercício de preferência na compra do imóvel. Nesse caso, havendo licitantes, o imóvel será vendido para aquele que ofertou maior lance. A venda será efetuada em caráter "ad corpus", nos termos do art. 500, § 3º do Código Civil, e no estado de conservação física, documental/registral em que se encontra, sendo que as áreas mencionadas nos editais, catálogos e outros veículos de comunicação são meramente enunciativas e a foto do imóvel divulgada é apenas ilustrativa, dessa forma, havendo divergência de metragem ou de área, o arrematante não terá direito a exigir do credor fiduciário/vendedor nenhum complemento de metragem ou de área, o término da venda ou o abatimento do preço do imóvel, inclusive em relação à eventual necessidade de averbação de construção/ampliação, que correrão por conta do arrematante. No Primeiro Leilão, o valor do lance mínimo será o da avaliação, nos termos do parágrafo 1º, do art. 27 da Lei 9.514/97. No segundo leilão, será aceito o maior lance oferecido, desde que igual ou superior ao valor da dívida. O arrematante é responsável: (i) por débitos relativos ao INSS e ISS dos imóveis com construção em andamento, concluídos, reformados ou demolidos, não averbados no registro de imóveis competente, assumindo a regularização de tais débitos perante a construtora e/ou órgãos públicos, inclusive cartórios de registro de imóveis; (ii) por todas as providências e custos necessários para regularização da denominação de logradouro e numeração predial do imóvel junto aos órgãos competentes, se for o caso; (iii) pelo cancelamento dos eventuais ônus do imóvel (abrangendo hipotecas, penhoras, entre outros), se for o caso, inclusive acionando o juízo competente para tal finalidade, se necessário. O interessado deverá certificar-se previamente de todas as providências e respectivos custos para esse(s) cancelamento(s), bem como dos riscos relacionados a tais procedimentos; (iv) pelo levantamento de eventuais ações ajuizadas (v) por todas as providências e despesas relativas à desocupação dos imóveis ocupados a qualquer título, sejam eles locados, arrendados, dados em comodato ou invadidos. Laudêmios, foros e emolumentos cartorários, bem como encargos, correção e atualização monetária pelos índices inflacionários aplicáveis, multas pelo atraso, juros e demais tarifas, taxas, despesas ou qualquer outro tributo incidente sobre o imóvel. Eventuais débitos pendentes relativos a tributos (IPTU, taxas e outras contribuições), despesas condominiais, contas de consumo e outros encargos, vencidas ou vincendas, que não tenham sido incluídos e considerados no valor final dos leilões, serão de responsabilidade do Arrematante, inclusive os débitos lançados em dívida ativa ou em cobrança judicial, devendo ser quitados junto aos respectivos credores até a data de outorga da escritura pública definitiva ou assinatura do Instrumento, conforme o caso, sem direito a qualquer ressarcimento. Nos termos do artigo 448, do Código Civil, a Credora Fiduciante não responderá em qualquer hipótese pela evicção, senão em casos de perda da propriedade decorrente de demandas não identificadas no detalhamento constante neste edital e somente até o valor recebido a título de arremate, excluídas quaisquer perdas. Em caso de inadimplemento do valor de arrematação, por desistência do arrematante, desfaz-se-á a venda e será cobrada uma multa moratória no valor de 4% (quatro por cento) da arrematação para pagamento de despesas administrativas, bem como poderá ainda o Leiloeiro emitir título de crédito para a cobrança de tais valores, encaminhando-o a protesto, por falta de pagamento, se for o caso, sem prejuízo da execução prevista no artigo 39, do Decreto nº 21.981/32, além da inclusão do arrematante nos serviços de proteção ao crédito. Caso haja arrematante, quer em primeiro ou segundo leilão, a escritura de venda e compra, será lavrada em até 90 (noventa) dias, contados da data do leilão. As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981/32, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427/33, que regulam a atividade da leiloeira. **DÚVIDAS E ESCLARECIMENTOS:** Através do e-mail atendimento@globoleiloes.com.br, ou telefones, Fixo: (11) 3181-6109 e Whatsapp: (11) 94490-6874. A participação neste Leilão Eletrônico deve ser feita exclusivamente pelo sítio eletrônico da Globo Leilões: www.globoleiloes.com.br/, cujo endereço profissional é a Avenida Paulista, nº 1079 - 7º e 8º Andar - Bela Vista - CEP: 01311-200 - São Paulo – SP. A publicação deste edital supre eventual insucesso nas notificações pessoais e dos respectivos patronos. Será o presente edital, afixado e publicado na forma da lei. São Paulo, 14 de abril de 2023. **CASSIA NEGRETE NUNES BALBINO - LEILOEIRA OFICIAL - JUCESP Nº 1.151.**

LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA Online
1º Leilão: 27/04/2023 às 14h00 | 2º Leilão: 28/04/2023 às 14h00
BANCO PAN

Credor Fiduciário: BANCO PAN S/A • Fiduciantes: RENATO GONZALEZ e sua esposa CLAUDIA ELEN GONZALEZ

LOTE 05 - SÃO PAULO/SP
Apartamento nº 122, localizado no 12º pavimento do empreendimento denominado Condomínio Residencial Vivanti Ipiranga, situado na Rua Xavier de Almeida, nº 1135, no 18º subdistrito – Ipiranga, com a área real privativa de 142,90m², a área comum de divisão não proporcional de 16,80m², correspondente a 02 vagas de garagem destinadas ao estacionamento de um veículo de passeio em cada uma delas, a área de uso comum de divisão proporcional de 79,055m², a área total de 238,755m² e a fração ideal de 0,8569%. O terreno, que também faz frente para a Rua Ribeiro do Amaral, onde está construído o referido empreendimento, encerra a área de 4.210,00m². **Imóvel objeto da matrícula nº 174.350 do 6º Oficial de Registro de Imóveis de São Paulo/SP. Observação:** Imóvel ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 e parágrafo único da lei 9.514/97.
Lance Mínimo 1º Leilão: R$ 2.752.903,53 | Lance Mínimo 2º Leilão: R$ 2.059.384,10

O arrematante presente pagará no ato o preço total da arrematação e a comissão do leiloeiro, correspondente a 5% sobre o valor de arremate, inclusive o devedor fiduciante, no caso do exercício do direito de preferência, na forma da lei. As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial. Edital completo no site do leiloeiro. Leiloeira Oficial: Dora Plat - Jucesp 744.

MAIS INFORMAÇÕES: 3003.0677 | PORTALZUK.com.br

Companhia de Engenharia de Tráfego de Santos – CET-Santos
EDITAL
Órgão: Companhia de Engenharia de Tráfego de Santos, CET-Santos. **Processo nº** 2203-2023. **Modalidade:** Pregão Eletrônico nº 012/2023. Objeto: Seleção de propostas para REGISTRO DE PREÇOS visando a prestação de serviços de publicação de editais de citação e intimação, em quantidades estimadas, em jornal de grande circulação local (Santos/SP), conforme Termo de Referência e Modelo de Publicação que constituem, respectivamente, os **Anexo I e I.A** do Edital.. **Recebimento das propostas:** até as 9h do dia 02/05/2023. **Abertura das propostas:** às 9h do dia 02/05/2023. **Início da disputa de preços:** às 10h do dia 02/05/2023. O Edital encontra-se a disposição dos interessados no endereço eletrônico www.licitacoes-e.com.br, sob nº **997298**.
Santos, 14 de abril de 2023.
Eng.º Antonio Carlos Silva Gonçalves
Diretor-Presidente

Sertinox Ind. Com. Equipamentos industriais Ltda., torna público que req. à Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Sertãozinho a Licença Prévia e de Instalação nº 01000063 e req. a Lic. Operação p/ Fabricação de peças para máquinas e equipamentos de uso geral, sito a Rua Amadeu Bonato, 60, Distrito Industrial, Sertãozinho, SP.

MUNICÍPIO DE GUAÍRA SP

AVISO DE RESULTADO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS - TOMADA DE PREÇO Nº 08/2022, Processo n° 212/2022, Edital n° 128/2022.

A CPL do Município de Guaíra/SP torna público p/ conhecimento dos interessados o resultado do Julgamento das Propostas de Preços da referida licitação, que tem como objeto "Contratação de Empresa especializada em obras e serviços de engenharia para CONSTRUÇÃO DE 04 SALAS NA EMEF FRANCISCO GOMES DE SOUZA", que decide, por unanimidade de seus membros, julgar DESCLASSIFICAS as PROPOSTAS das duas licitantes habilitadas BRASIL RONDON CONSTRUÇÕES LTDA com CNPJ sob n° 09.065.576/0001-01 e RENOVO CONSTRUÇÕES LTDA com CNPJ sob n° 50.580.521/0001-33, pelo não cumprimento do item 8.1.4 e subitens. Com fulcro no item 11 (Dos Recursos Administrativos) do Edital, cabe recurso no prazo e forma estabelecidos no art. 109, inciso I, alínea b da Lei 8.666/1993, que iniciar-se-á no primeiro dia útil após a última publicação desta decisão.. A ata da Sessão de Julgamento das Propostas e demais documentos poderão ser consultados no link https://www.guaira.sp.gov.br/licitacao/lista/2022/categoria/23/tomada-de-precos/. Guaíra/SP, 17 de Março de 2023. Comissão Permanente de Licitação.

Prefeitura Municipal de São Carlos

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 043/2023
PROCESSO Nº 1726/2022 ID 997468
COMUNICADO DE ABERTURA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS INJETÁVEIS DA REMUME II PARA ATENDER DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO CARLOS, PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS. Encontra-se aberta, nesta Administração, a licitação supra. O edital, na íntegra, poderá ser obtido nos sites www.licitacoes-e.com.br e http://servico.saocarlos.sp.gov.br/licitacao. O limite para o acolhimento das propostas dar-se-á até às 08h00 do dia 02/05/2023, a abertura das propostas será às 08h00 do dia 02/05/2023 e o início da sessão de disputa de preços será às 09h30 do dia 02/05/2023. Maiores informações pelo telefone (16) 3362-1162. São Carlos, 17 de abril de 2023. **Leonardo Luz** *Pregoeiro*

PREGÃO PRESENCIAL 09/2023
PROCESSO 4581/2023
COMUNICADO DE ABERTURA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENE PESSOAL, PARA ATENDER A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS, PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS. Encontra-se aberta, nesta Administração, a licitação supra. O edital, na íntegra, poderá ser obtido no site http://servicos.saocarlos.sp.gov.br/licitacao. Os envelopes contendo a documentação e a proposta serão recebidos e protocolados no Departamento de Procedimentos Licitatórios impreterivelmente até às 09h00 do dia 02/05/2023 quando serão abertos em sessão pública às 09h30 do mesmo dia. Maiores informações pelo telefone (16) 3362-1162. São Carlos, 17 de abril de 2023. **Hicaro Alonso** *Pregoeiro*

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2023
PROCESSO Nº 17846/2022 ID 995873
ERRATA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL E ACOLHIMENTO FAMILIAR – FALIMÍLIA ACOLHEDORA NO MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS No edital do certame em epígrafe, com veiculação em 05/04/2023, na página nº 5, *exclui-se o item:* 8.5.1.3. 8.5.1.3. A licitante deve apresentar declaração de que detém inscrição no CRM, conforme Resolução do Conselho Federal de Medicina nº 1980 de 2011, bem como de que possui funcionários habilitados para o atendimento necessário, devidamente inscritos no CRM – Conselho Regional de Medicina de acordo com a exigência da cada serviço e de que o profissional socorrista possui qualificação adequada, conforme legislações aplicáveis, apresentando na assinatura do Contrato os documentos comprobatórios E na página nº 6, no item 8.6.2, *onde se lê:* "Comprovação de que a empresa licitante possui patrimônio líquido superior ou equivalente a R$ 2.371.470,12 (Dois milhões, trezentos e setenta e um mil, quatrocentos e setenta reais e doze centavos), correspondente a 10% (dez) por cento do valor total anual do estimado para o contrato, conforme apurado no balanço patrimonial apresentado.", **leia-se:** ***"Comprovação de que a empresa licitante possui patrimônio liquido superior ou equivalente a R$ 370.644,05 (Trezentos e setenta mil, seiscentos e quarenta e quatro reais e cinco centavos), correspondente a 10% (dez) por cento do valor total anual do estimado para o contrato, conforme apurado no balanço patrimonial apresentado"*** Ficam ratificados os demais itens não conflitantes com este. São Carlos, 17 de abril de 2023 **Hicaro Alonso** *Pregoeiro*

CONVITE Nº 03/2023
PROCESSO Nº 27404/2022
COMUNICADO DE REABERTURA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA A EXECUÇÃO DE OBRAS DE DRENAGEM NA TRAVESSA 6 – RUA SÃO PIO X, NO MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS COMUNICAMOS, pelo presente, a **REABERTURA** do Convite em epígrafe. Os envelopes referentes a esta Licitação serão recebidos e protocolados impreterivelmente até às **09h00** do dia **26/04/2023**. São Carlos, 17 de abril de 2023 **Hicaro L. Alonso** *Presidente*

CONVITE Nº 04/2023
PROCESSO Nº 15452/2022
COMUNICADO DE REABERTURA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA A EXECUÇÃO DA BASE DE CONCRETO ARMADO PARA MINI QUADRA DE VOLEI NO PARQUE DOS TIMBURIS, NO MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS COMUNICAMOS, pelo presente, a **REABERTURA** do Convite em epígrafe. Os envelopes referentes a esta Licitação serão recebidos e protocolados impreterivelmente até às **14h00** do dia **26/04/2023**. São Carlos, 17 de abril de 2023. **Hicaro L. Alonso** *Presidente*

LEILAO ON LINE
Sheila Souto F dos Santos Jucesp 1213 torna público que nos dia 20/04/23 às 19:00 Leilão On Line de moedas, medalhas, cédulas antigas.
Acesse:
www.filatelicabrasil.com.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO/ REGISTRO DE PREÇOS Nº 36/2023 TIPO: MENOR PREÇO

O Estado de Minas Gerais, por intermédio da Central de Compras da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – SEPLAG, realizará a licitação para a COMPRA CENTRAL – MEDICAMENTOS VIII, em atendimento à demanda de diversos órgãos e entidades do Estado de Minas Gerais. A sessão do pregão iniciará no dia 3/5/2023, às 10h, no site www.compras.mg.gov.br. Mais informações: comprascentrais@planejamento.mg.gov.br. BH/MG, 18/4/2023. Jafer Alves Jabour – Superintendente da Central de Compras Governamentais – CSC/SEPLAG.

Prefeitura Municipal de São Carlos

TOMADA DE PREÇOS Nº 06/2023
PROCESSO Nº 15762/2022
COMUNICADO DE ABERTURA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA CONSTRUÇÃO DE PRAÇA QUE BENEFICIARÁ O CONJUNTO HABITACIONAL DR. ULYSSES GUIMARÃES E REFORMA/ REVITALIZAÇÃO DA PRAÇA DAS MANGUEIRAS E DA QUADRA ESPORTIVA QUE BENEFICIARÁ O CONJUNTO HABITACIONAL WALDOMIRO LOBBE SOBR, pelo presente, a ABERTURA da Tomada em epígrafe. Os envelopes referentes a esta Licitação serão recebidos e protocolados impreterivelmente até às **09h00** do dia **04/05/2023**. São Carlos, 17 de abril de 2023. **Hicaro Alonso** *Presidente*

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 038/2023
PROCESSO Nº 4860/2023 ID 997395
COMUNICADO DE ABERTURA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS DO SISTEMA DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIOS DAS UNIDADES ESCOLARES E ADMINISTRATIVAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE SÃO CARLOS. Encontra-se aberta, nesta Administração, a licitação supra. O edital, na íntegra, poderá ser obtido nos sites www.licitacoes-e.com.br e http://servico.saocarlos.sp.gov.br/licitacao. O limite para o acolhimento das propostas dar-se-á até às 08h00 do dia 02/05/2023, a abertura das propostas será às 08h00 do dia 02/05/2023 e o início da sessão de disputa de preços será às 09h30 do dia 02/05/2023. Maiores informações pelo telefone (16) 3362-1162. São Carlos, 17 de abril de 2023. **Bruna Bassumo** *Pregoeira*

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 039/2023
PROCESSO Nº 2439/2023 ID 997409
COMUNICADO DE ABERTURA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE AREIA FINA LAVADA PARA ATENDER A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS, PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS. Encontra-se aberta, nesta Administração, a licitação supra. O edital, na íntegra, poderá ser obtido nos sites www.licitacoes-e.com.br e http://servico.saocarlos.sp.gov.br/licitacao. O limite para o acolhimento das propostas dar-se-á até às 08h00 do dia 03/05/2023, a abertura das propostas será às 08h00 do dia 03/05/2023 e o início da sessão de disputa de preços será às 09h30 do dia 03/05/2023. Maiores informações pelo telefone (16) 3362-1162. São Carlos, 17 de abril de 2023. **Bruna Bassumo** *Pregoeira*

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2023
PROCESSO Nº 2441/2023 ID 997424
COMUNICADO DE ABERTURA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS CONTINUADOS DE LIMPEZA, MANUTENÇÃO, TRATAMENTO DE ÁGUA E CONSERVAÇÃO DE PISCINAS, PARA ATENDER A NECESSIDADE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE NO MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS. Encontra-se aberta, nesta Administração, a licitação supra. O edital, na íntegra, poderá ser obtido nos sites www.licitacoes-e.com.br e http://servico.saocarlos.sp.gov.br/licitacao. O limite para o acolhimento das propostas dar-se-á até às 08h00 do dia 02/05/2023, a abertura das propostas será às 08h00 do dia 02/05/2023 e o início da sessão de disputa de preços será às 09h30 do dia 02/05/2023. Maiores informações pelo telefone (16) 3362-1162. São Carlos, 17 de abril de 2023. **Bruna Bassumo** *Pregoeira*

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 041/2023
PROCESSO Nº 24318/2022 ID 997449
COMUNICADO DE ABERTURA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL - EPIS, PARA USO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DA PREFEITURA DE SÃO CARLOS, PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS. Encontra-se aberta, nesta Administração, a licitação supra. O edital, na íntegra, poderá ser obtido nos sites www.licitacoes-e.com.br e http://servico.saocarlos.sp.gov.br/licitacao. O limite para o acolhimento das propostas dar-se-á até às 08h00 do dia 04/05/2023, a abertura das propostas será às 08h00 do dia 04/05/2023 e o início da sessão de disputa de preços será às 09h30 do dia 04/05/2023. Maiores informações pelo telefone (16) 3362-1162. São Carlos, 17 de abril de 2023. **Bruna Bassumo** *Pregoeira*

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 042/2023
PROCESSO Nº 774/2022 ID 997461
COMUNICADO DE ABERTURA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO PADRONIZADOS - LEVETIRACETAM, LISDEXANFETAMINA, LURASIDONA, METILFENIDATO, MODAFINILA E OXCARBAZEPINA PARA ATENDIMENTO EXCLUSIVO DAS DEMANDAS DA SAAF/SMS NO MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS. Encontra-se aberta, nesta Administração, a licitação supra. O edital, na íntegra, poderá ser obtido nos sites www.licitacoes-e.com.br e http://servico.saocarlos.sp.gov.br/licitacao. O limite para o acolhimento das propostas dar-se-á até às 08h00 do dia 02/05/2023, a abertura das propostas será às 08h00 do dia 02/05/2023 e o início da sessão de disputa de preços será às 09h30 do dia 02/05/2023. Maiores informações pelo telefone (16) 3362-1162. São Carlos, 17 de abril de 2023. **Mariana Biondo** *Pregoeira*

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DE PARNAÍBA

AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico n.º 061/2023
Proc. Adm. nº. 230329013364900/2023

Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento e instalação de **GRUPOS GERADORES À DIESEL NOVOS**, incluindo mão de obra, quadros de transferência automática, cabos e demais materiais necessários para seu completo funcionamento e manutenção preventiva e corretiva durante 12 (doze) meses, para o Novo Hospital e Maternidade Santa Ana, em atendimento à Secretaria Municipal de Saúde. **Do Edital:** O edital completo poderá ser consultado e/ou obtido a partir do dia 18/04/2023, no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, bem como por meio do site https://intranet.santanadeparnaiba.sp.gov.br/SisComp/Publico/Licitacao/GridLicitacao.aspx, na aba serviços para sua empresa, licitações. Início da sessão de disputa de lances: **Dia 02/05/2023, às 10h00min**.
Santana de Parnaíba, 17 de abril de 2023.
ORDENADOR DE PREGÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PARDO
Estado de São Paulo

Tomada de Preços 10/2023 – Contratação de empresa especializada, com fornecimento de mão de obra e material, para execução de obra de Infraestrutura Urbana no Conjunto Habitacional Rio Pardo conforme projeto, planilha orçamentária, memorial descritivo e cronograma físico financeiro. Como não houve manifestação de recurso por parte das empresas participantes, o presente Certame será retomado no dia 19 (dezenove) de Abril de 2023 às 9.00h para a realização da abertura das propostas.

Sindicato da Indústria de Óleos Vegetais e seus Derivados no Estado de São Paulo
CNPJ/MF nº 62.649.256/0001-81

Assembleia Geral - Edital de Convocação

I) Data, Hora e Local: 24/04/2023, às 09:00h em primeira convocação, e às 10:00h, em segunda convocação, à Avenida Paulista, 1313 - 10º andar - sala 1020, na Capital de São Paulo: **II) Ordem do Dia:** 1) apreciação, discussão e deliberação da pauta de reivindicações dos trabalhadores nas indústrias de óleos vegetais e seus derivados (azeite e óleos alimentícios) da Capital e Grande São Paulo; 2) outros assuntos de interesse geral das associadas.
São Paulo, 18 de abril de 2023
Simone Hamann Beier - Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE PARANAPANEMA
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº 05/2023 - Objeto: contratação de empresa especializada para pavimentação e recapeamento asfáltico em vias do município na Rua Elizário Pereira de Melo e Rua Padre Joaquim Ferreira Inocêncio, o Prefeito Municipal HOMOLOGOU para que produza seus efeitos o julgamento procedido pela Comissão Permanente de Licitações com base no inciso VI do art. 43 da Lei 8666/93. Em consequência, ADJUDICOU o objeto licitado para a empresa MAQTERRA TRANSPORTE E TERRAPLANAGEM LTDA, inscrita no CNPJ sob Nº 46.486.650/0001-90 pelo valor global de R$ 389.426,32 (trezentos e oitenta e nove mil quatrocentos e vinte e seis reais e trinta e dois centavos).
Paranapanema/SP, Rodolfo Hessel Fanganiello – Prefeito Municipal, 14/04/2023.

PREFEITURA DE SÃO JOAQUIM DA BARRA

AVISO DE LICITAÇÃO Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL N.º 046/2023 PROC. ADM. n.º 0282/2023 Tipo da Licitação: Menor Preço Unitário por Item. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS COM RESERVA DE COTA DE ATÉ 25% EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESAS E EMPRESA DE PEQUENO PORTE, VISANDO À AQUISIÇÃO DE CESTAS BÁSICAS QUE SERÃO DISTRIBUÍDAS À POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL, CONFORME ANEXO I DO EDITAL. Abertura da Sessão com o Credenciamento e entrega dos envelopes PROPOSTA; HABILITAÇÃO e AMOSTRAS: dia 03/MAIO/2023 – ÀS 09h00. Cópias do Edital completo poderão ser retiradas, junto ao Departamento de Licitação da Prefeitura nos dias úteis no horário das 12:00h às 16h30min ou pelo site oficial da Prefeitura – www.saojoaquimdabarra.sp.gov.br. Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone (16) 3810-9010. São Joaquim da Barra, 17 de abril de 2023. Dr. Wagner José Schmidt Prefeito

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO: 06/2023, PROCESSO: 212/2023, OBJETO RESUMIDO: REGISTRO DE PREÇO DE SUPLEMENTOS ALIMENTARES.
• Recebimento das Propostas: até às 08:00 horas do dia 03/05/2023
• Início da sessão de disputa: 09:30 horas do dia 03/05/2023
• LOCAL: site www.bll.org.br.
• Referência de Tempo: Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).
Os interessados poderão obter o Edital por e-mail, enviando mensagem eletrônica para o endereço licitacao@guararema.sp.gov.br, informando os dados da empresa, a modalidade e o número da licitação, ou através do site www.guararema.sp.gov.br., ou ainda, no site www.bll.org.br. Outras informações podem ser obtidas pelo telefone (11) 4693-8000 Ramal 8086. JOSÉ LUIZ EROLES FREIRE, Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÓLEO

EXTRATO DO CONTRATO
TERMO DE CONTRATO N. 38/2023

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ÓLEO. **CONTRATADA: FOUTE INDUSTRIA AGRICOLA LTDA**, inscrita no CNPJ 36.416.243/0001-52, com sede na Rua: 01 de Janeiro, n° s/n- BRCA 03-Zona Rural-Palotina/PR, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, neste ato representada pelo sócio(a) Adeildo Batista Torres. **OBJETO:** A aquisição de implementos agrícolas, para mecanização agrícola com o objetivo de empregar adequadam ente esses bens, visando sua otimização e viabilidade da obtenção de maior produtividade agropecuária. E, assim dar suporte aos agricultores com trabalho de plantio e colheita, preparo de solo, limpeza das áreas de plantio de maneira eficaz, aumento da área produtiva e, por consequência aumento da qualidade da vida dos agricultores familiares, objeto do Convênio n/913083/2021, firmado entre este Município e o Ministério da Agricultura, conforme Termo de Referência elaborado pelo departamento da Agricultura. **FUNDAMENTO LEGAL:** Pregão eletrônico n°07/2023- Proc. 26/2023. **VALOR** R$ 52.500,00 (Cinquenta e dois mil e quinhentos reais). **DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO:** 14 de abril de 2023.
ÓLEO 17 DE ABRIL DE 2023.
JORDÃO ANTÔNIO VIDOTTO
PREFEITO MUNICIPAL

Tecnopar Administradora S.A.
("Companhia") CNPJ/MF nº 53.854.394/0001-01 - NIRE 35.300.104.692

Edital de Convocação dos Acionistas da Tecnopar Administradora S.A.

Pelo presente Edital, ficam convocados os acionistas da Companhia a se reunir em Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada de **forma semipresencial**, no dia **26 de abril de 2023**, às **15h30min** ("AGE"), sendo realizada na sede do grupo Mangels, na Rua José Versolato, 101, 9º andar, São Bernardo do Campo, SP (e também, opcionalmente, de forma remota, via sistema eletrônico), para discutir e deliberar sobre: a) Formalizar a orientação de voto, em relação às matérias da ordem do dia da Assembleia Geral Ordinária da controlada **Mangels Industrial S.A.** (MISA), convocada para 27/04/2023, determinando o envio de comunicado às controladas para garantir que se faça cumprir a vontade social da controladora Shorewood. Nos termos da IN-DREI 81, a participação e a votação na referida AGE poderão, opcionalmente, ser realizadas mediante atuação remota, via sistema eletrônico, sendo que cada acionista receberá por e-mail as instruções e orientações específicas para sua participação e conexão no sistema (Microsoft Teams). Informações adicionais e dúvidas poderão ser obtidas junto à Companhia ou pelo e-mail susiejmcox@yahoo.co.uk. Os Acionistas que se fizerem representar por procuradores, deverão entregar, com antecedência mínima de 24 horas à realização da AGE, o respectivo instrumento de mandato, com poderes específicos para representação na AGE, na sede social da Companhia ou pelo e-mail susiejmcox@yahoo.co.uk. Atenciosamente, **Susan Jane Mangels Cox -** Diretora.

COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS FUNCIONÁRIOS DA EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

A Presidente da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Educação e Comunicação, inscrita sob o CNPJ nº 43.438.662/0001-50 e NIRE 35400003588, no uso das atribuições que lhe confere o Estatuto Social, convoca os delegados, que nesta data são em número de 24 (vinte e quatro), em condições de votar, para se reunirem em Assembleia Geral, a realizar-se na Sede da Cooperativa - Rua Roma, 620 - Cj. 182B - Lapa - São Paulo - no dia 28/04/2023, em primeira convocação às 13:00 horas, com a presença de 2/3 (dois terços) dos delegados; em segunda convocação às 14:00 horas, com a presença de metade mais um dos delegados, ou em terceira e última convocação às 15:00 horas, com a presença de no mínimo 10 (dez) delegados, para deliberar sobre os seguintes assuntos: **Ordem do Dia: Extraordinária:** 1- Reforma ampla do Estatuto Social. **Ordinária:** 1. Prestação de contas do órgão de administração, acompanhada do parecer do Conselho Fiscal, compreendendo: a) o Relatório da Gestão; b) os Balanços elaborados no 1º e 2º semestres do exercício de 2022; c) Demonstrativo de Sobras ou Perdas; 2. Destinação das sobras apuradas e sua fórmula de cálculo; 3. Aplicação do Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES; 4. Eleição dos membros do Conselho de Administração; 5. Eleição dos membros do Conselho Fiscal para o preenchimento dos cargos vagos; 6. Outros assuntos de interesse social (sem caráter deliberativo).
São Paulo, 18 de abril de 2023
Maria Luiza Pelegrino - **Presidente**

Edital de Divulgação - O Presidente do **SINDICATO DOS CONDUTORES DE VEÍCULOS RODOVIÁRIOS DE MOCOCA E REGIÃO**, Entidade Sindical de Primeiro Grau inscrita no CNPJ nº 54.140.660/0001-05, com Sede Social estabelecida na Rua Canadá, 185 - Jardim Lavínia, na cidade de Mococa, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições e em conformidade com o previsto no Estatuto Social da Entidade, torna público que no prazo previsto no Edital publicado no Jornal "Folha de S. Paulo", página "A-17", edição do dia 07/04/2018, não foi apresentada impugnação à qualquer associado candidato concorrente ao Processo Eleitoral, tendo a referida Chapa apresentado toda documentação pertinente, estando apta a concorrer os cargos eletivos de efetivos e suplentes para o mandato de 14/07/2023 a 13/07/2028, cuja eleição será realizada em conformidade com o Edital publicado no Jornal "Folha de S. Paulo", página "A-25", edição do dia 24/03/2023. Para tanto, exatamente nos estritos do Artigo 38º do Estatuto Social, torna público o modelo da Cédula que será utilizada no Pleito Eleitoral.

	Diretoria	Conselho Fiscal	Delegados Representantes junto à Federação
Chapa 1 ☐	Efetivos	Efetivos	Efetivos
	Presidente: Nelson Ribeiro da Silva Vice-Presidente: Gilson Ap. Magalhães Secretário Geral: Renato Felizardo da Cunha 1º Secretário: Sebastião do Nascimento 1º Tesoureiro: Messias Carlos de Araújo Diretor Social: Alexandre Moreira	Francisco Rodrigues Goularte Hélio Nóbrega José Antonio Mariano	Nelson Ribeiro da Silva João Francisco Leandro
	Suplentes	Suplentes	Suplentes
	Antônio Aparecido Pereira Francisco Donizete Pereira Jair Carlos Urias Juarez Bezerra dos Santos Vitor Aparecido de Souza Vitor José da Silva	José Carlos Servino Luis Bertoldo Rosa	Francisco Rodrigues Goularte Vitor José da Silva

Mococa/SP, segunda-feira, 17 de abril de 2023. **Nelson Ribeiro da Silva -** Diretor Presidente. **ERRATA:** Em relação ao Edital Publicado no Jornal "Folha de S. Paulo", página "A-18", edição do dia 07/04/2023, deixou de constar o nome do Candidato VITOR APARECIDO DE SOUZA, o qual concorre na condição de Suplente da Diretoria.

CYRELA BRAZIL REALTY S.A. EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES
Companhia Aberta - CNPJ/ME nº 73.178.600/0001-18 - NIRE 35.300.137.728

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL
INICIADA EM 09 DE MARÇO DE 2023 E FINALIZADA EM 13 DE MARÇO DE 2023

1. Data, Hora e Local: Iniciada em 09 de março de 2023, às 10h00, a reunião foi suspensa em tal data às 11h00, e retomada e finalizada em 13 de março de 2023, às 19h00, na sede social da **Cyrela Brazil Realty S/A Empreendimentos e Participações** ("Companhia"), localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua do Rócio, 109 – 2º andar – Sala 01 – Parte – CEP: 04552-000. **2. CONVOCAÇÃO E PRESENÇA:** Dispensadas as formalidades de convocação, tendo em vista a presença da totalidade dos membros em exercício do Conselho Fiscal. **3. MESA:** Presidente – Luiz Augusto Marques Paes; Secretária – Sigrid Amantino Barcelos. **4. ORDEM DO DIA:** Reuniram-se os membros do Conselho Fiscal por meio de vídeo conferência para: **(i)** examinar e opinar as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, acompanhadas das respectivas notas explicativas, do relatório dos auditores independentes e do relatório anual resumido e do parecer do Comitê de Auditoria, Finanças e Riscos Estatutário da Companhia ("Demonstrações Financeiras"), a serem oportunamente submetidas à assembleia geral ordinária da Companhia ("AGO"); **(ii)** examinar e opinar sobre o Relatório da Administração e as contas dos administradores referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, a serem oportunamente submetidos à AGO; **(iii)** examinar e opinar sobre a proposta da administração para a destinação dos resultados da Companhia relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, a ser oportunamente submetida à AGO; e **(iv)** deliberar sobre a emissão de parecer sobre as Demonstrações Financeiras, o Relatório da Administração e as contas dos administradores e a proposta para a destinação dos resultados da Companhia. **5. DELIBERAÇÕES:** Após análise das matérias constantes da ordem do dia, os membros do Conselho Fiscal presentes, por unanimidade de votos e sem ressalvas ou restrições, deliberaram o quanto segue: **5.1.** Opinar, por unanimidade, favoravelmente às Demonstrações Financeiras a serem oportunamente submetidas à AGO. **5.2.** Opinar, por unanimidade, favoravelmente, ao Relatório da Administração e as contas dos administradores referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 a serem oportunamente submetidos à AGO. **5.3.** Opinar, por unanimidade, favoravelmente à proposta da administração para a destinação dos resultados da Companhia relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 a ser oportunamente submetida à AGO. **5.4.** Aprovar, por unanimidade, a emissão de parecer a respeito das Demonstrações Financeiras, do Relatório da Administração e as contas dos administradores, e da proposta da administração para a destinação dos resultados relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, nos termos do **Anexo I** à presente ata. **6. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a presente reunião, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi assinada. São Paulo, 13 de março de 2023. **Mesa: Luiz Augusto Marques Paes** - Presidente, **Sigrid Amantino Barcelos** - Secretário. Membros do Conselho Fiscal Presentes: **Luiz Augusto Marques Paes, Luciano Douglas Colauto, Luciano Almeida Prado Neto.** JUCESP nº 134.790/23-6 em 05.04.2023. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PILAR DO SUL - Estado de São Paulo

A Prefeitura Municipal de Pilar do Sul, Estado de São Paulo, com sede na Rua Tenente Almeida, nº 265 – Centro, faz saber que se acha disponível:
- TOMADA DE PREÇOS N.º 09/2023, DESTINADA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE REFORMA E ADEQUAÇÃO PARA ACESSIBILIDADE DA CALÇADA NA EMEF PROFª HILDA HOLTZ DE CARVALHO. Entrega dos envelopes até às 13h30min do dia 04 de maio de 2023;
- Chamada Pública nº 01/2023, DESTINADA À AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DIRETAMENTE DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL PARA A MERENDA ESCOLAR. Entrega dos envelopes até às 08h30min do dia 09 de maio de 2023.
Informações no site http://www.pilardosul.sp.gov.br ou pelo telefone: (15) 3278-9700 – Licitações.
Pilar do Sul - SP, 17 de abril de 2023.
Marco Aurélio Soares - Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE IACRI
AVISO DE CHAMADA PÚBLICA Nº. 002/2023

O Prefeito Municipal de Iacri torna público que se encontra aberta no Setor de Compras o Edital nº 027/2023 da Chamada Pública nº 002/2023 – Processo nº 028/2023, objetivando o recebimento de documentação de Credenciamento de Instituição Financeira para prestação de serviços bancários de arrecadação de tributos municipais e demais receitas públicas, através de Documento de Arrecadação Municipal - DAM, com código de barras - padrão FEBRABAN -, por meio de suas agências e postos de serviços, existentes ou a serem criados, com prestação de contas, principalmente, por transmissão eletrônica de dados e, subsidiariamente, pela entrega física de documentos relativos aos valores arrecadados, em favor do Município. O Edital Minucioso bem como outras informações poderão ser obtidas no Setor de Compras desta Prefeitura no horário de expediente, das 08h às 11h e das 13h às 17h, de segunda à sexta-feira. Informações à distância serão fornecidas pelos fones (14) 3489-8509/8525 ou pelo site www.iacri.sp.gov.br. O recebimento da documentação será no dia 04/05/2023, no horário de 13:00 às 16:00 horas.
Iacri, 17 de abril de 2023.
Carlos Alberto Freire – Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA
Aviso de Anulação da Tomada de Preços nº 009/2023

Objeto – CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO DA PRAÇA VAN DEN BROEK - CONVÊNIO ESTADUAL SPDOC Nº SH - 888481/2021. A Prefeitura Municipal de Holambra TORNA PÚBLICO a quem possa interessar, que a Comissão Permanente de Licitação julgou por bem Anular a presente licitação, com fundamento nos termos do artigo 49, da Lei 8.666/93 e da Súmula 473 do STF, porquanto revestido de vício insanável de ilegalidade decorrente da isnomia e da ampla concorrência e com escopo de afastar eventuais dúvidas sobre a lisura dos procedimentos adotados, sera anulado a licitação. Holambra, 17 de abril de 2023. Fernando Henrique Capato - Prefeito Municipal.

Prefeitura da Estância Turística de Salto

EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 18/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 8554/2022
COTA RESERVADA/EXCLUSIVIDADE ME/EPP
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
REPUBLICAÇÃO – ITENS REMANESCENTES

Encontra-se aberta licitação visando a convocação de empresa, através de Sistema de Registro de Preços, com cota reservada/exclusividade para ME/EPP, visando fornecimento eventual e futuro de mobiliários em geral para uso das secretarias e seus departamentos da Prefeitura de Salto/SP, conforme especificações e quantidades constantes no Anexo I, a cargo da Secretaria de Administração e Governo Digital. O Pregão se realizará de forma ELETRÔNICA, através da BBM – Bolsa Brasileira de Mercadoria, **na data de 04 de maio de 2023. Cadastro de Propostas Iniciais: das 08hs do dia 18/04/2023 até as 08h30min do dia 04/05/2023. Abertura de Propostas Iniciais: 04/05/2023 às 08h35min. Início da Sessão Pública (Fase Competitiva): 04/05/2023 às 09hs.** O edital e anexos estão disponíveis para consulta e impressão, através dos sítios: www.bbmnetlicitacoes.com.br e www.salto.sp.gov.br – Licitação. Maiores informações, no Setor de Licitações – Secretaria de Administração, através dos telefones nºs (11)4602-8533/8524, das 08hs às 16h30min, e/ou e-mail: licitacao@salto.sp.gov.br.
Estância Turística de Salto, 17 de abril de 2023.
Michel Hulmann - Secretário de Administração e Governo Digital

VMSS EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO SPE S/A.
CNPJ 09.231.462/0001-94 - NIRE 35300356535

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAODRINÁRIA

O Sr. Miguel Maia Mickelberg, na qualidade de diretor da **VMSS EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO SPE S/A.**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua do Rócio, nº 109, 3º andar, sala 01, parte, Vila Olímpia, CEP 04552-000, inscrita no CNPJ sob o nº 09.231.462/0001-94, e registrada perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35300356535 ("**Companhia**"), neste ato convoca a totalidade dos acionistas da Companhia para **ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA,** a ser realizada no dia 28 de abril de 2023, às 11h, em 1ª convocação, e às 11h30 do mesmo dia, em 2ª convocação, na sede da Companhia, para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: **Em Assembleia Geral Ordinária: (i)** Aprovação das contas e das Demonstrações Financeiras da Companhia referente ao exercício findo em 31/12/2021, conforme devidamente publicada na página B3 da Folha de São Paulo, da edição do dia 21/10/2022. **Em Assembleia Geral Extraordinária**: **(i)** O aumento de capital social da Companhia em R$ 1.076.000,00 (um milhão e setenta e seis mil reais) mediante a capitalização de créditos detidos contra a Companhia, escriturados na conta de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital e aporte de capital; **(ii)** Redução do capital social da Companhia em R$ 1.274.897,00 (um milhão, duzentos e setenta e quatro mil, oitocentos e noventa e sete reais) em decorrência dos prejuízos apurados pela Companhia; **(iii)** Modificação do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia; e **(iv)** A autorização dos administradores da Companhia para assinar e firmar todos os documentos necessários para a prática dos atos relacionados ao aumento e redução do capital social da Companhia. **Informações Adicionais:** Todos os documentos relacionados as matérias a serem deliberadas na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, ora convocada, estão à disposição dos acionistas na sede da Companhia, bem como, foram publicados na forma da legislação aplicável, no que cabível.
São Paulo, 14 de abril de 2023.
MIGUEL MAIA MICKELBERG

Shorewood S.A.
("Companhia") CNPJ/MF nº 05.629.235/0001-60 - NIRE 35.300.192.273

Edital de Convocação dos Acionistas da Shorewood S.A.

Pelo presente Edital, ficam convocados os acionistas da Companhia a se reunir em Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada de **forma semipresencial,** no dia **26 de abril de 2023**, às 11h00min ("AGE"), sendo realizada na sede do grupo Mangels, na Rua José Versolato, 101, 9º andar, São Bernardo do Campo, SP (e também, opcionalmente, de forma remota, via sistema eletrônico), para discutir e deliberar sobre a seguinte ordem do dia: a) Discutir, votar e estabelecer a orientação de voto, na qualidade de controladora, em relação às matérias da ordem do dia da Assembleia Geral Extraordinária da controlada **Tecnopar Administradora S.A.,** convocada para 27/04/2023; b) Discutir, votar e estabelecer a orientação de voto, na qualidade de controladora, em relação às matérias da ordem do dia da Assembleia Geral Ordinária da controlada **Mangels Industrial S.A.** (MISA), convocada para 27/04/2023; e c) Determinar o envio de comunicado para a administração das controladas para que se faça cumprir a vontade social, segundo as orientações de voto proferidas nesta AGE. Nos termos da IN-DREI 81, a participação e a votação na referida AGE poderão, opcionalmente, ser realizadas mediante atuação remota, via sistema eletrônico, sendo que cada acionista receberá por e-mail as instruções e orientações específicas para sua participação e conexão no sistema (Microsoft Teams). Informações adicionais e dúvidas poderão ser obtidas junto à Companhia ou pelo e-mail mmmangels@msn.com. Os Acionistas que se fizerem representar por procuradores, deverão entregar, com antecedência mínima de 24 horas à realização da AGE, o respectivo instrumento de mandato, com poderes específicos para representação na AGE, na sede social da Companhia ou pelo e-mail mmmangels@msn.com. Atenciosamente, Mark Ross Mangels/Susan Jane Mangels Cox - Diretores.

COMISSÃO DE SAÚDE, PROMOÇÃO SOCIAL, TRABALHO E MULHER

COMISSÃO DE SAÚDE, PROMOÇÃO SOCIAL, TRABALHO E MULHER
Audiência Pública
A Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher convida o público interessado para participar da audiência pública para debater a seguinte matéria:
2ª Audiência Pública de SAUDE sobre a Revisão do Plano Diretor Estratégico
PL 127/2023 - Executivo - RICARDO NUNES - Dispõe sobre a revisão intermediária do Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo, aprovado pela Lei nº 16.050, de 31 de julho de 2014, nos termos da previsão de seu art. 4º.
Tema: Promoção Social, Direito à Moradia e Preservação Ambiental
Data: 19/04/2023
Horário: 19:00 h
Local: CEU Parelheiros - Rua José Pedro de Borba, 20 - Jardim Novo Parelheiros

Para assistir: Será permitido o acesso do público até o limite de capacidade do auditório. O evento será transmitido ao vivo pelo portal da Câmara Municipal de São Paulo, através dos Auditórios Online [**www.saopaulo.sp.leg.br/transparencia/auditorios-online**], e pelos endereços da Câmara Municipal no Youtube [**www.youtube.com/camarasaopaulo**] e Facebook [**www.facebook.com/camarasaopaulo**]

Para participar: Compareça ao local do evento ou encaminhe sua manifestação por escrito em **www.saopaulo.sp.leg.br/revisaopde/participe**. Também serão permitidas inscrições para participação do público presente no auditório.
Para maiores informações: **saude@saopaulo.sp.leg.br**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA DE FUNDAÇÃO DO OPERADOR NACIONAL DO REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS – ON-RTDPJ

Convoca-se, por meio deste Edital, todos os Oficiais de Registro de Títulos e Documentos e/ou de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, filiados ou não a entidades representativas de classe já existentes, para **ASSEMBLEIA DE FUNDAÇÃO DO OPERADOR NACIONAL DO REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS - ON-RTDPJ**, que terá início no dia 28/04/2023, às 10 horas – horário de Brasília/DF, em formato híbrido (presencial e virtual).
A finalidade da Assembleia consiste em fundar o ON-RTDPJ, em cumprimento à Lei nº 14.382/2022, que instituiu o Sistema Eletrônico dos Registros Públicos (SERP), bem como aprovar o respectivo Estatuto e eleger os membros da administração e demais cargos estatutários.
A Assembleia Geral será aberta no **dia 28/04/2023, às 10 horas** – horário de Brasília/DF, iniciando-se com a etapa de apresentação do tema, debates e apresentação dos quesitos de votação. Essa etapa será realizada em formato híbrido. Presencialmente, ocorrerá na sede do Instituto de Registro de Títulos e Documentos e de Pessoas Jurídicas do Brasil – IRTDPJBrasil em Brasília/DF no endereço SRTVS Quadra 701, Bloco K, Sala 827, Edifício Embassy Tower, Asa Sul, CEP 70340-908. Virtualmente, ocorrerá por meio do link 1, que segue abaixo:
LINK 1 - 28/04/2023
https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_ZWY1MWQzYWUtNGVmOC00NWYxLWE5MTItOGRINzYxYzdINDk5%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%22ea690204-b9d6-4ce3-b38f-3d0bab527a84%22%2c%22Oid%22%3a%22a094ef7c-125c-4f4e-8388-db1de6443cb3%22%7d
O link de votação será disponibilizado no momento de abertura da Assembleia Geral para todos os participantes, bem como ficará disponível a todos os registradores de RTD e de RCPJ na área restrita da Central RTDPJBrasil e também no portal do IRTDPJBrasil.
Encerrada essa primeira etapa, a Assembleia Geral permanecerá formalmente aberta, tendo início a etapa de votação, que poderá ser feita até 17h59 do dia 02/05/2023, por meio eletrônico, através de formulário de votação disponibilizado ininterruptamente na área restrita da Central Nacional de RTDPJ, acessada mediante login e senha dos oficiais de RTDPJ. Ou, então, presencialmente na sede do IRTDPJBrasil, no endereço acima indicado, durante o horário normal de expediente, isto é, nos dias úteis, das 8 horas às 17 horas.
Após finalizada a votação do dia 02/05/2023, às 10 horas do dia 03/05/2023, terá início a última etapa da Assembleia Geral, com a apuração dos votos, declaração do resultado e encerramento da Assembleia Geral. Essa etapa final será híbrida, ocorrendo presencialmente na sede do Instituto de Registro de Títulos e Documentos e de Pessoas Jurídicas do Brasil – IRTDPJBrasil em Brasília/DF no endereço SRTVS Quadra 701, Bloco K, Sala 827, Edifício Embassy Tower, Asa Sul, CEP 70340-908. E, virtualmente, por meio do Link 2, que segue abaixo:
LINK 2 - 03/05/2023
https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_Yzk0Y2NmZDYtYjhjYS00NWU2LThlYmMtYWQxNDI3NWFmNjc3%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%22ea690204-b9d6-4ce3-b38f-3d0bab527a84%22%2c%22Oid%22%3a%22a094ef7c-125c-4f4e-8388-db1de6443cb3%22%7d
A proposta de Estatuto do ON-RTDPJ, elaborada de acordo com os mandamentos do art. 4º, § 1º, do Provimento CNJ nº 139/2023, está disponível para análise por todos os Oficiais de Registro de Títulos e Documentos e/ou de Registro Civil de Pessoas Jurídicas por meio do portal www.irtdpjbrasil.org.br ou da área restrita da Central RTDPJBrasil - www.rtdbrasil.org.br, acessada mediante login e senha dos registradores.
Os Oficiais de Registro de Títulos e Documentos e/ou de Registro Civil de Pessoas Jurídicas que queiram apresentar sugestões para alteração da proposta de Estatuto do ON-RTDPJ deverão enviá-las até o dia 21/04/2023 (sexta-feira) para o e-mail irtdpjbrasil@irtdpjbrasil.org.br, devendo dele constar: a) no campo assunto: "Sugestão para alteração da Proposta do Estatuto ON-RTDPJ"; b) nome completo; c) identificação da serventia em que exerce a função registral (nome + código CNJ); d) sugestão por escrito e devidamente fundamentada de alteração do texto da Proposta de Estatuto do ON-RTDPJ. As propostas encaminhadas serão analisadas pela Diretoria do IRTDPJBrasil, cujo parecer será divulgado até o dia anterior ao do início da Assembleia Geral na área restrita da Central Nacional de RTDPJ, e submetido à deliberação da Assembleia Geral.

Contracultura pressiona ideais elitistas

Minorias estão remodelando a identidade nacional

Michael França
Ciclista, doutor em teoria econômica pela Universidade de São Paulo; foi pesquisador visitante na Universidade Columbia e é pesquisador do Insper

“A Anitta representa a degeneração da nossa cultura”, disse aborrecido um colega da elite carioca. Embora ele tenha revelado parte de seu preconceito nessa afirmação, existe algo relevante implícito a ela. O país passa por um processo de transformação em que determinados ideais, especialmente aqueles mais elitistas, vêm sendo contestados.

Definir o que é cultura não é algo trivial. Entretanto, ela pode ser pensada como o conjunto de perspectivas, normas e crenças, dentro e entre grupos, que moldam e são moldados tanto por aspectos sociais quanto econômicos da interação humana. Por sua vez, a herança cultural é meio que uma voz silenciosa do passado que influencia aquilo que é valorizado nas sociedades modernas e tende a se refletir em desdobramentos econômicos e sociais significativos.

Quando o padrão cultural reproduz desigualdades e discriminação, ele se torna não somente uma fonte de exclusão como, à medida que a população começa a tomar consciência disso, passa a representar também uma fonte de conflitos.

No percurso da história, alguns grupos acabaram se tornando mais proeminentes que os demais. Isso permitiu que seus ideais fossem difundidos e assimilados por uma ampla parcela da população. Apesar de sua força econômica e política ainda persistir, alguns fatores associados ao funcionamento das sociedades contemporâneas têm freado, ao menos parcialmente, o ímpeto do poder de influência dos setores hegemônicos.

Um desses fatores vem da dinâmica demográfica. Já faz décadas que a taxa de fecundidade entre os mais ricos está abaixo do nível de reposição populacional. Dado que eles tendem a casar-se entre si, o que se observa é que velhas dinastias podem estar, simplesmente, no caminho da extinção.

Por outro lado, a procriação entre os mais pobres no Brasil continuou a todo vapor por anos. Isso mudou a composição da sociedade ao longo do tempo e fez com que uma parcela cada vez maior da população viesse de origens desfavorecidas.

No entanto, apesar da profunda negligência com os direitos reprodutivos das mulheres, principalmente as de baixa renda, houve avanços na ampliação do acesso ao ensino superior e nos anos de estudo concluídos no ensino básico.

Tal avanço não foi suficiente para garantir que todos tivessem um nível de aprendizado equivalente, mas permitiu que parcela dessa massa de gente começasse a questionar com maior intensidade determinados padrões. A ausência de representatividade nos espaços de maior prestígio social, por exemplo, é apenas um deles.

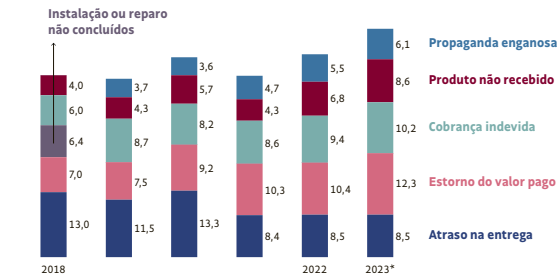
Ao mesmo tempo, tivemos a intensificação do progresso tecnológico, que, em certa medida, democratizou a produção e o consumo de novos conteúdos. Se, no passado, a família, a escola e a grande mídia eram responsáveis por uma alta parcela dos valores difundidos, agora há considerável concorrência com aquilo que é propagado via redes sociais e pelos milhares de influenciadores contido nelas.

Em todo esse contexto, tem-se um processo dinâmico em que a demanda e a oferta por perspectivas alternativas ao padrão cultural excludente do elitismo brasileiro vão se retroalimentando ao longo do tempo. No final, não é uma surpresa que as minorias estejam ampliando seu poder de influência e remodelando aspectos relevantes da identidade nacional.

*

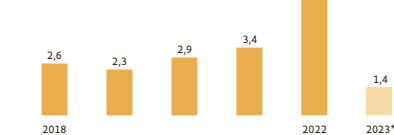
O texto é uma homenagem à música “Girl from Rio”, de Anitta.

| DOM. Samuel Pessôa | SEG. Marcos de Vasconcellos, Ronaldo Lemos | TER. Michael França, Cecilia Machado | **QUA. Bernardo Guimarães** | QUI. Cida Bento, Solange Srour | SEX. André Roncaglia | SÁB. Marcos Mendes, Rodrigo Zeidan

As cinco maiores queixas dos consumidores nos últimos anos
% do total de reclamações, ano a ano

Total de reclamações registradas por ano
Em milhões

2018				2022	2023*
2,6	2,3	2,9	3,4	6,4	1,4

Quais as categorias mais reclamadas em 2022

- Meios de pagamento
- Telefonia
- Varejo
- Delivery
- Marketplace
- Redes sociais

* Janeiro e fevereiro
Fonte: Reclame Aqui

Crise no varejo leva a atrasos no reembolso aos consumidores

Receber de volta o dinheiro de uma compra cancelada é a maior queixa dos clientes hoje, aponta pesquisa

Daniele Madureira

SÃO PAULO Menos atraso na entrega e mais dificuldade para receber o dinheiro de volta quando a compra é cancelada. Levantamento feito para a **Folha** pelo Reclame Aqui, canal de reclamações de consumidores contra empresas, a respeito das maiores queixas nos últimos cinco anos, apontou uma mudança importante no perfil dos problemas enfrentados pelos compradores.

Em um primeiro momento —nos anos de 2018, 2019 e 2020—, a principal reclamação era o atraso na entrega, seguido pelo estorno do pagamento (o cliente não recebia a mercadoria e acabava cancelando a compra).

Em 2021, 2022 e agora, no início de 2023, o estorno do pagamento se tornou a principal queixa. De acordo com o presidente do Reclame Aqui, Edu Neves, em 2021, o estorno esteve muito relacionado ao serviço de delivery.

“Foi o segundo ano de pandemia, ainda com expansão das entregas de comida que, se não aconteciam, eram canceladas”, diz Neves.

Desde o ano passado, porém, o problema extrapolou o delivery e atingiu o varejo como um todo. “Os varejistas, em geral, estão demorando mais para reembolsar o consumidor que desistiu da compra online”, diz Neves, lembrando que, pelo CDC (Código de Direito do Consumidor), o comprador tem sete dias para desistir do item comprado pela internet, a contar do recebimento do produto.

A demora no reembolso, de acordo com o presidente do Reclame Aqui, tem origem na pouca disponibilidade de crédito dos varejistas, que estão com o caixa apertado. A operação de risco sacado —a mesma que deu origem à crise da Americanas, quando o varejista faz um acordo com o banco para que este pague o fornecedor em seu lugar, em troca do pagamento de juros— está no cerne da questão.

“Se a venda volta para trás, o banco obriga o varejista a quitar a operação de antecipação e a fazer uma nova, a juro mais alto. Ou então o banco obriga o varejista a trocar aquele recebível por outro, o que pode ser uma dificuldade quando as vendas estão em baixa”, afirma Edu Neves. Daí decorre a demora em devolver o dinheiro para o consumidor, afirma.

Segundo Neves, o cliente faz a queixa quando já se passou mais de um mês e o valor não foi estornado. “Muitas vezes ele acaba esperando 60 dias pelo estorno no cartão”, afirma. Se o pagamento foi feito via Pix, o atraso é ainda pior para o consumidor.

“Essa modalidade tem crescido, por envolver descontos de até 15% mas, em caso de devolução, é pior para o consumidor, porque o dinheiro dele já saiu da conta e vai demorar para voltar.”

O número de queixas no Reclame Aqui deu um salto de 88% no ano passado, para 6,4 milhões. Segundo Neves, o avanço se deve ao fato de o consumidor estar mais consciente e conectado, em busca dos seus direitos. As categorias com mais reclamações no ano passado foram: meios de pagamento, telefonia, varejo, delivery, marketplace e redes sociais.

Para Izis Ferreira, economista da CNC (Confederação Nacional do Comércio), o momento do estorno pode impactar o fluxo de caixa do varejista em maior ou menor grau. “Desde o ano passado, a inflação para vários segmentos apertou o caixa, e o crédito mais caro contribuiu para esse aperto”, afirma. “E, mais recentemente, estamos vendo desaceleração nas vendas do varejo. Esse conjunto de fatores pode explicar o aumento dos prazos nos estornos.”

Para ela, o consumidor está precisando do dinheiro com mais agilidade, porque também sofre com o orçamento apertado. “A percepção desse consumidor sobre demora no reembolso piorou no contexto de alta dos juros.”

Na opinião do consultor Alberto Serrentino, sócio da Varese Retail, do ponto de vista do varejista, as empresas estão em busca do crescimento sustentável no comércio eletrônico. “Aquela época de fazer venda a qualquer preço ficou para trás”, diz. “Com a atual taxa de juros a 13,75%, qualquer venda forçada, em que o varejo subsidia a transação, se tornou inviável, o efeito sobre o caixa é muito perverso”, afirma.

> Desde o ano passado, a inflação para vários segmentos apertou o caixa, e o crédito mais caro contribuiu para esse aperto. E, mais recentemente, estamos vendo desaceleração nas vendas do varejo. Esse conjunto de fatores pode explicar o aumento dos prazos nos estornos
>
> **Izis Ferreira**
> economista da CNC (Confederação Nacional do Comércio)

Twitter vai rotular tuítes que violarem regras contra discurso de ódio

SÃO PAULO O Twitter anunciou nesta segunda-feira (17) que vai rotular tuítes que violarem as regras contra discurso de ódio na plataforma. A medida, segundo a rede social, busca aumentar a transparência em relação à fiscalização de conteúdo.

“Restringir o alcance dos tuítes, ou filtragem de visibilidade, é uma medida que nos permite ir além da abordagem binária ‘deixar vs. remover’ para a moderação de conteúdo. No entanto, como outras redes sociais, historicamente não fomos transparentes quando tomamos essa ação”, afirmou a empresa.

As publicações marcadas têm visibilidade e alcance reduzidos. Os rótulos serão aplicados só nos tuítes que violarem o código de conduta e não afetarão a conta do usuário. Segundo a empresa, não haverá anúncios próximos a tuítes com o aviso.

O Twitter classifica o conteúdo como discurso de ódio quando inclui ameaças de violência, assédio, intimidação e discriminação contra indivíduos ou minorias com base em características como raça, etnia, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, religião, idade, deficiência ou doença grave.

A atualização, segundo o Twitter, é uma forma de reforçar o lema “Freedom of Speech, not Freedom of Reach” (liberdade de expressão, não liberdade de alcance).

Na semana passada, posicionamento do Twitter causou mal-estar em reunião promovida pelo Ministério da Justiça com representantes das redes sociais. Durante o encontro, do qual participaram representantes de YouTube, Meta, Twitter, Kwai, TikTok, WhatsApp e Google, a pasta pediu que as plataformas combatam de maneira mais eficiente os perfis que fazem apologia da violência ou ameaças às escolas.

O representante do Twitter disse, contudo, que divulgar fotos e nomes de autores de ataques a escolas não viola as regras da plataforma. Assim, a empresa entende que não precisa fazer nada porque o termo de uso permite a divulgação de material do tipo.

Integrantes do governo e representantes de outras plataformas ficaram constrangidos e incomodados com a situação, segundo relatos.

CARRO DA PEUGEOT TEM DESIGN DE ARTISTA
9x8 híbrido plug-in de competição desenhado pelo artista multivisual espanhol J. Demsky é apresentado na Semana de Design de Milão Claudia Greco/Reuters

França absolve Air France e Airbus por queda do voo 447

Acidente matou 228 pessoas, em 2009; acusação era de homicídio culposo

Ivan Finotti

MADRI O tribunal de apelação de Paris absolveu, 14 anos depois, o fabricante de aviões europeus Airbus e a empresa aérea Air France de homicídio culposo, sem intenção de matar, pela queda do voo 447 no mar, em 2009.

Em 1º de junho de 2009, o voo AF447 mergulhou no oceano Atlântico, quase quatro horas após decolar do Rio de Janeiro. Seus 216 passageiros e 12 tripulantes morreram.

A aeronave modelo A330, que havia entrado em serviço quatro anos antes, transportava passageiros de 33 nacionalidades: 61 franceses, 58 brasileiros e 28 alemães, além de italianos (9) e espanhóis (2), entre outras.

Segundo disse a presidente do tribunal, Sylvie Daunis, ao ler a sentença, "não há nexo seguro de causalidade entre as imprudências/negligências e o acidente".

Se condenadas, a Airbus e a Air France teriam que pagar uma multa de € 225 mil (R$ 1,25 milhão) cada. Mas, segundo as conclusões da investigação, o acidente ocorreu após o gelo bloquear as sondas de medição da velocidade do avião, o que fez com que os pilotos não tivessem acesso a esses dados quando passaram por uma zona de turbulência.

Por isso, eles não aplicaram o protocolo adequado e subiram o avião até que ele perdeu a sustentação do ar, virou para baixo e seguiu em queda livre até o mar, a 1.150 quilômetros da costa do Recife (PE).

As caixas-pretas confirmaram que os pilotos, desorientados pela pane técnica que interferiu nas medições de velocidade do avião no meio da noite, não conseguiram impedir a queda.

Embora os juízes de instrução tenham arquivado o caso em 2019, os familiares das vítimas e sindicatos de pilotos recorreram e, em maio de 2021, a Justiça ordenou o julgamento das duas empresas por homicídios culposos.

Para o tribunal de apelações, que reverteu o arquivamento do processo, a Air France não implementou o treinamento adaptado ou as informações necessárias para que os pilotos pudessem reagir a essa pane técnica.

A Airbus, por sua vez, foi julgada por subestimar a gravidade das falhas da sonda de velocidade, por não tomar as medidas necessárias para informar com urgência as tripulações nem treiná-las.

A tragédia teve um impacto importante na melhoria da segurança aérea no mundo. Além de melhorias no material, o acidente também provocou questionamentos sobre a formação dos pilotos.

Antes da queda, as sondas de velocidade Pitot presentes no Airbus A330, que permitem o controle da velocidade do avião, congelaram e enviaram informações incoerentes para os pilotos. Desde o acidente, a regulamentação internacional sobre estes instrumentos evoluiu.

Formações de gelo similares já tinham sido registradas em ritmo inédito: haviam sido 17 incidentes entre 2003 e 2008, sendo nove em 2008.

Atualmente, um sistema de emergência de avaliação da velocidade que não depende de captores existe em todas as aeronaves. Além disso, aviões de última geração passaram a contar com captores de velocidade nos motores e as sondas usadas devem ser fabricadas por diferentes construtores.

Nos treinamentos dos pilotos, as sessões de simulação de voo passaram a colocar os pilotos em situações não previstas pelo fabricante.

A gravação em áudio das caixas-pretas, divulgada em outubro do ano passado durante o julgamento, chocou parentes e amigos das vítimas.

Os quatro últimos minutos do "cockpit voice recorder" (CVR) foram mostrados sem a presença do público ou da imprensa. Só foram autorizados a entrar na sala de audiências do tribunal correcional de Paris magistrados, secretários judiciais e advogados, as partes civis e as equipes dos acusados.

Ophélie Toulliou, que perdeu seu irmão, disse ter ouvido três pilotos "que enfrentaram uma situação que não compreendiam e que os sobrepujou completamente, pessoas que demonstraram ter um sangue frio extraordinário e que ouvimos lutar até o final".

No Brasil, o presidente da Associação dos Familiares das Vítimas do Voo 447, Nelson Faria Marinho, criticou a decisão desta segunda. "A vida vale mais que qualquer dinheiro, mas, na França, o capital vem acima da vida humana", disse Marinho, que perdeu o filho, de 40 anos, na queda do avião.

Ele diz que não sabe se cabe recurso contra a decisão. "Se houver, com certeza vamos recorrer. Todas as associações de familiares vão, a nossa, a francesa, a da Alemanha", frisou.

Em comunicado, a Air France afirmou que "sempre se lembrará das vítimas deste terrível acidente e expressa sua mais profunda compaixão a todas as suas famílias". A Airbus diz que a decisão é "coerente" com o arquivamento proferido no final da investigação em 2019, e também manifestou sua "compaixão" e seu "compromisso total [...] com segurança aérea".

Os últimos minutos na cabine

Exército contrata acusado de garimpo para atuar em terra indígena

João Gabriel

BRASÍLIA O 6º Batalhão de Engenharia e Construção do Exército, em Roraima, contratou a empresa de um acusado de garimpo ilegal na Terra Indígena Yanomami para a realização da perfuração de poços artesianos dentro do território.

Rodrigo Martins de Mello, conhecido como Rodrigo Cataratas, foi denunciado pelo Ministério Público Federal sob suspeita de chefiar uma organização criminosa que operava com a exploração ilegal do solo na área das comunidades tradicionais. Ele e sua empresa, a Cataratas Poços Artesianos, são réus na Justiça Federal e negam as acusações.

Isso não impediu que, em março deste ano, o Exército contratasse, sem licitação, essa mesma empresa para a "perfuração de poço artesiano no território indígena yanomami", por R$ 185 mil. O acordo foi publicado no Diário Oficial da União, como mostrou o site Amazônia Real.

Segundo o contrato, o local de execução do poço artesiano é dentro da terra indígena, na região de Surucucu, onde fica um pelotão de fronteira do Exército. O serviço prevê uma perfuração de 120 metros de profundidade e o prazo para realização é até novembro deste ano.

Cataratas, por meio de sua advogada, afirmou que o contrato firmado é "público e acessível". "Não há nenhuma ilegalidade da empresa que a impeça de prestar o serviço que a comunidade precisa. Aliás, o serviço só tem a levar o melhor para a comunidade Yanomami, já que a perfuração de poços artesianos tem o objetivo de facilitar o abastecimento de água", disse.

Já o Exército disse, por meio de sua assessoria de imprensa, que a empresa contratada apresentou habilitação técnica e os documentos exigidos na lei. "Por se tratar de um serviço emergencial foi realizada a dispensa de licitação, na forma da legislação vigente."

> "Não há nenhuma ilegalidade da empresa que a impeça de prestar o serviço que a comunidade precisa
>
> **Rodrigo Martins de Mello**
> por meio de sua defesa

Rodrigo Cataratas é piloto e empresário. Suas aeronaves já foram alvos de uma série de operações da Polícia Federal e do Ibama. No início deste ano, ele foi multado pelo instituto em R$ 5 milhões por ser dono de um helicóptero que era utilizado pelo garimpo ilegal.

Bolsonarista, ele foi candidato a deputado federal e declarou à Justiça Eleitoral ser dono de R$ 4,5 milhões em dinheiro vivo. Ele foi preso por suspeita de compra de votos e não foi eleito.

Seu filho, Celso Rodrigo de Mello, que também é sócio da Cataratas Poços Artesianos, chegou a ser preso em novembro de 2022, resultado de uma investigação sobre a queda de um helicóptero.

Segundo a PF, o grupo comandado por Cataratas movimentou mais de R$ 200 milhões. Mello é dono de empreendimentos que receberam recursos do governo federal, principalmente para o transporte aéreo relacionado à saúde indígena.

Duas empresas já comandadas por Mello, uma delas a própria Cataratas Poços Artesianos e outra, a Icaraí Turismo Táxi Aéreo, receberam R$ 39,5 milhões da União desde 2014, sendo a maior fatia — R$ 23,5 milhões à Icaraí — no governo Bolsonaro.

A escola e as más companhias

A internet não cria nosso pior, mas ela o arregimenta de forma descomunal

Vera Iaconelli
Diretora do Instituto Gerar de Psicanálise, autora de "O Mal-estar na Maternidade" e "Criar Filhos no Século XXI". É doutora em psicologia pela USP

O medo de que os filhos estejam circulando com más companhias é um clássico que ocupa a mente de pais e mães de todas as gerações.

Uma das razões é óbvia: a criteriosa versão do mundo que os responsáveis se esmeram em apresentar à criança será confrontada com opiniões e fatos, relativizando a influência dos pais. E, a menos que eles estejam preparando os filhos para viverem confinados no âmbito doméstico, é melhor que os responsáveis estejam abertos para a entrada seletiva dos outros na vida da criança.

A outra razão dessa preocupação dos pais é um pouco mais pragmática. Trata-se de tentar controlar o círculo de contatos da criança com a finalidade de manter o status familiar. Daí que brincar com crianças de outro estrato social, que tenha outros hábitos, credos ou raças, pode ser tão interditado para a criança quanto conviver com um serial killer. Uma lástima.

A paranoia é uma marca da parentalidade da nossa época, tanto no que diz respeito à preocupação dos pais em relação ao seu próprio desempenho na função como no que diz respeito ao contato com estranhos. O deslocamento dessa preocupação tem sido tão grande que os professores se tornaram objeto de delírios persecutórios e de perseguição. Fato inédito para as gerações anteriores, que tinham no laço social e, principalmente, na escola uma aposta que tornava a vida em sociedade mais palatável.

Absolutamente desautorizados diante de um suposto saber da parentalidade "positiva e correta", pais, mães e responsáveis são manipulados de forma inédita. A tentativa de tudo controlar, predizer e garantir releva o furo que se busca encobrir. Enquanto buscam salvar os filhos, esquecem que a escola, como bem lembrou a professora Talma Vinha no podcast "Assunto", é um lugar de proteção. (Não raro também protege a criança de famílias violentas e abusivas.)

Cabe aos responsáveis peneirar a entrada do mundo para proteger as crianças. Mas como? De forma pontual: do eventual —e raro— encontro da criança com um adulto mal-intencionado. De forma disseminada: das redes sociais a qual todas as crianças têm acesso todo dia, o tempo todo.

É no acesso irrestrito e sem mediação das redes sociais que todas as crianças, sem exceção, têm encontrado o outro que pais e mães tanto temem. A famosa deep web, aquela na qual com alguma artimanha se podia alcançar o chorume das redes sociais, não é mais "deep". Com interesses puramente financeiros, big techs resolveram fazer vista grossa para a circulação dos conteúdos mais disruptivos e odiosos que somos capazes de produzir.

(Sugiro a minissérie sueca "Playlist", que trata da criação do Spotify. O final, no qual o dono revela a sua motivação para continuar a operar num dispositivo que comprovadamente prejudica os artistas que ele tanto ama, me assombra até hoje. Assistam. É uma boa reflexão para quem se pergunta como esses caras colocam a cabeça no travesseiro sabendo o estrago mundial que causam.)

Se a ética não nos servir de baliza, que nos sirva o código do consumidor, como lembra o advogado Ronaldo Lemos no podcast "Café da Manhã".

A internet não cria nosso pior, mas ela o arregimenta de forma descomunal e inédita. Seu efeito é ainda mais potencializado em sujeitos psiquicamente vulneráveis como homens brancos, com tendências a comportamento desajustado ou violento. Isso é coerente com o fato de que discursos destrutivos misóginos e supremacistas servem para mascarar fragilidades que deveriam ser assumidas, responsabilizadas e tratadas.

O coro da internet é aquele que, diante do jovem no parapeito do prédio cogitando se jogar, grita "pula!". Pais, mães e responsáveis imploram que não o faça. Que vozes queremos que alcancem nossos filhos?

| DOM. Antonio Prata | SEG. Marcia Castro, Giovana Madalosso | TER. Vera Iaconelli | QUA. **Ilona Szabó de Carvalho**, Jairo Marques | QUI. Sérgio Rodrigues | SEX. Tati Bernardi | SÁB. Oscar Vilhena Vieira, Luís Francisco Carvalho Filho

O Cantinho Bom Pastor retomou as atividades nesta segunda Kamile Bernardes/O Município Blumenau

Autor de atentado a creche em Blumenau é indiciado pela polícia

Homem vai responder por homicídio quadruplamente qualificado; escola foi reaberta nesta segunda-feira

Catarina Scortecci, Giorgio Guedin e Lucas Adriano

CURITIBA, FLORIANÓPOLIS E BLUMENAU (SC) A Polícia Civil de Santa Catarina indiciou nesta segunda-feira (17) o homem de 25 anos que foi preso após invadir uma escola infantil particular em Blumenau (SC) e matar quatro crianças. Ele vai responder por quatro homicídios quadruplamente qualificados (motivo fútil, emprego de meio cruel, sem possibilidade de defesa e contra menor de 14 anos) e por cinco tentativas de homicídio, com as mesmas qualificadoras, por causa das crianças que feriu.

O ataque ocorreu em 5 de abril e, segundo os investigadores, durou 20 segundos.

O inquérito foi concluído na sexta (14), e seu conteúdo foi divulgado nesta segunda em entrevista a jornalistas conduzida pelo delegado-geral da Polícia Civil de Santa Catarina, Ulisses Gabriel. A questão da sanidade mental do assassino, diz o investigador, será enfrentada na fase judicial.

Durante a investigação, a polícia obteve autorização para quebrar o sigilo telefônico e telemático do homem. Os investigadores apontam que ele agiu sozinho e escolheu o CEI (Centro Educacional Infantil) Cantinho Bom Pastor de forma aleatória.

Na versão apresentada pelo indiciado, ele declarou que obedecia a ordens de outro homem, um policial militar e lutador de jiu-jítsu. Mas a hipótese de participação de uma segunda pessoa no crime foi descartada pela polícia. O PM atleta é apontado pelos investigadores como "íntegro e sereno" e, segundo a apuração, não conhecia o autor dos crimes.

> O que está nos ajudando é a nossa fé. Não está sendo fácil. Mas nossa luta está sendo agora para que nenhum pai e nenhuma mãe passe pelo que a gente está passando
>
> **Luiz Guilherme da Cunha**
> tio do menino Bernardo Pabst da Cunha, que morreu no ataque

De acordo com o delegado Ronnie Esteves, um colega do assassino foi chamado para prestar depoimento sobre o crime e afirmou aos investigadores que ele indicava que faria "algo grande".

"Duas semanas antes do fato ele se reuniu com esse amigo numa praça e ele teria conversado sobre a machadinha, sobre o padrasto e o policial militar e teria dito ainda que faria algo grande. Não disse o quê", afirmou Esteves, fazendo referência a um dos antecedentes criminais do agressor, que esfaqueou o padrasto em 2011. "Como ele falava muita coisa, e o amigo não acreditava em mais nada, eles não deram sequência [à conversa]."

O exame toxicológico apontou que havia cocaína no sangue do agressor, mas os investigadores disseram não saber ainda a quantidade da substância nem se o consumo havia sido recente —pouco antes de cometer o crime ou no dia anterior, por exemplo. Eles afirmam que o próprio homem admitiu ser usuário constante de cocaína.

A pena para homicídio é de 6 a 20 anos de reclusão, além de multa. Em circunstâncias qualificadoras, como no caso do ataque em Blumenau, a pena pode aumentar de 12 a 30 anos de reclusão.

Com a conclusão da investigação, o Ministério Público tem até cinco dias para oferecer a denúncia à Justiça estadual. O processo deve tramitar na 2ª Vara Criminal de Blumenau, sob sigilo, por se tratar de um caso envolvendo vítimas menores de idade.

O criminoso está preso na Penitenciária Regional de Blumenau. A reportagem procurou a Defensoria Pública de SC para saber se o indiciado já tem defesa constituída, mas não obteve retorno até a conclusão desta edição. Ele já tinha quatro passagens pela polícia.

As atividades na escola infantil Cantinho Bom Pastor foram retomadas nesta segunda. Logo na entrada, as crianças foram recepcionadas por pessoas fantasiadas de personagens de histórias infantis e balões coloridos.

O espaço interno foi modificado. Com ajuda de voluntários e doações de material de construção, o muro da escola ficou mais alto e ganhará uma nova pintura. Cercas de ferro em formato de caracol acima da nova estrutura também devem ser instaladas nos próximos dias.

Na reabertura, um misto de esperança e desejo de renovação uniu pais de alunos.

"Quando foi feita a reunião com os pais, para mim foi uma virada de chave", disse a estilista Cristiane Coelho, 38, mãe de uma aluna. "Foi bacana ver a união de todo mundo para retomar [as atividades]. O importante é as crianças voltarem com outro ar, ar de brincadeira."

"O sentimento que eu tenho é o de sempre, de segurança, de confiança na instituição. Mesmo depois da fatalidade que aconteceu, também pelos profissionais que aqui trabalham", disse o vendedor Luiz Guilherme da Cunha. Ele é tio do menino Bernardo Pabst da Cunha, um dos quatro mortos. O filho de Luiz tem 2 anos e estava na sala de aula no momento do crime.

A família, diz ele, está recebendo acompanhamento psicológico. "O que está nos ajudando é a nossa fé. Não está sendo fácil. Mas nossa luta está sendo agora para que nenhum pai e nenhuma mãe passe pelo que a gente está passando", afirmou.

Na rua em frente à creche há agora uma viatura da Polícia Militar, e dois agentes fazem a vigilância. De acordo com a direção da escola, o suporte da PM será dado nos próximos 15 dias. A partir daí, a creche prevê a contratação de segurança privada.

A escola existe há quase 15 anos no bairro Velha. Hoje são mais de 200 alunos matriculados e quase 30 funcionários.

Empresário Thiago Brennand é preso nos Emirados Árabes Unidos

Isabella Menon

SÃO PAULO O empresário Thiago Brennand, 42, foi preso nesta segunda-feira (17) nos Emirados Árabes Unidos, país em que vivia desde setembro do ano passado.

A detenção acontece poucos dias depois do governo árabe ter autorizado sua extradição. Com isso, deve ser enviado de volta ao Brasil nos próximos dias —há cinco mandados de prisão preventiva expedidos contra ele. A informação sobre a prisão foi dada inicialmente pela TV Globo e confirmada pela **Folha**.

O empresário viajou para os Emirados Árabes pouco antes de ser denunciado pela primeira vez pelo Ministério Público de São Paulo, em setembro. A Promotoria já fez oito denúncias contra ele por crimes sexuais, incluindo estupro.

Em vídeos postados nas redes sociais, Brennand sempre negou todas as acusações. Em um deles, publicado no início deste mês, ele afirmou que pretendia voltar ao Brasil e que devia desculpas a ex-advogados e a autoridades a quem ofendeu, mas que achava que seria preso "injustamente" no país.

Como ele deixou o país, Brennand teve seu nome incluído na lista de foragidos da Interpol e chegou a ser detido nos Emirados Árabes em 14 de outubro do ano passado, mas foi solto sob fiança no mesmo dia. No mês seguinte, o governo brasileiro pediu a extradição do empresário, que foi aceita na semana passada.

A prisão é a primeira etapa para que essa extradição seja cumprida, explica Rui Aurélio de Lacerda Badaró, integrante da Comissão de Relações Internacionais da OAB-SP (Ordem dos Advogados do Brasil) em São Paulo.

Segundo fontes da polícia, a expectativa é que na manhã desta terça (18) quatro agentes da Polícia Federal embarquem para os Emirados Árabes para agilizar o retorno do empresário. Quando desembarcar no Brasil, o empresário deve ser encaminhado imediatamente para a prisão, afirma Badaró.

No início de abril, o atual advogado do empresário, Eduardo Leite, chegou a pedir à Justiça a revogação dos pedidos prisões e a retirada de seu nome da lista de foragido da Interpol. Ao menos um deles foi negado pela Justiça.

A estudante de medicina Stefanie Cohen afirma ter chorado ao ser informada que Brennand foi preso nesta segunda nos Emirados Árabes. Ela acusa o empresário de tê-la estuprado.

"Sabia que a Justiça seria feita, mas não imaginava que seria hoje. Esse tempo todo eu não estava chorando, estava forte, pensando em todas as vítimas. Hoje, foi choro de alívio. Valeu a pena ter mostrado meu rosto", diz.

Brennand ficou conhecido após agredir, em agosto de 2022, a modelo Alliny Helena Gomes, 37, em uma academia de ginástica de São Paulo.

Anteriormente, a defesa que o representou no caso da agressão afirmou que ele compareceu espontaneamente para prestar esclarecimentos às autoridades e disse que os vídeos mostram que as agressões verbais foram iniciadas por ela.

Ele já teve a prisão decretada por lesão corporal e corrupção de menores —segundo a Promotoria, teria incentivado o filho adolescente a ofender a modelo.

Brennand trocou diversas vezes de advogados desde as primeiras denúncias. No início, foi representado pelo escritório Cavalcanti e Sion. Depois, passou a ser representado pelo advogado Ricardo Sayeg, que deixou o caso no início deste ano. Agora, ele segue com Leite.

Após o caso de Alliny, ao menos 15 mulheres o acusaram de supostos crimes sexuais. Por ser considerado foragido, Brennand teve seu registro de CAC (caçadores, atiradores e colecionadores) suspenso. A polícia de São Paulo apreendeu no dia 17 de março 70 armas do empresário.

Nos últimos meses, ele publicou diversos vídeos para falar das investigações —a maioria já foi apagado. Neles, o empresário xingou promotores e advogados, negou os supostos crimes e disse ser alvo de perseguição. Disse ainda que, no Brasil, a maioria das denúncias de assédio sexual é falsa, o que é refutado por especialistas.

Além dos episódios de crimes sexuais, Brennand acumulava também brigas familiares —ele é membro de uma família tradicional do Recife e tem uma fortuna pessoal estimada em mais de R$ 200 milhões. Em um documento público de novembro de 2019, os pais do empresário pediram exclusão dele do testamento devido a uma série de ameaças.

80% dos municípios não atingem metas para diabetes e hipertensão

Programa federal vincula recursos da atenção primária a desempenho em indicadores

SAÚDE PÚBLICA

Cláudia Collucci

SÃO PAULO Três anos após o início de um programa federal que vincula parte dos recursos da atenção primária ao cumprimento de metas assistenciais, mais de 80% dos municípios ainda não conseguem aferir a pressão arterial de 50% dos seus hipertensos, a cada seis meses, e dosar a hemoglobina glicada de metade dos seus diabéticos uma vez por ano.

Ao mesmo tempo, 848 cidades (24% são paulistas) não cumpriram nenhum dos sete indicadores do programa, como oferta de seis consultas de pré-natal para 60% das gestantes, de atendimento odontológico e testes de HIV e sífilis, além de exame preventivo do câncer uterino para 40% das mulheres entre 25 a 64 anos, e cobertura vacinal (poliomielite e pentavalente) para 95% das crianças.

Os dados são do último quadrimestre de 2022 do Previne Brasil, programa criado no primeiro ano da gestão de Jair Bolsonaro (PL) e que mudou a forma de financiamento da atenção primária, e foram compilados pela Impulso Gov, organização sem fins lucrativos que dá apoio gratuito aos municípios para o uso inteligente de dados e tecnologia no SUS.

Os indicadores começaram a ser mensurados em 2020, mas, devido à pandemia de Covid-19, só em 2022 é que a redução de repasses começou a valer. Em setembro passado, às vésperas das eleições presidenciais, os municípios ganharam mais tempo para se ajustar ao cumprimento das metas de controle da hipertensão e da diabetes.

A partir deste ano, se não houver novas mudanças da atual gestão do Ministério da Saúde, todos os indicadores do programa estarão atrelados ao repasse de recursos aos municípios. A estimativa calculada pela Impulso é que em 2022 os municípios tenham perdido ao menos R$ 315 milhões —o valor ainda pode mudar porque a pasta ainda não disponibilizou os dados completos para o cálculo.

Em nota, o Ministério da Saúde disse que retomou o diálogo com os gestores estaduais e municipais de saúde para a construção de políticas e ações que visam fortalecer os serviços prestados à população na atenção primária. "Neste sentido, alguns programas e estratégias passam por revisão, como o programa Previne Brasil."

O desempenho dos municípios no controle de doenças e prevenção

Resultado médio do Previne Brasil por quadrimestre*

Cumprimento de cada indicador, em %

	Pré-natal (sífilis e HIV)	Pré-natal (seis consultas)	Hipertensão (pressão aferida)	Saúde bucal das gestantes	Diabetes (hemoglobina glicada)	Cobertura vacinal (polio e penta)	Cobertura de exame citopatológico
1º quad.2021	44,1	38,6	9,3	28,6	14,4	44,3	15,2
2º quad.2021	48	41	13	37,5	20,9	36,4	16
3º quad.2021	53,7	46,6	17,4	46,3	28	28,2	17,8
1º quad.2022	60,6	45,2	22,7	52,7	15,8	69,3	20,4
2º quad.2022	67,2	48,3	30,1	60	24,3	72,8	23,3
3º quad.2022	69,5	52,7	33,1	63,6	28,3	77,2	26,6

*Resultado médio de todo o país

Municípios abaixo da meta no 3º quad. de 2022

Em %

■ Metas do programa (% da população a ser atingido)
■ % de municípios que ficaram abaixo da meta

As exigências do cumprimento dos indicadores para o cálculo dos repasses federais aos municípios estão sendo feitas de forma escalonada. Veja:

1º quadrimestre de 2022
Indicadores 1 e 2 (consultas de pré-natal e testes de HIV e sífilis para as gestantes)

2º quadrimestre de 2022
Indicadores 3, 4 e 5 (atendimento odontológico para gestantes, exame citopatológico e vacinação infantil)

1º quadrimestre de 2023
Os indicadores 6 e 7 (controle da hipertensão e da diabetes)

Fontes: Impulso Gov e programa Previne Brasil

A avaliação do ano passado mostra que a pressão exercida pelo programa nos municípios, vinculando o financiamento ao desempenho assistencial, já teve impacto positivo em alguns indicadores. No caso do pré-natal, por exemplo, o cumprimento da meta de seis consultas passou de 38%, no início do ano, para 54%, no fim de 2022.

"O desafio a partir de agora será enorme. A principal estratégia é a busca ativa, ir atrás das pessoas que precisam daquele atendimento. Mas uma coisa é fazer isso para cem gestantes, a outra é para 15 mil diabéticos, hipertensos [em referência à situação de um município pequeno]", diz João Abreu, diretor-executivo da Impulso Gov.

O cumprimento da meta de cobertura vacinal da poliomielite e da pentavalente e do exame citopatológico (papanicolau) também é outro entrave: 85% e 83% dos municípios, respectivamente, não conseguiram atingir esse objetivo no último quadrimestre de 2022.

"É a primeira vez que todos os indicadores vão valer e, como não houve nada de extraordinário acontecendo para mudar esse cenário, certamente esses municípios vão sofrer uma perda real grande de recursos", diz Érico Vasconcelos, fundador da UniverSaúde, startup que capacita gestores do SUS.

Na avaliação de Geraldo Reple Sobrinho, presidente do Cosems/SP (Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde), entre as razões para o não cumprimento das metas estão a dificuldade para localizar os usuários que precisam ser monitorados, problemas com os sistemas de informação, falta de médicos e equipes de saúde da família desfalcadas.

"Os dados dos municípios ainda têm um 'delay' [atraso] para chegar ao ministério. Ou porque eles têm sistemas de informação próprios e não usam o e-SUS [sistema do Ministério da Saúde] ou porque tem erro de lançamento [dos dados no e-SUS]", diz.

Ele cita o exemplo de São Bernardo do Campo (SP), onde é secretário municipal da saúde. "Eu tenho mais de 83% das gestantes com mais de sete consultas de pré-natal. Mas, quando olho no sistema do ministério, ele dá 75%, 76%."

Um outro problema do Previne Brasil, explica Reple, é de só informar o desempenho do município quando o quadrimestre já está fechado, ou seja, quando não há mais tempo para tentar corrigir rumos assistenciais. "O ideal é que pudéssemos acompanhar o desempenho no dia a dia para ir ajustando as condutas."

Segundo o secretário, existe também o entrave da falta de médicos, problema enfrentado pela maioria dos municípios brasileiros. Ele afirma que há 1.550 vagas de médicos em aberto em 304 municípios paulistas, e 1.351 equipes de atenção básica aguardando cadastramento e financiamento do governo federal.

"O ministério cobra equipe [de saúde da família] completa. Se o município não tem, perde ponto e acaba prejudicado [no repasse de recursos feito pelo Previne Brasil]."

> "O desafio a partir de agora será enorme. A principal estratégia é a busca ativa, ir atrás das pessoas que precisam daquele atendimento. Mas uma coisa é fazer isso para cem gestantes, a outra é para 15 mil diabéticos, hipertensos [em referência à situação de um município pequeno]
>
> **João Abreu**
> diretor-executivo da Impulso Gov

Um levantamento do Conasems-SP mostra que, só em 2021, 129 municípios paulistas tiveram perdas de R$ 63,8 milhões por falta de cumprimento das metas do programa.

A médica de família Natália Araújo de Oliveira, presidente da regional paulista da SBMFC (Sociedade Brasileira de Medicina de Família e Comunidade), diz que a falta de médicos e a alta rotatividade de profissionais dificultam muito o registro dos dados assistenciais do Previne Brasil. "Com equipes desfalcadas fica muito difícil conciliar assistência com registro adequado de dados."

Oliveira conta que, na Praia Grande (SP), onde atua como supervisora da residência médica, só percebeu avanço no cumprimento das metas do Previne depois que a prefeitura treinou as equipes, de forma presencial, para o preenchimento correto dos dados e autorizou que profissionais trabalhassem aos sábados para realizar exclusivamente essa tarefa.

Para Érico Vasconcelos, diretor-fundador da UniverSUS, muitos municípios não conseguiram atingir as metas do programa porque simplesmente não compreendem as orientações do Ministério da Saúde. "Foram mais de dez notas técnicas lançadas a toque de caixa, em um curto espaço de tempo, e mudando as regras ao longo do jogo, adaptando a avaliação às circunstâncias do momento."

Alguns municípios também adotam estratégias errôneas. Por exemplo, fazem campanhas para aumentar a cobertura do exame papanicolau, mas, sem planejamento e busca ativa nominal das mulheres que estão em atraso, atingem sempre o mesmo público.

Na opinião de João Abreu, da Impulso, isso ocorre porque muitas dessas cidades não sabem o básico: quem são e onde estão, por exemplo, os diabéticos e hipertensos sem acompanhamento ou as gestantes com consultas atrasadas de pré-natal.

A Impulso Gov oferece uma ferramenta de busca ativa nominal desses pacientes, a partir de dados dos prontuários eletrônicos que muitos municípios já dispõem. Desde 2021, já apoiou 130 municípios e hoje há 370 cidades na fila de espera.

Segundo Abreu, é importante que a atual gestão do ministério sinalize quais serão os rumos do programa. Circulam boatos, por exemplo, de que ele vai acabar ou que passará por profundas mudanças. "É preciso aumentar o financiamento da atenção primária independentemente de qualquer coisa, mas a gente espera que os pontos positivos do programa não sejam jogados fora."

Ele cita como um dos pontos positivos o aumento de pessoas no cadastro no SUS. São mais de 168,5 milhões identificadas com CPF e vinculadas a uma equipe de saúde, contra 74,6 milhões em 2018, antes do início do Previne.

MORTES

coluna.obituario@grupofolha.com.br

Veterinário, foi referência em nutrição de cães e gatos

MÁRCIO ANTONIO BRUNETTO (1978 - 2023)

Fábio Pescarini

SÃO PAULO A paixão de Márcio Antonio Brunetto por animais veio desde criança, quando morava em Abelardo Luz, no interior catarinense. Ainda no Sul começou a ganhar gosto pelos estudos. Primeiro, em escola pública de sua cidade, depois em colégio agrícola no Paraná e na faculdade de veterinária em Lages (SC).

No entanto, foi no estado de São Paulo, onde fez seus cursos de pós-graduação, primeiro em Jaboticabal, na Unesp, e depois na USP, em Pirassununga e na própria capital paulista, que se tornou referência internacional em nutrição de cães e gatos.

Apesar de jovem, tinha vasto currículo acadêmico. Brunetto era docente do Departamento de Nutrição e Produção Animal da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia da USP, em Pirassununga, e vice-diretor do Hospital Veterinário da faculdade, em São Paulo, além de ser vice-coordenador da Sociedade Brasileira de Nutrição e Nutrologia de Cães e Gatos e integrar a American Society for Nutrition, dos Estados Unidos.

"Ele sempre priorizou estudo e pesquisa para beneficiar pessoas e animais, era vocação, só se dedicou a isso", afirma a pedagoga Mirtes Lurdes Brunetto Rizzotto, 59, irmã mais velha do professor.

Fluente desde novo em inglês e espanhol, Brunetto conheceu o mundo por causa de suas palestras. Viajou diversas vezes para a Europa.

De acordo com Mirtes, o irmão caçula tinha como característica a retidão e não gostava de ostentar. Não tinha carro. Dizia que precisava apenas de transporte público, como metrô, ou de táxi.

Férias, só tirava por alguns dias, quando ia ao Sul visitar a família nas festas de fim de ano. Nos poucos períodos de lazer, gostava de assistir a boas peças de teatro.

Brunetto nunca se casou e levava uma vida saudável. No último dia 8, Sábado de Aleluia, foi à academia se exercitar e à noite ligou para a irmã, que passava a Páscoa com a mãe, Gualdina, 83.

No dia seguinte, sentiu um desconforto no braço esquerdo e foi a um hospital de Pirassununga. Enquanto esperava pelo resultado de exames, teve um infarto fulminante.

A morte prematura, aos 44 anos, chocou instituições, faculdades e profissionais de veterinária. "Brunetto foi uma referência na sua área de atuação, colaborando significativamente para o desenvolvimento da pesquisa e da ciência em nosso país", publicou o Instituto Federal do Triângulo Mineiro em seu site.

Ele morreu no dia 9 de abril. Deixou a mãe, as irmãs Mirtes e Mari Terezinha, e os sobrinhos Ricardo e Rosana.

Procure o Serviço Funerário Municipal de São Paulo: tel. (11) 3396-3800 e central 156; prefeitura.sp.gov.br/servicofunerario.

Anúncio pago na Folha: tel. (11) 3224-4000. Seg. a sex.: 10h às 20h. Sáb. e dom.: 12h às 17h.

Aviso gratuito na seção: folha.com/mortes até as 18h para publicação no dia seguinte (19h de sexta para publicação aos domingos) ou pelo telefone (11) 3224-3305 das 16h às 18h em dias úteis. Informe um número de telefone para checagem das informações.

ambiente

Condomínio com 56 lotes no sul da BA vira alvo de batalha judicial

Moradores da vila de Santo André temem danos ambientais; empreendimento diz que segue legislação

João Pedro Pitombo

SALVADOR A construção de um condomínio em Santo André, distrito com cerca de mil habitantes no município de Santa Cruz Cabrália, no sul da Bahia, virou alvo de uma batalha judicial entre empresários e parte da comunidade local.

O condomínio Vila da Vila gera questionamentos de moradores de Santo André, que veem possíveis impactos do empreendimento que será erguido na APA (Área de Proteção Ambiental) Santo Antônio.

O terreno fica em frente ao mar e próximo à foz do rio João de Tiba, na mesma área onde estão 17 barracas de praia, a maioria delas administradas por moradores nativos.

O projeto prevê um condomínio fechado com 56 lotes para imóveis, cada um com de 800 a 1.500 m², além de uma vila comercial com lojas, piscina e área gourmet. A área total é de 74 mil m², equivalente a pouco mais de sete campos de futebol oficiais.

O empreendimento está sob responsabilidade da empresa Castello Cario Brasil Participações e será erguido pela Katz Construtora.

A Prefeitura de Santa Cruz Cabrália concedeu licenças ambientais para a construção do condomínio em 2022, mas o projeto virou alvo de uma ação civil pública movida desde janeiro pela Associação Bem-Te-Vi Diversidade, com sede no vilarejo.

A entidade diz que as licenças foram concedidas em tempo recorde, sem a devida publicidade dos processos, e aponta possíveis impactos da obra na comunidade, que tem fornecimento irregular de água e não possui um sistema de coleta e tratamento de esgoto.

Também destaca possíveis impactos na vegetação de restinga do terreno, considerada necessária para segurança dos ninhos em área de desova de tartarugas-marinhas, espécie ameaçada de extinção.

"Não estamos contra o empreendimento em si, mas defendemos a redução do número de lotes para diminuir o impacto no meio ambiente. A vila não tem infraestrutura para um condomínio desse porte", afirma Marília Viegas, conselheira da Amasa (Associação de Moradores e Amigos de Santo André).

A Justiça Federal acatou o pedido da Associação Bem-Te-Vi Diversidade e suspendeu os efeitos da licença ambiental e da autorização de supressão de vegetação na área do empreendimento, sob pena de multa de R$ 10 milhões.

A liminar foi derrubada em março no Tribunal Regional Federal, que considerou que o terreno não ocupa uma área federal e, por isso, o assunto não seria de competência da Justiça Federal. Consultada, a AGU (Advocacia-Geral da União) afirmou que a área não é de propriedade da União.

O juiz federal Pablo Baldivieso contestou o argumento e citou documentos da SPU (Secretaria do Patrimônio da União) que apontam que o empreendimento teria 1.600 m² —2% do total— dentro de área da Marinha. O magistrado acionou o Ibama para elaborar relatório técnico ambiental da área e agendou uma audiência de conciliação.

A Castello Cario Brasil Participações diz que não há áreas da Marinha no terreno. A empresa afirma que seguiu todos os trâmites legais e que o empreendimento é considerado de pequeno porte e de baixo impacto ambiental, de acordo com legislação federal.

"Recebemos a ação civil pública com surpresa. A ação tem uma série de erros técnicos, faz presunções e parte de premissas equivocadas", disse à **Folha** o advogado Daniel Blenner, representante da Castello Cario Brasil Participações.

Os estudos ambientais indicam a existência de 1.144 árvores nos terrenos, das quais 147 serão derrubadas para a construção das áreas comuns. O corte dentro dos lotes caberá aos proprietários, que terão que solicitar novas autorizações à prefeitura. As árvores derrubadas terão que ser compensadas com o plantio de espécies nativas na região.

A Castello Cario Brasil Participações rebate as críticas em relação ao saneamento básico e diz vai implantar biodigestores blindados no sistema de esgoto, o que seria suficiente para preservar o lençol freático. Também argumenta que a área de desova de tartarugas mais próxima fica a mais de cem metros.

Procurado, o prefeito de Santa Cruz Cabrália, Agnelo Santos (PSD), não se pronunciou sobre o assunto. Em ofício encaminhado ao Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente, a prefeitura defendeu a regularidade das licenças e das compensações ambientais.

Com a suspensão da liminar que barrou o licenciamento, o início das obras do condomínio depende de autorização do Iphan (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional).

Responsável pela obra, a Katz Construtora é uma empresa de Minas Gerais que já construiu outros dois condomínios na região —um em Santa Cruz Cabrália, na região conhecida como Araripe, e outro na cidade de Belmonte.

A construção de empreendimentos no litoral baiano está sob a mira da Justiça e do Ministério Público Federal, que alertam para o ecossistema sensível, que inclui restingas, manguezais e áreas de mata atlântica, e para impacto em comunidades tradicionais.

A SPU (Secretaria do Patrimônio da União) paralisou a instalação de um megaempreendimento turístico na ilha de Boipeba, em Cairu. O órgão diz que a região é área pública federal, em processo de reconhecimento como reserva de comunidades tradicionais.

ciência

O foguete Starship, no Texas, na manhã desta segunda Patrick T. Fallon/AFP

Falha em válvula obriga SpaceX a adiar lançamento do foguete Starship

Dispositivo congelado nos minutos finais fez com que operação não prosseguisse; nova tentativa será 'em alguns dias', diz Elon Musk

SÃO PAULO A SpaceX adiou o lançamento do Starship, foguete mais poderoso da história, que iria ocorrer nesta segunda (17). Um problema numa válvula que foi congelada na preparação do lançamento fez com que a empresa de Elon Musk optasse por não continuar com a operação.

Com a base de lançamento em Boca Chica, no Texas, a SpaceX havia marcado o lançamento para as 9h, no horário de Brasília. Mas a previsão mudou, e a empresa pretendia alçar voo às 10h20, o que não ocorreu após o problema.

No Twitter, Musk publicou sobre o ocorrido: "Uma válvula de pressurização parece estar congelada, portanto, a menos que comece a operar em breve, não haverá lançamento hoje". Musk também disse que haverá uma nova tentativa em alguns dias. Já a SpaceX não divulgou a nova data provável para o voo, mas afirmou, via Twitter, que "a equipe está trabalhando para a próxima oportunidade disponível".

O equipamento é o mais poderoso da história. Ele conta com 120 metros e bateu os recordes de capacidade em transporte espacial de mais de cem toneladas ao espaço —algo como levar um Boeing 747 com a área de carga cheia.

Ele supera, por exemplo, o SLS, lançado em novembro como o mais poderoso do mundo em operação, e o Saturn V, usado nos anos 1960 e 1970 pelo programa espacial para as missões lunares Apollo.

> **Uma válvula de pressurização parece estar congelada, portanto, a menos que comece a operar em breve, não haverá lançamento hoje**
>
> **Elon Musk** fundador da SpaceX

Se alcançar sucesso em outras tentativas, o primeiro voo Starship, na prática, muda as regras do jogo na competição entre as potências espaciais: até hoje, o esforço concentra-se em fazer satélites e cargas úteis tão pequenos e leves quanto possível. Agora, o diâmetro de nove metros e a capacidade para cargas maiores e mais pesadas promete tornar mais simples a construção de uma base na Lua.

A ambição da empresa de Elon Musk é que o sistema seja totalmente reutilizável, com os dois estágios (um propulsor, denominado Super Heavy, e a nave propriamente dita, Starship) capazes de pousar de forma autônoma.

O Starship já está contratado pela Nasa para fazer o transporte das missões Artemis 3 e 4, programa que pretende levar astronautas de volta à superfície lunar.

Ao definir que faria a aquisição de um módulo de pouso tripulado para o programa Artemis por meio de concorrência, a agência espacial americana deixou para trás designs mais conservadores (como o da Blue Origin, de Jeff Bezos) e empresas mais tradicionais (como a gigante Boeing) ao optar pelo projeto da SpaceX.

O programa Starship nasceu como iniciativa independente da SpaceX, e com outro nome: Interplanetary Transport System. Trata-se do sistema com o qual Musk espera um dia promover a colonização de Marte.

ESPORTE AO VIVO | **16h Chelsea x Real Madrid** Champions, *SBT, TNT E HBO MAX* | **16h Napoli x Milan** Champions, *SPACE E HBO MAX* | **21h30 São Paulo x Puerto Cabello** Copa Sul-Americana, *SBT*

Leila Pereira revela divergências com Flamengo

Dirigentes admitem que cláusula de unanimidade para aprovação de mudanças no estatuto da Libra foi um equívoco

Alex Sabino

SÃO PAULO O documento circulou pelos aplicativos de WhatsApp dos presidentes de times das séries A e B do Campeonato Brasileiro. Era cópia do estatuto da Libra (Liga do Futebol Brasileiro), grupo de 18 times que quer formar uma liga de clubes no país.

O pedido não era para que o documento fosse lido. A questão era quem havia criado o arquivo de Word. Tratava-se de advogado ligado ao Flamengo. Era uma forma de dizer que a equipe da Gávea controlava o que acontecia na entidade que pretende organizar o torneio nacional a partir de 2025.

Os cartolas descartaram a informação. O estatuto da Libra era um documento colaborativo e pouco importava quem o havia iniciado. Ele estava passando por transformações graças a sugestões de todos os envolvidos.

Durante meses a estratégia de pessoas ligadas à LFF (Liga Forte Futebol), organização que tem outros 26 clubes das três principais divisões, foi apontar o poder de Flamengo e Corinthians e a vantagem financeira que eles teriam com a fórmula proposta pela Libra.

Mesmo integrantes da Libra reconheciam isso e, com o passar do tempo, demonstraram incômodo com o comportamento de Rodolfo Landim, presidente do Flamengo. Ele obstruía a maioria das propostas que poderiam levar a um consenso com a LFF usando o poder de veto aprovado pelos próprios filiados: qualquer mudança deve ser aprovada por unanimidade.

A maior contestadora do suposto poder do Flamengo é a mandatária do Palmeiras, Leila Pereira. Ela decidiu, tornar seu descontentamento público. "Eu não entendo porque os demais clubes não se manifestam como eu me manifestei. Se for para dois clubes comandarem a liga, eu prefiro deixar como está hoje, sob a organização da CBF", disse neste domingo (16), à Rádio 365.

A **Folha** tentou entrar em contato com Rodolfo Landim, mas não obteve resposta.

Leila Pereira, do Palmeiras Karime Xavier - 6.abr.22/Folhapress

Rodolfo Landim, do Flamengo Santiago Arcos - 29.out.22/Reuters

O problema é a divisão de dinheiro. A Libra tem proposta de R$ 4,8 bilhões da Mubadala, fundo de investimento ligado à família real dos Emirados Árabes. A LFF assinou documento de R$ 4,85 bilhões da Serengeti, norte-americana. Nos dois casos, o valor integral só é válido se contar com os 40 times das séries A e B em 2025.

Em reunião realizada em fevereiro, os integrantes da Libra buscaram um consenso para apresentar nova oferta à LFF. Até agora, não houve acordo. O grupo aceita colocar um limite máximo de 3,4 vezes para a diferença entre o time de maior e menor arrecadação. Também mudou o critério de engajamento (um dos itens de remuneração) para levar em consideração apenas a audiência média dos jogos.

São duas reivindicações feitas pela LFF e que, no entender dos cartolas da Libra, emperravam as negociações. Eles também acham que a oferta da Serengeti não é para valer e que o fundo não tem os R$ 4,85 bilhões.

Após um período de transição de cinco anos, chegaria-se também à fórmula 45-30-25, sendo 45% dos recursos repartidos em partes iguais, 30% pela classificação e 25% pela média de audiência.

Metade de uma década em que Flamengo e Corinthians manteriam uma vantagem que poderia chegar a R$ 150 milhões sobre a concorrência porque teriam, a partir de 2025, como valor mínimo a receber, aquilo que embolsaram em 2024. Para membros da LFF, isso é manter o cenário atual e ampliar o abismo financeiro.

Há clubes na Libra que concordam com essa visão, mas não conseguem fazer os beneficiados mudarem de ideia por causa da cláusula de unanimidade. Os cartolas reconhecem que a inclusão desta cláusula foi um erro. Após reunião em fevereiro, a Libra disse estar perto de mudar a questão da unanimidade. A reação de presidentes do Futebol Forte ouvidos pela reportagem é de só acreditar nisso quando o papel estiver assinado.

Daniel Alves diz que acusação de vítima teria sido por falta de afeto

MADRI O jogador de futebol Daniel Alves declarou nesta segunda-feira (17) que a relação sexual com a jovem que o acusou de estupro em 30 de dezembro do ano passado foi consentida e que a vítima pode tê-lo denunciado pela falta de intimidade após o ato.

Ele está no centro penitenciário Brians, na região metropolitana de Barcelona, desde 20 de janeiro. Ele foi preso devido a risco de fuga, apontou a juíza na ocasião. A pedido da defesa, o brasileiro prestou essa segunda declaração antes do julgamento, que ainda não tem data marcada.

Segundo fontes da imprensa espanhola, Alves disse que o interesse entre eles foi mútuo e havia tensão sexual desde o momento em que se conheceram, na área vip da boate Sutton, em Barcelona.

Em certo momento, segundo fontes que acompanharam o depoimento, ele foi questionado por que a jovem o acusou de estupro. Alves respondeu que acreditava que, por terem combinado de sair separados do banheiro de forma discreta, sem ele ter demonstrado atenção ou afeto após o ato, ela pode ter ficado ofendida.

Ele voltou a dar sua versão dos acontecimentos, dizendo que chegou ao local com seu amigo Bruno Brasil e foi encaminhado pelo estafe da boate à mesa número seis da área vip. Ali conheceram as três moças e, segundo contou, dançaram e conversaram, principalmente com a suposta vítima. Em seguida, ele diz ter proposto irem a um lugar privado e foram ao banheiro. Tudo o que passou no interior do banheiro foi voluntário, disse.

Segundo depoimento da vítima, Alves as chamou à área VIP da boate e ofereceu taças de espumante, que ela e as amigas recusaram. Depois, ele a teria levado ao banheiro onde aconteceu o estupro.

Em sua primeira declaração, Alves entrou em contradição ao dizer que houve uma relação foi consensual. Antes, porém, havia dito que não conhecia e nem havia se envolvido com a suposta vítima.

A defesa admitiu que o jogador mudou sua versão e passou a trabalhar com a ideia de que houve "relação consentida". Alves segue preso no aguardo do julgamento. **Ivan Finotti**

CORINTHIANS VENCE PALMEIRAS E RECUPERA A LIDERANÇA DO BRASILEIRO
Victória Albuquerque (à esq.) abriu o placar da partida desta segunda (17), que terminou em 3 a 2; na próxima rodada, o time alvinegro enfrenta o Internacional Rodrigo Gazzanel/Ag. Corinthians

Round 38, 2023 (sem Sampaoli)

No ano passado, apenas seis técnicos conseguiram sobreviver às 38 rodadas

Sandro Macedo

Medalha de ouro no futsal (improvisado no gol) e no vôlei do ensino fundamental de 1986; na **Folha** desde 2001

"Batatinha assando, 1, 2, 3". Começou um dos campeonatos nacionais que mais degolam técnicos no mundo. E a versão 2023 já tem dois desfalques antes mesmo do início.

Dos 20 times da Série A do Brasileiro, dois resolveram estrear sem um professor para chamar de seu. O Flamengo (sempre ele) não conseguiu o Jorge que queria (Jesus), não teve tempo para registrar na Carteira de Trabalho o Jorge que arrumou (Sampaoli) e acabou estreando com o Jorge que estava passando (Mário). Sampaoli, portanto, não estará no comando durante as 38 rodadas —mas vai estrear líder, com 3 pontos.

Melhor ainda fez o Goiás, que demitiu Guto Ferreira uma semana antes da estreia no Brasileiro —o clube sentiu sua honra maculada pela perda do estadual— e segue sem técnico. Um amigo comentou que estão esperando acabar o Turcão para anunciar o novo técnico. Maldade.

Neste ano começamos a corrida com oito forasteiros (mais o argentino Sampaoli, que entra na rodada dois), um a menos que em 2022 —mas se o querido leitor, ou a querida leitora, quiser considerar o nome de Sampaoli, aí empatamos com o ano passado.

Porém aumentamos a quantidade de portugueses, são seis: Abel Ferreira (Palmeiras), Ivo Vieira (Cuiabá), Luís Castro (Botafogo), Pedro Caixinha (Bragantino), Pepa (Cruzeiro) e Renato Paiva (Bahia). Os argentinos Eduardo Coudet (Atlético) e Juan Pablo Vojvoda (Fortaleza) completam o time.

No ano passado, apenas seis professores conseguiram sobreviver às 38 rodadas, com vitória por 4 a 2 para os estrangeiros —seria 4 a 3, mas o Red Bull Bragantino demitiu Maurício Barbieri (hoje no Vasco) já nos acréscimos.

Da classe 2022, Abel, Castro e Vojvoda continuam no jogo em 2023. Vítor Pereira, que completou as 38 rodadas pelo Corinthians, vai deixar saudade (se o Goiás tiver tratamento adequado para sogras, fica a dica).

Os dois brasileiros que foram até o fim sem perder o pescoço foram Rogério Ceni (São Paulo) e Dorival Jr. (que fez um mistão Ceará + Flamengo). Ceni continua firme e forte (ou não) no São Paulo. Dorival foi demitido do Flamengo após ganhar Libertadores e Copa do Brasil e pacificar o vestiário. Não pegou bem por lá. Com tantos feitos em 2022, Dorival está sem clube em 2023.

Talvez o número de degolas neste ano seja menor (sim, síndrome de Poliana). Não exatamente porque os dirigentes sejam mais profissionais, mas porque as multas rescisórias estão gigantes. E não é todo mundo que tem o orçamento generoso para demissões que o Flamengo tem (deve ser isso o que faz o "gerente de transição", que existe no clube do Rio).

No Atlético Mineiro, ficaram doidos para demitir Eduardo Coudet após uma entrevista da discórdia, na qual o treinador jogou merda no ventilador e ligou no máximo. Mas olharam o valor da multa e desistiram. Ainda assim, este escriba acredita que pelo menos um time que iniciou com treinador estrangeiro no comando vai cair neste ano. Não é secada, apenas proporção matemática.

Feito carioca
Moradores do Rio que foram à padaria na manhã de segunda querendo sacanear um coleguinha se deram mal. Ninguém sacaneou ninguém. Nesta primeira rodada aconteceu um feito muito raro: os quatro grandes do Rio venceram seus jogos, com destaque para o Vasco, que conquistou três pontos contra o Atlético-MG fora de casa. Poucos conseguirão. Desde a 26ª rodada de 2018 que os quatro do Rio não venciam.

Frase para guardar
"A gente sabe que esse Brasileiro é muito disputado. É um dos melhores campeonatos que têm no Brasil." (Alef Manga, atacante do Coritiba).

Folha lança série de reportagens sobre 100 lugares imperdíveis para visitar no Brasil

SÉRIES FOLHA
100 LUGARES INCRÍVEIS NO BRASIL

SÃO PAULO Em um cenário de dólar alto e inflação, os brasileiros têm dado prioridade a viagens dentro do país, explorando sua variedade de destinos, litorâneos e montanhosos, com estrutura para receber famílias ou prontos para serem descobertos pelos aventureiros.

Um estudo do Google divulgado em março, aliás, aponta que a demanda por passeios mais curtos é uma das tendências para o turismo nos próximos meses.

Para ajudar o leitor na tarefa de desbravar destinos nacionais, cada vez mais em alta depois da pandemia, a **Folha** lança uma série especial de dez reportagens, a partir desta quinta (20), elencando cem lugares imperdíveis para visitar no Brasil.

Leitores que já se aventuraram em busca de atrações incríveis no território nacional também podem participar da empreitada, enviando suas sugestões por meio do link folha.com/pesquisaseries. Quem compartilhar suas dicas vai receber, em primeira mão, um teaser com detalhes do texto de estreia.

A primeira reportagem da série apresenta dez cachoeiras espalhadas por vários estados do país. A lista elenca desde atrações muito procuradas, como as cataratas do Iguaçu, no Paraná, um dos principais destinos turísticos do Brasil, até uma queda-d'água isolada, ao sul do Parque Nacional da Chapada Diamantina, no interior da Bahia.

[...]

As atrações serão divididas em temas, incluindo praias, cidades históricas, parques naturais e reservas

A seleção também leva em consideração o grau de dificuldade de acesso aos destinos, apresentando opções que podem ser alcançadas em viagens curtas de carro e outras que dependem de planejamento, incluindo a contratação de guias.

O conteúdo, publicado semanalmente, será exclusivo para assinantes. Ao final da série, as reportagens serão compiladas no formato de ebook –permitindo que o leitor guarde seu conteúdo como um guia para conhecer o melhor do Brasil.

Contemplando diferentes estilos de viagem e viajantes, as atrações serão divididas em temas variados, incluindo praias selvagens e urbanas, cidades históricas, parques naturais e reservas.

O especial vai trazer também indicações do melhor período para visitar os destinos, incluindo recomendações sobre como chegar e aproveitar o melhor de cada localidade.

Internautas compartilham gibi da Turma da Mônica Divulgação

VOCÊ VIU?

Internet exalta papel dos gibis na formação de leitores e defende Mauricio de Sousa após jornalista dizer que história em quadrinhos "não é literatura". Em entrevista à Revista Veja, o jornalista e diretor James Akel defendeu sua candidatura à Academia Brasileira de Letras (ABL) sob justificativa de que ele seria mais apropriado do que o concorrente Mauricio de Sousa. Akel já havia desdenhado da candidatura de Sousa em entrevista à **Folha**, segundo o autor, uma possível eleição do cartunista significaria "o fim da literatura escrita nos livros". Nas redes sociais, internautas saíram em defesa do cartunista: "Ouso dizer que o Maurício de Sousa é O autor nacional mais importante se tu leva em conta criação de leitores", escreveu @MaxLeite, no Twitter. "Os quadrinhos escritos por Maurício de Sousa foram extremamente importantes para a alfabetização de milhões de brasileiros", postou @halldaideia. Segundo apurou a coluna de Mônica Bergamo, Sousa tornou-se favorito à vaga após o debate ter ganhado repercussão. **Rebeca Oliveira**

'A ESTRELA DE FURA', MAIOR RUBI DO MUNDO SAIRÁ DE HONG KONG, NA CHINA, PARA LEILÃO EM NOVA YORK
Após prévia na Sotheby's, sociedade de vendas por leilão, a expectativa é de que a pedra seja vendida por U$ 30 milhões, cerca de R$ 149 milhões Lam Yik/Reuters

ACERVO FOLHA

Há 100 anos
18.abr.1923

Governador de SP inaugura museu republicano

Foi transformando a residência onde foi realizada a Convenção de Itu em museu que o governo de São Paulo comemorou, nesta quarta-feira (18), o 50º aniversário da histórica reunião (que levou à formação do Partido Republicano Paulista e que serviu como marco originário da campanha republicana).

O governador Washington Luís entrou às 13h30 no Museu Histórico Republicano, recebido por uma comissão de moças, que lhe jogaram flores. Em seu discurso, relembrou a reunião de 1873. A Liga Nacionalista realizou distribuição de folhetos em que exaltava vantagens do voto secreto.

Folha da Noite

LEIA MAIS EM acervo.folha.com.br

Um dia tudo passa

Até lá, é preciso aprender a dizer não

Suzana Herculano-Houzel
Bióloga e neurocientista da Universidade Vanderbilt (EUA)

Li semana passada The Measure, de Nikki Erlick, uma ficção bem como eu gosto, do tipo experimento mental: E se um dia todos os maiores de 22 anos no planeta recebessem uma caixa com os dizeres "a medida verdadeira da sua vida se encontra no interior", contendo um fio indestrutível cujo comprimento os cientistas logo descobrem que prediz a duração da vida de cada um?

A ficção segue uma série de reorganizações a partir deste evento nas vidas pessoal e política dos personagens centrais, que vão se emaranhando, todas a partir de um confronto que francamente me deixa estupefata pelo seu tratamento como surpresa: a realidade da morte, mesmo para quem escolhe não abrir a caixa.

Então as pessoas não sabem que vão morrer, todas, mais cedo ou mais tarde? Precisa um fio para lembrar disso? Sou só eu e mais uns poucos que vivemos com essa constatação em mente, sem esquecer dela um único dia?

Sim, eu sofro de ansiedade crônica, mas a consciência da realidade da minha mortalidade não é parte da causa, e sim da solução. Acho reconfortante saber que nada é para sempre. É um tipo de reality check que nos força a abandonar a fantasia do tempo infinito e convida a estabelecer prioridades realistas.

Seu tempo é limitado: o que você quer fazer com ele?

Talvez essa consciência seja uma parte fundamental da sabedoria que se ganha com o envelhecimento. Anos atrás, ouvi de uma colega neurocientista que o melhor benefício da idade era ela ter aprendido a dizer "Não" sem culpa.

Acho que agora eu entendo o que ela quis dizer.

Dizer não é algo que se aprende, porque exige contradizer todo o começo da nossa existência, que é aprender a dizer sim: ganhar habilidades, estabelecer competências, formar padrões de ações diferentes em situações diferentes.

Dizer Não é negar oportunidades e ir contra isso tudo, o que só se faz com introspecção e auto-consciência, que são duas coisas difíceis e, francamente, dispensáveis, pois é perfeitamente possível viver toda uma vida sem se pensar nela, só passando de um dia ao outro.

Dizer Não é complicado: requer presença de espírito para suprimir o sim iminente, e auto-conhecimento para entender como a gente funciona, o que a gente quer, e principalmente o que a gente não quer na vida. Recusar o que levamos tantos anos aprendendo a fazer e a aceitar fazer é algo só se aprende à força de experiência e muita tentativa e erro.

Cabe na agenda? Cabe, mas não quero fazer, obrigada. Pode ir junto? Posso, mas não quero, obrigada. Consegue aturar gente chata? Consigo, mas não preciso, então não vou aturar, obrigada.

Concerto com música estridente nas alturas e todo mundo de pé, amontoado, segurando latinha de cerveja? Não preciso mais, obrigada.

A sensação de controle que acompanha a recusa consciente é um dos bens mais preciosos que se ganha com a experiência de vida.

FOLHA DE S.PAULO ★★★
TERÇA-FEIRA, 18 DE ABRIL DE 2023 C1

ilustrada

Pintura de Renan Teles
Divulgação

Filho nativo

Jericho Brown, que venceu o Pulitzer com poemas doces e brutais sobre ser negro em um país racista, vem ao Brasil lançar livro

Walter Porto

SÃO PAULO "Existe a felicidade que você tem/ e a felicidade que você merece", afirma o segundo poema de "A Tradição", do americano Jericho Brown. "Elas se sentam longe uma da outra/ Como você e sua mãe/ Se sentaram em pontas opostas do sofá/ Depois que uma ambulância veio para/ Buscar seu pai."

Conforme os versos continuam, se entende que o responsável pela violência que esgarçou aquela vida doméstica foi o próprio eu lírico, que arremata —"Não importa quão doído a ferida/ Te deixou, você se senta e vê a si mesmo/ Como um ser humano finalmente/ Livre agora que ninguém precisa te amar".

Já se capturam por aí alguns dos principais assuntos deste livro vencedor do Pulitzer de poesia, que agora chega ao Brasil pelo projeto Círculo de Poemas, com tradução de Stephanie Borges. As dores transmitidas dentro das famílias, a hostilidade contra si mesmo, o amor que fere como vidro perpassam quase toda a experiência despejada pelo autor sobre as páginas.

É uma experiência negra num país racista, que não se exime de temas difíceis de encarar, como a tentação do suicídio pela sensação de não pertencimento —bebendo direto da fonte de James Baldwin—, o medo de ser alvejado pela polícia a qualquer momento e o fardo de carregar na pele estereótipos sem absolutamente qualquer lastro.

"Nunca saberei quem inventou a mentira de que somos preguiçosos./ Mas adorarei acordar o maldito/ Ainda de madrugada, enfiá-lo num caminhão e levá-lo perante Deus/ Por todos os pontos de ônibus do país para ver todo aquele povo preto/ Esperando para ir trabalhar para ter o que quiser."

A leitura de "A Tradição", capaz de arrancar lágrimas de melancolia e revolta, não é leve. O que torna surpreendente quando seu autor aparece diante do vídeo do Zoom comendo o que parece uma salada, divertido e espalhafatoso.

O repórter pergunta ao autor o quanto ele se separa do eu lírico tão grave de sua poesia. Brown diz que são totalmente iguais e totalmente distintos, porque, no limite, "você também é a pessoa que é na sua imaginação".

"Não é como se eu estivesse mentindo", afirma ele. "Não tenho filhos, mas, quando um filho surge em um poema meu, é porque esse texto está tentando me ensinar algo."

Brown oferece um exemplo baseado num caso real, sobre um episódio emblemático do movimento Black Lives Matter, que aparece de forma oblíqua em um poema com o nome do livro, "A Tradição".

Continua na pág. C2

A FEIRA DO LIVRO
O americano é um dos primeiros nomes internacionais a confirmar presença no evento paulistano, que terá sua segunda edição de 8 a 11 de junho na praça Charles Miller, no Pacaembu, com entrada grátis

MÔNICA BERGAMO

monica.bergamo@grupofolha.com.br

NA MIRA

A Procuradoria-Geral da República (PGR) apresentou denúncia contra o senador Sergio Moro (União Brasil-PR) ao Supremo Tribunal Federal (STF) por calúnia que ele teria cometido contra o ministro da Corte Gilmar Mendes.

INTERNET Na sexta-feira (14), viralizou nas redes sociais um vídeo em que o ex-juiz aparece dizendo a interlocutores sobre "comprar um habeas corpus de Gilmar Mendes".

PENA A vice-procuradora-geral da República Lindôra Maria Araújo pede que o senador seja condenado à prisão e que, se a pena for superior a quatro anos, ele perca o mandato.

DENÚNCIA "Ao atribuir falsamente a prática do crime de corrupção passiva ao ministro do Supremo Tribunal Federal Gilmar Ferreira Mendes, o denunciado Sergio Fernando Moro agiu com a nítida intenção de macular a imagem e a honra objetiva do ofendido, tentando descredibilizar a sua atuação como magistrado da mais alta Corte do país", diz o documento da PGR.

DENÚNCIA 2 A vice-procuradora afirma também que o ex-juiz proferiu a frase em público, "na presença de várias pessoas, com o conhecimento de que estava sendo gravado por terceiro, o que facilitou a divulgação da afirmação caluniosa".

RESPOSTA Em nota à coluna, Moro afirma que "fragmentos do vídeo editado e divulgado por terceiros não revelam qualquer acusação contra o ministro Gilmar Mendes".

RESPOSTA 2 "O senador Sergio Moro sempre se pronunciou de forma respeitosa em relação ao Supremo Tribunal Federal e seus ministros, mesmo quando provocado ou contrariado. Jamais agiu com intenção de ofender ninguém e repudia a denúncia apresentada de forma açodada pela PGR, sem base e sem sequer ouvir previamente o senador", diz.

OFÍCIO O senador Renan Calheiros (MDB-AL) pediu ao Conselho Nacional de Justiça o afastamento do desembargador Marcelo Malucelli, do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4).

FICHA Malucelli foi o responsável por restabelecer a prisão do advogado Rodrigo Tacla Duran, réu da Lava Jato que faz acusações contra autoridades da operação, como o ex-juiz e atual senador Sergio Moro.

FICHA 2 Renan argumenta que o filho de Malucelli, João Eduardo Barreto Malucelli, é sócio de Moro em um escritório de advocacia, além de namorado da filha mais velha do senador.

OUTRO LADO Malucelli não se manifestou sobre o caso. Moro diz que está afastado das atividades do escritório "desde o início do mandato".

ENSINO O vice-presidente Geraldo Alckmin e o ministro do Supremo Tribunal Federal Luís Roberto Barroso participarão na terça (18) de encontro em Brasília que discutirá ações emergenciais para a educação no país. Os casos de violência escolar serão debatidos no evento, que é organizado pela ONG Todos Pela Educação.

TELONA

1

Fotos Mathilde Missioneiro/Folhapress

2

3

O cineasta Amir Labaki 1, criador e curador do É Tudo Verdade, recebeu convidados na abertura da 28ª edição do evento, na semana passada, na Cinemateca Brasileira, em São Paulo. A diretora Caru Alves de Souza e a cineasta Tata Amaral 2 marcaram presença no evento. O presidente do Instituto Tomie Ohtake, o arquiteto Ricardo Ohtake, e a empresária Marcy Junqueira 3 também passaram por lá

LARGADA O Ministério da Cultura vai realizar um evento para marcar o lançamento da Lei Paulo Gustavo no dia 11 de maio, na Concha Acústica, em Salvador. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) deve comparecer à cerimônia.

MONTANTE O texto da Lei Paulo Gustavo, que foi sancionado em dezembro de 2022 ainda no governo de Jair Bolsonaro (PL), prevê o pagamento de R$ 3,86 bilhões para estados e municípios ajudarem o setor cultural a se recuperar da crise causada pela pandemia.

PASSOS O evento vai marcar o início das transferências dos recursos, que devem ser executados até o fim do ano.

SET A cineasta Elizabete Martins Campos, que dirigiu o documentário "My Name Is Now, Elza Soares", deu início à produção de seu novo longa, "Maria Alcina, Alegria Brasil". O filme é baseado na história e na obra da cantora Maria Alcina.

SET 2 A produção vai lançar um concurso de composição para premiar e licenciar obras musicais para a trilha sonora original do longa-metragem. A realização é da iT FIlmes.

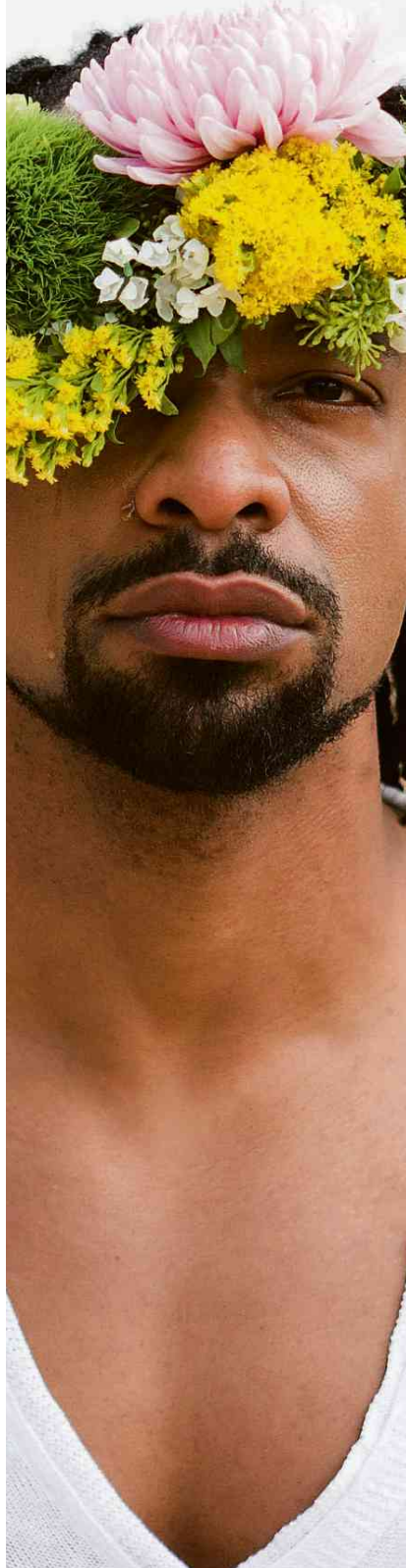
HONRARIA O tenor Jean William receberá no dia 11 de maio o título de cidadão ribeirão-pretano da Câmara Municipal da cidade do interior paulista. O músico nasceu em foi criado em Barrinha (SP), mas apresentou seu primeiro concerto em Ribeirão Preto, no Theatro São Pedro.

HONRARIA 2 Ele também estudou no campus da faculdade de música da USP, localizado no município. "Ribeirão Preto fica maior recebendo Jean William como filho dessa terra", afirma o vereador Marcos Papa (Podemos), um dos idealizadores da homenagem.

com Bianka Vieira, Karina Matias e Manoella Smith

Poemas não são música pop. Se você é Beyoncé, seu trabalho é feito para grandes massas. Eu sou poeta! Quando você ler meu livro, serei eu falando a você. O que acontecer com você será diferente do que a outra pessoa que ler

Jericho Brown
poeta

O poeta americano Jericho Brown, vencedor do Pulitzer Divulgação

Filho nativo

Continuação da pág. C1

"Quando eu penso no assassinato de Michael Brown por um policial", diz o poeta Jericho Brown, "penso nele deitado na rua, seu corpo se decompondo, com fita de polícia em torno da área". "E, através da câmera ao vivo, você conseguia ver sua mãe a poucos passos dali, sem conseguir chegar até ele para cobrir seu corpo. Eu não preciso ser pai para saber que aquele sentimento deve ser insano."

"Temos de nos perguntar por que temos tamanha obsessão em saber quem escreveu um determinado livro", continua o poeta. É compreensível, pondera ele, se perguntar por que alguém escreveria no lugar de outra pessoa marginalizada. Se a razão for objetificar aquela experiência, "não faça isso", afirma. Mas, caso não seja, não se preocupe, porque o próprio texto vai dar conta de tudo sem a necessidade de o autor se explicar.

Quem tiver curiosidade de saber quem é a pessoa por trás dos escritos de Brown, a propósito, vai ter uma boa oportunidade daqui a dois meses. O poeta premiado virá a São Paulo para a Feira do Livro organizada pela Associação Quatro Cinco Um, que terá sua segunda edição no Pacaembu de 8 a 11 de junho.

Mas a exploração que o escritor faz da própria autoria ainda vai uns degraus além. Num poema doloroso, ele se dirige a si mesmo, farto, nominalmente.

"Estou cansado da sua tristeza,/ Jericho Brown, da sua negritude,/ Dos seus livros. De saco cheio de você/ Me levar pra cama/ Para eu esquecer o quanto estou/ Cheio. Estou cansado da sua beleza,/ Dos seus debates, sua preocupação, sua/ Determinação em manter a bunda/ Dura, da pouca grana que ganha."

"Há uma sensação, quando você está escrevendo, de que você está fazendo a melhor coisa que qualquer um jamais poderia fazer", aponta o autor. "Que está mudando as constelações, salvando o planeta. Aí depois você para, olha e vê que o mundo continua pegando fogo. Queria escrever sobre essa sensação de desamparo que vem logo depois de se sentir todo-poderoso."

O que não quer dizer, em absoluto, que a poesia seja destituída de poder. É só um processo mais discreto.

"Poemas não são música pop. Se você é Janet Jackson ou Beyoncé, seu trabalho é feito para grandes massas. Eu sou poeta! Quando você ler o meu livro, será Jericho Brown falando para você. O que acontecer com você será diferente do que a outra pessoa que ler. Então poemas podem não importar desse jeito grandioso, mas importam de um para um. Podem mudar um coração."

Num texto específico, que pinta um traço de esperança nessa exaustão toda, Brown escreve estar "cansado de reivindicar a beleza onde há somente a verdade". O que encanta é quanto espaço para ternura essa verdade também contém.

Em "Os Pêssegos", ele faz uma crônica curta sobre comprar frutas, depois do expediente, para duas garotinhas que estão em casa. "Trabalhei duro e quero/ levar para elas algo doce", escreve Brown, sobre, quem sabe, suas filhas imaginárias. "Para que saibam que sinto mais falta delas/ Do que de outras pessoas."

A Tradição
Autor: Jericho Brown. Ed.: Fósforo e Luna Parque. Trad.: Stephanie Borges. R$ 54,90 (88 págs.); R$ 34,90 (ebook). Já no Círculo de Poemas, chega às livrarias em maio

Sangue menstrual e tradição sublinham poemas

Versos de 'Voa Baixo & Dorme', de Carla Diacov, são marcados por tensão de uma mulher cindida entre o recato e a liberdade

LIVROS
Voa Baixo & Dorme
★★★☆☆
Autora: Carla Diacov. Ed.: Macondo. R$ 44 (106 págs.)

Luisa Destri

Na contramão do clichê "não se deve julgar um livro pela capa", "Voa Baixo & Dorme", da poeta paulista Carla Diacov, parece estampar uma chave visual de leitura —uma pintura menstrual feita pela própria autora sobre a representação de uma figura religiosa feminina, a capa propõe uma tensão que guia a entrada do leitor.

O aspecto vivo, quente e espontâneo do sangue sobre o convencionalismo do retrato neoclássico de santa Cecília cria a expectativa de algo que se poderia chamar, sem exagero, de profanação.

A tensão se confirma na dupla figuração do feminino no livro —uma, icônica, corresponde às expectativas mais tradicionais em torno da mulher, ligadas ao ambiente doméstico, à espera amorosa, à submissão diante de um interlocutor ou amado masculino.

Outra, simbólica, remete à sintonia com o corpo, que permite ao eu lírico, sempre feminino, a vivência dos excessos e das oscilações, liberta de padrões pré-estabelecidos.

Nesse sentido, aquela que fala nos poemas retrata a si mesma como ligada a elementos como, de um lado, a cozinha, os temperos, as fotografias, os gatos, os móveis e, de outro, o desejo, a "carne", o "assoalho pélvico", o "dormir cheirando os dedos" umedecidos na "noite molhada".

Embora elogie o próprio desajuste em relação à "troca fixa de valores com o mundo" —como no poema iniciado por "me sinto viva um pouco"—, nem sempre se sente em conflito.

Ao se dirigir a um amor ora masculino, ora feminino, ora indeterminado, a amante vive as mais diversas situações. Canta o sentimento, lamenta a ausência, tece lembranças. Reage de maneira violenta a um homem. Num dos poemas, imagina ferir o rapaz, assassinar para servir "suas tão ocas cavidades" aos gatos.

Em outro ("quando o pensamento for morno demais"), promete cremar o corpo e roubar a namorada de alguém que pode ser mulher ("você vai estar distraída") ou homem ("estaremos encantados").

Num terceiro caso que chama a atenção ("você me acusa de te amar"), enumera queixas do par que incidem tanto sobre o papel convencional da mulher ("me acusa de feitiçaria porque preparo seus alimentos com a mão") como sobre sua subversão —"me acusa de traição porque contorno com a língua outras pessoas", "me acusa [...] de socorrer baratas".

É uma figura quase sempre bem comportada, com poucas exceções —como o poema "Memória II", uma defesa da masturbação feminina —"meta a siririca bem nos ovos dessa lembrança".

Um dos principais recursos da boa poesia, a aproximação de elementos díspares ou contrários, é, assim, buscada de diferentes maneiras nos poemas do livro, produzindo resultados também diversos.

Detalhe da capa de 'Voa Baixo & Dorme', livro de poemas de Carla Diacov Divulgação

Um encontro com a barata no banheiro brinca com a impossibilidade de produzir epifania, como costuma acontecer, em literatura, diante desse inseto. Cria, assim, uma interessante figuração do absurdo desdobramento do corpo, mas não esconde um regozijo ingênuo diante da repetição insistente da palavra "bosta".

Poemas que procuram extrair elevação do cotidiano soam mais consistentes —"deixei essa maçã na mesa/ meu bem para que você notasse/ maçãs existem fazem bem ao/ sistema muito bem aos sistemas".

Carregado de simbolismos, o fruto ao mesmo tempo exige interpretação e aponta putrefação e esvaziamento —"a maçã que eu deixei na mesa para o/ meu bem está ali há três semanas// uma intenção mofa e desaparece/ porque outra intenção foi contemplada".

É um exemplo breve e discreto de algo que havia sido anunciado na capa e que se faz presente em um caso como o de "Para a Vênus de Willendorf". Ao se concentrar, na verdade, na Medusa de Caravaggio, esse poema tematiza a opressão da mulher em diálogo com a história da arte.

Além de retomar, pelo título, a estatueta que já havia figurado em um poema forte de "A Menstruação de Valter Hugo Mãe", livro anterior de Diacov, seus versos lembram que a capacidade crítica da poesia cresce na medida da força dos símbolos enfrentados.

Coletânea de Waly Salomão dá a volta ao mundo e viaja pelas artes e pelas drogas

Waly Salomão Divulgação

LIVROS
Jet Lag - Poemas para Viagem
★★★★☆
Autor: Waly Salomão. Ed.: Companhia das Letras. R$ 99,90 (128 págs.); R$ 39,90 (ebook)

Alcir Pécora

A ideia de coletânea no sentido forte de criação não é estranha ao talento poliforme do poeta baiano Waly Salomão, que organizou os melhores livros de Caetano Veloso ("Alegria, Alegria") e de Torquato Neto ("Os Últimos Dias de Paupéria").

Já aqui, em "Jet Lag - Poemas para Viagem", é um dos filhos do autor, Omar Salomão, que se encarrega da tarefa de produzir uma coletânea da poesia do pai, da qual se desincumbe a partir de uma concepção tradicional de viés temático.

Reúne um conjunto de 36 poemas bastante diversos entre si, em que o mais estimulante, em termos de leitura crítica, é a exploração das equivocidades e conexões ocultas entre diferentes signos de "viagem", retirados dos livros de Salomão com destaque para "Tarifa de Embarque", de 2000.

Formalmente, predominam na sua poesia o verso branco livre, isto é, sem rima regular ou medida fixa; a enumeração, que abrange desde sinonímias a listagens caóticas; a paronomásia e a aliteração, que se apoiam na repetição fônica no início e no interior dos versos; e, de maneira persistente, a adjetivação sonora, o emprego de expressões populares e trocadilhos.

Já por isso se percebe que são poemas de muita fluência, oralidade e flexibilidade de elocução, que Salomão sabia explorar em leituras públicas com voz potente e gestos largos, que, por vezes, tocavam o histriônico, sem desafinar.

A constelação sígnica da noção de "viagem", na coletânea, contempla vários sentidos, dos quais destaco três.

O primeiro é literal, no qual a poesia se constrói como súmula evocativa de diferentes lugares que o autor conheceu, desde a cidade da infância de "tabaréu", no interior da Bahia, até o Rio de Janeiro, onde viveu, além de sítios do Brasil e do exterior, como a região do "crescente fértil", a meia-lua formada entre os rios Tigre, Eufrates, Jordão e Nilo.

Esse tipo de descrição desemboca em crônicas de costumes ou anedota de submundo e amor bandido, que insinuam um Nelson Rodrigues mais pop e menos reacionário.

O segundo sentido de "viagem" que está presente na coletânea é sobretudo simbólico, quando se divide em duas direções quase opostas —uma, mais melancólica e solitária, voltada sobretudo à busca das origens paternas de imigrante sírio; outra, eufórica, que refere a expansão da percepção por meio das drogas.

São trips em fluxos de consciência, cujo ápice se dá nos dois poemas extraídos de seu livro de estreia, que é também a sua obra-prima, "Me Segura qu'Eu Vou Dar um Troço", de 1972, ideado em torno da prisão por porte de drogas que o levou por 18 dias ao Carandiru.

Para fechar esse esboço de "Jet Lag", há um terceiro sentido da "viagem" contido na coletânea, talvez o mais insistente deles, que é o dos nexos entre arte e vida.

Nesse aspecto, os pontos de ligação acentuados por Salomão são a leitura dos clássicos, especialmente os de viés órfico, quando a palavra interfere e "desoculta" a realidade que o cotidiano mascara; a erótica "latejante" das línguas; certo populismo tropicalista, que faz vibrar a conexão mística com a gente simples.

E, para resumir tudo, uma paixão da vida que só se efetua de fato quando recolhida para dentro da poesia.

Cenas de 'História(s) do Cinema', série experimental de documentários realizada por Jean-Luc Godard, o mestre da nouvelle vague, como homenagem à sétima arte Divulgação

Godard não tem um documentário à sua altura

Cineasta é homenageado no festival É Tudo Verdade com 'Godard Cinema', de Cyril Leuthy e seu 'Historia(s) do Cinema'

ANÁLISE

Sérgio Alpendre
Crítico de cinema

SÃO PAULO Jean-Luc Godard é um dos homenageados do festival de documentários É Tudo Verdade deste ano. Morto em setembro de 2022, o cineasta é tema do documentário "Godard Cinema", de Cyril Leuthy. O festival ainda exibirá, na íntegra, a minissérie "História(s) do Cinema", com versão definitiva de 1998.

Imaginem o espectador brasileiro desavisado passando em frente a um cinema em algum momento a partir de 1967 com o filme "Quando Duas Mulheres Pecam" em cartaz. Ele entra e vê uma obra-prima por engano. Talvez não entrasse se estivesse escrito "Persona", título original do filme de Ingmar Bergman.

O mesmo engano pode acontecer hoje com a minissérie "História(s) do Cinema", de Jean-Luc Godard, na programação do É Tudo Verdade, esperando uma análise didática e informativa sobre a evolução da sétima arte.

Não é o que Godard tinha em mente. O espectador verá nesse monumento construído entre 1988 e 1998 um grande poema feito de imagens e sons. Imagens que não chegamos a ver fixamente, pois se alternam com outras em velocidade, num efeito estroboscópio que se nega à retenção.

O último longa realizado por Godard, "Imagem e Palavra", tinha como título original "Le Livre d'Image", ou o livro da imagem. Pois é, poeticamente falando, um livro de imagens que o cineasta apresenta na minissérie. Uma coleção de imagens de todos os tipos, em movimento, stills de filmes, fotogramas, pinturas, gravuras, fotografias, vídeo, filmes pornográficos, animações.

O cinéfilo mais voraz terá dificuldade de reconhecer os filmes desfilados em "História(s) do Cinema". Godard também é um cineasta da montagem, como Sergei Eisenstein.

As pistas são falsas —aparece o nome de um filme na tela, mas vemos imagens de outros. Quem quiser brincar de adivinhar terá uma frustração. Quem admira poesia em cinema encontrará fascinação.

Ao associar fotogramas com pinturas, Godard faz também um inventário poético da imagem e investiga o que o cinema herdou da fotografia, que por sua vez herdou da pintura, incluindo a missão de interpretar o mundo com realismo.

A partir do terceiro episódio, um certo didatismo é introduzido —só para dar um gostinho. O pensamento é livre, mas as associações de imagens são pensadas, respondem a uma ordem estabelecida por Godard.

Foi preciso vivência e o espírito desbravador de um jovem para atingir o mais alto nível artístico nesses oito episódios que somam quatro horas e meia de duração.

"Godard Cinema", por outro lado, é a antítese de Godard. Leuthy opta pelo didatismo, no velho formato entrevistas mais imagens de arquivo. Um documentário na acepção da palavra, enquanto "História(s) do Cinema" é inclassificável.

Um terço do filme é dedicado à primeira parte da carreira de Godard, da fase nouvelle vague, até "Duas ou Três Coisas que Eu Sei Dela". A segunda parte vai de "A Chinesa", a revolução anunciada, até o final da experiência de filmes militantes com o grupo Dziga Vertov.

Os experimentos com vídeo iniciados nos anos 1970, bem como o acidente de moto que quase tirou a vida do cineasta em 1971 compõem o terceiro capítulo, que mostra ainda seu envolvimento com Anne-Marie Miéville, cineasta com quem viveu até sua morte.

A volta a um cinema mais próximo do palatável na virada para os anos 1980 marca o quarto capítulo, e sua carreira começa a passar mais depressa. Depois de "História(s) do Cinema", em 1988, Leuthy parece perder o interesse.

O documentário é bom porque seleciona bem algumas das imagens criadas pelo próprio Godard e tem imagens de arquivo raras. Mas o cineasta ainda merece um documentário que faça justiça a seu gênio. Talvez seja impossível.

Godard Cinema
França, 2022. Dir.: Cyril Leuthy. Dia 20 de abril às 19h30 no IMS - av. Paulista, 2.424, São Paulo. Classificação não indicada

História(s) do Cinema
Fraça, 1988. Dir.: Jean-Luc Godard. Em exibição no festival É Tudo Verdade. Classificação não indicada

Cena do filme 'Um Espião Compassivo' Divulgação

'Um Espião Compassivo' reavalia papel de físico na Guerra Fria

Pedro Strazza

SÃO PAULO Steve James entende a atração atual de Christopher Nolan pela bomba atômica. Os dois cineastas falam de cientistas do Projeto Manhattan —que criaram a arma responsável por destruir Hiroshima e Nagasaki, no Japão, há quase 80 anos— em seus novos filmes, "Um Espião Compassivo" e "Oppenheimer", respectivamente, embora de perspectivas diferentes.

Quando perguntado sobre a coincidência, James diz em tom de brincadeira que Nolan copiou seu projeto. Mas o documentarista americano afirma que ele e o diretor britânico chegaram ao tema por uma preocupação similar.

"A bomba atômica ressurgiu como preocupação geopolítica", afirma James. "O aquecimento global, por um tempo, substituiu as armas nucleares como grande ameaça à humanidade, mas esses aparatos continuam perigosos e acho que o público voltou a perceber isso."

Filme de James, "Um Espião Compassivo" é bem mais barato que "Oppenheimer", uma produção com orçamento grande o suficiente para simular o impacto atômico com explosivos. O protagonista, Ted Hall, também é bem discreto em relação a Robert Oppenheimer, criador da bomba.

Mas a história do físico, o mais jovem a participar do Projeto Manhattan, é tão importante quanto a do chefe. Foi ele quem vazou o projeto do aparato à União Soviética na época. Hoje, é acusado de causar a Guerra Fria, que ocuparia o resto do século.

"Um Espião Compassivo" contesta a acusação. O documentário, exibido no festival É Tudo Verdade, mostra que Hall, embora simpático aos ideais soviéticos, compartilhou segredos de Estado por preocupação com o monopólio de um poder tão imenso para os Estados Unidos.

Mas o contexto geopolítico é detalhe no filme, que prefere o relato íntimo de Joan Hall, mulher de Ted. O físico morreu em 1999, pouco depois dos arquivos da investigação do FBI sobre o casal irem a público.

Além de despertar a ira em partes do povo americano, os documentos mostram o quanto os Hall sofreram com a vigilância do governo. Joan sabia dos atos do marido desde o começo e protegeu a família.

Esse ângulo da história chamou a atenção de Steve James, que ouviu a história de David Lindorff, jornalista que entrevistou para o seu documentário "Abacus", lançado em 2016.

Ele decidiu fazer o filme depois de viajar para o Reino Unido e passar quatro dias entrevistando Joan. Com a descoberta de uma entrevista antiga de Ted para a televisão, o diretor percebeu o valor da pequena história do casal sobre a maior. Até porque ela oferecia uma perspectiva diferente.

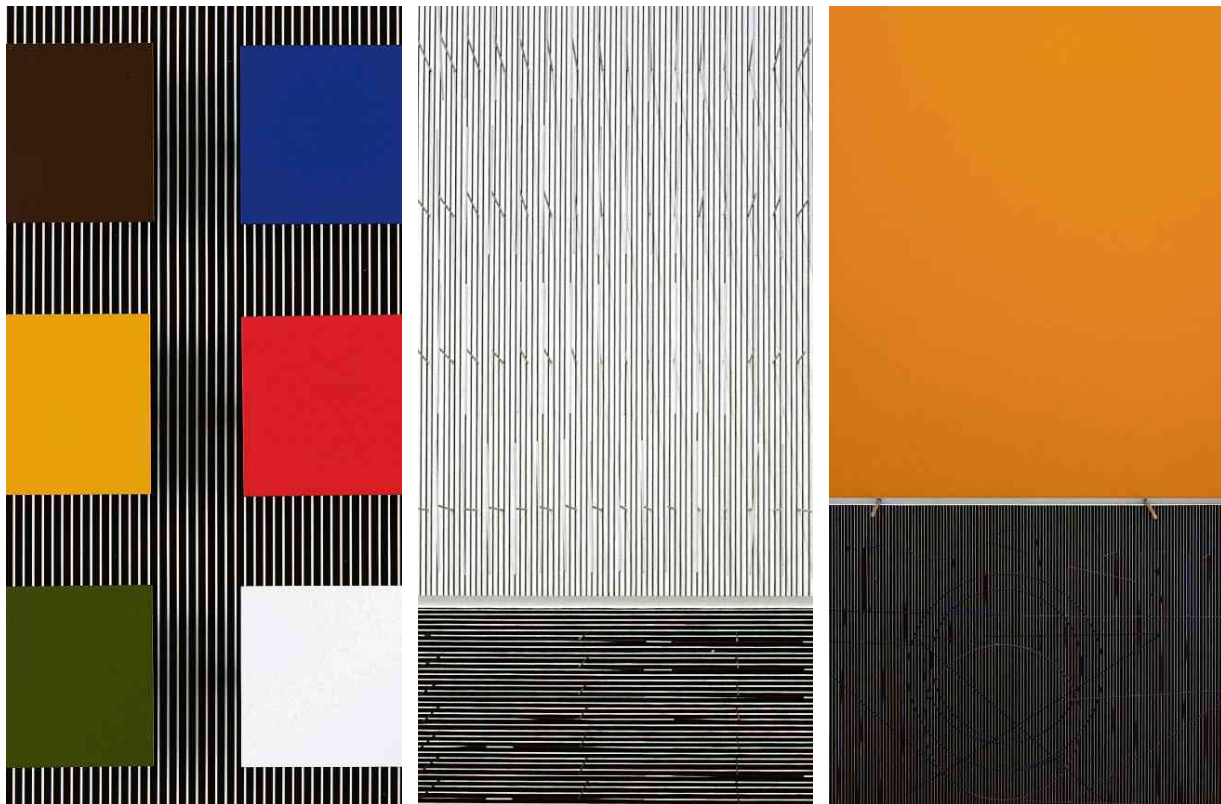
"A maioria dos documentários sobre o assunto são amplos e trazem muitos especialistas. Eu não queria fazer esse filme e pensei se não poderíamos contar a história apenas pela visão de Joan e Ted."

O longa apela ainda a recriações da história com atores, ponto polêmico que o diretor defende como única solução. Segundo ele, as encenações permitiram ilustrar a trama privada de forma que o público visse os entrevistados como eram na época, jovens idealistas e corajosos.

"Quando olhamos aquela geração, não pensamos no quão radicais e politicamente ativas as pessoas eram", afirma o diretor. "É o caso da Joan. Ela é uma mulher de 92 anos, e é difícil a imaginar como pessoa de esquerda radical."

Segundo James, a decisão de manter o filme colado no casal permite ao público formar a própria opinião sobre o caso.

"Ninguém sabe ao certo se os Estados Unidos teriam atacado a União Soviética, mas até hoje é o único país que usou a bomba atômica. Acredito que os temores [de Ted] eram bastante realistas e que ele agiu em cima deles."

Um Espião Compassivo
Reino Unido, Estados Unidos, 2022. Direção: Steve James. Classificação não indicada. Hoje, às 14h, na Cinemateca Brasileira, e dia 22 de abril, às 19h30, no IMS, em São Paulo; dia 19 de abril, às 15h30, no Net Rio, no Rio de Janeiro

Jesús Rafael Soto ganha exposição em São Paulo que celebra o seu centenário

Mostra em galeria reúne trabalhos do pintor e escultor venezuelano, gigante da arte cinética

Alessandra Monterastelli

SÃO PAULO Uma chuva de barras flexíveis, amarelas, longas e finas está suspensa no ar. Ao caminhar entre elas, essas estruturas pousam sobre quem passa, como se fossem tentáculos —e só se desprendem com o avançar do corpo.

Parecem ter a intenção de separar quem entra do mundo externo ou, como seu criador definiu, permitir sentir "espaço-tempo pleno".

Essa é "Penetrável", uma das obras do venezuelano Jesús Rafael Soto presente na exposição "Jesús Soto - Cor, Forma, Vibração", recém-inaugurada, na galeria Dan, em São Paulo, em comemoração dos cem anos do nascimento do artista.

Depois de estudar as sínteses estéticas de Piet Mondrian e conceitos físicos de cinética, Soto tomou para si o desafio de conferir movimento à arte abstrata. Foi assim que iniciou a fazer esculturas baseadas na sobreposição e repetição de estruturas, criando a ilusão de movimento e desafiando as noções de espaço.

Em "Espiral con Amarillo", uma estrutura amarela cheia de curvas e fabricada em metal parece se fundir a um fundo de linhas, criando uma sensação de desmaterialização do objeto —independente de quão fixamente tentamos observar.

"É neste momento em que a experiência entre o espectador e a obra permite a multiplicação infinita de pontos de vista", afirma o organizador da mostra, Franck James Marlot.

Soto priorizou o uso de materiais como aço, alumínio, nylon, PVC e acrílico na elaboração de seus trabalhos, como é possível perceber nas 30 obras expostas em São Paulo. Todas foram criadas entre 1960 e 2000 e vieram da França, onde fica o ateliê do artista.

O conceito de "penetráveis" foi usado por Hélio Oiticica para se referir a instalações artísticas nas quais o público pode adentrar nas obras.

Não por acaso, Soto teve contato direto com o efervescente círculo artístico brasileiro das décadas de 1950 e 1960, fortemente concretista.

Poucos anos antes, o venezuelano participara intensamente do Salon des Réalités Nouvelles, em Paris, que agitava as criações em torno da arte abstrata. Foi nesse momento que galerias europeias, como a Signal, em Londres, começaram a se interessar pelos artistas latino-americanos e Soto expôs junto de Lygia Clark, Sérgio Camargo e Mira Schendel —com quem conviveu também em suas passagens pelas bienais paulistanas em 1956, 1959 e 1963.

Soto era também violonista e apaixonado por música. Certa vez, durante sua estada na cidade para participar da Bienal de São Paulo, o artista chegou a tocar no bar que ficava em frente à pousada onde estava hospedado.

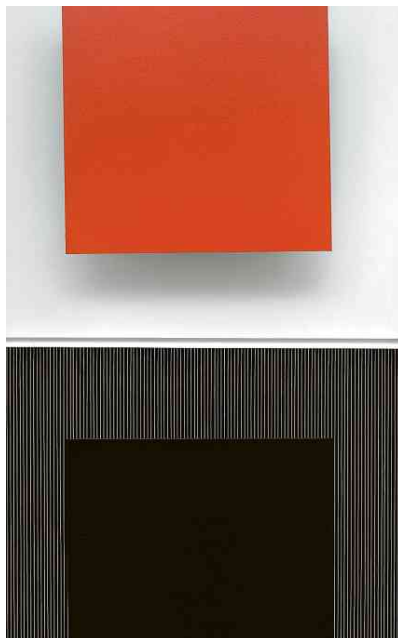
"Quando o dinheiro acabou, os músicos de quem era amigo o convidaram para se hospedar em suas casas", diz Flávio Cohn, diretor da Dan. Em 2002, ele organizaria a primeira individual de Soto no país.

Foi por meio do estudo de ritmo e composição musical que o venezuelano conseguiu criar a relação entre linhas em suas esculturas, responsáveis pela sensação de movimento.

No momento em que o observador se move, a sobreposição de dois planos com linhas repetidas e dispostos paralelamente fazem a escultura "vibrar", e já não é possível separar elementos visuais. Conhecido como "efeito de moiré", o fenômeno permite a sensação de movimento rotativo rápido da espiral, sem uso de motorização ou eletricidade.

Apesar da aproximação com a arte óptica e cinética, Soto se recusou participar da mostra "Responsive Eye", no MoMA, em Nova York, em 1965. Segundo Cohn, o artista acreditava que o trabalho não se caracterizava como arte óptica.

"A tridimensionalidade faz dele pioneiro na combinação de arte óptica e cinética", diz.

Jesús Soto – Cor, Forma, Vibração
Dan Contemporânea - r. Amauri, 73, São Paulo. Livre. De seg. a sex., das 10h às 19h; e sáb., das 10h às 13h. Até 6 de maio. Grátis

Obras do artista plástico Jesús Rafael Soto em exposição na galeria Dan Contemporânea, em São Paulo Fotos Divulgação

Chá de revelação

A cor do recheio vai dizer se é menina, menino, menine, gênero-nulo

Manuela Cantuária
Roteirista e escritora, faz parte da equipe do canal Porta dos Fundos

Madrinha: Chegou o grande momento do nosso chá de revelação. Como vocês sabem, fui escolhida para receber o resultado dos exames. Sei que minha irmã já deve estar de saco cheio das pessoas perguntando: "É menino ou menina?", então vou direto ao ponto. Agora, a mamãe e o papai vão morder ao mesmo tempo os seus cupcakes e a resposta vai ser a cor do recheio. E aí, preparados?

Os pais já vão levando o cupcake à boca quando...

Madrinha: Calma, não morde ainda não, deixa eu explicar melhor. Se o recheio for rosa, é menina, se for azul é menino. Se for roxo, é não binárie, ou seja, não é menina, nem menino. Se for roxo e verde, é gênero queer, um gênero não normativo. Cinza é agênero, sem gênero definido. Se for rosa e roxo, é gênero fluido, um gênero que muda de vez em quando. Amarelo é demigênero, que se identifica em parte com um gênero, mas não totalmente. Azul e vermelho é andrógine, que tem características do gênero masculino e feminino. Se for rosa e vermelho, transfeminine. Azul e roxo, transmasculine. Verde é transneutre. Cinza, azul e rosa é intergênero, um gênero só para pessoas intersexo. Branco e azul é gênero-estrela, um gênero que não se enquadra em definições. Furta-cor é pangênero, uma combinação infinita de gêneros. Azul e rosa, bigênero. Amarelo, azul e rosa é trigênero. Cores do arco-íris é poligênero.

Não se sabe ao certo quanto tempo se passou. As bexigas murcharam, o pai barbudo como um náufrago, a barriga da mãe imensa. A família racionando brigadeiros para sobreviver, enquanto a madrinha continua sua lista.

Madrinha: Se for branco, é gênero-nulo. Amarelo e preto é egogênero, um gênero pessoal, único e exclusivo da pessoa. Rosa bebê e amarelo pastel é gênero-fofo, um gênero baseado em fofura. Se for preto, gênero-vago. Fúcsia é ciclogênero, um gênero que muda de acordo com o ciclo menstrual. Se o recheio for creme com flocos de chocolate é ilusogênero, um gênero que pode estar iludindo a si próprio e aos outros. E se for laranja é gênerofogo, alguém que tem um gênero em constante mudança, como uma chama. Pronto, podem comer os bolinhos!

O cupcake, infelizmente, já apodreceu. Um choro de bebê irrompe no salão. A mãe em trabalho de parto, auxiliado pela tia dermatologista. O pai emocionado, comemora.

Pai: Eu sabia! É um menino, porra! Vasco!

Silvis

| DOM. Ricardo Araújo Pereira | SEG. Bia Braune | TER. Manuela Cantuária | **QUA. Hmmfalemais** | QUI. Flávia Boggio | SEX. Renato Terra | SÁB. José Simão

É HOJE EM CASA

Tony Goes
tonygoes@uol.com.br

Bill Nighy faz um burocrata que vai morrer em nova versão de longa

Viver
Para compra ou aluguel no Amazon Prime Video, Apple TV+, Google Play, Microsoft, Now e Vivo Play, 12 anos

Na Londres de 1953, um funcionário público leva vida cheia de formalidades e burocracias, sem jamais demonstrar qualquer tipo de emoção. Mas o diagnóstico de que tem pouco tempo de vida faz com que ele repense suas atitudes. Bill Nighy concorreu ao Oscar de melhor ator pelo papel do protagonista. O prêmio Nobel de Literatura Kazuo Ishiguro também foi indicado por seu roteiro, inspirado pelo filme "Ikiru", de Akira Kurosawa.

Terra Amarga
Globoplay, 14 anos

Mais uma novela turca chega à plataforma, ao ritmo de 15 capítulos por semana. Ambientada na década de 1970, a trama rural é protagonizada por dois jovens prestes a se casar. Mas, depois que ele comete um crime para salvar sua amada, eles fogem de Istambul para o interior do país, onde se passam por irmãos.

Transatlântico
Netflix, 16 anos

A história real do Comitê de Resgate de Emergência é contada nesta minissérie em sete episódios, baseada no livro de Judith Orringer. O órgão secreto, operado durante a Segunda Guerra Mundial em Marselha por americanos e seus aliados, ajudava refugiados, artistas e escritores a fugir da Europa ocupada pelos nazistas para os Estados Unidos.

Provoca
Cultura, 22h, 10 anos

Marcelo Tas conversa com o cineasta mineiro Gabriel Martins, o primeiro diretor negro a ter um filme seu, "Marte Um", escolhido para representar o Brasil na disputa pelo Oscar.

Duas ou Três Coisas que Eu Sei Dela
Telecine Cult, 22h, 14 anos

Uma dona de casa em apuros financeiros começa a trabalhar como prostituta, neste longa de 1967 dirigido por Jean-Luc Godard.

Profissão Repórter
Globo, 23h50, livre

No segundo episódio da série "Pra Onde, Brasil", os repórteres André Neves Sampaio e Nathalia Tavolieri e a repórter cinematográfica Gabi Vilaça descem o rio Amazonas, encontrando pelo caminho um cenário de abandono.

QUADRINHOS

Piratas do Tietê *Laerte*

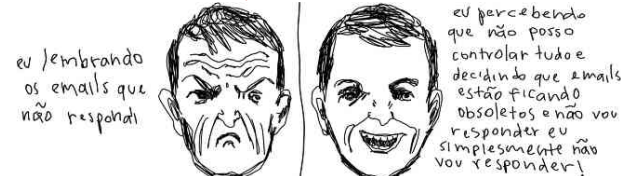
Daiquiri *Caco Galhardo*

Níquel Náusea *Fernando Gonsales*

Não Há Nada Acontecendo *André Dahmer*

Viver Dói *Fabiane Langona*

Péssimas Influências *Estela May*

eu percebendo que não posso controlar tudo e decidindo que emails estão ficando obsoletos e não vou responder eu simplesmente não vou responder!

Vida Besta *Galvão Bertazzi*

SUDOKU

texto.art.br/fsp

MÉDIO

		9		7				1
	2			3		7		
7	1				8		6	
			2			1		
		3			7			
	6		4				2	5
		5		2			9	
9				6		3		

O **Sudoku** é um tipo de desafio lógico com origem europeia e aprimorado pelos EUA e pelo Japão. As regras são simples: o jogador deve preencher o quadrado maior, que está dividido em nove grids, com nove lacunas cada um, de forma que todos os espaços em branco contenham números de 1 a 9. Os algarismos não podem se repetir na mesma coluna, linha ou grid

SOLUÇÃO

3	5	9	6	7	2	4	8	1
6	2	8	1	3	4	7	5	9
7	1	4	9	5	8	2	6	3
5	7	6	2	4	9	1	3	8
4	9	1	3	8	6	5	7	2
2	8	3	5	1	7	9	4	6
1	6	7	4	9	3	8	2	5
8	3	5	7	2	1	6	9	4
9	4	2	8	6	5	3	1	7

CRUZADAS

HORIZONTAIS
1. Árvore de frutos de sementes comestíveis, usadas em doces, chocolates e licores / Abreviatura (em português) da Grã-Bretanha **2.** (Inform.) Vínculo / (Inf.) Papai **3.** Certidão Negativa de Débito / A atriz e apresentadora Guimarães **4.** Morador das Américas **5.** O escritor Correia (1884-1967), de "Cazuza" **6.** A moeda da Espanha, Grécia e Croácia / As iniciais do músico Gilberto (1961-2019), da Bossa Nova **7.** Retalho de pano, mais comprido que largo / Uma mesma coisa não divisível e composta de duas peças iguais **8.** Aperitivo que se come com torradas / O cineasta Diegues, de "Xica da Silva" **9.** Fantasiar **10.** Que contorna **11.** Federação Internacional de Automobilismo / A capital do Pará **12.** Rio sem erre / Península asiática margeada pelo estreito de Málaca **13.** A moeda da Austrália e do Canadá.

VERTICAIS
1. Pequeno quarto de dormir, geralmente interior / Conjunto de características e habilidades que tornam alguém apto para determinado encargo **2.** (Leonardo da) Inventor, cientista, pintor e arquiteto, gênio do Renascimento / Índio de tribo que habitava o litoral do RJ **3.** Aprumada **4.** As iniciais do filósofo gaúcho Karnal / A excreção e emissão de urina / Roda de pedra para afiar facas **5.** Estado da região Nordeste do Brasil, famoso por suas praias e rendas / Absoluto **6.** Frango recém-nascido / A fêmea do cão **7.** Despesa / Falar demais **8.** (Red.) Uma maneira de chamar a mãe da mãe do pai / Cidade de São Paulo, próxima a São José dos Campos **9.** Tornar a manifestar grande contentamento ou satisfação por um fato favorável / O que é censurável ou indesejável.

	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1						■			
2					■				
3				■					
4									
5								■	
6		■					■		
7	■					■			
8					■				
9									
10									■
11				■					
12			■						
13		■						■	

HORIZONTAIS: 1. Avelã, GBR, **2.** Link, Paiê, **3.** CND, Cissa, **4.** Ocidental, **5.** Viriato, **6.** Euro, JG, **7.** Tira, Par, **8.** Patê, Cacá, **9.** Emascarar, **10.** Rodeador, **11.** Fia, Belém, **12.** Io, Malaia, **13.** Dólar. **VERTICAIS: 1.** Alcova, Perfil, **2.** Vinci, Tamoio, **3.** Endireitada, **4.** LK, Diurese, Mó, **5.** Ceará, Cabal, **6.** Pinto, Cadela, **7.** Gasto, Parolar, **8.** Bisa, Jacareí, **9.** Realegrar, Mal.

Angelo Abu

A máscara e o rosto

Ser um 'gentleman' não é questão estética, mas chamamento ético

João Pereira Coutinho
Escritor, doutor em ciência política pela Universidade Católica Portuguesa

Chove em Londres e não há melhor refúgio do que uma livraria. A Hatchards de Piccadilly serve como nenhuma outra.

Entro, confiro as novidades, olho para as primeiras edições. Há um "Ravelstein", de Saul Bellow, assinado pelo próprio autor. O preço do livro não assusta. O dia está ganho.

(Também há um "Indignação", de Philip Roth, igualmente autografado. Mas, como dizia a minha avó, não me estico porque a cama é curta.)

Então subo mais um piso e continuo a minha caça. Ao meu lado, participando no mesmo safari, está um cavalheiro de certa idade, alto, magro, cabelo branco, óculos escuros. Impecavelmente vestido. Olho. É o ator Bill Nighy.

Se houvesse uma foto no dicionário para ilustrar um "gentleman" ("cavalheiro", na defeituosa tradução portuguesa; "gentil homem" talvez fosse melhor), teria de ser Nighy. A pose, a reserva, o culto do "understatement".

Já o vi no cinema, já o vi no teatro. Fora da tela e dos palcos, ele continua dentro do personagem, o que significa que não há personagem. Mas será que isso é um elogio?

Ou existem perigos na ambição de ser um "gentleman"?

Depende do que entendemos pela palavra —e o próprio Bill Nighy refletiu sobre o assunto no filme "Viver", longa pelo qual foi indicado ao Oscar de melhor ator esse ano.

No filme, Nighy é o senhor Williams, um burocrata da prefeitura de Londres, a quem uma das funcionárias trata clandestinamente por "senhor Zumbi".

De fato. Williams é um morto-vivo. Todas as manhãs, de terno escuro e chapéu de coco, ele toma o trem para Waterloo Station. Parco em palavras, ele trabalha imperturbável em sua mesa.

Quando existem processos urgentes —como o pedido para a construção de um parque infantil—, ele redireciona o processo para os outros departamentos da prefeitura.

Sem surpresa, os outros departamentos fazem o mesmo —até que tudo volte ao ponto de partida do processo.

O senhor Williams, sem levantar o sobrolho, coloca o processo no limbo e daí lava as suas mãos, como um Pilatos para quem o tempo e a urgência não existem. "Delay is life" ("atraso é vida"), como dizia o premiê Salisbury.

Tudo muda com um diagnóstico de câncer terminal. O tempo, e a urgência em vivê-lo, passa a contar de outra forma para aquele homem. Mas ele não sabe como agir. Não sabe como "viver um pouco" antes da despedida prematura.

No fim das contas —e como ele confessa no momento mais importante do filme— a sua ambição sempre foi de ser um "gentleman".

E por "gentleman" entenda-se: cultivar a atitude certa, usar a indumentária certa. Usar a armadura certa, em suma, para se proteger da vida como ela é.

O senhor Williams lembra o Ivan Ilitch de Tolstói, aprisionado à existência "comme il faut".

Só a morte, a proximidade da morte, ensinará ao senhor Williams que existe um outro sentido para a palavra "gentleman": é ser capaz de fazer o que está certo, o que é decente, o que é humano, sobretudo quando todos os outros se mostram incapazes da tarefa, perdidos no mesmo labirinto de aparência e afetação.

Pela primeira vez na vida, o senhor Williams entende que ser um "gentleman" não é uma questão estética; é um chamamento ético, uma forma de liberdade interior. A felicidade, mesmo na morte, só é possível assim.

"Viver" é uma adaptação da obra-prima de Akira Kurosawa, "Ikiru". Adaptação livre, diga-se, porque o mais importante é a impressão digital do escritor Kazuo Ishiguro, autor do roteiro.

Como acontece nos seus livros, em particular no magistral "Os Vestígios do Dia", interessa a Ishiguro analisar a tirania de uma ideia —no caso, a ideia de "gentlemanship", entendida como uma mera formalidade elegante.

O perigo de tal ideia está no fato de ela secar "a santidade dos afetos do coração", como diria o poeta John Keats. É uma máscara que se usa sobre o rosto, que atrofia as emoções mais vitais, até o dia em que a máscara devora o rosto.

Perdido nesses pensamentos, percebo, envergonhado, que estou há demasiado tempo olhando fixamente para Bill Nighy na livraria.

Ele, talvez temendo pela minha sanidade, olha para mim e esboça um sorriso de compaixão. Sorrio de volta e confirmo: há um rosto por trás da quela máscara.

seg. Luiz Felipe Pondé | TER. João Pereira Coutinho | **QUA. Wilson Gomes** | QUI. Drauzio Varella, Fernanda Torres | SEX. Djamila Ribeiro | SÁB. Mario Sergio Conti

Rita Lee inspira espetáculo de dança com humor e sexo

Coreografia evita abordagem literal, se apropriando de símbolos que são conhecidos da cantora e compositora

A bailarina Patrícia Zarske em 'Lá Vem Ela', espetáculo de dança contemporânea em homenagem à cantora Rita Lee, em cartaz no Teatro Unimed Fábio Bouzas/Divulgação

Gustavo Zeitel

SÃO PAULO É um desfile de moda sem passarela. O brilho da roupa não avança em direção ao público —se espalha no palco, brilha numa pista de dança. As bailarinas Ana Brandão, Luana Fulô e Patrícia Zarske caem na noite em "Lá Vem Ela", espetáculo que homenageia a cantora e compositora Rita Lee, agora em cartaz no Teatro Unimed.

Idealizada por Ana Paula Bouzas e Jussara Setenta, a coreografia foi provocada pelo desejo de falar de São Paulo, a neurose em forma de cidade. Às diretoras, Rita Lee pareceu personificar a pesquisa feita até então. Nela, a dupla encontrou uma explosão de humor, ironia e transgressão.

"Percebemos que as apresentações de Rita transcendiam os shows de música. Além da literatura, ela tinha interesse nas artes cênicas, e a dança contemporânea também tem desejo de dialogar com outras linguagens", afirma Bouzas.

Hedonismo e erotismo, dois eixos temáticos da discografia da cantora, se inserem na atmosfera noturna. A balada é o lugar da devassidão, e nela as bailarinas usam os braços abertos e a coluna ereta para comunicar um comportamento decisivo, transgressor.

O sexo é insinuado no contorcionismo de uma das bailarinas, algo que lembra a arte circense, e aparece de modo mais explícito quando as artistas sobrepõem suas mãos nas próprias virilhas.

No palco, interagem com caixas de som e exploram a gestualidade da roqueira, manipulando pedestais sem microfones, vários deles dependurados do teto. Desde o início, as artistas fugiram de uma abordagem literal ou biográfica, preferindo explorar os símbolos que a cantora incorporou em sua obra ao longo do tempo. Lá estão o par de óculos de lente vermelha, por exemplo, ou então os tantos cortes de cabelo da artista.

A música também foge de uma enumeração de hits. O trabalho de Jarbas Bittencourt e Ronei Jorge aborda o universo musical da cantora, por vezes citando algumas de suas gravações mais conhecidas.

Do mesmo modo, os causos colecionados por Rita Lee são sugeridos. Uma das bailarinas se veste de prisioneira, evocando o episódio em que a cantora se vestiu de presidiária no primeiro show depois que saiu da prisão, em 1976.

Agora, Rita Lee está recolhida em sua casa, se recuperando do câncer no pulmão, diagnosticado no fim de 2021. Em fevereiro passado, passou nove dias no Hospital Israelita Albert Einstein. No Instagram, cada foto sua provoca furor entre os fãs. Bouzas conta que Rita Lee não tomou conhecimento da homenagem.

Lá Vem Ela

Direção: Ana Paula Bouzas e Jussara Setenta. Com: Ana Brandão, Luana Fulô e Patrícia Zarske. Teatro Unimed - al. Santos, 2.159, São Paulo. Sex. e sáb.: 20h; dom. 18h. Até 30 de abril. R$ 40

The Town abre vendas e terá Iggy Azalea, Liam Payne e Pabllo Vittar

SÃO PAULO A venda geral de ingressos para o The Town —festival paulistano dos mesmos criadores do Rock in Rio— começa nesta terça-feira, a partir das 19h, com a adição de novos nomes ao lineup. A organização ainda anunciou que Iggy Azalea, Liam Payne e Pabllo Vittar farão apresentações no evento que acontece nos dias 2, 3, 7, 9 e 10 de setembro.

Até então, a única forma de comprar algum ingresso para o evento marcado para o Autódromo de Interlagos era usando o The Town Card, que garantia a entrada para uma data a ser escolhida livremente. A partir desta terça-feira, a opção passou a depender da disponibilidade das vendas gerais, feitas pelo site TicketMaster.

Os ingressos nesta nova modalidade serão vendidos a R$ 815 a inteira e R$ 407,50 a meia-entrada, sem a cobrança de taxas. Será permitida a compra de até quatro entradas por dia de festival por CPF e no máximo uma meia-entrada por dia.

Para o pagamento, serão aceitos somente cartões de crédito e em até seis vezes sem juros. No caso dos cartões Itaú, Credicard e Iti o parcelamento sobe para até oito vezes.

O festival que prevê reunir um público de cerca de 500 mil pessoas já tem shows confirmados de Demi Lovato, Foo Fighters, Post Malone, Bruno Mars, Maroon 5, Garbage, Ludmilla, Alok, Luísa Sonza, entre outros.

O lineup completo do festival pode ser conferido em thetown.com.br.

comida

Homus com beterraba, servido pelo Azay Divulgação

Com linguiça, do Make Hommus. Not War Carol Gherardi/Divulgação

Feito pelo Shuk, com cogumelos Amanda Francelino/Divulgação

Homus ganha espaço em restaurantes com variação de ingredientes e preparos

Casas se espelham na diversidade do Oriente Médio para criar receitas da pasta de grão-de-bico

Amanda Lemos

SÃO PAULO Como preparar a receita ideal de homus é uma pergunta de resposta complexa no Oriente Médio. A consistência pode ser lisa ou granulada, a temperatura morna ou fria e os complementos incluem favas, pimentas e nozes. Assim como naquela região, versões diversas dessa pasta vêm ganhando mais espaço em restaurantes.

Um deles é o Make Hommus. Not War, em Pinheiros, na região oeste de São Paulo, onde a receita também faz as vezes de prato principal e está disponível em nove versões bem diferentes da base tradicional —que mistura grão-de-bico, tahine (pasta feita com gergelim), limão e sal.

O carro-chefe do local é o Seu Jacó, combinação em que o homus é servido com quibe de carne, molho de tomate à moda turca e ovo (R$ 38).

Mas, entre as outras possibilidades, há pratos em que a pasta é acompanhada de legumes e especiarias, linguiça merguez, cordeiro, cogumelos e cafta. Na prato chamado shishbarak (R$ 42), o homus ganha companhia de molho de iogurte, uma massa recheada (que lembra capelete) e metade de um quibe.

A ideia do endereço, explica o proprietário Fred Caffarena, é apresentar a influência da cozinha do Levante, região que reúne a Síria, Jordânia, Israel, Palestina, Líbano e Chipre. Caffarena trabalhou em cozinhas do Oriente Médio antes de abrir a própria casa —que passou dois anos operando por delivery, até abrir um espaço na rua Oscar Freire que está em ampliação.

"O homus é um produto versátil. Pensei em trabalhar com ele, um prato que as pessoas conhecem, identificam e têm alguma familiaridade, como um fio condutor para apresentar a cozinha do Oriente Médio", explica Caffarena.

No Azay, restaurante que abriu em janeiro deste ano em Pinheiros, a pasta aparece em duas versões: batida com beterraba e coberta com grão-de-bico e azeite (R$ 36) e na versão que leva vinagrete de tomate, pepino, pimentão, cebolinha, hortelã, romã e sumac (R$ 38).

O chef Kleber Klock, que trabalhou nas cozinhas dos restaurantes árabes Saj e Manish, diz que a ideia das criações foi olhar para outros países do Mediterrâneo, como Turquia e Grécia.

"A ideia foi explorar as combinações que o homus permite. E a recepção dos clientes foi ótima. Nós, inclusive, pensamos em mais novidades", afirma o cozinheiro.

Também em Pinheiros, o Shuk tem como principal inspiração a cozinha feita em Israel. A casa apresenta duas versões de homus: o Jerusalém (com azeitonas e molho de pimenta, que custa R$ 34) e pitriot (com cogumelos salteados, cebola crispy e amba, um molho de manga e especiarias, por R$ 36).

Além das duas opções, o homus também é usado em sanduíches e servido no menu executivo da casa.

Sua proprietária, Suzana Goldfarb, que já morou em Israel, conta que o homus faz parte da base da alimentar do país, presente na comida de rua, em bares e até restaurantes refinados.

Segundo ela, além de funcionar como aperitivo, a pasta de grão-de-bico também transita entre outras etapas das refeições —o que pode ser visto no menu do Shuk.

A origem do prato não é um consenso. Para alguns, ele surgiu no século 13, mesmo período em que o tahine apareceu na região do Oriente Médio.

No livro "Jerusalém - Sabores e Receitas" (ed. Companhia de Mesa), o chef Yotam Ottolenghi afirma que o mais provável é que os levantinos ou os árabes egípcios tenham criado o homus —mas há debates sobre a participação de judeus em seu surgimento.

Também não há consenso sobre como é a melhor receita de homus. Um grande motivo de discórdia entre judeus, prossegue Ottolenghi, é discutir qual o melhor homusia — um restaurante simples, especializado em homus, que costuma ficar aberto do café da manhã até o final da tarde.

Mas existem recomendações para se chegar a um bom resultado. Uma delas é deixar o grão-de-bico de molho com bicarbonato de sódio por 12 horas, para ajudar a quebrar a casca do grão. Após esta etapa, o ingrediente vai para a panela de pressão até ficar macio.

Ainda de molho na água do cozimento, retira-se o máximo de cascas possível. A diferença do homus do Shuk, explica Suzana Goldfarb, está em bater primeiro o tahine e água, depois acrescentar o grão-de-bico no processador. Usar água em temperatura gelada ou cubos de gelo ajuda a dar cremosidade à pasta.

O que vai diferenciar a quantidade de limão é o perfil do tahine que se tem em casa. Se ele for menos torrado, é só adicionar menos limão.

A hora de testar novos territórios é esta: ao grão-de-bico, você pode adicionar vegetais como beterraba, couve-flor e cenoura —já previamente assados ou cozidos (mas sem muita água).

Além da cor, também use temperos como zátar e complementos como pinoles. Por último, ajuste o sal e sirva.

Veja dicas para fazer homus em casa

Dê preferência ao grão-de-bico com 12 mm de diâmetro, que tem mais polpa e vai ajudar a obter um resultado mais liso.

Na hora de cozinhar, adicione uma colher de sobremesa de bicarbonato de sódio à água para cada quilo de grão-de-bico. Ele vai ajudar a retirar a pele do grão e deixá-lo mais macio.

Caso seu processador não seja potente, bata a receita por cerca de cinco minutos, deixe descansar por um intervalo de dez minutos e bata novamente.

Uma receita leve deve ter entre 25% a 30% de tahine na composição.

Fonte: Fred Caffarena, do Make Hommus. Not War

RECEITAS DO MARCÃO | *Marcos Nogueira* folha.com/receitasdomarcao

Bambá de couve é a essência de Minas para o Tiradentes

Se a previsão do tempo estiver certa, São Paulo terá os primeiros dias de frio verdadeiro de 2023 neste feriado de Tiradentes. Hora de comer comidas de mais sustança, para confortar e aquecer.

Quando vi que esfriaria, minha primeira ideia foi fazer caldo verde, uma das minhas sopas preferidas. Mas aí me lembrei da natureza do feriado e decidi amineirar a receita.

Vamos, então, de bambá de couve —quase a mesma coisa que o caldo verde, apenas trocando a batata por fubá.

Existem algumas maneiras de se enxergar o bambá de couve. Uma delas é a que eu acabei de expor, uma versão mineira do caldo português.

Do ponto de vista da culinária de Minas, o bambá é um angu cheio de trem bão e, geralmente, mais ralo. Sob qualquer ângulo que você examine a receita, ela reúne três elementos fundamentais da mineiridade: milho, couve e carne de porco. Pode colocar queijo por cima também, tenho certeza de que fica ótimo.

A carne de porco pode ser linguiça defumada ou paio, costelinha ou qualquer coisa que também caiba numa feijoada. Eu decidi fazer com bacon e linguiça caipira fresca.

As receitas de bambá costumam pedir caldo (de carne, galinha ou legumes) para dissolver o fubá. O caldo caseiro deixa o sabor intenso, mas pode ser trocado por água (sou contra o caldo de cubinho).

Uma gambiarra possível é usar costelinha de porco. Você desossa a peça, refoga a carne e reserva. Depois cozinha o osso por uma horinha, antes de juntar o fubá, para fazer um caldo ali no ato.

A consistência do bambá pode variar de uma sopa cremosa até um mingau grosso. Isso você ajusta a gosto, mexendo na proporção de caldo e fubá —que você deve ir adicionado aos poucos, pois demora um tanto para engrossar. Eu gosto do bambá espesso.

Uma coisa importante é deixar para acertar o sal apenas no fim. Linguiças e carnes defumadas já vêm salgadas, e uma mão pesada do cozinheiro pode pôr tudo a perder.

Receita leva fubá, linguiça e couve
Marcos Nogueira/Folhapress

Bambá de couve

Rendimento: 2 porções
Dificuldade: fácil

Ingredientes:
- 200 g de bacon picado
- 200 g de linguiça picada
- 4 dentes de alho picados
- 800 ml de caldo (de carne, frango ou legumes) ou água
- 50 g de fubá ou farinha de milho (aproximadamente 10 colheres de sopa)
- 6 a 8 folhas de couve rasgadas à mão
- Sal a gosto

Modo de fazer
- Frite o bacon e a linguiça na própria gordura, até ficarem dourados e bem crocantes. Adicione o alho e refogue durante 1 minuto
- Junte o caldo ou a água. Assim que levantar fervura, junte aos poucos o fubá, mexendo sempre para não empelotar, até atingir a consistência desejada, mais fina ou grossa. Se necessário, ajuste o sal
- Desligue o fogo, acrescente a couve rasgada e misture bem. Sirva imediatamente